

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO
HUMANO – MESTRADO E DOUTORADO

TUANY DEFAVERI BEGOSSI

**A CONSTRUÇÃO DOS SABERES DISCIPLINARES DO CURSO NORMAL DA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL (1940-1956)**

**Porto Alegre
2017**

TUANY DEFAVERI BEGOSSI

**A CONSTRUÇÃO DOS SABERES DISCIPLINARES DO CURSO NORMAL DA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL (1940-1956)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Janice Zarpellon Mazo

**Porto Alegre
2017**

TUANY DEFAVERI BEGOSSI

**A CONSTRUÇÃO DOS SABERES DISCIPLINARES DO CURSO NORMAL DA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL (1940-1956)**

Conceito final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Andréa Kruger Gonçalves – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Denise Grosso da Fonseca – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Ester Liberato Pereira - UNIMONTES

Orientadora - Prof^a. Dr^a. Janice Zarpellon Mazo - UFRGS

*Aos meus pais, Gilberto e Lurdes e à minha irmã Tayná.
Minha família. Minha base. Minha inspiração para tudo e sempre.*

AGRADECIMENTOS

Reconhecimento e gratidão por tudo e por todos que trilharam comigo este caminho. Mais significativo que ter podido chegar ao final dessa etapa foi ter tido a oportunidade de dar cada passo neste percurso e ter compartilhado momentos de aprendizado de vida e acadêmicos.

Primeiramente, agradeço a minha família, sobretudo, aos meus pais Gilberto e Lurdes e a minha irmã, Tayná. Meus alicerces e incansáveis incentivadores. Obrigada pelo amor incondicional. Obrigada por me ensinarem a ver o mundo com as lentes da gratidão. Obrigada pelo apoio. Obrigada pelos incontáveis auxílios que subsidiaram minha formação. Obrigada por tudo.

Agradeço ao meu querido Marcos Vinícius Tortini por estar ao meu lado em todos os momentos. Obrigada pelas palavras sinceras e por me apoiar e incentivar. Que sigamos assim, despertando o sorriso um do outro todos os dias.

Agradeço em especial a minha orientadora, Professora Doutora Janice Zarpellon Mazo que tornou a realização desse trabalho possível. Obrigada pelos inúmeros momentos de aprendizado, pelos incentivos, pelas oportunidades, pela paciência. A senhora tem minha eterna gratidão e admiração pela pessoa e professora que és.

Agradeço as(aos) colegas e amigas(os) do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME). Obrigada pelos ensinamentos e conhecimentos compartilhados, pelas conversas, pela convivência próxima a qual me orientou a seguir determinada nesse percurso.

Agradeço as professoras avaliadoras da banca de qualificação e de defesa: Andréa Kruger Gonçalves, Denise Grosso da Fonseca, Ester Liberato Pereira e Vera Lúcia Pereira Brauner. Obrigada por todas as sugestões direcionadas ao trabalho e, especialmente por compartilharem seus conhecimentos comigo.

Agradeço ao Professor Doutor João Carlos Jaccottet Piccoli pelas ricas fontes documentais gentilmente cedidas à pesquisa. Sem dúvidas tais materiais embasaram de forma mais consistente os argumentos e considerações.

Agradeço de modo muito especial a Professora Doutora Vanessa Bellani Lyra por ter cordialmente cedido à pesquisa entrevistas realizadas para a sua tese de doutoramento. Tais fontes orais nos auxiliaram de sobremaneira no delineamento do estudo.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, pela oportunidade de obter uma formação gratuita e, sobretudo, de qualidade.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo financeiro concedido por meio de uma bolsa de pesquisa, ofertada durante os dois anos de realização do curso de mestrado.

Agradeço a todas as pessoas, amigas e amigos, que me acompanharam neste caminho. Vocês são presentes que recebi na vida.

A todos, minha eterna gratidão!

*“Não é no casulo preexistente que se aloja o bicho-da-seda.
O bicho-da-seda é que, expelindo o fio,
constrói o casulo e nele se aloja”
(TANIGUCHI, 2012, p. 63).*

RESUMO

O Curso Normal foi o primeiro oferecido pela Escola Superior de Educação Física (ESEF), quando esta instituição iniciou suas atividades em 1940. A ESEF foi pioneira na formação de professores(as) civis de Educação Física no estado do Rio Grande do Sul e permaneceu por 30 anos nesta condição. Tal fato robustece a relevância do Curso Normal, que proveu as escolas com professores(as) de Educação Física durante os 15 anos que se manteve em funcionamento (1940-1956). Neste cenário emerge o seguinte problema de pesquisa: como ocorreu a formação de professores(as) do Curso Normal de Educação Física da ESEF, notadamente com respeito aos saberes disciplinares, no período de 1940 a 1956. O recorte temporal compreende o ano de 1940, quando o Curso Normal entrou em funcionamento, até 1956, o último ano em que foi oferecido, sendo substituído no ano seguinte pelo curso de Educação Física Infantil. Esta pesquisa tem como alicerces os pressupostos teórico-metodológicos da História das Disciplinas Acadêmicas e Escolares, dos Saberes Disciplinares e da Nova História Cultural. Nesta perspectiva, foram analisadas fontes documentais compostas pelos Programas de Ensino das disciplinas do Curso Normal de Educação Física e por documentos legais, especialmente, a legislação do período. Além disso, fizeram parte do *corpus* de análise fontes orais, que procederam do depoimento de ex-alunas(os) do Curso Normal. A interpretação das fontes de pesquisa evidenciaram que a construção dos saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF foi influenciada pela contribuição de médicos e militares, os quais imprimiram seus preceitos nas bases da escola sul-rio-grandense. Ademais, figuraram nesse cenário prescrições advindas de normativas legais e, também, de modelos e orientações que perpassavam a Educação Física no período. Os contornos adquiridos pelos saberes disciplinares, apresentaram características pontuais vinculadas ao Método Francês de ginástica, abarcando também aspectos de ordem pedagógica e influências advindas das trajetórias vivenciadas por alguns dos docentes vinculados ao Curso Normal.

Palavras-chave: Curso Normal; Formação de professores; Escola Superior de Educação Física; História da Educação Física; Ginástica; Saberes Disciplinares.

ABSTRACT

The Regular Course was the first course offered by Escola Superior de Educação Física (ESEF), when this institution began its activities in 1940. ESEF was the pioneer on the training of Physical Education teachers in the state of Rio Grande do Sul and remained for 30 years in this condition. This fact strengthens the relevance of the Regular Course, which provided Physical Education teachers for schools during the 15 years that remained in operation (1940-1956). In this scenario the following research problem emerges: how did the training of teachers from the Regular Course of Physical Education of ESEF happen, especially considering the disciplinary knowledges, from 1940 to 1956. The temporal cutting comprises the year 1940, when the Regular Course began its operation, until 1956, the last year when it was offered, being replaced in the following year by the course of Physical Education for Children. This research has as its basis the theoretical and methodological assumptions the History of Academic and School Disciplines, Disciplinary Knowledge and New Cultural History. In this perspective, documentary sources composed by the Teaching Programs of the subjects of the Regular Course of Physical Education and legal documents, especially the legislation of the period, were analyzed. In addition, oral sources were part of the *corpus* of analysis, which proceeded from the testimony of former students of the Regular Course. The interpretation of the research sources showed that the construction of the disciplinary knowledge of the Regular Course of ESEF was influenced by the contribution of doctors and the military, who impressed their precepts in the basis of the school from Rio Grande do Sul. Moreover, prescriptions coming from legal norms appeared in this scenario, and also from models and orientations that pervaded the Physical Education in the period. The outlines acquired by the disciplinary knowledges presented specific characteristics linked to the French Gymnastics Method, also covering pedagogical aspects and influences coming from the trajectories experienced by some of the teachers from the Regular Course.

Keywords: Regular Course; Teachers' training; Escola Superior de Educação Física; History of Physical Education; Gymnastics; Disciplinary Knowledge.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

ACM - Associação Cristã de Moços

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEME - Centro de Memória do Esporte

CMEF - Centro Militar de Educação Física

CND - Conselho Nacional de Desportos

DEEF - Departamento estadual de Educação Física

ENEFD - Escola Nacional de Educação Física e Desportos

ESEF - Escola Superior de Educação Física

ESEFEX - Escola de Educação Física do Exército

ESEFID - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança

IES - Instituições de Ensino Superior

LUME - Repositório Digital da UFRGS

MES - Ministério da Educação e Saúde

NEHME - Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física

SEC - Secretaria de Educação e Cultura do estado

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPA - Universidade de Porto Alegre

URGS - Universidade do Rio Grande do Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Relação de saberes disciplinares e frequência de citação para cada um deles	104
Ilustração 2 - Disposição interna da Divisão de Biologia e da Divisão Técnica do DEEF	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conteúdos da disciplina de <i>Gymnastica</i> nas Escolas Elementares	43
Quadro 2 - Membros e suas respectivas funções no DEEF e na ESEF (1940)	62
Quadro 3 - Corpo Docente da ESEF – 1940/1942	63
Quadro 4 - Corpo Docente da ESEF – 1955	67
Quadro 5 - Relação de Diretores da ESEF (1940-1956)	81
Quadro 6 – Disciplinas instituídas para o Curso Normal de Educação Física	84
Quadro 7 - Disciplinas da Escola Nacional de Educação Física e Desportos	86
Quadro 8 - Levantamento das disciplinas do Curso Normal da ESEF em fontes bibliográficas, documentais e orais	96
Quadro 9 - Características estruturais dos Programas de Ensino orientados pelo Departamento de Biologia	115
Quadro 10 - Características estruturais dos Programas de Ensino orientados pelo Departamento Técnico	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO- METODOLÓGICO	19
2.1 MARCO TEÓRICO.....	19
2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	25
3 AS BASES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO RIO GRANDE DO SUL.....	32
4 A CONFORMAÇÃO DO CURSO NORMAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESEF .	57
5 OS SABERES DISCIPLINARES DO CURSO NORMAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESEF	83
6 OS CONTEÚDOS DISCIPLINARES DOS PROGRAMAS DE ENSINO DO CURSO NORMAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESEF	110
6.1 SABERES DISCIPLINARES ORIENTADOS PELA DIVISÃO DE BIOLOGIA ..	115
6.2 SABERES DISCIPLINARES ORIENTADOS PELA DIVISÃO TÉCNICA	117
6.3 SABERES DISCIPLINARES QUE ORIENTARAM A FORMAÇÃO NO CURSO NORMAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESEF	121
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	164
APÊNDICE B – TRECHOS DOS DEPOIMENTOS ORAIS DE EX-ALUNAS E EX-PROFESSORAS DO CURSO NORMAL DA ESEF	170
APÊNDICE C – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS SABERES DISCIPLINARES ORIENTADOS PELA DIVISÃO DE BIOLOGIA DO DEEF	176
APÊNDICE D – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS SABERES DISCIPLINARES ORIENTADOS PELA DIVISÃO TÉCNICA DO DEEF	180

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores de Educação Física foi impulsionada durante as décadas de 1930 e 1940, por um intenso processo de desenvolvimento advindo com a prescrição de novas convicções políticas. Este período conhecido como Estado Novo (1937-1945) estabeleceu medidas de cunho unificador que tiveram seus reflexos em diversas dimensões do contexto nacional, dentre elas, as de ordem educacional. Assim, este discurso ressoou no estabelecimento do Decreto-Lei n.º 1.212, de 1939 cujos desígnios, além da criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), determinava também a criação de outras instituições de ensino superior (IES).

A Escola Superior de Educação Física (ESEF), atual Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi inaugurada oficialmente no ano de 1940 e, portanto, se estabeleceu no campo da formação de professores durante este cenário de reconstrução nacional. No caminho por delinear sua representatividade e importância para o estado evidenciamos que a ESEF foi a primeira instituição estabelecida no Rio Grande do Sul que teve por finalidade a formação de professores(as) de Educação Física (MAZO; PEREIRA, 2005). Nesta mesma direção ressaltamos que esta instituição educacional manteve-se como a única a desempenhar tal função pelos trinta anos que se seguiram após sua criação (LYRA, 2013).

Perante a notória importância da ESEF para o campo da formação de professores(as) de Educação Física no estado evidenciamos estudos que foram desenvolvidos tendo por objeto central esta instituição e suas interfaces. Abordagens sobre sua criação e instituição no campo da formação de docentes sul-rio-grandenses foram postas em cena nos estudos de Mazo (2005b); Goellner *et al.* (2005); Mazo e Pereira (2005); Lyra e Mazo (2010); Macedo *et al.* (2010) e Lyra (2013). Versões acerca de seu processo de federalização por sua vez, foram delineadas nos estudos de Nunes e Molina Neto (2005) e Goellner *et al.* (2010). Para além destes, o currículo da ESEF em seus diferentes tempos, também se tornou foco dos estudos de Fraga *et al.* (2010) e Molina Neto, Fraga e Molina (2012). Outras pesquisas se debruçaram no entendimento de especificidades, sobretudo acerca de determinadas disciplinas da instituição, tais como Trusz e Nunes (2007); Wachs (2013) e Bossle (2014). No que diz respeito a pesquisas sobre os saberes

disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF, não foram localizadas evidências¹

Os estudos acima evidenciados embora sirvam de base para o entendimento da ESEF enquanto instituição repleta de sentidos e significados, também nos colocaram diante de outros pontos, tais como a ausência de investigações sobre o Curso Normal de Educação Física vigente na instituição de 1940 a 1956. Pondera-se que a entrada da ESEF no campo da formação do professorado sul-riograndense se fez sólida, provavelmente, a partir da implementação do referido curso. Desta forma, a lacuna nos registros históricos acerca dessa formação, bem como sobre os saberes disciplinares por ela mobilizados representou a principal motivação para a escrita desta dissertação.

Nesta mesma direção, torna-se necessário destacarmos a significativa contribuição da ESEF e, mais especificamente do Curso Normal, para a construção do campo da formação de professores(as) de Educação Física no Rio Grande do Sul a partir do momento em que foi reconhecida pelo Governo Federal em 1939, como a única instituição apta no estado, a emitir diplomas de formação profissional na área. Esta medida segundo Lyra (2013, p. 149), “contribuiu para a construção da ideia de que a Educação Física era uma área de conhecimento que possuía seus próprios saberes”. Diante disso, tão importante quanto a criação de instituições de formação de professores(as) estava o estabelecimento de saberes disciplinares que demarcariam os modos de se fazer e ensinar Educação Física nas escolas brasileiras.

Na presente investigação, a compreensão de saberes disciplinares está apoiada no conceito desenvolvido por Maurice Tardif (2014). Segundo o autor (2014, p. 38), “os saberes disciplinares são saberes sociais definidos e selecionados pela instituição universitária”. Tais conhecimentos correspondem aos distintos campos de que dispõe nossa sociedade e integram-se as universidades no formato de disciplinas. Deste modo, para Tardif (2014, p. 38), “os saberes disciplinares emergem da tradição cultural e dos grupos sociais produtores de saberes”.

¹ Essa afirmativa está subsidiada por um levantamento de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. A busca foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, LUME - Repositório Digital da UFRGS e no Google Acadêmico, com o intuito de localizar investigações que tenham se dedicado a desvelar considerações acerca das instituições superiores de Educação Física do Brasil buscando localizar, dentre estas, aquelas relacionadas à ESEF, bem como ao seu Curso Normal de Educação Física. A relação completa de estudos localizados pode ser consultada no Apêndice A.

Neste cenário emerge o seguinte problema de pesquisa: como ocorreu a formação professores(as) do Curso Normal de Educação Física da ESEF, notadamente com respeito aos saberes disciplinares, no período de 1940 a 1956?

O recorte temporal abrange o período de 1940 quando o Curso Normal entrou em funcionamento juntamente com as demais atividades da ESEF até 1956, último ano de realização do referido Curso, uma vez que este fora substituído pelo Curso de Educação Física Infantil a partir do ano de 1957.

Com o intuito de responder ao problema de pesquisa, para além das fontes bibliográficas, foram analisadas fontes documentais (BACELLAR, 2010), especialmente os Programas de Ensino dos saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF e fontes orais (ALBERTI, 1989; 2005; 2012). Nossas reflexões por sua vez, apoiaram-se em três pilares teóricos. O primeiro deles se articula ao campo da Educação e denomina-se “História das Disciplinas Acadêmicas e Escolares” (CHERVEL, 1990; GOODSON, 1990; SANTOS, 1990; 1995; FONSECA, *et al.*, 2013). O segundo já mencionado relaciona-se ao estudo de Tardif (2014) e suas contribuições acerca dos Saberes Disciplinares. Por fim, o terceiro pilar teórico, está vinculado à Nova História Cultural, sobretudo aos conceitos de práticas e representações (CHARTIER, 2000; 2006; BURKE, 2005; PESAVENTO, 2004; BARROS, 2005; 2009a; 2010).

A realização desta investigação justifica-se pela possibilidade de apresentar uma versão sobre a trajetória educacional da ESEF, na perspectiva dos saberes disciplinares de seu Curso Normal uma vez que, como demonstrado anteriormente, estudos já realizados evidenciaram sua importância para a constituição do campo da formação de professores(as) no estado, além de a destacarem como uma das instituições pioneiras em âmbito nacional (MAZO; PEREIRA, 2005; LYRA, 2013).

Desta forma, o contato com as estruturas educacionais que formaram as bases para a criação da ESEF no estado foi necessário. Com relação a esta questão, estudos também se dedicaram a registrar os primeiros passos da instrução pública no Rio Grande do Sul (MOACYR, 1940; PRADO, 1964; SCHNEIDER, 1993), bem como a inserção da disciplina de Educação Física em seus currículos (PICCOLI, 1994; LYRA, 2013; LYRA, BEGOSSI, MAZO, 2016; LYRA, MAZO, BEGOSSI, 2016). No entanto, no que concerne aos conteúdos referentes ao movimento humano, ainda são escassas as investigações. Assim, na tentativa de sanar mesmo que minimamente esta lacuna, nosso caminho se delineou

inicialmente, na busca pelas organizações educacionais pioneiras do estado, procurando localizar em meio aos seus programas disciplinares, os saberes referentes ao movimento humano e, sobretudo, os conteúdos apresentados.

Para tanto, após a Introdução, no capítulo 2, intitulado “Referencial Teórico-Metodológico” são apresentados os conceitos teóricos utilizados para subsidiar nossas interpretações ao longo da escrita da dissertação. Além disso, são explicitadas as fontes levantadas, bem como descritos os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento dos materiais coletados.

No capítulo 3, intitulado “As bases da formação de professores(as) de Educação Física no Rio Grande do Sul” delineamos os saberes disciplinares referentes ao movimento humano, que compuseram a formação profissional anterior a criação da ESEF no estado do Rio Grande do Sul. Com base em materiais bibliográficos e, especialmente nas orientações contidas nos documentos legais consultados, este capítulo teve por objetivo apresentar os diferentes lugares ocupados pela Educação Física no contexto educacional sul-rio-grandense, até seu estabelecimento enquanto campo de formação portador de saberes disciplinares próprios e a criação de uma escola superior específica para formação profissional.

O capítulo 4, intitulado “A conformação do Curso Normal de Educação Física da ESEF” nos dedicamos a explanar uma versão acerca dos momentos iniciais da ESEF analisando suas ações enquanto instituição formadora de professoras(es) especializados de Educação Física, especialmente no que concerne ao seu Curso Normal. Por meio de fontes bibliográficas, documentais e orais, interpretamos as informações e as revelamos por meio da escrita de uma narrativa historiográfica.

No capítulo 5, intitulado “Os saberes disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF” buscamos construir a escrita de uma possível versão acerca da constituição dos saberes disciplinares que compuseram a grade curricular do Curso Normal de Educação Física da ESEF (1940-1956). Por meio do cruzamento de fontes bibliográficas, documentais e orais, apresentamos características comuns e traços díspares destes materiais. A partir deles foi possível chegarmos então, a uma relação de saberes disciplinares que provavelmente figuraram dentre aqueles aprendidos no interior do Curso Normal da ESEF.

No capítulo 6, intitulado “Os conteúdos disciplinares dos programas de ensino do Curso Normal de Educação Física da ESEF” nos dedicamos inicialmente a apresentar uma proposta de organização dos saberes disciplinares do Curso Normal

da ESEF. Para tanto, nos guiamos pelas orientações postas no Regimento Interno do Departamento de Educação Física do estado (DEEF). Este traçado solicitou a divisão de nossas considerações em duas partes, as quais foram organizadas em dois subcapítulos, a saber: 6.1 “Saberes disciplinares orientados pela Divisão de Biologia” e 6.2 “Saberes disciplinares orientados pela Divisão Técnica”. Posteriormente a esta disposição analisamos seus conteúdos disciplinares tendo como guisa de orientação os discursos relacionados à Educação Física que figuravam naquele período (1940-1956). Esta parte compôs o subcapítulo 6.3, intitulado “Saberes disciplinares que orientaram a formação no Curso Normal de Educação Física da ESEF”. Ressaltamos que sua construção contou, para além da consulta aos Programas de Ensino, com as fontes bibliográficas reunidas.

Finalizada a apresentação dos resultados expusemos as Considerações Finais no capítulo 7, seguido das Referências utilizadas para elaboração da dissertação e dos Apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para investigar como ocorreu a formação de professores(as) do Curso Normal da Escola Superior de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), notadamente com respeito aos seus saberes disciplinares foi imprescindível a escolha por conceitos que nos orientassem e, na mesma medida, sustentassem nossas considerações ao longo da construção do estudo. A opção por determinados marcos teóricos solicitou paralelamente a seleção de recursos metodológicos adequados ao tratamento das fontes reunidas para a investigação.

Nesta direção, acreditamos que quando dispomos de referenciais teórico-metodológicos apropriados ao entendimento e análise do objeto, o caminho a ser percorrido para a obtenção de resultados fundamentados é mais bem delineado. Ao mesmo tempo, tendo a compreensão dos limites estabelecidos por estas ferramentas de pesquisa e também pelas fontes consultadas, é mais provável que consigamos manter nossos passos na trajetória previamente constituída. Alerta Goldenberg (2015, p. 61) que “o pesquisador deve estabelecer um difícil equilíbrio para não ir além do que se pode, mas, também, não ficar aquém do possível”. Portanto, esse delineamento prévio e necessário das bases teórico-metodológicas nos orientou na trajetória de concepção do trabalho.

Nas linhas que seguem será apresentado o Marco Teórico que norteou nosso contato com as fontes, bem como a análise e interpretação das mesmas. Além disso, são descritos os Caminhos Metodológicos percorridos na busca pela construção de uma versão acerca dos saberes disciplinares que orientaram a formação de professores(as) do Curso Normal de Educação Física da ESEF, durante o período em que este permanecera em vigência, ou seja, de 1940 a 1956.

2.1 MARCO TEÓRICO

O Marco Teórico que atravessou e, na mesma medida, sustentou as linhas deste estudo é composto por três principais pilares investigativos. Foi a partir deles que surgiram os conceitos basilares a serem relacionados na construção da nossa narrativa histórica. O primeiro pilar se articula aos estudos realizados prioritariamente no campo da Educação, denominado História das Disciplinas

Acadêmicas e Escolares. Em seguida, tratamos de apresentar o conceito de “Saberes Disciplinares” sendo este o segundo pilar que embasou nossas reflexões. Por fim, tratamos no terceiro pilar teórico denominado Nova História Cultural. Este se apresentou a partir de dois de seus principais conceitos, a saber: Práticas e Representações.

Na sequência delineamos as particularidades desses referenciais apresentando seus autores e, sobretudo, suas aproximações ao nosso objeto de estudo. Iniciemos abordando os conceitos intrínsecos ao campo de estudo e investigação relacionado à História das Disciplinas Acadêmicas e Escolares. Todavia, importa destacarmos inicialmente que ele é utilizado como instrumento de análise de duas grandes linhas de pesquisa, que ora se cruzam, ora se afastam. De um lado estão os estudos produzidos por autores filiados à Sociologia do Currículo; de outro, os vinculados à História da Educação. Ambas as linhas, no entanto, compartilham seus diálogos com o campo da Nova História Cultural, especialmente por fazerem uso de diferentes fontes em suas análises (FONSECA *et al.*, 2013).

Posto isso, julgamos importante situar mesmo que de maneira breve, a posição que a presente investigação ocupa, além de citar autores com os quais dialogamos ao longo do processo de construção da pesquisa. A opção por seguirmos a linha dos estudos relacionados à História da Educação se justifica por estes se dedicarem a fornecer um novo olhar para a escola do passado, indo além da história dos ideários e dos discursos pedagógicos. Conforme Fonseca *et al.* (2013, p. 208), as investigações da linha que se vincula à História da Educação caracterizam-se por trabalhar em uma perspectiva temporal de “longa duração”, onde os recortes temporais distanciam-se do presente. É o caso da nossa investigação que ao se propor a analisar a construção dos saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF solicitou que retornássemos ao contexto no qual fora instituído, no ano de 1940.

De modo distinto por sua vez, ocorre com os estudos que vinculam o desenvolvimento de seus trabalhos ao campo da Sociologia do Currículo. Estes, além de apresentarem uma diversidade de períodos investigados se dedicam, sobretudo, a análise de períodos recentes (SANTOS, 1990). Nosso estudo, portanto, não traça aproximações com este viés, mas aproxima-se de outra forma, daquela linha vinculada à História da Educação conforme explicitado.

Diante disso, ao percorrer as instâncias de uma história que, conforme André Chervel (1990) denomina de “História dos Ensinos” ou “História das Disciplinas Escolares” nos é permitido também refletir sobre as próprias finalidades da escola. Para o autor (1990), diferentes setores da sociedade incumbem às instituições de ensino, sejam elas de educação básica ou de formação profissional, determinadas tarefas que se refletem em práticas próprias de uma época. Essas finalidades a que a escola deve atuar podem ser de natureza religiosa, moral, social, política, cultural ou mesmo de socialização, de higiene e incorporação de hábitos.

A escola na visão de André Chervel (1990) não se reduz, portanto, aos conteúdos explícitos e programados em seus planos. Uma disciplina² nesta configuração pode apresentar em suas entrelinhas influências de distintas ordens. Sendo assim, mais do que observar os conteúdos objetivos explanados nos documentos analisados é preciso analisar seus teores subjetivos, afinal, conforme nos diz Saviani (2013) “não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas; é necessário ler nas entrelinhas”.

De tal modo, para a construção do estudo foi necessário atentarmos-nos às finalidades que presidiram a constituição dos saberes disciplinares. Para isso, o contato com a realidade histórica, política e educacional se fez necessário, uma vez que como aborda Lucíola Santos (1995, p. 61), “nas análises das disciplinas podem ser privilegiados fatores diretamente ligados ao contexto social”. Na presente investigação, o contato com esta realidade foi primordial para a compreensão dos movimentos ocorridos com a disciplina de Educação Física, a qual passou de um conteúdo presente no interior dos saberes da Escola Normal, para um campo de formação, com delimitações próprias.

Essa alteração na conformação de uma disciplina escolar que passa a ser identificada também como um campo de formação ou mesmo uma disciplina acadêmica foi objeto de análise de Ivor Goodson (1990). Em seu estudo intitulado “Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução”, o autor (1990) trouxe contribuições que nos permitiram (re)pensar os processos de

² Sobre a noção de disciplina, o historiador francês André Chervel a denomina de “produção escolar”, sendo configurada para transformar o ensino em aprendizagem. Destaca ainda, que este termo teve aparição nos primeiros decênios do século XX, estando associado ao verbo “disciplinar”. Afirma, entretanto, que foi a partir do término da I Guerra Mundial que o sentido da “disciplina” passou, de fato, a classificar as “matérias de ensino”. O contato com o verbo “disciplinar”, por sua vez, permaneceu, sendo entendido como um modo de disciplinar o espírito, dando os métodos e as regras para abordar diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte (CHERVEL, 1990).

constituição e desenvolvimento da Educação Física enquanto disciplina na instrução primária e o seu processo de construção enquanto campo de formação de professores, permeado por conhecimentos específicos.

Diante das considerações acima empreendidas, o pilar teórico relacionado à História das Disciplinas Acadêmicas e Escolares nos auxiliou, sobretudo, no traçado dos movimentos ocorridos com o saber disciplinar de Educação Física desde sua constituição como conteúdo de ensino na Escola Normal, até o seu estabelecimento enquanto campo de formação profissional, com delimitações próprias. No entanto, para além do entendimento acerca das diferentes interfaces ocupadas pela Educação Física no cenário educacional, foi preciso que compreendêssemos de maneira mais aprofundada, o significado do conceito de saberes disciplinares uma vez que este se apresentou a nós como um dos conceitos chaves a serem debatidos.

Para tanto, nos apoiamos especialmente na obra de Maurice Tardif (2014), intitulada “Saberes docentes e formação profissional”. Para o autor (2014), o saber docente se compõe de vários outros tipos de saberes, os quais são provenientes de distintas fontes. Tais saberes podem ser disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais. De modo geral, o saber docente pode ser definido sob características de pluralidade, uma vez que é composto por distintas naturezas de ensinamentos.

A nós interessou debruçarmo-nos naqueles conceituados por Tardif (2014) como “Saberes Disciplinares”. Em suas reflexões o autor (2014) destaca que esta natureza de conhecimento é definida e selecionada pela instituição universitária. O corpo docente, deste modo, não é responsável pela definição e muito menos pela seleção dos saberes que circulam na escola e na universidade. Os saberes disciplinares situam-se em uma posição de exterioridade em relação à prática docente, já que eles se encontram consideravelmente determinados em sua forma e conteúdo, sendo produtos oriundos da tradição cultural e incorporados às instituições educacionais por meio de disciplinas, programas, matérias e conteúdos a serem transmitidos.

Os saberes disciplinares podem ser compreendidos diante disso, como conhecimentos sociais, que são incorporados pelas escolas e instituições de formação superior. Esses saberes segundo Tardif (2014) integram-se à prática docente através da formação (inicial e contínua) dos professores nas diversas disciplinas oferecidas pela universidade. De modo geral, os saberes disciplinares

correspondem aos diversos campos de conhecimento de que dispõe a sociedade, os quais são integrados às universidades sob a forma de disciplinas.

Para Desbiens (2005) os saberes disciplinares são produzidos dentro de um contexto histórico e social, que a eles exprime e testemunha modos de socialização e de apropriação. Para o autor (2005), qualquer forma de análise relacionada a estes conhecimentos não pode ser feita com a abstração total de fatores contextuais, exteriores ou interiores à instituição escolar e de ensino. Diante disso, as orientações dos autores (DESBIENS, 2005; TARDIF, 2014) voltam-se a importância de identificar e descrever os fatores que constituem o ambiente da atividade docente para que se evidencie dentro do possível, a influência desses aspectos na construção, desenvolvimento e estruturação dos saberes profissionais, sobretudo daqueles ditos disciplinares.

Diante disso, para além de seus estudos nos permitirem reflexões acerca dos saberes disciplinares, ainda enfatizam a necessidade de articulação entre a estrutura disciplinar estudada com a própria realidade histórica e educacional na qual fora cunhada. Por meio das leituras realizadas e dos documentos utilizados como fontes para o estudo foi possível percebermos que a estruturação inicial de uma conjuntura educacional abarca em seu interior, interferências vinculadas a distintos aspectos.

A partir deste pressuposto podemos aferir que o movimento de interpretação das fontes coletadas somente pôde ser realizado através de explicações que não foram pautadas por ideias fixas ou mesmo por meio de um percurso linear. Fez-se necessário, ao contrário disso, compreendermos as diferentes práticas e representações, sejam elas políticas ou educacionais que deram sentido à existência de determinado saber disciplinar, no conjunto daqueles que compunham a formação de professoras(es) na Escola sul-rio-grandense. Para tanto, o terceiro pilar teórico que compõe este estudo referente à Nova História Cultural, nos auxiliou no entendimento desse contexto, onde a Educação Física passou a ser reconhecida enquanto campo de formação de professores(as), portadora de saberes disciplinares próprios.

A Nova História Cultural vertente teórica concebida por autores como Chartier (2000; 2006); Burke (2005); Pesavento (2004) e Barros (2005; 2009a) se apresenta neste estudo como essencial à compreensão das diferentes dimensões sociais e culturais, que confluíram para a instituição do campo da Educação Física no Rio

Grande do Sul e, de modo particular, para o estabelecimento de saberes disciplinares próprios à formação do professorado do estado. Para tanto, esse referencial teórico tem por objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 2000, p. 16).

Dois foram os conceitos teóricos vinculados à Nova História Cultural que se tornaram fundamentais na construção da presente investigação. As “representações” segundo Chartier (2000) são compreendidas enquanto componentes da realidade social, sendo apresentadas como uma representação de alguma coisa. O autor destaca que não existem práticas ou estruturas que não sejam produzidas pelas representações e, portanto, todo tipo de narrativa pode ser lida culturalmente (CHARTIER, 2006). Complementar ao conceito de Chartier (2000; 2006), Pesavento (2004) enfatiza que as “representações” podem ser vistas como uma reapresentação de algo que se encontra ausente no tempo e no espaço. A autora (2004) afirma que o pesquisador fará uma tentativa de leitura de outro tempo que, por vezes, poderá se mostrar incompreensível devido “aos filtros que o passado poderá impor”, mas que só se torna possível de ser acessado através de registros e sinais que chegam até o presente.

Outro conceito fundamental para a compreensão da realidade histórica eleita foram as “práticas”. Para Barros (2009a, p. 59) elas “são realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com mundo o que, em última instância, inclui tanto as práticas discursivas como as práticas não discursivas”. Neste caminho, podemos interpretar estes dois conceitos – representações e práticas - enquanto ideias complementares, já que para Barros (2009a, p. 80) “as práticas geram representações e suas representações geram práticas, em um emaranhado de atitudes e gestos, no qual não é possível distinguir onde estão os começos - se em determinadas práticas, se em determinadas representações”.

Fazendo uma tentativa de articulação dos referidos conceitos com a investigação aqui apresentada, podemos pensar os Programas de Ensino do Curso Normal de Educação Física da ESEF enquanto um sistema educativo onde, de maneira geral, inscreve-se uma determinada prática cultural. Assim, a realidade sócio-histórica na qual tais materiais foram produzidos é traduzida de certa forma, em suas entrelinhas. Ao mesmo tempo, este artefato culturalmente produzido

inculca naqueles que a ele se submetem - neste caso professores(as) e alunos(as) - determinadas representações destinadas a moldar e/ou normatizar certos padrões. Assim, conforme afirma Pinto (2014) cabe ao pesquisador localizar e problematizar tais representações para que desta forma, se compreenda quais foram os contornos dados ao ensino daqueles saberes e, da mesma forma, entender quais as práticas presentes na conformação daquele contexto (PINTO, 2014).

Diante disso, ao eleger como plano de fundo desta investigação alguns dos conceitos presentes nos referenciais teóricos da História das Disciplinas Acadêmicas e Escolares, dos Saberes Disciplinares e da Nova História Cultural procuramos interpretar os saberes disciplinares que compuseram o Curso Normal de Educação Física da ESEF, enquanto produções históricas e culturais, concebidos em determinado tempo e espaço. Para tanto, o contato com as orientações postas por estes referenciais foi mantida ao longo da escrita como forma de nos guiarmos por meio de tais conceitos e, na mesma medida, refinar nosso entendimento na busca por melhor adequá-los à pesquisa.

2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

É com o intuito de analisar a construção dos saberes disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF (1940-1956) que encontramos na pesquisa histórica uma possibilidade de compreender e de certa forma, (re)apresentar uma versão sobre o objeto de estudo. Nossa escrita foi orientada no sentido de apresentar apropriações de uma realidade e não com a pretensão de descrever o passado tal como ocorreu. Para Chartier (1994) as apropriações visam uma história social dos usos e das interpretações referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que a produzem.

Por meio de uma abordagem qualitativa de pesquisa evidenciamos que não nos guiamos pela motivação de fixar preceitos e produzir generalizações. De outra forma, buscamos demarcar especificidades do objeto investigado em termos de seus significados particulares. Nossa reflexão encontra suporte nas palavras de Goldenberg (2015, p. 55) quando a autora afirma que “a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e da descrição densa dos fenômenos estudados em seus contextos”. Nesta mesma direção, Minayo (1994) ressalta que “a metodologia

deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática”.

Nesse caminho, inicialmente realizamos um levantamento de estudos, os quais tiveram em seu traçado a presença de semelhanças com a investigação aqui delineada. Este conjunto bibliográfico foi composto por artigos publicados em periódicos da área da Educação Física, além de dissertações de mestrado e teses de doutorado que nos auxiliaram na compreensão das distintas interfaces que conformam o campo. De início buscamos por estudos que tivessem se dedicado a abordar as instituições de ensino superior de Educação Física, estabelecidas no país. Posteriormente, focamos na ESEF, bem como no levantamento de estudos sobre suas distintas interfaces. Nossa busca se encerrou na procura por trabalhos acerca do Curso Normal de Educação Física da ESEF e do traçado de seus saberes disciplinares. Estas publicações embasaram nossas reflexões ao longo da construção deste estudo e sua relação pode ser consultada, conforme já mencionado, no Apêndice A.

Para além deste levantamento bibliográfico, entramos em contato com um conjunto de fontes documentais. Nossa busca se deu, primeiramente, por documentos oficiais, tais como leis, decretos e relatórios possuidores de prescrições de ordem legal³. Estes por sua vez, nos apresentaram os discursos oficiais vigentes durante o período delimitado para o estudo. Com relação a esta natureza de fontes Chervel (1990) orienta aos estudiosos manterem-se cautelosos, uma vez que, não se pode tomar a legislação e as prescrições oficiais como a realidade propriamente dita. Segundo o autor (1990) quando fontes de origem oficial forem utilizadas é preciso haver no decorrer da escrita, uma distinção entre as finalidades reais e as objetivas, já que essas regulamentações buscam de certa forma, corrigir ou proibir determinadas práticas. De modo complementar, Triviños e Wright (1986, p. 16), destacam que “é importante ter presente na análise dos documentos legais o contexto não só linguístico, mas, também, histórico das expressões, conceitos, etc.”.

Tendo sido reunido o aparato legal que normatizou os tempos, os espaços e os saberes foi preciso ir à busca de diferentes estratégias que nos auxiliassem na fundamentação de nossas reflexões. Os Programas de Ensino dos saberes

³ Ressaltamos que os documentos oficiais utilizados no estudo foram doados pelo Professor Doutor João Carlos Jaccottet Piccoli. Esses materiais foram localizados pelo Professor na Coleção de atos, regulamentos e instruções do estado Rio Grande do Sul, no arquivo do Jornal do Comércio e na Coleção de Leis e Resoluções, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF, desta forma, se apresentaram ao nosso estudo como fontes centrais. Neles foi possível visualizarmos a relação de conteúdos eleitos ao ensino de cada uma das disciplinas. De posse deste material primoroso doado ao nosso estudo⁴, a tarefa primeira, conforme descreve Chervel (1990, p. 203), foi:

Estudar os conteúdos explícitos do ensino disciplinar uma vez que, estes apresentam-se como *corpus* de conhecimento providos de uma lógica interna, articulados em torno de alguns temas específicos e organizados em planos sucessivos claramente distintos (CHERVEL, 1990, p. 203).

Para além dessas fontes documentais obtidas, cabe mencionar que existem outros canais de acesso aos significados dos saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF, que também precisam receber um olhar atento. Para tanto, localizamos no Repositório Digital do Centro de Memória do Esporte (CEME)⁵, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), da UFRGS, documentos tais como Folhas de Conceitos, Históricos Escolares e Regimentos vinculados a ESEF, bem como às ações incididas em seu interior, durante o período eleito para o estudo.

Ainda no acervo disponibilizado pelo CEME foi possível reunirmos sete fontes orais de ex-alunas(o), de professoras e de uma funcionária da ESEF⁶. Para além destas, nos foi cordialmente cedido um grupo de outras cinco entrevistas⁷ realizadas pela Professora Doutora Vanessa Bellani Lyra, gravadas para sua pesquisa de doutoramento e que também nos auxiliaram no entendimento acerca dos saberes disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF. Tais depoimentos compuseram o conjunto de fontes orais analisadas para a pesquisa.

⁴ Os Programas de Ensino encontram-se arquivados juntamente aos demais materiais de pesquisa do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME).

⁵ Para consulta ao Repositório Digital do CEME/ESEFID/UFRGS, acessar o seguinte *link*: <http://www.ufrgs.br/ceme/site/>

⁶ As entrevistas localizadas foram realizadas com as seguintes pessoas: Ilse Engel Guterres (ex-aluna da ESEF); Yula Maria Green Hervé (ex-aluna e ex-professora da ESEF); Maria do Carmo Giácomo (ex-funcionária da ESEF); Nelson Rubens Saul e Gisela Strauss Saul (ex-alunos da ESEF); Olga Valéria Kroeff Echart (ex-aluna e ex-professora da ESEF); Quintina Cândida Marna Letícia Rachel Crocco Paccini (ex-aluna e professora da ESEF); Tereza Galvão (ex-aluna e professora da ESEF).

⁷ As entrevistas cedidas para a pesquisa foram as realizadas com as seguintes ex-alunas do Curso Normal de Educação Física da ESEF: Ademira Tagliare (aluna da segunda turma); Anna Thereza (ex-aluna do Curso Normal da ESEF); Julita Luiza Schumacher Stallivieri (ex-aluna do Curso Normal da ESEF); Zilca Rossi Montanari (ex-aluna do Curso Normal da ESEF); Maria de Lourdes Fonseca (aluna da primeira turma).

Por fim, para auxiliar-nos no traçado do panorama da instrução pública do estado do Rio Grande do Sul no período que antecedeu o estabelecimento da ESEF no campo, para além do material bibliográfico reunido, da legislação, das fontes documentais e orais até aqui destacados, compilamos também um conjunto de reportagens⁸ veiculadas por jornais do estado em diferentes períodos⁹. Tais fontes apresentam informações sobre a constituição dos Cursos Complementares e a criação dos Cursos Intensivos de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul.

Diante disso, nosso *corpus* de análise foi composto por fontes bibliográficas, fontes documentais e fontes orais. Essa característica de utilização de uma diversidade de materiais na busca por compreender a construção de um fenômeno é entendida de modo positivo por Goldenberg (2015). A autora (2015) destaca que observar aspectos diferentes sob enfoques distintos, pode não só contribuir para reduzir o *bias*¹⁰ da pesquisa como também, propiciar uma compreensão mais aprofundada do problema estudado.

Nesta direção, a interpretação das fontes privilegiadas foi guiada no sentido de reconhecermos aproximações e distanciamentos entre elas. Buscamos nos empenhar no processo de interpretação indo ao encontro das necessidades apontadas pela Nova História Cultural. Assim, a interpretação dos materiais coletados foi realizada indo além de seus entraves políticos e considerando, de outro modo, a produção cultural humana que revela aspectos da própria cultura (CHARTIER, 1994).

O grupo de fontes que se caracteriza como “documentais” foi tratado e interpretado a partir da técnica da Análise Documental, descrita por Bacellar (2010). Esta se divide, conforme as orientações, em três principais etapas. A primeira delas denominada “levantamento e seleção de documentos” ocorreu nos meses iniciais de desenvolvimento da pesquisa e buscou reunir um conjunto de fontes úteis ao estudo. Posteriormente, passamos para a etapa de “codificação dos dados”, ou seja, dentre a totalidade do material consultado, foram selecionados aqueles que se

⁸ As reportagens coletadas foram localizadas na Revista de Instrução Pública (1927; 1928); no Jornal do Comércio (1930); no Jornal Folha da Tarde (1939); no Jornal Diário de Notícias (1936) e na Revista do Ensino do estado do Rio Grande do Sul (1940).

⁹ As reportagens utilizadas na construção da pesquisa foram doadas pelo Professor Doutor João Carlos Jaccottet Piccoli. Reiteramos nosso agradecimento ao Professor Piccoli por ter nos cedido gentilmente tais materiais.

¹⁰ Segundo a autora (2015, p. 48) “a utilização do termo em inglês é comum entre os cientistas sociais. Pode ser traduzido como viés, parcialidade, preconceito”.

aproximavam do nosso problema de pesquisa; e, por fim, passamos à “interpretação dos dados coletados” (BACELLAR, 2010, p. 63).

De modo pontual, a etapa de “codificação dos dados” suscitou a divisão do presente estudo em quatro principais capítulos de resultados. Essa organização foi possível de ser alinhavada por meio da relação dos conteúdos que compunham o material de pesquisa, o qual fora dividido em categorias de análise distintas, as quais vieram a conformar a estruturação da dissertação. Assim, a codificação dos dados contidos nas fontes foi orientada inicialmente pelo problema de pesquisa da investigação e, posteriormente, auxiliou na construção das subcategorias estruturantes do estudo.

Para além de orientar o caminho a ser seguido pela investigação com relação à análise documental, Bacellar (2010) evidencia que é fundamental conhecermos a origem das fontes uma vez que nenhum documento é neutro. Em razão disso, todo e qualquer material a ser analisado na investigação carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que a registrou. Segundo o autor, cabe ao pesquisador analisar os materiais que dispõe de forma crítica e não os tomando como verdades absolutas (BACELLAR, 2010).

Este estudo mobilizou também a utilização de fontes orais. A partir delas analisamos o “vivido” através das memórias de sujeitos que vivenciaram a ESEF e, de um modo particular, o Curso Normal de Educação Física. Para tanto, elas foram compreendidas enquanto narrativas capazes de dar legitimidade a inúmeras representações. Para Goldenberg (2015, p. 61) “as lembranças não são falsas ou verdadeiras, simplesmente contam o passado através dos olhos de quem vivenciou”. Alberti e Pereira (2008) por sua vez, evidenciam que os depoimentos orais caracterizam-se por permitir o conhecimento de realidades sociais, condensando determinados significados sobre o passado e estando intimamente ligados à memória.

A memória é traduzida por Barros (2009b, p. 37) como um “território”, um espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o “Ser Social” a cada instante. Para o autor (2009b), a memória não pode mais, nos dias de hoje, ser associada metaforicamente a um espaço inerente no qual se depositam lembranças. Nesta direção, Pesavento (2004) destaca que a memória se propõe a fazer uma

reconstrução do passado que também se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo, uma representação.

De posse desse entendimento, embora as fontes orais utilizadas para o estudo não tenham sido produzidas especificamente para comporem nossa pesquisa, elas nos auxiliaram de modo significativo no traçado de evidências acerca da construção dos saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF. Por conta disso, elas apresentaram-se a nós já no formato transcrito. A respeito disso, Alberti (2005, p. 24) ressalta que:

Mesmo transcrita, a entrevista de história oral deve ser considerada em função das condições de sua produção: trata-se de um diálogo entre entrevistado e entrevistadores, de uma construção e interpretação do passado atualizada através da linguagem falada (ALBERTI, 2005, p. 24).

A autora (2005) ainda esclarece que depois de transcritas as entrevistas transformam-se em documentos orais. Foram esses materiais, portanto, que compuseram juntamente as demais fontes aqui explanadas, o *corpus* de análise do nosso estudo. Os documentos orais por sua vez, foram analisados por meio da perspectiva teórico-metodológica da História Oral (ALBERTI, 1989; 2005; 2012). Esta, privilegiando o contato direto com sujeitos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas e visões de mundo contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (ALBERTI, 1989; THOMPSON, 1992).

Ressaltamos que em razão das fontes orais não terem sido produzidas especificamente para comporem o presente estudo, a interpretação desse material transcrito se deu por meio de categorias de análise definidas a priori. Essas por sua vez, buscavam demarcar as bases da formação de professores(as) de Educação Física no estado do Rio Grande do Sul, além de balizar aspectos vinculados de modo pontual ao Curso Normal de Educação Física da ESEF, bem como seus saberes disciplinares e conteúdos. Assim, buscamos localizar no teor dessas entrevistas elementos que as aproximassem desses pontos de análise e, de modo geral, do problema de pesquisa estabelecido à pesquisa.

Privilegiando as fontes históricas referidas acima, o texto final da dissertação foi redigido a partir do “cotejamento de distintas informações” (BACELLAR, 2010, p. 71). Essa combinação de diferentes naturezas de fontes, bem como de suas formas

de análise é denominada por Goldenberg (2015, p. 69) de “triangulação”. Segundo a autora (2015, p. 69) trata-se de uma “metáfora tomada emprestada da estratégia militar, que se utiliza de múltiplos pontos de referências para localizar a posição exata de um objeto”.

Tendo o intuito de abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão dos diversos pontos que compõem nosso estudo, a narrativa histórica aqui delineada foi construída através do cotejamento e da triangulação das diferentes fontes reunidas ao longo do processo de concepção da pesquisa. Nossas reflexões foram permeadas por interpretações e releituras construídas a partir de representações que chegaram até nós por meio das fontes consultadas (CHARTIER, 1994).

Para fins éticos ressaltamos que este estudo foi aprovado pela Comissão de Pesquisa de Educação Física da ESEFID/UFRGS, sob o número 31966.

Nos capítulos que seguem são apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica, assim como da análise das fontes documentais e orais.

3 AS BASES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO RIO GRANDE DO SUL

O senhor Palomar vê uma onda apontar na distância, crescer, aproximar-se, mudar de forma e de cor, revolver-se sobre si mesma, quebrar-se, desfazer-se. [...] Contudo, isolar uma onda da que lhe segue de imediato e que parece às vezes suplantá-la ou acrescentar-se a ela e mesmo arrastá-la é algo muito difícil, assim como separá-la da onda que a precede e que parece empurrá-la em direção à praia, quando não dá até mesmo a impressão de voltar-se contra ela como se quisesse fechá-la [...] Em suma, não se pode observar uma onda sem levar em conta os aspectos complexos que concorrem para formá-la e aqueles também complexos a que essa dá ensejo (CALVINO, 1994, p. 7- 8).

O trecho acima escrito por Ítalo Calvino (1994) no livro Palomar revela a complexidade de se observar uma onda isoladamente, já que esta se recusa a deixar-se isolar. Da mesma forma em que a onda se contrapõe a uma noção estática de entendimento, também assim podemos pensar os processos históricos. Estes, igualmente nos remetem a uma compreensão de fatos contínuos marcados, às vezes, por rupturas e sendo repletos de interferências de ordem social, cultural e política.

Desta maneira, para se observar e, por consequência, compreender determinado contexto histórico é preciso voltar-se aos processos que culminaram para sua constituição. No entanto, da mesma forma que é necessário o entendimento da totalidade é igualmente imprescindível o reconhecimento das partes para que possamos tecer os fios e, assim, se aproximar de elucidções do problema de pesquisa. De tal modo, em busca de respostas para o questionamento sobre como ocorrera a formação de professores(as) do Curso Normal de Educação Física da ESEF, notadamente com respeito aos saberes disciplinares no período de 1940 a 1956, é preciso que inicialmente nos debruçemos sobre a constituição das organizações educacionais anteriores a instituição superior acima referida.

Nessa direção, inicialmente revisitamos as bases da formação de professores(as) de Educação Física no estado do Rio Grande do Sul. Nos contornos desse caminho delineamos, sobretudo, os saberes disciplinares alçados por estas instituições de formação que, para além de exercerem suas funções, também formaram as bases para a criação da ESEF no ano de 1940. Para tanto, a principal

fonte de pesquisa utilizada na construção deste capítulo foi a documentação legal do estado do Rio Grande do Sul, especialmente aquela que previu orientações relacionadas às estruturas educacionais e que foram expedidas no período que antecedeu a criação da ESEF. Vale mencionar que a análise das fontes foi norteadada pela recomendação de Triviños e Wright (1986), os quais afirmam que quando se analisam documentos legais é muito importante ter conhecimento do contexto linguístico e histórico das expressões uma vez que, uma mesma palavra ou conceito pode apresentar-se de distintas formas, ao longo de um período histórico. Para além desta fonte fizemos uso também de estudos localizados por meio da revisão bibliográfica.

Nosso percurso pela compreensão das bases educacionais iniciou-se através do retorno ao século XIX, mais precisamente a 1822, ano da Proclamação da Independência do Brasil. A partir deste contexto, uma nova condição tornou-se vigente em terras brasileiras e uma reestruturação jurídico-administrativa se fez necessária. A intenção pela elaboração e promulgação de uma Constituição trouxe consigo também o anseio por uma legislação voltada à instrução pública (SAVIANI, 2013). Esta medida revelou de certo modo, que o momento inicial dessa nova estrutura política e administrativa considerou mais atentamente as questões relativas à educação (PRADO, 1964).

Essa aspiração refletiu na conformação da Comissão de Instrução Pública vinculada à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, a qual tinha por incumbência a elaboração de um plano geral para a organização da instrução pública brasileira. Apesar dos esforços despendidos a tarefa não foi efetivada, visto que o então Imperador Dom Pedro I determinou a dissolução da Assembleia, no ano 1823. Em contrapartida, outorgou a primeira Constituição do Império do Brasil, que se limitou a afirmar no Inciso 32, do Artigo 179 do último título (VIII), “que a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (SAVIANI, 2013, p. 123). A esta assertiva, portanto, reduziu-se o anseio primeiro de organização da instrução pública no Brasil.

Posteriormente, com a reabertura do Parlamento no ano de 1826, novas discussões foram a floradas. Todavia, a despeito das propostas que, segundo Saviani (2013, p. 125) “sinalizavam a presença das ideias modernas que preconizavam uma educação pública e laica”, nenhuma das sugestões entrou na pauta das discussões da Assembleia. De outro modo, no ano seguinte (1827) aprovou-se a implementação de um projeto mais modesto que àquele até então

pretendido, se limitando à escola elementar. O projeto denominado “Escolas de Primeiras Letras” foi aprovado pela Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, “autorizando a criação de escolas de primeiras-letras nas cidades, vilas e lugares de maior densidade populacional” e esboçando as primeiras linhas da vida funcional do professor (PRADO, 1964, p. 230).

O marco legal que determinou a concepção das Escolas de Primeiras Letras é considerado, segundo Saviani (2013, p. 126), “a primeira lei de educação do Brasil”. Evidenciamos que este entendimento de ensino estava em consonância com os ideais educacionais da época, os quais pretendiam antes de tudo, garantir a todos os povoados o acesso primeiro ao saber que a modernidade considerava indispensável ao afastamento da ignorância. Juntamente a este modelo de ensino preconizava-se determinados saberes disciplinares, os quais eram tidos como fundamentais ao desenvolvimento dos objetivos da escolarização primária da época, a saber: leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações de aritmética, noções de geometria, além do ensino da doutrina da religião católica e apostólica romana (SAVIANI, 2013).

Apesar do anseio de concretização das Escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos do Brasil, este projeto não foi viabilizado em diversas Províncias¹¹. Na então chamada “Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, atual estado do Rio Grande do Sul, o Presidente Manuel Antônio Galvão informou em relatório datado de 1831, que em toda Província havia somente uma aula pública em funcionamento, dentre as nove criadas. Segundo o Presidente, não estava sendo fácil provê-las em decorrência da “falta de pessoas com preparo preciso” e da escassez de materiais oferecidos à função docente (PRADO, 1964, p. 230).

Estas condições foram ainda mais agravadas nas Províncias a partir da aprovação do Ato Adicional à Constituição do Império, no ano 1834, o qual estruturava uma nova forma de instrução pública ao país. A partir de então, o governo central desobrigou-se do cuidado das escolas primárias e secundárias e transferiu esta incumbência às Assembleias Legislativas Provinciais (SAVIANI, 2013). A formação de nível superior, no entanto, continuou sendo responsabilidade do Império. Para Piccoli (1994, p. 14) “foi através desta medida que se procedeu a

¹¹ Caso tivesse sido viabilizado ter-se-ia dado origem a um sistema nacional de instrução pública.

descentralização do ensino primário e secundário no Brasil”. A referida medida inaugurou uma nova estrutura de ensino, descentralizada sem, no entanto, atentar-se ao cuidado simultâneo de maior previsão orçamentária às províncias (PRADO, 1964).

Neste novo contexto que se instaurou em todo Império, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul um número considerável de Regulamentos foi expedido com o intuito de organizar a instrução primária e secundária. No estudo de Prado (1964) foi evidenciado que a primeira Lei reguladora da instrução primária expedida sob esse regime descentralizado é a de n.º 14, de 22 de dezembro de 1837. Cabe ser destacado também que neste tempo o recrutamento de professores era realizado entre as pessoas que reuniam conhecimento das matérias dos programas de primeiras-letras, sem ter a iniciação, entretanto, na “arte de ensinar”. No entanto, é sabido que já durante este período “se começava a tomar consciência da necessidade de preparação para o exercício do magistério” (PRADO, 1964, p. 230).

A informação aludida no estudo de Aurea Prado (1964) está apoiada, sobretudo, em uma mensagem do então presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga, dirigida à Assembleia Legislativa, no ano de 1835. No conteúdo desta correspondência, o presidente delatava a falta de conhecimento da maior parte dos mestres durante as aulas. Segundo ele, este fato refletia, sobretudo, no baixo aproveitamento das lições pelos alunos uma vez que, “não se poderia ensinar o que não se conhecia bem” (PRADO, 1964, p. 230). Nas linhas seguintes do documento, o Presidente da Província destacou ainda que enquanto não fosse estruturada uma Escola Normal, onde os professores pudessem se habilitar, não acreditava que a instrução primária da Província seria desenvolvida. É possível constatar desta forma, já no ano de 1835, o anseio pela criação de uma Escola Normal para capacitar os professores ao desenvolvimento do ensino, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

No estudo realizado por Lyra, Begossi e Mazo (2016) foi corroborado um dos registros legais mais antigos destinados à organização da educação sul-riograndense, sobretudo, no que diz respeito ao arranjo do campo da formação de professoras(es) no estado. O manuscrito intitulado “*Projecto*”¹² de Regulamento Interno para as Escolas de *Instrucção* Primária” é datado de 19 de agosto de 1840 e,

¹² Destacamos que as palavras grafadas em itálico ao longo do texto representam a escrita original das fontes consultadas e que, portanto, optamos por mantê-las conforme aparecem nos materiais.

foi escrito pelo então diretor da Instrução Primária da Província sul-rio-grandense, João Rodrigues Fagundes. Este documento objetivava idealizar a primeira Escola Normal na capital e a ela imprimir seus preceitos de funcionamento, tanto administrativos quanto pedagógicos.

Por certo, a criação da Escola Normal foi concretizada tempos depois, através do “Acto de 05 de abril de 1869”. Apesar disso, tornou-se notório que já durante o período compreendido entre os anos de 1830 e 1840 se fazia presente no estado o desejo pela sistematização de uma escola formadora de professoras(es). Para Lyra (2013, p. 58) “a Escola Normal foi estruturada após um longo período de variações orçamentárias, que ora faziam avançar ora retroceder suas obras”. Ressaltamos ainda que dentre as principais pretensões desta instituição de ensino estava à formação do professorado para atuar junto às escolas primárias sul-rio-grandenses, conforme evidenciado no Artigo 1º, do “Regulamento do curso de estudos *normaes*” (1869). Diante disso, a Escola Normal passou a ser compreendida como instância responsável pela normalização das práticas educativas existentes em território sul-rio-grandense.

Este ideário educacional se estabeleceu juntamente ao processo de instituição de uma nova conjuntura política que mobilizava a sociedade brasileira de forma ampla. Durante este período - fins do século XIX e início do século XX - os ditames imperiais foram aos poucos cedendo lugar às novas convicções da República Federativa do Brasil, que emergiu no ano de 1889. Juntamente a essas aspirações conclamava-se por mudanças sociais de toda ordem, ao mesmo tempo em que o novo regime anunciava “sonhos e ideais de um país que se pretendia ao alcance de todos ao lutar em defesa da emancipação social dos cidadãos brasileiros” (LYRA; MAZO, 2010, p. 57). No entanto, conforme destaca Prado (1964), não foram tranquilos os primeiros dias da República, à semelhança dos últimos do Império.

Na conformação deste contexto republicano, durante as primeiras décadas do século XX fazia-se presente uma tensão social em razão das transformações do regime constitucional e do recém adotado sistema administrativo que, segundo Prado (1964), não facilitava o desejável atendimento às instituições educacionais. Embora o contexto fosse pouco favorável ao desenvolvimento do ensino, o processo de escolarização foi considerado o grande instrumento de participação política na época (SAVIANI, 2013). A educação, por conseguinte, além de normalizar

necessitava habilitar os docentes para a formação de profissionais responsáveis pela preparação de alunos e também ser ponte para o mundo adulto civilizado (TURCI, 2012).

Essa compreensão política em seu cerne afirmava que “o nascimento de um novo Brasil estava na dependência da formação de um novo brasileiro, educado e instrumentalizado para a (re)construção do país” (LYRA; MAZO; BEGOSSI, 2016, p. 1326). Nessa perspectiva, a Escola Normal de Porto Alegre passou a ser reconhecida como um dos lugares que viabilizava a constituição dessa sociedade, tendo por finalidade primeira, a formação de professores primários para atuar nas escolas do Rio Grande do Sul. De modo similar, Turci (2012) nos revela que na Escola Normal Mineira a ideia do novo, do moderno foi aparecendo através dos tempos e espaços expressos, especialmente por meio de seu currículo que propunha uma formação diferenciada aos futuros professores.

Na Escola Normal de Porto Alegre, o currículo surgiu “tímido sendo desenvolvido em dois anos, muito mais de cultura geral que profissional” (PRADO, 1964, p. 235). No entanto, ao longo de sua trajetória a Escola Normal passou por uma reforma em sete de março de 1877 e foi reorganizada em quatro de fevereiro de 1881. Na reforma de 1877, advinda a partir da promulgação da Lei Provincial n.º 32, de sete de março, dentre as alterações levadas a efeito encontrava-se a inserção da disciplina de *Gymnastica* que, pela primeira vez, apareceu no rol dos saberes curriculares desta instituição. Na ocasião, os saberes ligados ao movimento corporal vincularam-se à disciplina denominada “*Gymnastica*, esgrima e exercícios militares”¹³.

Para Turci (2012) a inserção de novas disciplinas nas grades curriculares das escolas normais se deu, por um lado, em virtude de um significativo avanço científico operado na segunda metade do século XIX, como um reflexo das ideias advindas da educação europeia. De outro modo, os novos saberes inseridos nas escolas normais advogavam pela necessidade de desenvolver um sentimento de amor à pátria entre os alunos, indo ao encontro das aspirações políticas e sociais da

¹³ A referida disciplina, conforme evidenciado na Lei Provincial n.º 32 de 07/03/1877, em seu Art. 1, parágrafo 2º, “somente fará parte do 1º *anno* e será exclusivamente ensinado aos *alumnos*”, ou seja, ao sexo masculino. Além disso, destacou-se no Artigo 15 da referida Lei, que “O professor de *gymnastica* e exercícios militares será obrigado a ensinar essas matérias nas aulas públicas do sexo masculino da capital em dias diferentes das lições na Escola Normal”.

época. Nesta direção, talvez nos caiba uma reflexão acerca do primeiro regulamento da Escola Normal aprovado pelo *Acto* Provincial de 19/02/1872.

No Artigo 2º, do Capítulo I, do documento intitulado “Regulamento do curso de estudos *normaes*” de 05/04/1869 destaca-se: “O *caracter d’esta* escola será principalmente *pratico* [...]”. Mesmo não constando nenhuma menção aos conteúdos ligados ao movimento humano torna-se relevante que reflitamos acerca do sentido operado pelo termo “caráter prático” da Escola Normal. Em conformidade com o estudo de Turci (2012), destaca Tardif (2014, p. 45) que “no decorrer dos séculos XIX e XX a educação e a infância tornaram-se espaço e problema público, além de campo de uma ação social racionalizada e planejada pelo Estado”. As instituições de formação de professores(as) por sua vez, passaram a ser orientadas por uma ideologia de caráter profissional, centrada na profissão e em suas condições.

Diante disso, ser portadora de um “caráter de ensino prático” talvez vincule a Escola Normal a uma formação voltada ao trabalho, ao próprio exercício da profissão de professor. Aliás, conforme visto foi justamente para sanar a carência de docentes estaduais que a instituição fora posta em funcionamento. As práticas docentes por sua vez, apresentadas no formato de disciplinas e incluídas em seu currículo passaram por reformas e readequações para que as premissas de seu Regulamento fossem atendidas. Conforme visto foi em uma dessas reformas, mais especificamente na de 1877, que ocorreu a inserção, pela primeira vez, de saberes vinculados ao movimento humano. Para Piccoli (1994, p.19), o que se tornou manifesto nesse momento é que a inclusão do ensino da esgrima e de exercícios militares na Escola Normal foi alvo de severas críticas durante seu processamento legal.

A insatisfação e as “severas críticas” referidas por Piccoli (1994, p. 19) partiram do então Presidente da Província, Tristão de Alencar de Araripe que se negou a sancionar a Lei de reorganização do ensino normal, pois o programa previa a substituição de estudos de “*instrucção* moral e religiosa” por “esgrima e exercícios militares”. Araripe julgou a referida medida como de “supremacia do poder da matéria sobre o da inteligência”, em sua justificativa de não aprovação da concepção apresentada em 1877:

Ora, deixar-se de parte do ensino das regras de moral e das sans doutrinas da religião para ensinar a esgrimir e a manejar as armas,

parece descrença na *eficácia* das virtudes *moraes* e confiança no uso do poder material [...] *Poder-se-hia* admitir o ensino da esgrima e dos *exercícios militares*, como meio de desenvolver as faculdades *physicas* do homem, mas nunca com a preterição do ensino moral e religioso, como faz o *projecto*, podendo *d’ahi* inferir-se a preferência de um sobre o outro ensino (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1876).

No contorno das considerações de Araripe e, de maneira a buscar um entendimento acerca de suas justificativas, nos deparamos com as considerações presentes no estudo de Aurea Prado (1964). A autora evidencia que dois foram os principais reflexos advindos com a instauração da República Federativa do Brasil e que tiveram suas representações na escola: um, de procedência política – a democracia; e outro, confessional – a separação entre a Igreja e o Estado. A primeira, segundo Prado (1964, p. 241) “procuraria gravar na escola um caráter popular e conduzir à concepção mais elevada e mais nobre de uma ordem jurídica fortalecida nos sentimentos de solidariedade social”. A segunda ausentaria da escola o ensino religioso, porém, não abalaria os fundamentos cristãos da família sul-rio-grandense.

Durante o processo de deflagração de uma nova ordem administrativa ao país quando, ao mesmo tempo, a sociedade se despedia do regime Imperial e mergulhava aos poucos nas aspirações Republicanas, ideais também se modificavam e, por certo, encontravam resistências para sua aceitação. A orientação católica, neste sentido, até o ano de 1889 ditava a ação escolar, pois esta era tida como religião obrigatória no estado. Tais influências transcendem os limites da obrigatoriedade de uma crença quando se fazem presentes também no processo histórico, social, educacional e cultural do Rio Grande do Sul, o qual possui profundas raízes em uma filosofia de vida cristã. Com a incursão de um novo tempo, que trouxe consigo novas orientações, uma nova dinâmica educacional se pôs vigente demonstrando uma visão emancipadora do homem e da vida (PRADO, 1964).

Na baliza destas ações, uma nova reorganização à Escola Normal foi idealizada a partir da Lei Provincial n.º 1.340, de 27 de maio de 1881, na qual se aprovou o terceiro regulamento, sob a denominação de “Regulamento para a *Reorganização* da Escola Normal” (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1881). Essa normativa definiu a mudança de algumas das estruturas

vigentes no regulamento anterior, tais como a ampliação do curso de estudos oferecido, o qual passara para quatro anos. Assim, conforme evidenciado no Artigo 3º da referida Lei, “O curso de estudos da Escola Normal fica dividido em um curso preparatório de um *anno* e um Curso Normal de 3 *annos*”.

O Curso Preparatório, conforme evidenciado no Artigo 4º, da Lei Provincial n.º 1.340, de 27 de maio de 1881¹⁴, tinha por finalidade habilitar os alunos das aulas primárias a se matricularem no Curso Normal e também nele praticarem os alunos do 3º ano da Escola Normal. Além disso, as aulas eram divididas em duas salas: uma para o sexo masculino, dirigida por um professor normalista e outra, para o sexo feminino, orientada por uma professora igualmente normalista. O programa de ensino deste curso era composto pelas seguintes disciplinas:

Artigo 3º - Parágrafo único. 1º - Leitura expressiva, *orthographia*, *grammatica* nacional *pratica*, *redacção*. 2º - *Arithmetica*, *systema métrico*, noções elementares de geometria, avaliação de *areas* e volumes (problemas). 3º - Noções *geraes* de *geographia*, *geographia* da *Provincia* e do *Brazil*, uso dos *mappas*, elementos da *historia* do *Brazil*. 4º - Desenho linear, *calligraphia* – Na aula de meninas *ensinar-se-hão tambem* trabalhos de agulha, e com *preferencia* a costura usual (PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1881).

O programa curricular previsto para o Curso Normal, o qual tinha duração de três anos foi descrito no Artigo 9º desta mesma legislação, destacando as seguintes disciplinas:

1ª – *Portuguez (grammatica philosophia applicada à lingua portugueza, composição portugueza)*. 2ª – *Arithmetica*, álgebra até equações do 2º *grao* e geometria com *aplicações praticas*, noções *geraes* de *mecanica*. 3ª – *Pedagogia*, *comprehendendo* sua *historia*, suas divisões e *aplicações praticas*, e *principios* de direito natural. 4ª – *Geographia*, noções *geraes* de *historia* universal e de *mythologia*, *historia* do *Brazil*. 5ª – *Cosmographia*, elementos de *sciencias naturaes* e noções de agricultura. 6ª – *Francez*. 7ª – *Allemão*. Aula. – Desenho de paisagem e noções de perspectiva” (PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1881).

¹⁴ Este documento foi redigido no ano de 1881, pelo então presidente da Província do Rio Grande do Sul, Francisco de Carvalho Soares Brandão (PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1881).

Através de uma breve análise do programa geral das disciplinas que compunham a totalidade dos estudos na Escola Normal de Porto Alegre é possível afirmarmos que nenhuma menção é feita aos saberes referentes ao movimento humano. Logo, em conformidade com as considerações de Lyra (2013) destacamos que a Educação Física novamente ficou à margem da preparação das(os) futuras(os) mestras(es) no estado durante este período uma vez que, nenhuma alusão aos saberes vinculados a sua natureza, ou seja, a do movimento, foram evidenciados no programa de estudos referido acima.

Este panorama da educação no Rio Grande do Sul começou a alterar-se significativamente, a partir do ano 1897, quando o então presidente do estado, Julio Prates de Castilhos, instituiu o Decreto Estadual n.º 89, de 2 de fevereiro de 1897, que apresentou um conjunto de normas para o funcionamento do aparelho escolar (RIO GRANDE DO SUL, 1897). A sua principal finalidade foi reorganizar a instrução primária do Rio Grande do Sul defendendo um ensino primário livre, leigo e gratuito, a ser ministrado pelo próprio Estado, no interior de duas novas organizações: as Escolas Elementares e os Colégios Distritais (RIO GRANDE DO SUL, 1897).

As Escolas Elementares tinham por responsabilidade a educação primária de crianças (PRADO, 1964). Os Colégios Distritais que, por sua vez, serviam de local para a ocorrência dos Cursos Complementares, asseguravam a formação do professorado primário, antes concentrado apenas na Escola Normal da capital. Diante de tais considerações podemos afirmar que esta medida, de certa forma, representou uma democratização na formação de professores(as) no estado do Rio Grande do Sul uma vez que os Colégios Distritais e, conseqüentemente, os Cursos Complementares instalaram-se em diferentes regiões sul-rio-grandenses.

O ensino nas Escolas Elementares era dividido em “três classes e estas em duas secções cada uma”, conforme destacado no Artigo 1º, do Decreto n.º 130, de 22 de janeiro de 1898, que aprovou o regimento interno das Escolas Elementares do estado (RIO GRANDE DO SUL, 1898). Durante estes três anos de ensino os saberes vinculados à *Gymnastica* tiveram espaço nos intervalos das lições do ensino elementar, onde eram executados exercícios e, além deste tempo, contou também com pelo menos mais uma hora por semana para sua prática. No Artigo 15º do Decreto n.º 130, de 22/01/1898, estava descrito os objetivos mobilizados pela disciplina de *Gymnastica*:

O ensino da *Gymnastica* terá mais o *caracter* de exercício para o descanso e retempero do *espírito*, do que o de uma disciplina especial. Nos *exercícios militares* e em *aparelhos gymnasticos* tomarão parte *sómente* os *alumnos* do sexo masculino (RIO GRANDE DO SUL, 1898).

Ao que concerne ao arranjo curricular aplicado às Escolas Elementares, no Artigo 5º, do Decreto Estadual n.º 89, de 2 de fevereiro de 1897, aprovado pelo então Presidente do estado do Rio Grande do Sul, Julio Prates de Castilhos são evidenciadas as disciplinas que compuseram os três anos de formação primária nesta organização educacional:

O ensino das escolas elementares *comprehende*: Ensino *pratico da lingua portugueza*; Contar e calcular; *Arithmetica pratica* até a regra de *tres*, mediante o emprego primeiro dos processos *espontaneos*, e depois dos processos *systematicos*; *Systema metrico* precedido do estudo da geometria *pratica (tachmetria)*; Elementos de *geographia* (uso dos *mappas*) e *historia*, especialmente do Brasil e do Estado; Lições de *cousas* e noções concretas de *sciencia physica* e *historia natural*; Elementos de *musica* vocal; Desenho; ***Gymnastica*** (RIO GRANDE DO SUL, 1897, grifo nosso).

Neste sentido, além do documento não mencionar a questão da obrigatoriedade do ensino da *Gymnastica* no interior das Escolas Elementares, o referido Artigo ainda parece evidenciar o “caráter utilitário” desta disciplina frente aos demais saberes (LYRA; BEGOSSI; MAZO, 2016, p. 230). Além disso, esta questão é reforçada no Decreto n.º 239 de 05/06/1899, no parágrafo único do Artigo 18º, ao destacar que “no fim de cada *licção* haverá um *intervallo* consagrado ao *descanço*, aos *exercícios physicos* e ao canto escolar” (RIO GRANDE DO SUL, 1899).

A disciplina de *Gymnastica* presente no arranjo curricular das Escolas Elementares por sua vez, foi detalhada no Decreto n.º 239, de 5 de junho de 1899, igualmente aprovado pelo presidente do estado do Rio Grande do Sul. O referido documento dedicou-se a delinear o programa de ensino das Escolas Elementares e dos Cursos Complementares vinculados aos Colégios Distritais. Ao que concerne aos saberes mobilizados pela disciplina de *Gymnastica* no interior das Escolas Elementares, o quadro abaixo mostra os conteúdos previstos para serem desenvolvidos por esta disciplina, durante seus três anos de duração.

Quadro 1 - Conteúdos da disciplina de *Gymnastica* nas Escolas Elementares

Classes	Seções	Descrição dos conteúdos de <i>Gymnastica</i>
Classe 1 (1º ano)	1ª	<i>Exercícios graduados de Gymnastica; Corridas; Jogos infantis que obriguem ao movimento do corpo.</i>
	2ª	<i>Exercícios de Gymnastica e jogos.</i>
Classe 2 (2º ano)	1ª	Continuação dos <i>exercícios gymnasticos</i> e jogos.
	2ª	Continuação dos <i>exercícios gymnasticos</i> e jogos.
Classe 3 (3º ano)	1ª	Continuação dos <i>exercícios gymnasticos</i> e jogos.
	2ª	<i>Exercícios graduados de gymnastica</i> e jogos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Decreto n. 239, de 05/06/1899.

Nesta mesma direção, partimos para uma caracterização mais detalhada dos Colégios Distritais. Conforme especificado no Artigo 2º do Decreto n.º 89, de 2 de fevereiro de 1897, tais organizações de ensino foram instituídas em locais onde o governo do estado verificou sua necessidade na época. Segundo Prado (1964), os Colégios Distritais situavam-se em centros de mais elevado índice demográfico e comportavam uma maior extensão. Os saberes mobilizados por esta organização de ensino foram detalhados no Artigo 3º da mesma legislação referida acima:

O ensino ministrado nos *collegios districtaes* compreende: *Calligraphia; Portuguez; Elementos da lingua franceza (grammatica e versão); Arithmetica* (estudo complementar); *Algebra* elementar, geometria e trigonometria, geografia e *historia*, especialmente do Brasil e do Estado; Elementos de *sciencias physicas e historia natural applicaveis* ás industrias, á agricultura e á *hygiene*; Noções de direito pátrio; Desenho de *ornato*, de *paizagem*, figurado e *topographico*; *Musica* por audição; ***Gymnastica*** (RIO GRANDE DO SUL, 1897, grifo nosso).

Os Cursos Complementares eram ministrados no interior dos Colégios Distritais, estando de acordo com os programas de ensino das disciplinas descritas acima. Na busca por um detalhamento dos conteúdos mobilizados pela disciplina de *Gymnastica*, mais uma vez nos deparamos com as considerações trazidas a partir do Decreto n.º 239, de 5 de junho de 1899. Neste documento é descrito que o Curso Complementar seria composto por três classes, ou seja, teria duração de três anos. No entanto, diferentemente das Escolas Elementares, as quais dividiam seus períodos letivos em duas seções, os Cursos Complementares possuíam um programa de ensino para cada ano de aulas. A disciplina de *Gymnastica*, apesar de ser parte do programa de ensino dos três anos de Curso, abordou o mesmo

conteúdo programático em todos eles, a saber: “Exercícios com *aparelhos*” (RIO GRANDE DO SUL, 1899).

Diante do detalhamento de ambas as grades curriculares podemos evidenciar que além de se desdobrarem em duas as estruturas de ensino do estado, também foram ampliados os locais de formação do professorado. Entretanto, na busca por especificidades sobre a disciplina de *Gymnastica*, que aparece descrita em ambos os cursos destacamos em conformidade com a literatura, que ela ocupava apenas uma, das 28 horas de aula que compunham a semana escolar (CORSETTI, 2000; LYRA, 2013). Deste modo, podemos supor que em decorrência da quase inexistente carga horária semanal reservada aos ensinamentos relativos ao movimento humano, os Cursos Complementares agiam no sentido de preparar minimamente os(as) professores(as) para a atuação nas escolas primárias. Ao final do período letivo, por conseguinte, não se formavam professores(as) específicos(as) ou especializados(as) em Educação Física, mas, sim, um grupo de docentes com um conhecimento superficial acerca dos saberes vinculados ao movimento humano.

Uma nova política, desta vez mais orientada ao campo da formação de professores no estado foi efetivada com a substituição da Escola Normal pelo primeiro Colégio Distrital, a partir da aprovação do Decreto n.º 373, de 14 de março de 1901. Segundo Prado (1964), neste momento abre-se um hiato na formação especializada do professor primário no Rio Grande do Sul uma vez que o programa de ensino seguido por esta nova estrutura educacional era o mesmo vinculado ao Decreto n.º 89 de 1897. A autora (1964) evidencia que os saberes vinculados à educação os quais, segundo ela, disseminavam uma visão e uma compreensão do trabalho escolar ao professor são silenciados, ou seja, estão ausentes nessa nova estrutura. De outra forma, a presença da *Gymnastica* é compreendida com uma “pequena obrigação curricular, tão reduzida em categorias como tempo, espaço e preparação dos professores que se faz, quase natural chegarmos bem próximo ao campo das desobrigações” (LYRA; BEGOSSI; MAZO, 2016, p. 230).

A instrução pública do estado foi novamente reorganizada com a aprovação do Decreto n.º 874, de 28 de fevereiro de 1906, pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. Neste documento, comprovou-se que o ensino primário, livre, leigo e gratuito, ministrado pelo estado, passaria a compreender dois cursos, Elementar e Complementar e, conforme assevera Prado (1964), se retomou neste momento, a formação especializada. O ensino elementar seria destinado à

educação dos menores de ambos os sexos, de sete anos em diante, a ser ministrado em Escolas Elementares. Já o ensino complementar¹⁵, ministrado em Escolas Complementares destinava-se aos alunos que demonstrassem habilidades nas matérias do curso elementar e teria quando possível, um caráter prático e profissional com o fim de preparar candidatos ao magistério público primário¹⁶ (RIO GRANDE DO SUL, 1906).

Ao que diz respeito às particularidades da disciplina de *Gymnastica*, esta estava disposta dentre os saberes do Curso Elementar sob esta mesma denominação. No entanto, no Curso Complementar ela é mencionada sob a denominação de “*educação physica*” e situada no interior da disciplina de Pedagogia, além de ser sucedida pelos termos *intellectual* e moral (RIO GRANDE DO SUL, 1906). No Decreto n.º 1.479, de 26 de maio de 1909 fez-se um detalhamento do programa de ensino do Curso Complementar e, por conta disso foi possível averiguarmos a posição ocupada pela referida disciplina. Por meio da leitura ao documento legal localizamos os conteúdos de “*educação physica, intellectual* e moral” novamente no interior da disciplina de Pedagogia. Este mesmo saber disciplinar, no Decreto de 1909, também passou a integrar os ensinamentos referentes à *Gymnastica Sueca*, conforme se pode verificar abaixo:

*Portuguez – grammatica, redacção e composição. Francez – regras essenciaes da grammatica estudadas praticamente, traducção e exercicios de conversação. Geographia – geral, chorographia do Brazil e cosmographia. Historia – universal e especialmente do Brazil. Mathematica – arithmetica, estudo completo; álgebra até equações do 2º grau inclusive; geometria a tres dimensões. Direito pátrio – acções de direito constitucional da União e do Estado. Sciencias – elementos de sciencias physico-chimicas e de historia natural com applicação às industrias e á agricultura. Pedagogia – sua historia, educação physica, intellectual e moral, methodologia e pratica do ensino; Escripuração mercantil; Noções de hygiene; Trabalhos manuaes; Desenho e musica; **Gymnastica sueca**¹⁷ (RIO GRANDE DO SUL, 1909, grifos nossos).*

¹⁵ No Artigo 200º, referente ao Capítulo IV, do Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906, destaca-se que o ensino nas Escolas Complementares deve visar um triplice fim: a educação *physica, intellectual* e moral dos *alumnos* (RIO GRANDE DO SUL, 1906).

¹⁶ Conforme destacado no Artigo 195º, do Capítulo III, do Decreto nº 874, de 28 de fevereiro de 1906, referente aos *alumnos*, os que cursassem o curso complementar seria conferido um atestado de aluno-mestre (RIO GRANDE DO SUL, 1906).

¹⁷ A sistematização da ginástica na Suécia ocorreu no início do século XIX. *Pehr Henrick Ling* (1776-1839), idealizador da Ginástica Sueca a dividia em quatro partes, a saber: a) Ginástica Pedagógica ou educativa; b) Ginástica Militar; c) Ginástica Médica e ortopédica e; d) Ginástica Estética. A sua divulgação no Brasil partiu de pensadores que atribuíam à Ginástica Sueca uma maior adequação aos estabelecimentos de ensino, dado o seu caráter essencialmente pedagógico (SOARES, 2001).

Observamos inicialmente que o termo educação *physica* não emergiu de modo isolado na normativa destacada e, conseqüentemente, não representava um saber curricular específico do Curso Complementar. Ao contrário disso, ele apresentava-se como sendo parte da disciplina de Pedagogia e, sobretudo, como elemento de um conjunto de conteúdos que abrangia além da educação *physica*, também, a educação *intellectual* e moral. Para Tarcísio Vago (1997) o sentido que a educação *physica* parecia adotar nos currículos de formação de professores ao estar ladeada por uma educação *intellectual* e moral era bem mais amplo do que se compreendia até então.

Em seu estudo acerca da escolarização da *Gymnastica* nas Escolas Normais de Minas Gerais (1883-1918), Vago (1997, p. 35) ratificou a presença de uma educação *physica* integrante de uma “tríade” que, também, articulava uma educação *intellectual* e moral. Esse sentido “amplo” mencionado pelo autor se vinculava, sobretudo, ao fato de que a educação do corpo deveria ser articulada aos preceitos morais e aos valores intelectuais que se pretendia impor aos futuros professores e professoras das escolas primárias. Assim sendo, para que o preparo dos candidatos ao magistério público fosse efetivo durante este contexto, a formação deveria atender a todos os aspectos da educação, os quais estavam representados por meio de uma educação moral, intelectual e física.

Ao que nos parece, sendo a educação física incluída como parte da disciplina de Pedagogia ela assumira naquele contexto um enfoque pedagógico. Aliada a esta questão, ainda estava evidenciada a presença da *Gymnastica* Sueca como parte da disciplina de Pedagogia. Provavelmente, o Método Sueco de ginástica tenha sido representado no programa do Curso Complementar por meio de sua vertente pedagógica ou educativa. Na obra de Marinho (1980, p. 51) é evidenciado que este viés “é essencialmente educativo e social [...] e que se destinava aos dois sexos, a todas as idades, a todas as constituições e se praticava dentro de todas as condições materiais e sociais”. Possivelmente, tenha sido em razão de seu caráter educativo, bem como de sua amplitude de direcionamentos, que a Ginástica Sueca fora incluída como componente curricular do saber de Pedagogia.

De modo semelhante, a *Gymnastica* Sueca também figurou no arranjo curricular do Curso Elementar. O seu programa de estudos por sua vez, fora apresentado de maneira mais sucinta que ao do Curso Complementar, estando suas

orientações dispostas no Artigo 10º, do Decreto n.º 1.479, de 26 de maio de 1909, conforme segue:

O curso elementar *compreenderá: Portuguez, geographia e historia pátria, noções de geographia e historia geral, arithmetica e geometria praticas, contabilidade, noções de escripturação mercantil e agricultura, lições de cousas, trabalhos manuaes, desenho a mão livre, elementos de musica vocal, **gymnastica sueca** e evoluções militares nas escolas do sexo masculino (RIO GRANDE DO SUL, 1909, grifos nossos).*

Percebemos que aos poucos os conteúdos referentes à educação física foram sendo integrados às propostas educativas do estado, seja nas Escolas Elementares destinadas ao ensino fundamental (primário) ou mesmo nas Escolas Complementares voltadas à formação de professores(as). Concomitantemente as organizações e reorganizações ocorridas neste contexto, outras tantas foram se sucedendo sem, no entanto, alterar de imediato a organização do Ensino Normal. Ao adentrar o ano de 1927, todavia, expediu-se um novo regulamento à instrução pública, o qual procurava acompanhar os progressos pedagógicos (PRADO, 1964). Aos poucos, a noção de movimento corporal passa a denotar um sentido ainda mais dilatado do que aquele representado até então. Segundo Lyra, Mazo e Begossi (2016, p. 1328), “a *Gymnastica* passou a ganhar espaço nas formas de se pensar e se fazer a Educação no estado do Rio Grande do Sul”.

É no aflorar deste contexto, que os primeiros concursos para o magistério público estadual anunciaram a exigência de conhecimentos consolidados e o domínio de saberes relativos à *Gymnastica*, aos professores candidatos a esta disciplina. Segundo Lyra (2013, p. 80) “era a primeira vez na história dos concursos públicos voltados à Educação no estado do Rio Grande do Sul, que se assistia à entrada de saberes da referida disciplina entre aqueles que demarcavam as exigências profissionais de acesso à profissão docente”. Assim, podemos aferir que esta medida também foi uma das pioneiras a demarcar de certa forma, a estruturação da Educação Física enquanto campo de conhecimento, detentor de saberes próprios e específicos ao seu contexto de atuação.

Cabe ainda aferir que as mudanças também se alocaram na grafia do termo que se referia aos conhecimentos vinculados ao movimento humano. Assim, se antes a *Gymnastica* era quem agregava tais saberes, esta nomenclatura foi aos

poucos sendo substituída pela Educação *Physica* a qual, em tese, deveria compreender demais práticas corporais e não somente os conteúdos de ginástica. No entanto, a Educação *Physica* nos arranjos curriculares por um bom tempo ainda foi expressa em torno da *Gymnastica* (LYRA, 2013).

Neste passo, os conteúdos vinculados ao movimento corporal passaram a ser encontrados no interior da disciplina de “Educação *Physica*”. Além disso, a partir deste contexto, um professor especialmente direcionado ao trabalho passou a figurar no ambiente escolar, inclusive, como referenciado anteriormente, prestando concurso para essa função. Como consequência dessas mudanças, destacamos uma das políticas de maior incentivo ao desenvolvimento do movimento sistematizado no ambiente escolar: a criação de cursos voltados à formação de professoras(es) especializadas(os) em “Educação *Physica*”, no estado do Rio Grande do Sul.

Os chamados “Cursos Intensivos de Educação *Physica*”¹⁸, foram criados a partir da aprovação do Decreto-Lei nº 4.277, de 13 de março de 1929. Para Lyra (2013, p. 95), entretanto, a idealização do referido curso iniciou ainda no ano de 1928, quando o professor Frederico Guilherme Gaelzer¹⁹, “com o intuito modernizador, lançou as bases estruturais de uma formação protagonista ao campo da Educação *Physica* no estado do Rio Grande do Sul”.

Conforme documento expedido pelo professor Gaelzer, então Inspetor estadual de Educação *Physica* do Rio Grande do Sul, a primeira edição do Curso Intensivo de Educação *Physica* ocorreu no mesmo ano de sua criação (1929), tendo início no dia seis de novembro, às 16 horas, junto à sede da Inspeção estadual de Educação *Physica*, nas dependências do Colégio Elemental Paula Soares²⁰, em Porto Alegre/RS. Destacam-se nas linhas do documento que o referido Curso funcionaria todas as quartas-feiras e aos sábados, das 16 às 18 horas (GAELZER, 1929).

¹⁸ A nomeação do curso em questão variou conforme a fonte consultada, sendo encontradas as seguintes denominações: Cursos Intensivos de Educação *Physica*, Cursos de Aperfeiçoamento e Cursos de Férias. A totalidade dessas designações, todavia, se refere à formação especializada de professores de Educação Física para atuação nas escolas primárias do estado do Rio Grande do Sul. No presente estudo optamos por manter a grafia original das fontes consultadas.

¹⁹ O professor Frederico Guilherme Gaelzer foi nomeado inspetor de Educação Física da Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul no ano de 1929, pelo governador Getúlio Vargas. Neste mesmo ano, também foi nomeado professor de Educação Física da Escola Normal de Porto Alegre.

²⁰ Atualmente, Colégio Estadual Paula Soares, localizado à Rua General Auto, número 68 – Bairro Centro, Porto Alegre.

Apesar do documento acima referenciado destacar a ocorrência do Curso no mês de novembro, estudos revelam que os Cursos Intensivos de Educação *Physica* realizavam-se durante os meses de janeiro e fevereiro, ou seja, no período que compreendia as férias escolares (PICCOLI, 1994; LYRA; MAZO, 2010; 2011). Desta forma, sendo voltados a formação de professores(as) que atuavam em escolas de ensino primário do estado, a estruturação dos Cursos Intensivos de Educação *Physica* demarcou o estabelecimento inicial de uma formação específica em Educação Física, no estado do Rio Grande do Sul (PICCOLI, 1994; LYRA, 2013).

De modo similar, no estado do Espírito Santo também há indícios da realização de cursos de Educação Física destinados aos(as) professores(as) estaduais e realizados no período de férias escolares. No Atlas do Esporte no Brasil (DACOSTA, 2006) sobressai como uma das ações do Departamento de Educação Física do estado do Espírito Santo, a manutenção anual de um curso com vistas a preparar o magistério estadual ao trabalho com a Educação Física, a partir do ano de 1931. Nesta mesma direção, destacam-se iniciativas semelhantes ocorridas anos depois, em 1939, no estado do Piauí. Segundo DaCosta (2006), a então denominada Inspeção de Educação Física tinha como uma de suas competências manter um Curso Especial de Educação Física, com o objetivo de habilitar o professorado ao ensino do movimento nas escolas estaduais.

Conforme podemos observar, ambas as formações citadas acima estruturaram-se após aquela posta em funcionamento no Rio Grande do Sul. Os Cursos Intensivos de Educação Física organizados em terras sul-rio-grandenses, portanto, podem ser considerados precursores no que concerne a formação desta natureza em âmbito nacional. Este por sua vez, a semelhança da Escola Normal de Porto Alegre fora ocupado quase que exclusivamente por alunas (FOI ENCERRADO... 1936)²¹. Ademais, a matrícula no Curso só poderia ser realizada mediante a apresentação do diploma de normalista, ou seja, as alunas precisavam, necessariamente, ter frequentado e concluído o Curso Normal em Escolas Normais e/ou Complementares para então inserirem-se nos Cursos Intensivos (PICCOLI, 1994; LYRA, 2013). Ainda, os(as) candidatos(as) eram submetidos(as) a uma

²¹ Neste estudo não temos a pretensão de aprofundar a temática de gênero. Nossa contribuição é, por meio do registro de informações coletadas em fontes acessadas, dar visibilidade as mulheres no cenário da formação profissional em Educação Física. Ao produzir e compartilhar fontes de pesquisa espera-se colaborar para futuros estudos históricos e socioculturais sobre a Educação Física e as questões de gênero.

rigorosa inspeção de saúde para que a matrícula fosse, de fato, efetivada (CURSO INTENSIVO... [1931?]).

De forma semelhante, a formação de professores(as) de Educação Física para as escolas estaduais do Distrito Federal voltava-se somente aos já diplomados por Escolas Normais, com idades entre 19 e 30 anos (DACOSTA, 2006). Embora, o referido Curso tenha iniciado suas atividades no ano de 1928, ou seja, anteriormente ao Curso Intensivo de Educação Física do Rio Grande do Sul, sua duração compreendia três anos de estudos. Esta característica, por conseguinte, difere-se daquela proposta no estado do Rio Grande do Sul e que possuía, sobretudo, um caráter de preparo “intensivo”.

De outra forma, a participação dos(as) professores(as) no Curso Intensivo de Educação *Physica* do estado do Rio Grande do Sul era dependente da indicação de seus nomes por parte dos(as) diretores(as) de suas escolas. Índícios de tal procedimento foram achados no documento escrito pelo professor Gaelzer destinado ao Diretor da Instrução Pública do estado, no qual estão estabelecidas algumas normativas com relação à organização do Curso. Dentre elas Gaelzer traça orientações às diretoras ao escrever:

Roga-se às Snras. *Directoras* dos *Collegios* Elementares enviarem a relação das professoras, por *ellas* designadas para o mesmo, às *quaes* deverão matricular-se no dia da abertura do curso, comparecendo uma hora antes, providas do material necessário para as classes *theoricas* e da indumentária apropriada às aulas de educação *physica* prática, que lhes *succederá* (GAELZER, 1929).

Posteriormente às tratativas legais de matrícula, os(as) alunos(as) eram então apresentadas a um conjunto de saberes que vinculavam-se a Educação *Physica* daquele período. Segue abaixo, a transcrição literal do programa de ensino adotado pelo III Curso de férias, que contou com um total de trinta e seis professoras matriculadas, as quais frequentaram o curso durante um período de três meses (CURSO INTENSIVO... [1931?]).

I EDUCAÇÃO FÍSICA: 1.º - *Historia*. 2.º - Metodologia: a) divisão de uma aula. b) **exercícios callistenicos**. i) formulação e execução. ii) [palavra não legível], livre e com aparelhos. c) divisão das idades fisiológicas. i) 6-9; ii) 10-12; iii) 13-15. d) recomendações. 3.º - Filosofia.
II CORPO HUMANO: 1.º - Biologia: a) evolução. 2.º - Anatomia: a) estrutura em geral. 3.º - Fisiologia: a) respiração, circulação e

sistema nervoso. 4.º - Fisiologia do exercício: a) efeitos do exercício sobre a respiração, circulação e sistema neuromuscular. 5.º - Higiene: a) asseio pessoal, banho, alimentação, descanso, ambiente, eliminação, a postura, o álcool, o fumo, etc.

III ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Nas escolas: programas horários; pátios, monitores; formação de grupos, *teams* e clubes. Nos jardins de Recreio: programas de atividades; divisão das idades; concursos de suficiência. Nos Clubes: organização das uniões, federações de esportes. Jogos organizados: *volley*, *basket*, *hockey*, *base*, *tenis*. Campeonatos: relâmpago, eliminação, turnos. Atletismo. IV RECREAÇÃO PÚBLICA: Jardins de recreio: propaganda material; plantas; administração. Jogos: organizados, livres e em massa. Bailados: do *folklore*. Natação: aprendizado pelo método “Confiança”; saltos; salvatagem; aperfeiçoamento (CURSO INTENSIVO... [1931?], grifo nosso).

Ao analisar o referido programa de ensino verificamos que se articulavam conhecimentos teóricos e práticos sendo ministradas lições de anatomia e fisiologia, assim como, uma gama de jogos e natação. Os exercícios calistênicos também figuraram no conjunto de conteúdos a serem aprendidos durante a realização do Curso Intensivo. Sublinhamos a presença deste conteúdo especialmente por ele estar vinculado ao Sistema Ginástico Sueco e, portanto, aproximar-se das orientações dispostas aos Cursos Elementar e Complementar no ano de 1909, conforme destacado anteriormente.

O estudo de Costa, Perelli e Mataruna-dos-Santos (2016, p. 69) demonstra que, embora o Método Francês tenha sido adotado no Brasil pelo Ministério de Educação e Saúde no ano de 1931, havia para além dele a presença de outros sistemas europeus de Ginástica, especialmente do Método Sueco e da Calistenia. Essa assertiva vai ao encontro das informações por nós localizadas nos documentos legais consultados, os quais dentre outras questões, assinalam a presença da Ginástica Sueca nos programas de ensino dos cursos Elementar e Complementar, ainda no ano de 1909. Ao que nos parece, essa confluência de métodos, ao menos no Rio Grande do Sul, se fez presente tempos antes de o Método Francês ter sido adotado para orientar as ações nas instituições nacionais, no ano de 1931.

Ao incluir em seu programa os exercícios calistênicos, o Curso Intensivo de Educação Física pode ter apenas reproduzido os saberes postos nas bases educacionais já vigentes no estado. Todavia, podemos pensar em influências provindas do próprio professor Frederico Guilherme Gaelzer, idealizador desta formação intensiva e especializada uma vez que este possuía estreitas ligações com

as Associações Cristãs de Moços (ACM's)²², onde a Ginástica Sueca e, sobretudo, o Método Calistênico foi significativamente difundido. Para além da calistenia, o programa elaborado para o Curso Intensivo contemplava uma amplitude de conteúdos e, destarte, revela que havia uma preocupação de instrumentalizar de modo adequado o(a) futuro(a) professor(a) para que este(a) pudesse ministrar de forma satisfatória aulas de educação física nas escolas estaduais. De posse de tais saberes e após terem concluído o curso, os(as) professores(as) normalistas especializados(as) em Educação *Physica* poderiam atuar em escolas primárias, secundárias e normais, além de espaços públicos, como as Praças de Desporto ou Praças de Educação *Physica*²³ e, também, na chamada Semana da Pátria ou Semana da Raça²⁴ (LYRA, 2013).

Neste curto, mas intenso período de aprendizado, os(as) “jovens professores(as) eram socializados(as) às modernas formas de se conceber e de ensinar Educação Física” (LYRA; MAZO, 2011, p.5). Os Cursos Intensivos, portanto, na ausência de instituições que formassem professores de Educação Física no estado do Rio Grande do Sul, tinham o “objetivo de atualizar e preparar professores(as) normalistas e/ou complementaristas, para ministrarem aulas de Educação Física nas escolas estaduais de 1º grau” (PICCOLI, 1994, p. 38). Ainda que a obrigatoriedade do ensino da Educação Física não fosse vigente na época devido à falta de professores especializados e de instituições que formassem profissionais, para Piccoli (1994) foram os Cursos Intensivos de Educação *Physica* que deram de certa forma, um primeiro impulso para que a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas do estado fosse implementada.

Ao mesmo tempo, esta nova forma de desenvolver um trabalho pedagógico unificado colocou o governo do Rio Grande do Sul, presidido na época por Getúlio Vargas (1928-1930), a frente do cenário visto em âmbito nacional. O estudo de Marinho (1980) nos mostra, por exemplo, que no estado de Minas Gerais o primeiro Curso Intensivo de Educação Física voltado às professoras primárias foi realizado apenas no ano de 1934. Foi neste mesmo ano que no Distrito Federal a

²² Ao retornar de seus estudos na Alemanha no ano de 1918, o professor Frederico Guilherme Gaelzer começou a frequentar a Associação Cristã de Moços (ACM) em Porto Alegre/RS. Sobre a ACM de Porto Alegre, ver Mazo, Silva e Frosi (2012).

²³ Sobre as Praças de Desporto ou Praças de Educação *Physica* na cidade de Porto Alegre/RS, ver os estudos de Cunha (2009); Cunha e Mazo (2008; 2010; 2015); Cunha; Mazo e Stigger (2010).

²⁴ Sobre as comemorações da Semana da Pátria ou Semana da Raça em Porto Alegre destacam-se os estudos de Mazo e Rolim (2007); Rolim e Mazo (2009a); Rolim e Mazo (2009b).

Superintendência de Educação Física, Recreação e Jogos promoveu um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Física.

O Rio Grande do Sul, portanto, adiantava-se na incorporação dos ideais de livre movimentação corporal defendidos pela Nova Pedagogia que se instalava no país e, sobretudo, resguardada por Fernando de Azevedo, intelectual que se dedicou com veemência a Educação Física. Sua obra intitulada “Da Educação Física” publicada no ano de 1915, por exemplo, é considerada um clássico pelos pesquisadores que se dedicam a estudar a História da Educação Física no Brasil²⁵.

Com o intuito de atender às aspirações de modernização desejadas à população brasileira é possível afirmarmos que a década de 1930 foi significativa para a Educação Física, uma vez que esta recebeu destaque em cenário nacional, sendo impulsionada por um ideal que possuía função transformadora diante da nação. Novas medidas de caráter social e político, destinadas a construir uma nação brasileira foram engendradas com a ascensão de Getúlio Vargas ao cargo de presidente da República Federativa do Brasil, no ano de 1930. Neste sentido, a campanha de nacionalização desencadeada no período do Estado Novo (1937-1945) caracterizou-se por ações de ordem política, cultural e educacional (BOMENY, 1999).

A escola por sua vez, deveria defender uma educação integral, buscando articular o equilíbrio do corpo, da mente e do espírito. As políticas educacionais, por sua vez, ganharam atenção especial no Governo Vargas, especialmente através de reformas estabelecidas pelo ministério²⁶ de Gustavo Capanema Filho, que teve sua vigência no período de 1934 a 1945, ou seja, desde antes da instituição do Estado Novo (1937) (BOMENY, 1999). Dentre as medidas mais significativas destaca-se a elaboração do Plano Nacional de Educação, com vistas à reorganização da estrutura básica do ensino primário e secundário, além da estruturação dos ensinos industrial, comercial, agrícola e normal (BRASIL, 1936).

Conforme refere Bomeny (1999, p.139), “a educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil: formar um “homem novo” para um Estado novo”. Pretendia-se, pois, conformar mentalidades e

²⁵ Sobre Fernando de Azevedo ver: Castellani Filho (1988); Piletti (1994); Fraga (1996); Soares (2001); Goellner, Fraga (2004).

²⁶ Gustavo Capanema Filho assumiu o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, a partir da Constituição Federal de 1934. Ressalta-se que o referido Ministério foi criado no governo de Getúlio Vargas, no ano de 1930.

criar um sentimento nacionalista. Desta forma, ao mesmo tempo em que se fortalecia uma identidade positiva do trabalhador brasileiro “tratava-se de assegurar a formação, preparação e manutenção da força de trabalho” (CASTELLANI FILHO, 1999, p. 21). O projeto de reconstrução nacional, portanto, deveria passar de forma pontual pela reformulação dos currículos escolares, visando uma adequação a estas novas aspirações educacionais. Por conta disso, a proposta da Escola Nova, baseada em uma educação pública, leiga e gratuita foi incorporada como instrumento de escolarização e integração as aspirações do novo regime (SAVIANI, 2013).

Neste contexto, a formação cívica preconizada pelo Plano Nacional de Educação buscava difundir a ideia de identidade nacional, veiculada por várias disciplinas dentre elas, a Educação Física. A Educação Física de modo pontual passou a ser valorizada na escola como meio de construção do projeto nacional do Estado Novo uma vez que seria de sua incumbência inculcar parâmetros identitários à formação cultural brasileira (CASTELLANI FILHO, 1999). Aliada a esta questão, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, promulgou a quarta Constituição Federal, em 10 de novembro de 1937, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de Educação Física, sendo esta realocada nos espaços dos currículos escolares de todos os níveis e graus de ensino (BRASIL, 1937).

Importa destacarmos ainda que, a promulgação da Constituição de 1937 foi resultado das necessidades demonstradas no VII Congresso Nacional de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e realizado de 23 a junho a 3 de julho, no Rio de Janeiro/RJ. Os debates proferidos durante os dias do congresso foram reservados a tratar inteiramente sobre os “problemas da Educação Física” (MARINHO, 1956, p. 177). Na ocasião foram apresentados treze trabalhos e realizadas seis conferências. Segundo Marinho (1956):

[...] pela primeira vez na nossa história, as mais elevadas autoridades administrativas e educacionais concentraram a sua atenção nesse problema da maior relevância para a formação da unidade nacional e constituição de uma raça homogênea, sadia e forte (MARINHO, 1956, p. 177).

Apesar de estabelecida a “obrigatoriedade”, uma das principais dificuldades durante este período fora a carência de profissionais habilitados para suprir as necessidades do ensino de Educação Física, uma vez que, grande parte deles era

oriunda do meio militar, já que não havia na época escolas formadoras de professores civis no Brasil (MAZO, 2005b). Aliada a esta questão, instituiu-se através do Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939, a exigência de uma formação específica para o exercício das profissões de professor de Educação Física, Técnico Desportivo, Médico Especializado em Educação Física e Desportos (BRASIL, 1939). Nesta perspectiva, tornou-se imperativo atentar-se ainda mais para a formação de professores de Educação Física em âmbito nacional, uma vez que, estes seriam essenciais ao ensino das novas aspirações educacionais do país.

Com o desígnio de atender as exigências relativas ao campo da Educação Física criou-se através da Lei n.º 378 de 13/03/1937, a Divisão de Educação Física (DEF), vinculada ao Ministério da Educação e Saúde (MES) (BRASIL, 1937). Nos estados por sua vez, foram criadas secretarias e/ou departamentos para promover o desenvolvimento da Educação Física (MAZO, 2003). Além disso, outra significativa ação advinda com a promulgação do Decreto-Lei de 1939 foi a criação da Escola Nacional de Educação Física, no interior da Universidade do Brasil (BRASIL, 1939). Neste momento, portanto, foram “alinhas” as bases do que podemos chamar de primeiro currículo de nível superior para a formação de profissionais de Educação Física no Brasil (CASTELLANI FILHO, 1999, p. 22-23).

No Rio Grande do Sul, com a finalidade de atender e executar a determinação da nova política de desenvolvimento nacional fora criado o Departamento estadual de Educação Física (DEEF). Sendo subordinado à Secretaria de Educação, o referido Departamento teve como uma de suas medidas pioneiras e mais significativas, a criação da Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul (ESEF). A ESEF, como passou a ser conhecida desde então, foi fundada no dia 6 de maio de 1940 sendo, a primeira instituição formadora de professores civis de Educação Física no estado do Rio Grande do Sul e a quarta a nível nacional²⁷ (MAZO; PEREIRA, 2005; LYRA, 2013). As atividades acadêmicas da instituição iniciaram no mesmo ano de sua criação (1940), com o oferecimento do Curso Normal de Educação Física.

A oferta de cursos deste nível tornou-se exclusividade da ESEF em terras sul-rio-grandenses, a partir do momento em que a Escola foi reconhecida pelo Governo

²⁷ Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1939-Rio de Janeiro); Escola de Educação Física e Esporte de São Paulo (1940); Escola Superior de Pernambuco (1940); Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul (ESEF-1940) (LYRA, 2013).

Federal, no ano de 1939, como a única instituição apta a emitir diplomas de formação profissional na área (BRASIL, 1939). Conforme nos mostra o estudo de Lyra (2013, p. 232) “a ESEF possibilitou a construção do campo da Educação Física no Rio Grande do Sul” uma vez que, além de permanecer sendo a única a desempenhar a função de formar professores de Educação Física no estado por trinta anos “foi responsável, também, pela formação das primeiras gerações de professoras(es) especializadas(os) para o trabalho em âmbito escolar”.

Neste sentido, reconhecer sua importância para a conformação do campo da formação de professoras(es) de Educação Física no estado é também adentrarmos em seus espaços físicos e simbólicos. Diante disso, no capítulo que segue delineamos por meio das fontes levantadas para o estudo, a estruturação da ESEF durante seus primeiros anos de funcionamento, sobretudo, no que se refere ao período em que o Curso Normal de Educação Física permaneceu em vigência na instituição (1940-1956).

4 A CONFORMAÇÃO DO CURSO NORMAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESEF

O estabelecimento da Escola Superior de Educação Física (ESEF) no campo da formação de professores sul-rio-grandenses, conforme vimos no capítulo anterior, se deu durante o contexto político conhecido como Estado Novo (1937-1945). As medidas levadas a efeito durante este período buscaram reorganizar inúmeras esferas sociais do país, dentre elas a educativa. Desta forma, sendo parte de um projeto de desenvolvimento do ensino superior permeado por uma concepção unitária e pela normatização de procedimentos (BOMENY, 1999), a ESEF surgiu no campo da formação de professores de Educação Física no ano de 1940, como instituição pioneira a desenvolver esta função no estado do Rio Grande do Sul.

No presente capítulo formulamos uma versão acerca da conformação da ESEF em terras sul-rio-grandenses analisando, sobretudo, o delineamento de suas ações durante os primeiros anos de funcionamento, especialmente no que concerne ao seu Curso Normal de Educação Física (1940-1956). Por meio do “cotejamento” de fontes documentais e orais, com os dados obtidos na revisão bibliográfica, interpretamos as informações e as revelamos por meio da escrita de uma narrativa historiográfica (BACELLAR, 2010, p. 71). Nossa construção histórica foi orientada pelas lentes da Nova História Cultural que nos guiou na compreensão da realidade sociocultural na qual nosso objeto de estudo e suas interfaces foram estabelecidos (CHARTIER, 2000).

Embora a ESEF tenha sido criada oficialmente no ano de 1940, as articulações políticas e organizacionais para sua instituição estavam sendo delineadas pelos idos do ano de 1939. Como forma de atender as determinações do general Oswaldo Cordeiro de Farias, então Interventor Federal no Rio Grande do Sul, o Dr. José Pedro Coelho de Souza apresentou a proposta de criação do Departamento estadual de Educação Física (DEEF). A ele, portanto, se vincularia a Escola Superior de Educação Física, no ano seguinte²⁸.

O DEEF, sendo um órgão técnico subordinado a Secretaria de Educação do estado possuía como atribuição dirigir, orientar e fiscalizar a prática da Educação

²⁸ Quando a ESEF foi fundada já existia a Universidade de Porto Alegre (UPA), instituição de ensino superior mantida pelo estado do Rio Grande do Sul, mas, curiosamente, a Escola não foi incorporada pela Universidade. Ressaltamos que a Constituição do estado do Rio Grande do Sul de 1947 alterou o nome da UPA para Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) (MAZO, 2005b).

Física nos estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares, nos institutos de ginástica e nas associações esportivas, além de formar técnicos em Educação Física e Esportes (RIO GRANDE DO SUL, 1943). Estas atribuições foram mais bem explicitadas no Regimento Interno do DEEF aprovado pelo Decreto n.º 811, de 2 de agosto de 1943. Abaixo destacamos de modo conciso, as competências do referido órgão:

- I – Fomentar a prática da educação física em estabelecimentos de ensino público – primários, normais, secundários, profissionais e superiores;
- II - Orientar e fiscalizar a prática da educação física e dos desportos nos estabelecimentos de ensino particular;
- III – Organizar e orientar o ensino e a prática da educação física e dos desportos em instituições públicas, onde se torne necessária ou aconselhável;
- IV – Organizar e fazer adotar, como padrão geral, um plano sistemático de educação física, de *acôrdo*²⁹ com as instruções do *Govérno* Federal;
- V – Realizar pesquisas *sôbre* a educação física e desportos, e indicar os métodos mais adequados à sua prática no estado;
- VI – Estabelecer as condições técnicas para a construção de estádios, campos de recreio e jogos e outros locais destinados a pratica da cultura física;
- VII – Organizar e dirigir campos de recreio e jogos e colônia de férias;
- VIII – Organizar e patrocinar provas de ginástica, desportos e concursos de eficiência física;
- IX – Incentivar a fundação de organizações ou agremiações de caráter articular, que visem à educação física, especialmente a da criança e prestar-lhes a necessária colaboração;
- X – Promover, orientar e fiscalizar o *contrôle* médico da educação física e dos desportos;
- XI – Orientar a educação física nas organizações de escotismo;
- XII – Difundir conhecimentos relativos à educação física e aos desportos, promovendo a sua mais ampla e intensa vulgarização;
- XIII – Manter e fomentar o intercâmbio nacional e internacional com organizações de educação física e similares;
- XIV – Colaborar com o Conselho Regional de Desportos do estado do Rio Grande do Sul, prestando-lhe todo o auxílio técnico que solicitar;
- XV – Conceder licença para o exercício das atividades relativas à educação física (RIO GRANDE DO SUL, 1943, p.1).

Anteriormente a criação do DEEF, todavia, foi preciso reorganizar a estrutura de Secretarias e Departamentos do estado do Rio Grande do Sul. O Decreto-Lei n.º 31, de 06 de setembro de 1940, desmembrou a então denominada “Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública” em Secretaria da Educação do

²⁹ Optamos por manter na escrita, a grafia apresentada pelas fontes consultadas.

Rio Grande do Sul e Departamento Estadual de Saúde (RIO GRANDE DO SUL, 1940, p. 289-291). O DEEF e, conseqüentemente a ESEF foram vinculados à Secretaria de Educação, do estado do Rio Grande do Sul.

Foi durante esse processo de reconstrução nacional e reorganização de instâncias administrativas do estado que a ESEF posicionou-se no campo da formação de professores. A sua instalação em 1940 ocorreu paralelamente à criação do Departamento estadual de Educação Física (DEEF). Após três anos, quando a ESEF já estava em funcionamento foram anunciadas pelo Decreto n.º 811, de 02/08/1943, parágrafo único, as competências do DEEF, sancionando o vínculo da ESEF: “O Departamento terá ainda a seu cargo a organização e direção de uma Escola de Educação Física [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 1943, p. 1).

Para diretor de ambas as instituições, ou seja, do DEEF e da ESEF, foi nomeado o capitão da Brigada Militar, Olavo Amaro da Silveira. O diretor, como primeira ação, após ter assumido o posto, tratou de organizar um grupo de trabalho composto pelos professores Waldir Calvet Echart, Frederico Guilherme Gaelzer, João Gomes Moreira Filho e Max Hebert Hanke. A estes precursores, posteriormente, juntaram-se outros idealistas da Educação Física do estado (GUTIERREZ, 1971).

Dentre os atributos que aproximaram quase que a totalidade desse grupo estava à atuação junto à Brigada Militar. O depoimento de Olga Kroeff Echart, esposa de Waldir Echart e, também, ex-aluna e professora da ESEF menciona que seu marido atuava junto à Brigada Militar de Porto Alegre/RS e fora cedido para trabalhar na Escola que estava sendo criada. Antes disso precisou especializar-se e, para tanto, cursou Educação Física na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, no Rio de Janeiro. Olga afirma: “a maioria dos professores de Educação Física do Rio Grande do Sul, naquela época, eram militares e eles eram mandados a tirar o curso de Educação Física no Rio. Foram poucos professores leigos que atuaram na ESEF” (ECHART, 2004, p. 8).

Além de Waldir Echart, os Tenentes João Gomes Moreira Filho e Max Hebert Hanke também desempenhavam suas funções junto à Brigada Militar. Estes por sua vez, obtiveram suas formações superiores na Escola de Educação Física do Exército (ESEFEX). Essa instituição de formação³⁰ fora criada pelo Decreto n.º.

³⁰ A Escola de Educação Física do Exército (ESEFEX) foi criada a partir do Centro Militar de Educação Física (CMEF) que, por sua vez, havia sido fundado na Vila Militar, no ano de 1922.

23.252, de 19 de outubro de 1933. Por este ato, segundo Amarílio Ferreira Neto (1999, p. 50) “estava criada a “célula mater” da formação de profissionais para a área no país”.

Em seu estudo intitulado “Escola de Educação Física do Exército (1920-1945): origem e projeto político-pedagógico”, Ferreira Neto (1998) destaca que, talvez, a ação mais efetiva da ESEFEX tenha sido o preparo de professores civis para atuação na área. Esta constatação vincula-se ao fato de que, provavelmente, os profissionais formados pela Escola do Exército teriam contribuído para a estruturação de novos cursos de formação em Educação Física, em diversos estados do país a partir da década de 1930. Neste período, destacaram-se ações nos estados do Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (FERREIRA NETO, 1998).

Do mesmo modo, Grunennvald (1998) demonstra que os militares tiveram participação decisiva na promulgação do Decreto-lei n.º 1.212 de 1939 que criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). Segundo o autor (1998), as influências da ESEFEX se estabeleceram não somente na ENEFD, mas, também, nas demais escolas civis criadas nos estados brasileiros durante as décadas de 1930 e 1940. Essas influências se deram, sobretudo, em razão de os primeiros diretores dessas instituições serem, em sua maioria, militares (GRUNENVALD, 1998). De outra forma, Melo (1996, p. 40) aponta que “a ENEFD foi fundamentalmente uma continuação do projeto [da ESEFEX] e um braço militar dentro da Universidade do Brasil”, já que as características formativas da instituição, segundo o autor (1996) eram marcadamente militares.

Ao traspormos tais reflexões para a conformação inicial da ESEF, identificamos que, de modo similar ao demonstrado pelos estudos acima, a instituição sul-rio-grandense também teve como seu primeiro diretor um militar. Juntamente a ele figuraram outros personagens, em sua maioria militares, que possuíam formação complementar realizada na ESEFEX e na ENEFD, e que contribuíram de maneira efetiva para que a Escola fosse posta em funcionamento, no ano de 1940. Por meio de uma análise mais detalhada da estrutura do DEEF, bem como da relação de docentes da ESEF do ano de 1940 foi possível percebermos novos indícios que sustentam, de forma mais consistente, esses argumentos.

Além dos nomes mencionados, os tenentes auxiliares da Divisão Técnica do DEEF, Nelson Futuro Rocha e Flory Viterbo Barbosa, também obtiveram formação na Escola do Exército. O registro de seus nomes também está posto no quadro de docentes da ESEF de 1940, ou seja, ambos exerciam uma dupla função: auxiliares técnicos do DEEF e docentes da ESEF. De modo semelhante, o médico capitão Ruy Gaspar Martins que compunha a Divisão de Biologia do DEEF e, ainda, o quadro de professores da ESEF, igualmente obtivera formação na ESEFEX. Ressaltamos que a Divisão de Biologia era composta também pelo médico capitão Raymundo Bezerra de Menezes, médico Poli Marcellino Espírito e, pelo médico capitão Adhemar Pinto Torelly (RIO GRANDE DO SUL, 1943; GUTIERREZ, 1971).

Diante do exposto podemos observar que a conformação do DEEF também se estendia à estruturação da ESEF, especialmente através dos seus recursos humanos (MAZO, 2005b). Estes por sua vez, eram em sua maioria pertencentes a dois grupos conforme destacamos, a saber: médicos e militares. Para Castellani Filho (1988) tanto as instituições militares quanto a categoria profissional dos médicos contribuíram para a construção do campo da Educação Física no Brasil, em diferentes momentos históricos.

No contexto estrutural do DEEF, os médicos, quando não médicos-militares compunham, sobretudo, a Divisão de Biologia. Na ESEF por sua vez, assumiram o ensino dos saberes disciplinares que possuíam um caráter predominantemente teórico e biológico, conforme veremos a seguir. Este grupo profissional, assim como o dos militares, trouxe significativas contribuições para a conformação das bases da formação de professores civis de Educação Física no Brasil (GHIRALDELLI, 1992) e, de modo pontual, para o estado do Rio Grande do Sul. Conforme retratado por Grunennvald (1998) a presença dos médicos revestidos na Educação Física por um caráter de cientificidade, ultrapassaram os limites estritos do tratamento de doenças e atribuíram para si também o campo da prevenção dos males.

Para melhor compreendermos os papéis desempenhados pelos personagens que compuseram as estruturas do DEEF e que também deram forma ao primeiro grupo de docentes da ESEF formulamos o quadro a seguir. A consulta às fontes, sobretudo documentais (RIO GRANDE DO SUL, 1943) e bibliográficas (GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b), nos permitiu perceber as semelhanças existentes entre o cenário delineado nas estruturas do DEEF e na constituição das bases formativas da ESEF, no ano de 1940. No quadro abaixo estão dispostas as

funções desempenhadas por cada um destes personagens em ambas as organizações.

Quadro 2: Membros e suas respectivas funções no DEEF e na ESEF (1940).

Nome	Departamento Estadual de Educação Física (DEEF)	Escola Superior de Educação Física (ESEF)
Capitão Olavo Amaro da Silveira	Diretor do DEEF	Diretor da ESEF;
		Professor de Metodologia da Educação Física;
		Professor de Desportos Terrestres Individuais – Lançamentos.
Tenente João Gomes Moreira Filho	Chefe da Divisão de Ensino do DEEF	Professor de Educação Física Geral;
		Professor de Desportos Terrestres Coletivos – Futebol;
		Professor auxiliar de Desportos Aquáticos.
Leofrida Lima Bianchi	Auxiliar da Divisão de Ensino do DEEF	Professora auxiliar de Educação Física Geral;
		Professora auxiliar de Desportos Aquáticos.
Zadir Martins	Auxiliar da Divisão de Ensino do DEEF	Professor de Desportos Terrestres Coletivos – Voleibol;
		Professor auxiliar de Educação Física Geral.
Médico Capitão Adhemar Pinto Torelly	Chefe da Divisão de Biologia do DEEF	Professor de Anatomia e Fisiologia Humanas.
Médico Poli Marcelino Espirito	Ligação entre o Departamento Estadual de Saúde e a ESEF	Professor de Higiene Aplicada.
Médico Capitão Raymundo Bezerra de Menezes	Auxiliar da Divisão de Biologia do DEEF	Professor de Biometria.
Médico Capitão Ruy Gaspar Martins	Auxiliar da Divisão de Biologia do DEEF	Professor de Cinesiologia.
Tenente Max Hebert Hanke	Chefe da Divisão Técnica do DEEF	Professor de Desportos Terrestres Individuais - Corridas;
		Professor auxiliar de Educação Física Geral.
Tenente Nelson Futuro Rocha	Auxiliar da Divisão Técnica do DEEF	Professor de Desportos Aquáticos – Natação;
		Professor auxiliar de Educação Física Geral.
Tenente Flory Viterbo Barbosa	Auxiliar da Divisão Técnica do DEEF	Professor de Desportos Terrestres Individuais – Saltos.
		Professor auxiliar de Educação Física Geral.
Frederico Guilherme Gaelzer	Chefe da Divisão Administrativa do DEEF	Professor de Ginástica de Aparelhos e levantamento de pesos e halteres;
		Professor auxiliar de Desportos Aquáticos.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Regimento Interno do DEEF (1943) e em Gutierrez (1971) e Mazo (2005b).

A característica de profissionais desempenharem dupla função permaneceu mesmo após o primeiro ano de funcionamento das entidades (DEEF e ESEF). No depoimento de Quintina Paccini, aluna da primeira turma do Curso Normal e ex-professora da ESEF foi revelado que “a maioria dos professores tinha também uma função administrativa. Um trabalhava no departamento médico, outro no departamento administrativo. Por muitos anos foi assim” (PACCINI, 2005, p. 9). Todavia, o quadro de docentes da ESEF em 1940, era formado também por professores(as) que não possuíam vínculo algum com o DEEF (MAZO, 2005b).

No estudo de Lyra (2013) foi possível observarmos esta característica, uma vez que a autora apresenta uma versão da relação de professores(as) e de professores(as) auxiliares da ESEF dos anos de 1940 a 1942. Diante disso, mesmo que o nosso foco de análise recaia sobre o Curso Normal de Educação Física e que a relação de disciplinas apresentada pela autora mostre distanciamentos ao nosso objeto, julgamos ser pertinente a sua apresentação neste momento para auxiliar na compreensão da situação na época.

Na sequência, expomos o quadro elaborado por Lyra (2013, p. 176-177) com a relação de docentes da ESEF e suas respectivas disciplinas, do período de 1940-1942.

Quadro 3: Corpo Docente da ESEF – 1940/1942

Disciplina	Professor Responsável	Professor(es) Auxiliar(es)
Anatomia e Fisiologia Humanas	Médico capitão Adhemar Pinto Torelly	-
Biometria	Médico capitão Raymundo Bezerra de Menezes	-
Canto Coral	Profa. Maria Moritz	-
Cinesiologia	Médico capitão Ruy Gaspar Martins	-
Desportos Aquáticos	<u>Natação</u> – 2º Tenente Nelson Futuro Rocha; <u>Remo/Canoagem/Pólo (a partir de 1941)</u> - 2º Tenente Arthur Torriani (ingressou em 1941); <u>Remo</u> – Prof. Ary S. de Oliveira (ingressou em 1942)	1º Tenente João Gomes Moreira Filho; Prof. Frederico Guilherme Gaelzer; Profª. Leofrida Lima Bianchi Profª. Antônia Seitz Petzhold - Natação (ingressou em 1941); Profª. Zaida Marques Pallarés – Natação (ingressou em 1941)
Desportos de Ataque e Defesa	Sargento Waldir Calvet Echart;	-
Desportos Terrestres Coletivos	<u>Voleibol</u> – Prof. Zadir Martins;	Profª. Lisarb Frota Coelho Vasconcellos – Voleibol (a partir

	<u>Futebol</u> – 1º Tenente João Gomes Moreira Filho. A partir de 1941 – 2º Tenente Arthur Torriani; <u>Basquete</u> – Sargento Waldir Calvet Echart	de 1941); Profª. Iula Maria O. Green – Basquete (ingressou em 1941)
Desportos Terrestres Individuais	<u>Saltos</u> - 2º Tenente Flory Viterbo Barbosa; <u>Lançamentos</u> – Capitão Olavo Amaro da Silveira; <u>Corridas</u> – 1º Tenente Max Herbert Hanke; Prof. Rubem Mylins (ingressou em 1941)	Profª. Helena Dias Kurtz – Saltos (ingressou em 1941); Profª. Olga Valéria Kroeff – Lançamentos (ingressou em 1941); Profª. Elcy Dionéia Fernandes da Silva – Corridas (ingressou em 1941)
Educação Física Geral	1º Tenente João Gomes Moreira Filho	1º Tenente Max Herbert Hanke; 2º Tenente Flory Viterbo Barbosa; 2º Tenente Nelson Futuro Rocha; Sargento Waldir Calvet Echart; Profª. Leofrida Lima Bianchi; Prof. Zadir Martins
Fisiologia Aplicada (a partir de 1941)	Médico Hélio Barcelos Ferreira	-
Fisioterapia	Médico Gabriel Pastor	-
Ginástica de Aparelhos e Pesos e Halteres	Prof. Frederico Guilherme Gaelzer; Prof. Karl Black (ingressou em 1941)	-
Ginástica Rítmica	Profª. Lia Bastian Meyer Schmitz	-
Higiene Aplicada	Médico Poli Marcelino Espírito	-
História e Organização da Educação Física e dos Desportos	1º Tenente Mario Marques Ramos	Profª. Lêda Hecker - História da Educação Física e dos Desportos (ingressou em 1941).
Metodologia (a partir de 1941)	Médico capitão Ary da Costa Mariante	-
Metodologia da Educação Física	Capitão Olavo Amaro da Silveira	-
Psicologia Aplicada (a partir de 1941)	Médico Amadeu Faviero	-
Socorros de Urgência	Médico Alfredo A. Hofmeister	-
Traumatologia Desportiva (a partir de 1941)	1º Tenente Médico José Corrêa de Barros	-

Fonte: Elaborado por Lyra (2013, p. 176-177).

O quadro acima apresenta a conformação geral de professores(as) que compuseram o quadro docente da ESEF em seus primeiros anos. Aliás, se nos

detivermos a observar de modo mais cauteloso os nomes que nele estão apresentados é possível que notemos a hegemonia de militares e médicos. Esta característica por sua vez, corrobora com as considerações apresentadas por nós nas linhas anteriores, as quais evidenciam as influências já significativamente sólidas na literatura acerca desses dois grupos, no que concerne a constituição do campo da Educação Física no país. Conforme notamos, na ESEF sul-rio-grandense este aspecto também esteve presente.

No depoimento da ex-aluna do Curso Normal da ESEF, Anna Tereza Morais (2010), a presença expressiva de médicos e militares foi abonada. Ao discorrer acerca do período em que frequentara a instituição no ano de 1941, Anna destacou que “na escola eram só militares no primeiro ano. No segundo, já tinha uma ou duas professoras, mas só na parte física. Na teoria eram somente os militares, além dos médicos (MORAIS, 2010, p.5)”. A ex-aluna por meio de seu depoimento (2010), para além de reforçar a presença de médicos e militares no quadro docente da ESEF em seus primeiros anos, também sugeriu que a partir do segundo ano de atividades, a instituição passou por uma reformulação de seu quadro docente e inseriu novos nomes, os quais não possuíam relação com o ambiente médico e militar.

Esta mesma característica pode ser observada no quadro apresentado acima. Diante dessas informações é possível supor que na Escola do Rio Grande do Sul, outros atores também foram protagonistas de seu processo formativo. No estudo de Mazo (2003) foi aludido que alguns dos primeiros professores da ESEF tinham vinculação com as associações esportivas teuto-brasileiras do estado. Recordemos que os alemães vieram ao Brasil na primeira metade do século XIX. O Rio Grande do Sul por sua vez foi o estado brasileiro que recebeu o maior contingente de imigrantes alemães, os quais chegaram a Porto Alegre no ano de 1824 (MAZO, 2003; KILPP, 2012; ASSMANN, 2015).

De outro modo, a emergência do associativismo esportivo em Porto Alegre/RS possui suas raízes vinculadas ao período em que fora criada a primeira sociedade de ginástica pelos teuto-brasileiros, no ano de 1867, denominada “*Turnerbund*” (atual Sociedade de Ginástica Porto Alegre, 1867, conhecida pela sigla SOGIPA) (MAZO; GAYA, 2006; MAZO, 2007; MAZO; SILVA; LYRA, 2010; SILVA; MAZO, 2015; TESCHE, 1996). Para além da ginástica³¹, os imigrantes alemães

³¹ Sobre a prática da ginástica no Rio Grande do Sul ver: MAZO; LYRA, 2010; KILPP; ASSMANN; MAZO, 2014; BEGOSSI; MAZO, 2015.

introduziram outras práticas esportivas no estado, tais como tiro³², remo³³, natação³⁴, tênis³⁵, ciclismo³⁶, esgrima³⁷, bolão³⁸, atletismo³⁹ e futebol⁴⁰. Desta forma, a presença de professores(as) teuto-brasileiros(as) no primeiro quadro docente da ESEF, tais como Waldir Calvet Echart, Karl Black⁴¹ e Antônia Seitz Petzhold, demarca a influência deste grupo de imigrantes e seus descendentes na formação de professores(as) de Educação Física do estado.

Conforme vimos, a estruturação do quadro de docentes da ESEF passou por reformulações após seu primeiro ano de funcionamento. Notamos que já no ano de 1941 foram incluídos novos nomes na relação de professores(as). Dentre eles, destacamos que para ocupar o cargo de “professores responsáveis” por certas disciplinas passaram a atuar o segundo tenente Arthur Torriani; o professor Rubem Mylins; o médico Amadeu Faviero; o primeiro tenente médico José Corrêa de Barros; o médico capitão Ary da Costa Mariante; o médico Hélio Barcelos Ferreira e o professor Karl Black.

Para atuarem na condição de “professoras auxiliares” por sua vez, foram incluídas docentes com formação específica em Educação Física. As professoras Antônia Seitz Petzhold, Zaida Marques Pallarés, Lisarb Frota Coelho Vasconcellos, Yula Maria O. Green, Helena Dias Kurtz, Olga Valéria Kroeff e Elcy Dionéia Fernandes da Silva fizeram parte da primeira turma do Curso Normal da ESEF (1940) e, após graduarem-se⁴², foram convidadas a lecionar na instituição. Inicialmente, ocuparam a posição de “professoras auxiliares” das disciplinas, no

³² Sobre a prática do tiro no Rio Grande do Sul ver: ASSMANN, 2010; ASSMANN; MAZO, 2012; ASSMANN; MAZO, 2013.

³³ Sobre a prática do remo no Rio Grande do Sul ver: SILVA; MAZO, 2009; SILVA; PEREIRA; MAZO, 2010; SILVA, 2011; SILVA; MAZO, 2012; SILVA; MAZO, 2013; SILVA; PEREIRA; MAZO, 2014; SILVA; MONTEIRO; MAZO, 2014; SILVA, 2015; SILVA, *et al.*, 2016.

³⁴ Sobre a prática da natação no Rio Grande do Sul ver: ASSMANN; SILVA; MAZO, 2014.

³⁵ Sobre a prática do tênis no Rio Grande do Sul ver: PEREIRA; MAZO; BALBINOTTI, 2010.

³⁶ Sobre a prática do ciclismo no Rio Grande do Sul ver: FROSI; MORAES; CRUZ; MAZO, 2011; MORAES, 2012; MORAES, 2014; SILVA; CARMONA; MAZO, 2015a; SILVA; CARMONA; MAZO, 2015b.

³⁷ Sobre a prática da esgrima no Rio Grande do Sul ver: CARMONA, 2012; CARMONA; MARTINI; MAZO, 2014.

³⁸ Sobre a prática do bolão no Rio Grande do Sul ver: MAZO, 2005a.

³⁹ Sobre a prática do atletismo no Rio Grande do Sul ver: MAZO; MADURO; PEREIRA, 2010.

⁴⁰ Sobre a prática do futebol no Rio Grande do Sul ver: MAZO; PEREIRA; SILVA, 2013; SKOWRONSKI; MORAES; MAZO, 2014.

⁴¹ Sobre a presença da família Black na Educação Física do Rio Grande do Sul ver: MAZO; LYRA (2010).

⁴² Ressaltarmos que a formatura da primeira turma do Curso Normal de Educação Física, ocorreu no dia 31 de janeiro de 1941, no Teatro São Pedro em Porto Alegre, com a presença das(os) 107 alunas(os) aprovadas(os) (GUTIERREZ, 1971).

entanto, com o passar dos anos assumiram determinados saberes disciplinares como “professoras responsáveis”.

Em um dos trechos do depoimento de Olga Valéria Kroeff Echart (2004) é relatado o modo como ocorreu este processo. Para ela foi em razão de seu desempenho no Curso Normal de Educação Física que fora convidada a compor o quadro de professoras auxiliares da instituição. Segundo Olga:

Durante o curso em 1940 eu me salientei na parte de atletismo, de atividades individuais. Em razão disso, comecei a trabalhar com o Olavo Amaro da Silveira, na parte de atletismo, principalmente arremessos. Formei-me em 1941 e já fui convocada pelo Olavo Amaro da Silveira para trabalhar na Escola de Educação Física como professora (ECHAT, 2004, p. 1).

Na busca por demarcarmos essa transição da posição ocupada pelas professoras no arranjo curricular da ESEF e, de modo mais amplo, averiguarmos se as características da instituição, especialmente no que concerne ao quadro docente, se mantiveram até o encerramento do Curso Normal de Educação Física (1940-1956), destacamos abaixo a relação de professores(as) estabelecida para ano de 1955, que foi produzida por Lyra (2013, p. 177-178). No quadro estão dispostas as disciplinas de todos os cursos ofertados pela ESEF naquele período e não apenas os vinculados ao Curso Normal. Recordamos, todavia, que nossa pretensão neste momento é apenas assinalar a conformação de docentes expressa em 1955.

Quadro 4: Corpo Docente da ESEF – 1955.

Disciplina	Professor Responsável	Professor (es) Auxiliar (es)
Anatomia e Fisiologia Humanas	Cap. médico Adhemar Pinto Torelly	Médico Luiz Hassib Maluf
Aplicações Militares	Cap. João Gomes Moreira Filho	-
Biometria	Cap. Médico Raymundo Bezerra de Menezes	-
Canto Coral e Ritmo	Prof ^a . Maria Moritz	-
Cinesiologia	Cap. Médico Ruy Gaspar Martins	Médico Ary Doeder Yuchen
Desportos Aquáticos Masculinos	Prof. Frederico Guilherme Gaelzer	Prof. Derik Oscar Ely
Desportos Aquáticos Femininos	Prof ^a . Antônia Seitz Petzhold	Prof ^a . Iula Maria O. Green
Desportos de Ataque e Defesa	Prof. Ney Serres Rodrigues	-
Desportos Terrestres Coletivos	Sargento Waldyr Calvet Echart	<u>Basquetebol:</u> Profs. Waldir Calvet Echart, Nilsa Endress Vianna, Olga

		Valéria Kroeff e Lisarb Frota Coelho Vasconcellos. <u>Futebol:</u> Professor Waldir Calvet Echart. <u>Voleibol:</u> Prof. João Olavo Kray e Prof ^a . Iula Maria O. Green.
Desportos Terrestres Individuais	Prof. Rubem Mylins	<u>Corridas:</u> Profs. Rubem Mylins e Porfíria Ramos da Fonseca. <u>Ginástica de aparelhos pesos e halteres:</u> Prof. Karl Black. <u>Lançamentos:</u> Prof ^a . Aidy Maria Buss. <u>Saltos:</u> Odair P. de Castro. <u>Tênis masculino:</u> Prof. Fredolino Taube. <u>Tênis feminino:</u> Dinah Peçoits Targa.
Educação Física Geral Masculina	Prof. Fredolino Taube	-
Educação Física Geral Feminina	Prof ^a . Maria de Cesaro Pacini	Prof ^{as} . Dinah Peçoits Targa e Antônia Seitz Petzhold.
Fisiologia Aplicada	Prof. Dr. Hélio B. Ferreira	-
Fisioterapia (Massagem)	Dr. Gabriel Pastor	Prof ^a . Gertrud Simon e Odair P. De Castro
Ginástica Rítmica	Prof ^a . Zaida Marques Pallarés	Prof ^a . Antônia Seitz Petzhold.
Higiene Aplicada	Dr. Poli Marcelino Espírito	-
História e Organização da Educação Física e dos Desportos	Prof. Frederico Guilherme Gaelzer, Prof. Derik O. Ely, Capitão João F. Sofia.	Prof ^a . Zaida Marques Pallarés
Metodologia Aplicada	Prof. Selviro Rodrigues da Silva	-
Metodologia do Treinamento desportivo (Curso de Medicina da Educação Física, dos Desportos e de Técnica Desportiva)	Cap. Jacintho F. Targa	-
Metodologia da Educação Física (Curso Superior – I série)	Cap. Jacintho F. Targa	-
Metodologia da Educação Física (Curso Superior – II série)	Cap. Jacintho F. Targa	
Metodologia da Educação Física (Curso Normal)	Cap. Jacintho F. Targa	-
Metodologia Militar (Curso de Formação de Instrutores de Educação Física Militar)	Cap. Jacintho F. Targa	
Música	Prof ^a . Regina Soares de Amaro	-
Psicologia Aplicada	Dr. Amadeu Favieiro	-
Socorros de Urgência	Médico Alfredo B. Hoffmeister	-
Traumatologia Desportiva	Médico Alfredo Hoffmeister	Ary da C. Mariante

Fonte: Elaborado por Lyra (2013, p. 177-178).

Essa relação de docentes da ESEF do ano 1955 nos revelou algumas alterações se comparada àquela do período de 1940 a 1942. Não nos detendo neste momento a analisar questões de natureza estrutural relacionadas às disciplinas⁴³ e focando, sobretudo, nas mudanças vinculadas aos(as) docentes percebermos que na relação de 1955 ocorreu um significativo aumento no número de professores(as) com formação específica em Educação Física: de 16 em 1940/1942 para 24 em 1955. Esses professores(as) passaram a atuar como responsáveis e/ou auxiliares das disciplinas da ESEF.

Uma das justificativas para esta questão se encontra no estudo de Mazo (2005b), especialmente em razão de a autora (2005b) ter registrado que grande parte desses(as) professores(as) haviam se formado nos cursos da instituição e foram convidados(as) a compor o seu quadro docente. Segundo a autora (2005b), como traço comum desses(as) alunos(as) destacava-se o percurso esportivo e a atuação enquanto atletas em clubes do estado. Esta característica de um passado esportivo dos professores por consequência nos remete ao conceito de “saberes experienciais”, abordado por Maurice Tardif (2014, p. 38). Para o autor (2014) os saberes experienciais podem ser traduzidos como aqueles saberes ligados ao trabalho prático. Estes por sua vez, são temporais, pois “são construídos e dominados progressivamente durante um período de aprendizagem variável, de acordo com cada ocupação” (p. 58).

Em sua obra “Saberes docentes e formação profissional”, Tardif (2014) reserva o segundo capítulo de sua produção para tratar dos saberes do tempo e da aprendizagem vinculados de modo particular, ao trabalho do professor. Nesta direção, ao dar destaque às principais características do saber experiencial, o autor (2014) evidencia a relação de dependência deste com a atuação prática. Segundo Tardif (2014) o saber experiencial é adquirido por meio dos aprendizados obtidos nas distintas vivências pelas quais o professor passou em momentos diferentes de sua trajetória, seja através da “história de vida, da carreira ou mesmo de outros trabalhos efetuados” (p. 109).

⁴³ Referimo-nos a reorganização das disciplinas que passaram a ter direcionamentos específicos no quadro de 1955. Como exemplo, destacamos os “Desportos Aquáticos” que foram divididos na grade disciplinar de 1955 em “Desportos Aquáticos Masculinos” e “Desportos Aquáticos Femininos”; ou mesmo a disciplina de Ginástica de aparelhos, pesos e halteres, inicialmente apresentada de modo isolado e após, em 1955 aparecendo como um conteúdo de “Desportos Terrestres Individuais”.

Diante disso, as alterações ocorridas no currículo da instituição podem ter tido como uma das motivações a inserção de docentes que já possuíssem em seu repertório determinados saberes experienciais, obtidos especialmente por meio da vivência com a educação física e com o esporte na condição de atletas. Esta característica, de outra forma, também pode ter auxiliado os(as) próprios(as) professores(as) contratados na concepção de seu trabalho enquanto docentes. Assim, mesmo que a lógica ocorrida na ESEF neste caso tenha sido a inversa daquela proposta por Tardif (2014), onde o autor destaca que a formação teórica antecede a formação prática, acreditamos que os saberes experienciais levados a grade disciplinar através de seus(uas) docentes, tenha sido útil tanto para a instituição, quanto aos próprios(as) professores(as) e alunos(as).

De outra forma, as mudanças curriculares expostas no quadro acima podem ter sido motivadas por orientações direcionadas aos saberes disciplinares do Curso Normal. Conforme observado no quadro referente ao ano de 1955, algumas disciplinas foram reconfiguradas e passaram a ter características distintas, subdividindo-se em “masculino” e “feminino”⁴⁴. Este desmembramento talvez tenha solicitado, mesmo que de modo indireto, a admissão de novos(as) docentes para assumi-las, afinal, sendo os saberes divididos em duas “frentes”, dobrava-se a carga horária de trabalho para cada uma das disciplinas.

Junto a esta condição, ainda vigorava a orientação de que as professoras poderiam ministrar aulas práticas somente às alunas, ou seja, a atuação das docentes da ESEF do período restringia-se apenas ao grupo de alunas. Segundo Lyra (2013) o mesmo não ocorria com os professores, já que estes poderiam atuar com os alunos e, também, com as alunas do Curso Normal, durante as aulas práticas. Esta questão tratada por Lyra (2013), todavia, não foi à mesma relatada pelas alunas e alunos da ESEF, os quais destacaram em seus depoimentos a inexistência de aulas práticas mistas (ECHART, 2004; PACCINI, 2005; SAUL, 2005). No relato de Quintina Paccini reafirma-se a divisão entre homens e mulheres para as aulas práticas, bem como a distinção no direcionamento dos(as) professores(as), revelando que:

⁴⁴ Não temos a pretensão de nos aprofundarmos em discussões de gênero neste estudo. De outro modo, pretendemos delinear, sobretudo, as alterações realizadas na nomenclatura das disciplinas e seus reflexos postos ao quadro docente da ESEF.

Nunca houve aulas mistas. Enquanto eu estive na Escola, durante 38 anos, não houve aula mista. Era aula prática e os professores que davam aulas para os rapazes, não davam aula para as moças [...] a não ser as aulas teóricas. Mas, as aulas práticas eram só professoras mulheres que lecionavam para nós (PACCINI, 2005, p. 3).

O conteúdo disposto no Decreto-Lei n.º 1.212/1939 vai ao encontro do discurso de Paccini (2005) ao apontar indícios da orientação distinta ao ensino voltado aos alunos e às alunas dos cursos de formação. Mesmo que de modo indireto, a referida normativa (1939) solicita a contratação e consequente presença de professoras mulheres, no quadro de docentes das instituições superiores. No Capítulo III, intitulado “Das cadeiras e do pessoal docente e administrativo”, por exemplo, está destacado no Artigo 17º que: “O professor catedrático da cadeira de educação física geral e o professor de ginástica rítmica, bem como os assistentes **serão do sexo feminino**” (BRASIL, 1939, grifo nosso).

Diante do exposto, notamos que paulatinamente, a ESEF de modo amplo e o Curso Normal de Educação Física de forma pontual foram tomando novos contornos e se adaptando as mudanças estabelecidas com o passar do tempo. Essas alterações por sua vez, não se situaram unicamente na conformação do quadro docente da instituição, mas, de outro modo, se fizeram presentes desde que a Escola entrou em funcionamento, no ano de 1940. Aliás, para que se iniciassem as atividades de ensino da ESEF foi preciso que os(as) professores(as), alunos(as) e funcionários(as) pioneiros(as) superassem dificuldades inerentes ao processo de fundação (MAZO, 2005b).

Não possuindo um local próprio para que a ESEF fosse instalada, a administração da Escola foi estabelecida inicialmente, em um prédio localizado na Avenida João Pessoa, nº. 1003, em Porto Alegre/RS (MAZO; PEREIRA, 2005). Para a aluna da primeira turma do Curso Normal Quintina Paccini (2005, p. 5), “o primeiro ano foi muito difícil. As aulas eram pela manhã e à tarde e realizavam-se em vários locais. Inicialmente, algumas aulas teóricas ocorreram na João Pessoa, em uma garagem e todos tínhamos que nos acomodar ali”. Yula Hervé, também aluna da primeira turma do Curso Normal destacou que “a sala de aula eram uns bancos compridos, ali na Avenida João Pessoa. Algumas das aulas práticas nós fazíamos no Ramiro Souto, na Redenção” (2004, p. 1).

Corroborando com os testemunhos das alunas, estudos apontam que a falta de um espaço físico próprio para desenvolvimento das atividades representou uma das maiores dificuldades da instituição, durante seus primeiros anos de existência (MAZO, 2005b; LYRA, 2013). Essa condição por vezes fora interpretada pelas primeiras alunas como sendo um descaso com todos que frequentavam o Curso, conforme podemos perceber no seguinte trecho do depoimento de Maria de Lourdes Fonseca (2010): “Tínhamos aula em uma garagem pequena. Nós fomos muito mal cuidadas. Não sei por que aquilo. Era tudo novo, não é? Foi de uma hora para outra” (2010, p. 3). Diante de todos esses empecilhos impostos à recém criada Escola, para que fosse possível viabilizar a realização plena das atividades acadêmicas e, especialmente das disciplinas, o DEEF precisou contar com a colaboração de entidades da capital sul-rio-grandense, com as quais estabeleceu parcerias para utilização de seus espaços.

No Estádio General Ramiro Souto, no Parque Farroupilha (Redenção), por exemplo, ocorriam as aulas de Educação Física Geral, Desportos Terrestres Individuais e Coletivos; no Salão de Ginástica do Ginásio Bom Conselho, eram ministradas as aulas de Ginástica Rítmica; no Lago do Parque Farroupilha aconteciam as aulas de Canoagem, enquanto que no *Yatch Club* e piscina do Grêmio Náutico Gaúcho, ocorriam as de natação. Para além desses espaços, no Grupo Escolar Paula Soares eram ministradas as aulas de Canto Coral e, no Instituto de Química Industrial da Universidade de Porto Alegre, ocorriam as aulas teóricas (GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b).

As aulas da ESEF ocorriam em distintos espaços da cidade, especialmente durante seu primeiro ano. Nesse período, a Escola manteve em funcionamento apenas o Curso Normal de Educação Física, que iniciou suas atividades juntamente ao estabelecimento da instituição, no ano de 1940. Em razão disso, a referida formação pode ser considerada pioneira no que se refere ao preparo a nível superior de professores(as) de Educação Física no estado.

O Curso Normal de Educação Física da ESEF foi estabelecido tendo duração total de um ano. Em sua primeira turma matricularam-se 124 alunos(as). Deste total de matrículas, 26 foram realizadas por homens e 98 por mulheres. Segundo Mazo (2005b) esse cenário delineado no primeiro ano de funcionamento da instituição, manteve-se o mesmo ao longo dos primeiros anos de atividades, já que a maior parcela das matrículas, especialmente aquelas referentes ao Curso Normal, era

realizada por mulheres. Confirmando essa evidência, Olga Kroeff Echart destacou em seu depoimento (2004) que “Quando eu tirei a Escola de Educação Física em 1940, nós éramos cinco turmas de mulheres e quatro turmas masculinas. E, sempre foi assim. Nunca mulher menos. Não sei como é atual. Não sei se está parelho” (2004, p. 9).

Para poder ingressar no Curso Normal da ESEF os(as) candidatos(as) deveriam apresentar o diploma de normalista, ou seja, o documento que comprovava a conclusão dos estudos em escolas normais (BRASIL, 1939). Neste sentido, para além de firmar-se no campo sul-rio-grandense como precursora na formação de professores(as) da área, a ESEF foi pioneira também “na emergência de um(a) novo(a) profissional: o(a) Normalista Especializado(a) em Educação Física” (LYRA, 2013, p. 149). Como característica eminentemente comum entre os(as) normalistas estava o trabalho desenvolvido junto as escolas estaduais, especialmente, aquelas localizadas em cidades do interior do estado. Para a aluna do Curso Normal, Maria de Lourdes Fonseca, “Muitas vieram do interior. Ficou uma turma grande. [...] Caxias [do Sul] e Alegrete, eu acho, era de onde mais tinha colegas” (FONSECA, 2010, p. 8; 26).

Por meio do depoimento de Zilca Rossi Montanari (2011), aluna da turma de 1943 do Curso Normal e natural da cidade de Caxias do Sul/RS foi possível tomarmos ciência do quão desafiador fora para ela mudar-se para a capital do estado durante aquela época (início da década de 1940), em busca de uma formação em um novo campo de atuação. Em seu relato ela rememora:

Dificuldades, assim... Eu não tinha saído de Caxias [Caxias do Sul/RS]. Eu estava meio assustada. Até pra ir ao banco receber um vencimento em uma cidade grande e movimentada. Igualmente ocorria com a que veio de Santana do Livramento, [...] de Pelotas, [...] de Cruz Alta, [...] de Lajeado. Nós formávamos um grupo, assim, de meninas tímidas (MONTANARI, 2011, p. 10).

O depoimento de Zilca (2011) demonstra a presença de outras tantas professoras que deixaram suas cidades no interior do estado para dedicarem-se ao Curso na ESEF. Para Julita Stallivieri (2011), ex-aluna da ESEF, os estudos em Porto Alegre/RS representaram uma “oportunidade de liberdade” já que ela, assim como Zilca, nunca havia saído de sua cidade no interior (Caxias do Sul/RS). Em razão disso, viu na ESEF uma oportunidade de construir sua independência e

“aprender a viver” (STALLIVIERI, 2011, p. 2). Para Anna Tereza Morais, aluna da segunda turma do Curso Normal, vivenciar a ESEF foi significativo para sua trajetória de vida, destacando em seu depoimento que se sentia muito satisfeita: “Eu estava em um lugar muito especial. Eu achava tudo aquilo uma coisa fantástica, para mim que vinha de lá do interior [Caçapava do Sul/RS]. A Educação Física era o máximo, eu adorava as aulas” (MORAIS, 2010, p. 12).

A motivação para buscar o Curso Normal da ESEF se situava, sobretudo, na possibilidade de se aperfeiçoarem em um (novo) campo de atuação e, nesta mesma direção, sanar a necessidade que havia na época de professores(as) de Educação Física para as escolas primárias do estado. Conforme evidencia Lyra (2013, p. 206), “esta característica marcou o público interessado pelo Curso Normal, durante seus dezesseis anos de existência na ESEF (1940-1956)”. Durante o período em que o Curso Normal permaneceu em vigência, as(os) alunas(os) que o frequentaram provinham de diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul. A maioria, entretanto, residia na cidade de Porto Alegre/RS ou mesmo em cidades localizadas na região metropolitana (LYRA, 2013).

Não obstante, ressaltamos que mesmo em menor número as professoras residentes no interior do estado também figuravam dentre aquelas que buscaram se especializar através do Curso Normal de Educação Física. Em conformidade com Lyra (2013) podemos afirmar que a ESEF impulsionou e acompanhou em certa medida, a carreira dos(as) primeiros(as) professores(as) de Educação Física do Rio Grande do Sul, irradiando os conhecimentos adquiridos por diversas regiões do estado. Em sua tese de doutoramento, a autora (2013, p. 222) demonstrou que “a ESEF foi compreendida como condição para o delineamento do campo da Educação Física no estado” e, provavelmente, este processo tenha sido principiado pela formação dos primeiros profissionais no Curso Normal de Educação Física.

A formação deste nível, conforme destacado anteriormente ocorria durante um intenso ano de estudos. Os(as) alunos(as) do Curso Normal precisavam cumprir a totalidade do programa de conteúdos, composto por cerca de dezessete disciplinas principais, divididas em aulas teóricas e práticas. Para dar conta do aprendizado desses saberes, a grade de horários precisou buscar adequações e, para tanto, as aulas ocorriam em turno integral. Somado a esta realidade, acrescentava-se ainda a necessidade de os(as) alunos(as) precisarem se deslocar

por diferentes espaços da cidade de Porto Alegre, para cumprirem a rotina imposta pelo Curso.

Em razão disso, não são poucos os relatos de esgotamento vindos de ex-alunas que frequentaram o primeiro ano do Curso Normal da ESEF. Para Maria de Lourdes Fonseca (2010) ter optado por obter a formação em Educação Física não lhe trouxe arrependimentos. Entretanto, recorda-se que durante o período de estudos emagrecera muito, “ora, perder 12 quilos em nove meses é um bocado, não é?” (2010, p. 1). Segundo ela, “foi muito bruto o que nos fizeram. Em nove meses fazer o que foi feito após em três anos não é? Nós éramos noventa, noventa e duas moças e tínhamos trinta e tantos professores” (FONSECA, 2010, p. 2). No depoimento de Quintina Paccini, por exemplo, foi relatada a presença de profissionais para atender aos alunos que necessitavam, além de evidenciar também em seu depoimento, pontos da rotina vivenciada durante o primeiro ano do Curso.

O médico assistia as aulas e dava toda a assistência aos alunos. O primeiro ano foi difícil, muitos alunos terminaram muito estressados. Primeiro porque tinham que terminar e era um acúmulo de matéria. Todas as matérias foram ministradas em um só ano [...]. Não podia faltar à aula de maneira alguma, não podia faltar! [...] Um dia que faltasse era uma grande perda (PACCINI, 2005, p.10).

Na mesma proporção em que surgiram relatos acerca das dificuldades enfrentadas pelas alunas nos primeiros anos da ESEF, também foi possível evidenciar falas que transmitiam de certa forma, gratidão pela atenção e cuidado que os(as) professores(as) e administração de modo geral, tiveram no tratamento com os(as) discentes. As expressões “que diretor maravilhoso, educadíssimo” (MORAIS, 2010, p. 5); “Tivemos uns professores, uns amores. O Tenente Nelson era uma “mãe” para nós” (FONSECA, 2010, p. 5-6); “Tinha professores ótimos, eram os melhores lá” (GUTERRES, 2004, p. 4); “Mas eram professores maravilhosos” (SAUL, 2005) evidenciam em certa medida as percepções dos alunos(as) com relação aos seus professores(as) durante o período em que permaneceram na ESEF.

No depoimento de Zilca Rossi Montanari (2011), o relato acerca da formação que recebera dentro da instituição carrega um misto de reconhecimento e admiração. Em sua fala ela nos diz:

Olha, eu admirava todos eles, a forma como agiam e trabalhavam eram um exemplo. Eram pessoas convictas do que estavam fazendo e preocupadas em nos preparar bem, tanto que nós entramos de uma forma e saímos realmente professores de Educação Física. Incutiram-nos determinação, vontade de fazer as coisas e fazer certo. Como dizia a minha prima: “Eles nos formaram professores de Educação Física de verdade”. Uma disciplina rígida, uma forma de agir determinada, de enfrentar as dificuldades (MONTANARI, 2011, p.9-10).

Este curto, mas, intenso período de formação também pode ser interpretado enquanto reflexo das normativas legais vinculadas à Educação Física que foram estabelecidas durante o período. Para além da promulgação do Decreto-Lei n.º 1.212, de 1939 que trouxe a exigência de uma formação específica para o exercício das profissões de professor de Educação Física, Técnico Desportivo, Médico Especializado em Educação Física e Desportos (BRASIL, 1939), a partir de 1º de janeiro de 1941 passou a ser exigido também o diploma de graduação para o exercício profissional. No estudo de Souza Neto *et al.*, (2004), os autores relataram a exigência de diploma de licenciado para o exercício das funções de professor de educação física em estabelecimentos oficiais de ensino superior, normal e profissional a partir do referido ano. Provavelmente, tais aspectos tenham interferido nas rotinas e tempos dos cursos de formação em todo país.

A exigência acima destacada promulgada no ano de 1941, teve suas influências sentidas no processo formativo da ESEF e, de modo pontual, à turma do Curso Normal de Educação Física de 1940. A aluna da primeira turma do referido Curso, Yula Green Hervé relatou em depoimento que o “Ministério da Educação concedeu, pelo currículo que nós fizemos [...] o curso de licenciatura a nível superior. Ele passou a ser nível superior por causa do conteúdo que nós fizemos” (2004, p. 14). Em razão disso, por meio do estabelecimento do Decreto-Lei n.º 9.193, de 23 de abril de 1946, foi estendido aos(as) alunos(as) do Curso Normal desse período, os mesmos benefícios dos licenciados ao descrever em seu Artigo 1º que:

Os alunos diplomados pelo Curso Normal de Educação Física da Escola de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul no ano de 1940, gozarão das mesmas regalias dos licenciados em Educação Física de que trata o artigo 32º, do Decreto-Lei n. 1.212, de 17 de abril de 1939 (BRASIL, 1946).

Conforme observamos, as adaptações tanto àquelas vinculadas ao quadro docente, quanto às relacionadas ao próprio estabelecimento e organização legal do Curso Normal de Educação Física foram recorrentes durante os primeiros anos de atividades da ESEF. As primeiras turmas do Curso Normal foram se adaptando a uma realidade até então desconhecida no estado e, portanto, era praticamente inevitável a ocorrência de mudanças para que os contornos definitivos fossem sendo delineados, especialmente no que consentia a formação docente em Educação Física.

Nos depoimentos de alunas da primeira turma do Curso Normal da ESEF foi possível evidenciarmos falas que remetem de certo modo, a uma característica de indefinição com relação aos tempos e as práticas da instituição, especialmente durante seu primeiro ano de atividades. A aluna Maria de Lourdes Fonseca (2010, p. 12) destaca que o Curso “foi uma experiência que eles fizeram conosco, para ver se dava certo ou não”. Além disso, lembra-se da rotina intensa que precisou se adaptar, pois “foi muito puxado, mal a gente tinha tempo. Quando chegávamos em casa a tardinha, ainda tínhamos que estudar para cada uma das matérias” (FONSECA, 2010, p. 12). Nesta mesma direção, Yula Green Hervé (2004) também aluna do Curso Normal no ano de 1940, destaca o caráter “experimental” com que a instituição fora organizada em seu primeiro ano. Para ela, “Tudo na ESEF era experimental. Nós tivemos que fazer todas as disciplinas, porque o nosso curso poderia ser negado por falta de alguma habilidade (HERVÉ, 2004, p. 1)”.

A experiência um tanto tumultuada do primeiro ano de atividades da instituição fez com que os tempos relacionados ao Curso Normal fossem repensados. A partir do segundo ano de vigência o Curso passou a ocorrer em um turno único e não mais em tempo integral (GUTIERREZ, 1971). Essa medida também foi influenciada em razão de a ESEF passar a oferecer outros cursos de formação a partir do ano de 1941, a saber: Curso de Medicina de Educação Física e dos Desportos⁴⁵, Curso de Técnica Desportiva⁴⁶ e Curso de Treinamento e

⁴⁵ No Artigo 7º do Decreto-Lei 1.212 de 1939, evidencia-se o arranjo curricular do Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos, o qual era composto pelas seguintes disciplinas: Cinesiologia; Fisiologia aplicada; Fisioterapia; Metabologia; Biometria; Psicologia aplicada; Traumatologia desportiva; Método da Educação Física; Metodologia do treinamento desportivo; História da educação física e dos desportos; Ginástica rítmica; Educação física geral; Desportos terrestres individuais. Desportos terrestres coletivos; Desportos de ataque e defesa (BRASIL, 1939).

Massagem⁴⁷, todos com duração de um ano cada. O Curso Superior de Educação Física⁴⁸, por sua vez, teria duração de dois anos (MAZO, 2005b).

Neste mesmo ano, mais especificamente no dia 17 de abril de 1941, a ESEF recebeu a Autorização para funcionamento por meio do Decreto n.º 7.219 assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema. O Reconhecimento dos cursos oferecidos pela instituição por sua vez, ocorreu através do Decreto n.º 15.582, de 16 de maio de 1944 (GUTIERREZ, 1971). A referida normativa também conferiu reconhecimento aos cursos da Escola de Educação Física e Desportos do estado de São Paulo. Segundo Marinho (1956, p. 190) “essas duas escolas ficam, assim, em igualdade de condições com a Escola Nacional de Educação Física e Depostos, da Universidade do Brasil (ENEFD)”.

Todavia, antes de obter o reconhecimento legal em 1944, a ESEF firmou parceria com o Esporte Clube Cruzeiro, de Porto Alegre, no ano de 1942. Foi neste espaço que a Escola passou a desenvolver a maioria de suas atividades. Em depoimento, as ex-alunas que frequentaram as aulas realizadas neste ambiente revelaram problemas e inadequações com relação às instalações (ECHART, 2004; GIÁCOMO, 2004; GUTERRES, 2004; GALVÃO, 2005; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011). A aluna do Curso Normal de 1943, Zilca Rossi Montanari (2011), relatou a existência de “dois pavilhões de madeira, um para a ginástica e outro para sala de aula” (2011, p. 8). Segundo Julita Stallivieri (2011), “o local era precário [...] porque não tinha muitas condições. A sala de aula era em um pavilhão que abrigava tudo. E a parte prática, claro, feita o que dava no campo do Cruzeiro”

⁴⁶ O Curso de Técnica Desportiva era composto pelas seguintes disciplinas: Anatomia e fisiologia humanas; Cinesiologia; Higiene aplicada; Socorros de urgência; Fisioterapia; Biometria; Psicologia aplicada; Metodologia do treinamento desportivo; História da Educação Física e dos desportos; Ginástica rítmica; Educação Física geral; Desportos aquáticos; Desportos terrestres individuais; Desportos terrestres coletivos; Desportos de ataque e defesa (BRASIL, 1939).

⁴⁷ O Curso de Treinamento e Massagem era composto pelas seguintes disciplinas: Anatomia e Fisiologia Humanas; Higiene aplicada; Fisioterapia; Socorros de urgência; Metodologia do treinamento desportivo; Organização da Educação Física e dos Desportos; Ginástica Rítmica; Educação Física Geral; Desportos aquáticos; Desportos terrestres individuais; Desportos terrestres coletivos; Desportos de ataque e defesa (BRASIL, 1939).

⁴⁸ O Curso Superior de Educação Física, com duração de dois anos, foi composto pelas seguintes disciplinas, divididas em duas séries: Primeira Série – Anatomia e fisiologia humanas; Cinesiologia; Higiene aplicada; Socorros de Urgência; Biometria; Psicologia aplicada; Metodologia da educação física; História da educação física e dos desportos; Ginástica rítmica; Educação física geral; Desportos aquáticos; Desportos terrestres individuais; Desportos terrestres coletivos; Desportos de ataque e defesa. Segunda série – Cinesiologia; Fisioterapia; Biometria; Psicologia aplicada; Metodologia da educação física; Organização da educação física e dos desportos; Ginástica rítmica; Educação física geral; Desportos aquáticos; Desportos terrestres individuais; Desportos terrestres coletivos; Desportos de ataque e defesa (BRASIL, 1939).

(2011, p. 3). Para Julita, o pavilhão era o único que havia no local e, por isso, para além das aulas teóricas, também se destinava “ao depósito de materiais, às instalações da direção e secretarias” (2011, p. 25).

Em razão da praticamente ineficiente estrutura para realização das atividades de ensino, os tempos da ESEF em seus primeiros anos precisaram ser significativamente demarcados para que a organização dos espaços e horários atendesse a todas as necessidades disciplinares. A rotina, portanto, foi um aspecto recorrente nos depoimentos orais de ex-alunas do Curso Normal. Ilse Guterres (2004), Yula Green Hervé (2004) e Ademira Tagliare (2010) destacaram em suas falas que antes mesmo de iniciarem as aulas todos(as) os(as) alunos(as) precisavam posicionar-se em frente ao pavilhão para cantar o Hino Nacional. Posteriormente, iniciavam-se as aulas teóricas e práticas.

De modo detalhado, a aluna Zilca Rossi Montanari (2011), nos descreve a organização dos tempos dentro da ESEF. Segundo ela:

De início, de manhã tinham as aulas práticas. Sete e meia, o Tenente Moreira, **a lá moda de soldado** ia pro meio do campo e **soava o apito. A turma toda lá, em ordem**, cumprindo com seus monitores. Ali, então, trazia uma tabela com o que nós íamos receber. Se era Educação Física Geral, se era Atletismo, se era Jogo, cada horário estava ali. Eram três aulas. Sete e meia em ponto começava, até as dez e pouco. Nesse tempo tínhamos três aulas práticas. Após, tinha um pequeno recreio. Depois, íamos lá para o pavilhão, onde tinha duas aulas teóricas. Também lá, de acordo com a tabela nós víamos se hoje é cinesiologia, amanhã anatomia, história... Nós íamos lá **naquele quadro, exposto logo na entrada** para ver o que nós tínhamos no dia. Se nós tivéssemos, por exemplo, Ginástica Rítmica, **tinha que estar com o uniforme** de Ginástica Rítmica. Até semanalmente tinha lá, a previsão do trabalho (MONTANARI, 2011, p. 8, grifos nossos).

Para além de demarcar a organização dos tempos da ESEF, o trecho evidenciado acima nos revela estratégias de organização do ensino, especialmente voltadas ao Curso Normal de Educação Física. Em seu depoimento, Montanari (2011) destaca a presença de um quadro localizado na entrada do pavilhão de aulas, onde se expunha a grade de horários e disciplinas a serem realizadas em cada um dos dias da semana. Essa prática era de responsabilidade da Seção Didática do DEEF e esteve prevista, também, no Regimento Interno do referido órgão. Em seu Artigo 12º, da Seção III descrevia-se que compete a Seção Didática

“confeccionar os quadros horários semanais, planos e horários de exames, de acordo com os esboços ou instruções do Chefe da Divisão” (RIO GRANDE DO SUL, 1943).

Também no discurso da ex-aluna do Curso Normal (2011, p. 8) foi possível observarmos a presença de algumas expressões que nos remetem a práticas com características militares, tais como “a lá moda de soldado”, “soava o apito”, “A turma toda lá, em ordem”, “tinha que estar com o uniforme”. Por meio dessas evidências expostas no depoimento de Montanari (2011) notamos que, apesar de a ESEF ter sido instituída como a primeira Escola de formação de professores civis de Educação Física do Rio Grande do Sul, as suas práticas durante os primeiros anos carregaram intrinsecamente representações militares, as quais foram evidenciadas, sobretudo, através da rigidez com que eram tratados seus espaços, hábitos e organizações internas.

Essa característica, entretanto, não estava presente somente na ESEF, mas também, nas demais Escolas civis de Educação Física criadas durante o mesmo contexto. No estudo de Menezes (1998), por exemplo, é evidenciado que na Escola de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe fora significativa a influência de hábitos militares em seus “primeiros passos” (1998, p. 162). Já na Escola de Educação Física do Espírito Santo, por sua vez, Silva (1997, p. 166) relata que a instituição estava “coerente com as propostas governamentais daquele período”. Estas propostas, segundo a própria autora (1997) se relacionavam, sobretudo, ao estabelecimento de benefícios trocados entre o Exército e a Educação Física, o que nos sugere que também nesta instituição as premissas militares coexistiam.

Como mais um desses reflexos provindos do ambiente militar que se fez presente nos primeiros anos de funcionamento da ESEF e que fora significativamente rememorado pelas ex-alunas do Curso Normal em seus depoimentos, estava à exigência do uso do uniforme (GUTERRES, 2004; HERVÉ, 2004; FONSECA, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011). Para a aluna Ilse Engel Guterres (2004, p. 10) “o uso do uniforme era obrigatório”. Yula Green Hervé (2004), por sua vez, citou a existência de uniformes destinados a situações distintas dentro da instituição. A aluna relatou que havia um destinado às aulas no campo, outro para a piscina que, segundo ela “era um maiô de lã que quando saíamos da água começava a pesar e a gola ficava quase pela cintura (2004, p. 18)”. Além

destes, destacou ainda o uso de um casaco e de uma saia azul marinho (HERVÉ, 2004).

As influências militares, para além de estarem presentes nas rotinas dos(as) alunos(as) situaram-se, sobretudo, nos cargos de Direção da ESEF. Durante o período em que o Curso Normal de Educação Física permaneceu em funcionamento (1940-1956), a quase que totalidade de Diretores que assumiram a organização da instituição vinculava-se de alguma forma, ao meio militar. No quadro abaixo, apresentamos a relação de Diretores do período de 1940 a 1956.

Quadro 5: Relação de Diretores da ESEF (1940-1956)

Nome	Período de permanência
Capitão Olavo Amaro da Silveira	06/05/1940 a 04/05/1944
Major Jaguarê Teixeira	04/05/1944 a 27/09/1945
Capitão Jacinto Francisco Targa	27/09/1945 a 09/10/1953
Médico Arno Tschiedel (interino)	09/10/1953 a 12/01/1954
Médico Capitão Ruy Gaspar Martins	12/01/1954 a 28/09/1955
Professor Frederico Guilherme Gaelzer	28/09/1955 a 24/02/1959

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no estudo de Gutierrez (1971).

Conforme podemos observar, com exceção do médico Arno Tschiedel que assumiu interinamente a direção da ESEF e do professor Frederico Guilherme Gaelzer, todos os demais possuíam relação com o meio militar. Este aspecto provavelmente tenha influenciado os modos de se fazer e pensar a Educação Física dentro da Escola sul-rio-grandense. O que é inegável, entretanto, é o empenho e a dedicação que estes professores, médicos e militares que assumiram a função de dirigir a instituição em seus primeiros anos tiveram. Mesmo não possuindo um espaço próprio e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino, eles buscaram soluções e adequaram desde estruturas até rotinas, para que a ESEF fosse posta em funcionamento no estado sul-rio-grandense, até que as condições para obtenção de uma sede própria fossem viabilizadas.

As primeiras tratativas para a construção de instalações próprias, neste sentido, partiram ainda no início da década de 1950, quando a Escola estava sob a direção do Capitão Jacinto Francisco Targa (1945-1953). A sugestão de edificação de um Estádio Universitário junto ao Hospital de Clínicas da Universidade do Rio

Grande do Sul (URGS) partiu do então Reitor desta instituição, Alexandre Rosa. Apesar deste anseio, o projeto não foi concretizado, provavelmente, em razão do estado não possuir recursos suficientes (MAZO, 2005b).

Em razão disso, a ESEF permaneceu sediada nas instalações do Esporte Clube Cruzeiro até o ano de 1956, quando então passou a utilizar os espaços da Associação Cristã de Moços (ACM) (MAZO, 2005b). Portanto, o Curso Normal de Educação Física fora realizado praticamente em sua totalidade no Esporte Clube Cruzeiro, com exceção de seu primeiro ano quando precisou estabelecer parcerias com inúmeras entidades de Porto Alegre/RS para que as atividades da instituição fossem viabilizadas. Ao transferir suas atividades para a ACM no ano de 1956, a ESEF também substituiu o Curso Normal de Educação Física pelo Curso de Educação Física Infantil.

No depoimento oral de Maria do Carmo Giácomo (2004), na ACM a Escola pôde contar com acomodações mais adequadas para a realização das atividades. Todavia, ressaltou que “a ACM não fazia muita questão que a gente estivesse lá. O estado dizia que pagava, mas, não sei. De vez em quando saía uns desentendimentos [...]. De lá é que viemos para o Jardim Botânico” (GIÁCOMO, 2004, p. 1). A ACM, desta forma, estabeleceu-se como sede provisória da ESEF até o início da década de 1960, quando a Escola se transferiu de maneira definitiva, para o endereço atual, no Bairro Jardim Botânico, em Porto Alegre/RS.

Diante disso, para que fosse possível refletirmos e, na mesma medida, demarcarmos por meio da escrita, as ações incididas no interior do Curso Normal de Educação Física da ESEF foi preciso compreender, antes de tudo, o contexto em que a Escola fora criada. Posteriormente, por meio do cotejamento de distintas fontes levantadas para a pesquisa foi possível traçarmos uma versão acerca das influências que confluíram para a constituição dos tempos e espaços ocupados pelo Curso Normal, dentro da instituição pioneira na formação de professores(as) no estado. Entretanto, para além de demarcarem as características estruturais do curso essas interferências se fizeram presentes na composição da grade disciplinar eleita para o ensino.

Nesta direção, no capítulo que segue nos dedicamos a construção de uma versão acerca dos saberes disciplinares que perpassaram o currículo de formação do Curso Normal de Educação Física da ESEF, durante o período em que este permanecera em vigência (1940-1956).

5 OS SABERES DISCIPLINARES DO CURSO NORMAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESEF

A criação da Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul (ESEF) assim como das demais instituições formadoras de professores(as) de Educação Física estabelecidas nos estados brasileiros no período compreendido entre os anos de 1930 e 1940⁴⁹ fez parte de um movimento mais amplo de nacionalização empreendido no Brasil na época. A educação escolar de modo pontual e a formação de professores de forma mais ampla, foram os principais alvos da campanha de nacionalização a qual, dentre outras ações, instituiu marcos regulatórios educacionais e orientou normativas pedagógicas.

Para o campo da formação de professores civis de educação física uma unidade pedagógica foi orientada por meio da promulgação do Decreto-Lei n.º 1.212, de 17 de abril de 1939. A referida legislação criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) na Universidade do Brasil (UB)⁵⁰, sendo esta a primeira escola brasileira de educação física de nível superior, ligada a uma universidade. Já em suas primeiras linhas, o Decreto-Lei de 1939 anunciava a finalidade da ENEFD de “imprimir ao ensino da educação física e dos desportos, em todo país, unidade teórica e prática” (BRASIL, 1939, cap.1, art.1º).

Nas linhas que seguem ao trecho do Decreto-Lei exposto acima foram trazidas novas evidências acerca de um caráter manifesto da ENEFD ser considerada um “modelo nacional” às demais escolas superiores de educação física (LYRA; MAZO, 2016, p. 42). A normativa, portanto, além de exercer sua função de marco regulatório educacional especialmente por estabelecer uma ruptura com os modelos de formação profissional em educação física vigentes até então, também previu a organização pedagógica dos cursos ofertados e seus respectivos esquemas curriculares (BRASIL, 1939).

Nesse sentido, tomando como guisa de orientação primeira, as ações estabelecidas pelo Decreto-Lei, promulgado no ano de 1939 procuramos delinear no presente capítulo a escrita de uma possível versão acerca da construção dos

⁴⁹ Posteriormente a criação da ENEFD (1939), foi criada a Escola de Educação Física e Esporte de São Paulo (1940); a Escola Superior de Pernambuco (1940); a Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul (1940) (LYRA, 2013).

⁵⁰ Atual Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Maiores informações sobre a ENEFD, ver Melo (1996).

saberes disciplinares que compuseram o esquema curricular do Curso Normal de Educação Física da ESEF, durante o período em que este permanecera em vigência (1940-1956). Por meio do cruzamento de distintas fontes delineamos um panorama que apresentou traços comuns e, na mesma proporção, características díspares. Este cenário é apresentado de modo detalhado nas linhas que seguem.

Todavia, é preciso reconhecer que para além de seu caráter instrucional a Escola Nacional de Educação Física e Desportos foi basilar na orientação da constituição dos saberes disciplinares que comporiam os currículos das instituições de ensino superior de Educação Física, criadas no Brasil. Segundo Tardif (2014), os saberes disciplinares podem ser compreendidos enquanto:

Saberes sociais definidos e selecionados pela instituição universitária. Estes saberes integram-se à prática docente através da formação (inicial e contínua) dos professores nas diversas disciplinas oferecidas pela universidade, sendo emersos da tradição cultural dos grupos sociais produtores de saberes (2014, p. 38).

Nas linhas do Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939 foram descritas as disciplinas tidos como essenciais para a formação do professorado nacional, em cada um dos cursos criados e ofertados inicialmente pela ENEFD, a saber: Curso Superior de Educação Física, Curso Normal de Educação Física, Curso de Técnica Desportiva, Curso de Treinamento e Massagem e, Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos (BRASIL, 1939). Para o Curso Normal de Educação Física, principal foco de análise nesse capítulo, previa-se de modo específico no Artigo 4º, do Capítulo II, a relação de seus saberes. O quadro trazido abaixo descreve quais os conhecimentos que deveriam embasar a formação do(a) normalista especializado(a) em Educação Física⁵¹.

Quadro 6: Disciplinas instituídas para o Curso Normal de Educação Física.

1. Anatomia e fisiologia humanas
2. Cinesiologia
3. Higiene aplicada
4. Socorros de urgência
5. Fisioterapia
6. Biometria
7. Metodologia da educação física
8. História da educação física e dos desportos

⁵¹ No Capítulo V do Decreto-Lei 1.212 de 1939 evidenciava-se que aos alunos que concluíssem o Curso Normal de Educação Física na forma da referida Lei, seria conferido o diploma de normalista especializado em educação física (BRASIL, 1939).

9. Organização da educação física e dos desportos
10. Ginástica rítmica
11. Educação física geral
12. Desportos aquáticos
13. Desportos terrestres individuais
14. Desportos terrestres coletivos
15. Desportos terrestres de ataque e defesa

Fonte: Elaborado pela autora com base no Decreto-Lei n. 1.212 de 1939.

À medida com que seguimos o traçado do documento legal de 1939 na busca por compreender a organização disciplinar da ENEFD, já que esta fora criada com o intuito de servir de modelo às demais, deparamos-nos com novas orientações no Capítulo III. Intitulado “Das cadeiras e do pessoal docente e administrativo” foi posto de forma pontual em seu Artigo 9º que “as disciplinas ensinadas na Escola Nacional de Educação Física e Desportos constituirão matéria das seguintes cadeiras” (BRASIL, 1939, Cap.III, Art. 9º):

I. Anatomia e Fisiologia Humanas e Higiene Aplicada; II. Cinesiologia; III. Fisiologia Aplicada; IV. Fisioterapia; V. Metabologia; VI. Biometria; VII. Psicologia Aplicada; VIII. Traumatologia Desportiva e Socorros de Urgência; IX. Metodologia da Educação Física e do Treinamento Desportivo; X. História e Organização da Educação Física e dos Desportos; XI. Ginástica Rítmica; XII. Educação Física Geral (1º cadeira); XIII. Educação Física Geral (2º cadeira); XIV. Desportos Aquáticos; XV. Desportos Terrestres Individuais; XVI. Desportos Terrestres Coletivos; XVII. Desportos de Ataque e Defesa.

Nota-se que enquanto o Capítulo II intitulado “Dos Cursos” buscou estabelecer de modo específico, quais as disciplinas fundamentais em cada uma das formações oferecidas pela ENEFD, o Capítulo III por sua vez, especialmente através do Artigo 9º, normatizou um padrão para a denominação dessas disciplinas. Através de uma leitura do documento regulatório, portanto, foi possível percebermos a presença de similaridades na relação de disciplinas entre os diferentes cursos oferecidos pela ENEFD. Na mesma proporção, também se tornaram sobressalentes especificidades sobre cada um desses cursos. Para melhor visualizarmos tais características, elaboramos o quadro abaixo a partir da relação de cadeiras postas pelo Capítulo III e das disciplinas específicas de cada um dos cursos descritas no Capítulo II, do Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939.

Quadro 7: Disciplinas da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Disciplinas da ENEFD postas no Capítulo III do Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939	Curso Superior de Educação Física		Curso Normal de Educação Física	Curso de Técnica Desportiva	Curso de Treinamento e Massagem	Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos
	1ª série	2ª série				
Anatomia e Fisiologia Humanas e Higiene Aplicada						
Cinesiologia						
Fisiologia Aplicada						
Fisioterapia						
Metabologia						
Biometria						
Psicologia Aplicada						
Traumatologia Desportiva e Socorros de Urgência						
Metodologia da Educação Física e do Treinamento Desportivo						
História e Organização da Educação Física e dos Desportos						
Ginástica Rítmica						
Educação Física Geral (primeira cadeira)						
Educação Física Geral (segunda cadeira)						
Desportos Aquáticos						
Desportos Terrestres Individuais						
Desportos Terrestres Coletivos						
Desportos de Ataque e Defesa						

Fonte: Elaborado pela autora com base no Decreto-Lei 1.212 de 1939.

O quadro acima fora elaborado possuindo em sua linha superior a denominação de cada um dos cursos criados e normatizados pelo Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939. Tais formações profissionais conforme já destacado anteriormente, foram oferecidas de modo pioneiro em território brasileiro pela ENEFD. Na coluna primeira, localizada à esquerda do quadro, foram descritas as disciplinas com base nas informações apresentadas pelo Capítulo III, Artigo 9º, da referida legislação.

As análises das orientações postas nas linhas desse documento regulatório revelaram que as disciplinas voltadas à Anatomia e Fisiologia Humanas, bem como à Higiene Aplicada eram comuns aos cursos: Superior de Educação Física, Normal de Educação Física, Técnica Desportiva e Treinamento e Massagem. Dentre os cursos oferecidos pela ENEFD, as disciplinas citadas apenas não se faziam presentes na grade de disciplinas preestabelecidas para o Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos. De outra forma, somente aos alunos desse curso previam-se as disciplinas de Fisiologia Aplicada, Metabologia e Traumatologia Desportiva.

Nesta mesma direção, localizamos evidências de que determinadas disciplinas previstas alteravam seus enfoques quando destinados ao Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos (BRASIL, 1939). Foi o caso dos conteúdos compreendidos pela disciplina de Metodologia da Educação Física e do Treinamento Desportivo. O referido saber compunha as grades curriculares dos Cursos Superior (1ª e 2ª séries) e Normal de Educação Física através dos ensinamentos referentes à Metodologia da Educação Física. Já aos cursos de Técnica Desportiva e de Treinamento e Massagem o referido saber disciplinar era aplicado através dos conteúdos sobre Metodologia do Treinamento Desportivo. Para o Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos, de forma distinta aos demais indicava-se o ensino da Metodologia da Educação Física e, também, da Metodologia do Treinamento Desportivo.

As disciplinas relativas aos conhecimentos de Cinesiologia e Biometria não se faziam presentes apenas no Curso de Treinamento e Massagem. No que concerne especificamente à disciplina de Cinesiologia relacionada ao Curso Superior de Educação Física, destacamos que ela compunha a primeira e, também, a segunda série deste curso⁵². Para a formação em Treinamento e Massagem também não

⁵² Ressaltamos que a referida formação foi a única a ser inicialmente estabelecida com dois anos de duração.

foram vinculados os conteúdos da disciplina de Psicologia Aplicada. O mesmo ocorreu para o Curso Normal de Educação Física, que não destinou parte de sua carga horária ao ensino dos conteúdos relativos a essa disciplina.

Os saberes que figuraram de modo comum na estrutura disciplinar dos Cursos da ENEFD foram os conhecimentos relativos à Fisioterapia, à Ginástica Rítmica, à Educação Física Geral, aos Desportos Aquáticos, Terrestres individuais e coletivos e, de Ataque e Defesa. De modo específico ao Curso Superior, a Fisioterapia compunha apenas o segundo ciclo de estudos, já a Ginástica Rítmica se fazia presente em ambos os ciclos. A disciplina de Educação Física Geral também adotou uma característica distinta quando vinculada ao Curso Superior de Educação Física, sendo dividida em duas cadeiras, uma para cada ano de estudos.

Ressaltamos ainda, que o saber de Socorros de Urgência também figurou entre as disciplinas comuns a todos os cursos da ENEFD, mas que, para o Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos, conforme já evidenciado, seu foco recaiu sobre os conteúdos relacionados à Traumatologia Desportiva. Nessa mesma direção, destacamos as disciplinas relativas à História e Organização da Educação Física e dos Desportos, as quais também compuseram todos os cursos de formação da ENEFD. Apesar de figurarem, ao menos na nomenclatura, como um único saber disciplinar, seu conteúdo foi dissociado. Desta forma, ao Curso de Treinamento e Massagem indicou-se apenas o estudo da Organização da Educação Física e dos Desportos excluindo-se, portanto, os conteúdos relativos à História da Educação Física e dos Desportos.

Ao que nos parece, as características traçadas a partir do quadro elaborado revelaram semelhanças mais estreitas entre determinados cursos, na mesma medida em que foi possível delinear algumas distinções entre eles. Talvez, o Curso que apresentasse características mais singulares tenha sido o de Medicina da Educação Física e dos Desportos. Na sua relação de saberes, as disciplinas de Fisiologia Aplicada, Metabologia e Traumatologia Desportiva foram destinadas unicamente a esta formação.

Esta característica incomum para essa formação provavelmente tenha sido influenciada pela própria orientação de ingresso ao curso. No Capítulo IV, Artigo 21 do Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939 estava posto que para o ingresso “será exigida do candidato à matrícula no curso de medicina da educação física e dos desportos, a apresentação de diploma de médico” (BRASIL, 1939, Cap. IV – Art. 21). Percebe-se,

portanto, que para iniciar os estudos na ENEFD e cursar a formação em questão era preciso já estar habilitado em um curso superior de medicina.

Essa exigência, no entanto, não vigorava para as demais formações oferecidas pela Escola Nacional. Para ingressar nos Cursos Superior de Educação Física, de Técnica Desportiva ou de Treinamento e Massagem, os candidatos deveriam apresentar o certificado de conclusão do curso secundário fundamental (atual ensino médio). De forma semelhante, aos candidatos ao Curso Normal de Educação Física exigia-se a apresentação de diploma de normalista, ou seja, a comprovação de conclusão dos estudos em nível médio, com habilitação obtida em escolas normais. O Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos, desta forma, possuía características distintas dos demais, as quais ultrapassavam os limites disciplinares e estendiam-se ao próprio caráter formativo, o qual nos revelou possuir mais um enfoque de especialização de que de uma formação a nível superior.

Para além das diferenças constatadas vale destacar ainda as semelhanças localizadas entre os diferentes cursos de formação, sobretudo no que concerne às suas disciplinas. Nesta direção, aqueles que figuraram de modo similar, além de estabelecerem um núcleo disciplinar comum também demarcaram de certa forma, uma característica de ordem transversal entre os distintos enfoques formativos. As disciplinas de Fisioterapia, Ginástica Rítmica, Educação Física Geral, Desportos Aquáticos, Terrestres Individuais e Coletivos e de Ataque e Defesa, portanto, foram saberes que atravessaram as grades curriculares de todos os cursos criados através Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939 e oferecidos de modo pioneiro pela ENEFD.

É necessário, entretanto, termos cautela em nossas considerações e refletirmos no sentido de compreendermos que talvez estas similaridades tenham se dado apenas por meio da nomenclatura padrão estabelecida, aquela posta no Capítulo III, Artigo 9º do Decreto-Lei de 1939. O que estamos querendo dizer é que, estas mesmas semelhanças podem não ter sido estabelecidas nos conteúdos desenvolvidos em cada um dos cursos, uma vez que cada disciplina pode ter assumido enfoques distintos quando vinculada as diferentes formações. Dentre as evidências que trouxeram a tona nossa reflexão está o conteúdo estabelecido pelo Artigo 29º, do Capítulo IV, do Decreto Lei n.º 1.212 de 1939. Nele estava descrito que “para cada disciplina haverá um programa que será elaborado pelo professor catedrático dela encarregado”. Além disso, no parágrafo 1º ainda foi posto que

“quando uma disciplina for ministrada em mais de um curso, com duração ou finalidade diferente, terá programas diferentes”.

A partir do exposto, portanto, podemos assinalar algumas características que foram possíveis de serem deflagradas, especialmente com relação à organização disciplinar da ENEFD. A primeira delas é que a instituição nacional possuía um núcleo comum de disciplinas que balizaram as formações profissionais oferecidas por ela. Estes saberes, por sua vez, poderiam vigorar nas grades curriculares dos diferentes cursos de formação mais ou menos semelhante. Esta característica, no entanto, não nos permite transpor tais similaridades de forma dimensional ao âmbito dos conteúdos aplicados por elas nos distintos cursos.

É vinculado justamente aos conteúdos disciplinares que se relaciona nossa segunda averiguação. Por meio da consulta ao Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939 localizamos elementos que nos permitiram supor que cada saber disciplinar poderia assumir distintas características quando vinculado a diferentes cursos de formação na instituição. Diante disso, mesmo conseguindo localizar tais semelhanças na composição curricular dos cursos não é possível transpormos estas mesmas similaridades aos conteúdos formativos propriamente ditos. Esta questão somente poderia ser evidenciada de alguma forma, se consultássemos os objetivos, conteúdos e métodos dos programas de ensino de cada uma das disciplinas, bem como as suas orientações a cada um dos cursos ofertados pela ENEFD.

Nesta direção, ao nos debruçarmos sobre a estrutura organizacional da ENEFD, especialmente acerca da composição de suas grades disciplinares, compreendemos que, apesar de a instituição estabelecer normas e padrões a serem seguidos, também proporcionou certa liberdade para que as escolas criadas nos demais estados brasileiros elegeassem os conteúdos que deveriam vigorar em cada uma das disciplinas pré-estabelecidas. Portanto, se por um lado a Escola Nacional estabeleceu preceitos orientadores, por outro permitiu, mesmo que de forma não cogitada, que as instituições estaduais formassem seus próprios modelos formativos e, desta forma, viessem a assumir também seu protagonismo no campo.

Diante disso, nossos esforços a partir desse momento recaem sobre a possibilidade de desvelarmos possíveis adequações do modelo proposto pela ENEFD na Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul (ESEF), criada no ano de 1940. Afinal, conforme nos acenaram Lyra e Mazo (2016, p.42) “se é certo que as organizações nacionais serviram de parâmetro para as

estaduais é necessário compreender as particularidades da estrutura original e, posteriormente, suas possíveis adequações às realidades dos estados”. De modo mais específico, estamos nos propondo a traçar uma possível compreensão acerca dos saberes disciplinares que orientaram a formação de professoras(es) no Curso Normal de Educação Física da ESEF, durante o período em que este permaneceu em vigência (1940-1956).

Antes de adentrarmos a grade disciplinar, no entanto, nos cabe recordar que o Curso Normal de Educação Física foi o primeiro a entrar em funcionamento juntamente com as demais atividades da ESEF, no ano de 1940. Foi através dele que ocorreu a formação da primeira turma de professores(as) de educação física, de nível superior, no estado do Rio Grande do Sul. Diante disso, podemos compreender o próprio estabelecimento da ESEF, assim como do Curso Normal de Educação Física, como ações que por si sós já estabelecem preceitos e características de um pioneirismo no Rio Grande do Sul.

Para além dessas considerações, no estudo de Lyra e Mazo (2016) o estabelecimento da ESEF em terras sul-rio-grandense foi interpretado a partir de uma dupla função. As autoras evidenciaram que, se por um lado a ESEF foi compreendida como uma instituição reprodutora de um modelo nacional, por outro, ela pode ser entendida como produtora e protagonista de um modelo estadual, uma vez que unificou condutas pedagógicas já existentes e circulantes no estado⁵³. Ressaltamos ainda que a instituição permaneceu sendo a única a desempenhar a função de formar professores de educação física no estado ao longo de 30 anos, o que confirma seu protagonismo no campo na formação de professores(as) de Educação Física (LYRA, 2013).

Para além dessas questões o novo *status* de formação advindo ao estado a partir da criação da ESEF e conseqüente implantação do Curso Normal representou a concretização de interesses políticos da época, especialmente os relacionados à Secretaria de Educação e Cultura do estado e, mais especificamente, do Departamento estadual de Educação Física (DEEF). Desta forma, a partir do momento em que o Curso Normal de Educação Física entrou em funcionamento, fora “decretada obrigatória à exclusividade da ESEF no trato e oferecimento da

⁵³ Dentre os preceitos circulantes no estado, ressaltamos as ações advindas com os chamados “Cursos Intensivos de Educação *Physica*” criados no ano de 1929. Vale lembrar que o objetivo dessa formação era preparar professores(as) que atuavam nas escolas estaduais para o trabalho também com a Educação Física (LYRA; MAZO, 2010; 2011; LYRA, 2013).

formação em nível Normal” no estado (LYRA, 2013, p. 150). Afirmava-se, desta forma, que a ESEF em terras sul-rio-grandenses seria a única instituição reconhecida pelo Governo Federal como apta a emitir diplomas de formação na área (BRASIL, 1939).

Diante disso, o que nos coube na escrita das próximas linhas foi compreender quais os saberes disciplinares norteadores dessa formação superior pioneira no Rio Grande do Sul. Nas considerações que seguem procuramos evidenciar desta forma, uma versão acerca da organização disciplinar que determinou os modos de se fazer e ensinar Educação Física na ESEF, durante o período de 1940, quando o Curso Normal entrou em funcionamento, até 1956, quando este fora substituído pelo Curso de Educação Física Infantil.

Para tanto, nossa guisa primeira de orientação foi organizar as fontes coletadas para a pesquisa em três principais grupos, a saber: a) Fontes bibliográficas; b) Fontes documentais e; c) Fontes Oraís. A partir dessa organização inicial partimos para a leitura dos referidos materiais com o intuito de selecionarmos aqueles que evidenciassem em seu conteúdo informações acerca dos saberes disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF e que nos auxiliassem, de alguma forma, na estruturação de sua grade disciplinar.

No entanto, ao nos dedicarmos a análise pormenorizada das fontes bibliográficas, logo nos deparamos com a apresentação de distintas versões acerca das disciplinas do Curso Normal. Diante disso, passamos a elencar todas as disciplinas citadas pelas publicações na busca por estabelecer aproximações e distanciamento entre as versões das fontes analisadas. De modo inicial, destacamos os saberes descritos na normativa legal estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939 que, conforme visto, orientou as ações da ENEFD. Ressaltamos que nos detivemos especialmente ao conteúdo posto em seu Capítulo II, onde estavam localizadas as orientações referentes à composição disciplinar base para os Cursos Normais de Educação Física para, posteriormente, nos auxiliar no traçado de possíveis adequações desse modelo na grade disciplinar da ESEF.

Posteriormente, analisamos a versão apresentada pela publicação de Gutierrez (1971) e intitulada “Histórico da Escola de Educação Física da UFRGS”. Nessa fonte, o professor destaca aspectos formativos da ESEF e dá destaque aos locais ocupados pela Escola para o desenvolvimento de suas aulas em seus primeiros anos, uma vez que a instituição não possuía uma sede própria. Além

disso, evidencia os cursos de formação oferecidos, suas durações e, também, as disciplinas que compunham suas grades curriculares, dentre elas, as referentes ao Curso Normal de Educação Física.

A busca bibliográfica também nos pôs em contato com a pesquisa de doutoramento de Brauner (1999) intitulada “*La formación del profesorado de Educación Física en la UFRGS, Porto Alegre (Brasil). Tendencias Teóricas*”. Com o objetivo de investigar a formação de professores na ESEF, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a autora (1999) realizou um resgate histórico com o intuito de compreender a origem e o desenvolvimento dos currículos de formação profissional. De igual forma, a referida pesquisa nos auxiliou no traçado de vestígios acerca das disciplinas do Curso Normal de Educação Física.

A próxima fonte localizada e que, de modo significativo, nos trouxe evidências acerca da composição curricular do Curso Normal da ESEF foi produzida por Mazo (2005b) e intitulada “*Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969)*”. A autora, através da consulta a documentos institucionais, revistas, jornais e depoimentos orais, buscou reconstruir a memória da instituição através da identificação de seus primeiros professores, alunos e funcionários, além de registrar as condições dos equipamentos e das instalações onde eram realizadas as aulas. Através disso, a pesquisa também evidenciou quais foram as disciplinas que compuseram o currículo do Curso Normal de Educação Física.

Em seguida, nos debruçamos sobre a publicação de Mazo e Pereira (2005) acerca da ESEF que compõe o Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul (MAZO; REPPOLD FILHO, 2005). Nessa fonte, para além das autoras destacarem aspectos formativos da instituição e determinadas mudanças ocorridas em sua estrutura administrativa e de ensino ao longo de suas primeiras décadas, também trouxeram informações acerca das disciplinas do Curso Normal de Educação Física.

Para além destas, consultamos a tese de doutorado intitulada “*A criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)*”, de autoria de Lyra (2013). A autora por meio de uma perspectiva histórico-cultural de análise, objetivou percorrer a trajetória histórica da ESEF com o intuito de compreender a formação de professores especializados para atuação no ambiente escolar do estado. Dentre

suas considerações, localizamos as que faziam referência ao Curso Normal de Educação Física, assim como o destaque para uma relação de disciplinas desenvolvidas ao longo do Curso.

Para além das produções bibliográficas localizadas, as quais fazem menção direta as possíveis disciplinas do Curso Normal da ESEF⁵⁴, pudemos contar também com o nosso segundo *corpus* de análise referente às fontes documentais. Para esta parte da pesquisa, a qual se destina prioritariamente a apresentar uma versão acerca da grade de saberes disciplinares que compuseram o Curso Normal de Educação Física da ESEF, selecionamos o Histórico Escolar do Curso (1940) e os Programas de Ensino das disciplinas (1940).

O Histórico Escolar consultado pertence à professora Maria Clara de Campos Velho, aluna da primeira turma do Curso Normal de Educação Física. Localizamos esse documento no Repositório Digital do Centro de Memória do Esporte (CEME), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nele, está contida uma listagem de disciplinas ligadas ao Curso Normal, bem como as notas das provas teóricas e práticas obtidas pela aluna. Além disso, foi possível visualizarmos a relação de documentos apresentados para o ingresso ao referido Curso.

Os Programas de Ensino, por sua vez, foram cedidos à nossa pesquisa por meio de uma doação. Esses documentos, além de nos apresentarem novas evidências vinculadas à relação de disciplinas do Curso Normal da ESEF, também destacam uma sequência de conteúdos eleitos ao ensino de cada um dos saberes, assim como seus respectivos objetivos e bibliografia selecionada para embasar o ensino e a aprendizagem⁵⁵. Ao todo, podemos contar com dezoito Programas de Ensino (1940)⁵⁶.

⁵⁴ Ressaltamos que ESEF foi tida como objeto de análise de outros estudos que trazem significativas contribuições ao campo da Educação Física sul-rio-grandense (NUNES; MOLINA NETO, 2005; GOELLNER *et al.*, 2005; TRUSZ; NUNES, 2007; FRAGA *et al.*, 2010; GOELLNER *et al.*, 2010; LYRA; MAZO, 2010; MOLINA NETO; FRAGA; MOLINA, 2012; WACHS, 2013; BOSSLE, 2014; LYRA; MAZO, 2016). No entanto, os trabalhos destacados no texto, foram aqueles que de forma direta fizeram menção ao Curso Normal de Educação Física da ESEF e que, para, além disso, citaram quais foram os saberes disciplinares que constituíram a grade curricular do Curso Normal de Educação Física.

⁵⁵ Para fins de referência, utilizaremos “Programas de Ensino, 1940” seguido de uma sequência de letras em ordem alfabética, para designar cada saber disciplinar. Exemplo: Programa de Ensino (1940a), “a” referente à disciplina de Anatomia Humana Aplicada; Programas de Ensino (1940b), “b” referente à disciplina de Biometria.

⁵⁶ Os Programas de Ensino (1940) referem-se às disciplinas de Anatomia Humana Aplicada, Biometria, Canto Coral, Cinesiologia Aplicada, Desportos Aquáticos, Desportos de Ataque e Defesa,

Nosso terceiro e último grupo de fontes vincula-se aos depoimentos orais reunidos para o estudo. As entrevistas foram realizadas com ex-alunas e ex-professoras da ESEF que vivenciaram de alguma forma, o Curso Normal na instituição. Ressaltamos que para esta parte do estudo utilizamos os depoimentos que fizeram menção direta às disciplinas do Curso Normal. Ademais, é importante reiterarmos que dos oito depoimentos orais que compuseram esta parte do estudo, três foram localizados no Repositório Digital do CEME/ESEFID/UFRGS⁵⁷ e os outros cinco⁵⁸ nos foram cordialmente cedidos pela Professora Doutora Vanessa Bellani Lyra.

Os depoimentos orais destacados foram realizados em momentos distintos e tiveram objetivos e roteiros também diferentes. Tais entrevistas, portanto, não foram coletadas especificamente para comporem nossa pesquisa e assim, ter como foco questionamentos acerca dos saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF. Apesar disso, as fontes orais selecionadas e utilizadas nesse momento tangenciaram de alguma forma, questões vinculadas ao nosso objeto de estudo. Em razão disso, reconhecemos que as versões apresentadas pelas entrevistadas nos trouxeram evidências vinculadas a composição disciplinar do Curso Normal⁵⁹, afinal, são relatos de pessoas que vivenciaram diretamente a ESEF em seus primeiros anos de atividade.

Os dados obtidos a partir da análise dessas diferentes fontes de pesquisa estão dispostos no quadro abaixo. Nele buscamos apresentar as diferentes versões acerca das disciplinas do Curso Normal da ESEF contidas em cada uma das fontes bibliográficas, documentais e orais consultadas. Para tanto, listamos na primeira coluna, todas as disciplinas citadas pelas fontes. Ao lado, na segunda coluna, estão destacadas as respectivas referências que fizeram menção às disciplinas elencadas.

Desportos Terrestres Coletivos, Desportos Terrestres Individuais, Educação Física Geral, Fisioterapia, Ginástica Rítmica, Higiene Aplicada, História da Educação Física e dos Desportos, Metodologia da Educação Física, Organização da Educação Física e dos Desportos, Ritmo, Socorros de Urgência, Tênis Feminino.

⁵⁷ A saber: ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; PACCINI, 2005.

⁵⁸ A saber: FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011.

⁵⁹ Para leitura dos trechos das entrevistas selecionados para esta parte do estudo, ver Apêndice B.

Quadro 8: Levantamento das disciplinas do Curso Normal da ESEF em fontes bibliográficas, documentais e orais.

Disciplina Matérias de ensino		Referência das fontes bibliográficas, documentais e orais⁶⁰
Anatomia		BRAUNER, 1999; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011.
Anatomia Humana Aplicada		PROGRAMAS DE ENSINO, 1940a.
Anatomia e Fisiologia Humanas		BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; TAGLIARE, 2010.
Biometria		BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940b; ECHART, 2004.
Canto coral		GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; MAZO; PEREIRA, 2005**; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940c; HERVÉ, 2004; TAGLIARE, 2010.
Cinesiologia		BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011.
Cinesiologia Aplicada		PROGRAMAS DE ENSINO, 1940d.
Desportos Aquáticos	Desportos Aquáticos*	BRASIL, 1939; BRAUNER, 1999; LYRA, 2013.
	Polo aquático (a partir de 1941)	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; ECHART, 2004.
	Remo	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; MAZO; PEREIRA, 2005; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940e; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004.
	Canoagem	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; MAZO; PEREIRA, 2005; PACCINI, 2005.
	Natação	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; MAZO; PEREIRA, 2005; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; PACCINI, 2005; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011.
Desportos de Ataque e Defesa	Desportos de Ataque e Defesa	BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940f.

⁶⁰ Como critério de citação das referências no quadro, utilizamos a sequência posta pelos três grupos de fontes, a saber: primeiro as fontes bibliográficas em ordem de publicação; segundo as fontes documentais, também em ordem de publicação e, por fim, as fontes orais conforme data de realização da entrevista. A ordem de publicação das fontes bibliográficas e documentais, bem como de realização da entrevista, foi estabelecida por meio do registro mais antigo ao mais recente.

Desportos Coletivos	Terrestres	Desportos Terrestres Coletivos*	BRASIL, 1939; BRAUNER, 1999; MAZO; PEREIRA, 2005; LYRA, 2013; ECHART, 2004.
		Basquetebol	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940g; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010; STALLIVIERI, 2011.
		Futebol	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940g; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; PACCINI, 2005; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010.
		<i>Volibol</i>	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940g; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011.
Desportos Individuais	Terrestres	Desportos Terrestres Individuais*	BRASIL, 1939; BRAUNER, 1999; MAZO; PEREIRA, 2005; LYRA, 2013; ECHART, 2004.
		Corridas	GUTIERREZ, 1971; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940h; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010; STALLIVIERI, 2011.
		Ginástica de aparelhos e levantamentos de pesos e halteres	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940h; ECHART, 2004.
		Lançamentos	GUTIERREZ, 1971; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940h; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; PACCINI, 2005; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; STALLIVIERI, 2011.
		Saltos	GUTIERREZ, 1971; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010; STALLIVIERI, 2011.
		Saltos femininos	PROGRAMAS DE ENSINO, 1940h.
		Atletismo	MAZO, 2005b; MONTANARI, 2011.
Educação Física Geral		Educação Física Geral*	BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; MAZO; PEREIRA, 2005; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; ECHART, 2004; PACCINI, 2005; MONTANARI, 2011.
		Educação Física Geral – Feminina	PROGRAMAS DE ENSINO, 1940i; HERVÉ, 2004.
Fisiologia Aplicada (a partir de 1941)			GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b.
Fisioterapia			BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940j; HERVÉ, 2004; STALLIVIERI, 2011.
Ginástica Rítmica			BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; MAZO;

	PEREIRA, 2005; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940k; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; PACCINI, 2005; FONSECA, 2010; TAGLIARE, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011.
Higiene Aplicada	BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940l; ECHART, 2004.
História da Educação Física e dos Desportos	BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940m; MONTANARI, 2011.
Metodologia da Educação Física	BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940n; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; TAGLIARE, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011.
Metodologia (a partir de 1941)	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b.
Organização da Educação Física e dos Desportos	BRASIL, 1939; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940o.
Psicologia Aplicada (a partir de 1941)	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; STALLIVIERI, 2011.
Ritmo	PROGRAMAS DE ENSINO, 1940p.
Socorros de Urgência	BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940q; ECHART, 2004.
Tênis Feminino	PROGRAMAS DE ENSINO, 1940r; ECHART, 2004; TAGLIARE, 2010; STALLIVIERI, 2011.
Traumatologia Desportiva (a partir de 1941)	GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b.

*Algumas fontes localizadas abordam apenas o nome da disciplina do Curso Normal da ESEF e não fazem menção aos seus conteúdos programáticos.

** O conteúdo escrito sobre a ESEF no Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul, traz informações sobre o local de realização das disciplinas práticas e teóricas do Curso Normal. A referida fonte (MAZO; PEREIRA, 2005), no entanto, traz um detalhamento maior no que concerne às disciplinas práticas, nomeando cada uma delas e seu respectivo local de realização. O mesmo não ocorre com as disciplinas teóricas, uma vez que as autoras apenas citam que se realizavam no Instituto de Química Industrial. Em razão disso, não foi possível localizarmos através do material que compõe o Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul, a relação pormenorizada das disciplinas teóricas.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A consulta detalhada as fontes bibliográficas, documentais e orais localizadas para o estudo nos permitiu evidenciar diferentes versões sobre os saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF. Essas distinções fazem alusão a dois principais aspectos. O primeiro deles refere-se à presença ou não de determinada disciplina na versão apresentada pelas fontes. O segundo, por sua vez, concerne às distintas maneiras de nomeação desses saberes no material consultado.

Diante disso, nas linhas que seguem procuramos destacar distanciamentos e aproximações dos dados apresentados nas diferentes fontes. Iniciemos assim, pela disciplina de Anatomia. Dentre as fontes bibliográficas consultadas, com exceção da publicação de Mazo e Pereira (2005) que, por terem evidenciado informações mais detalhadas acerca das disciplinas de caráter prático do Curso Normal não abordaram questões vinculadas a Anatomia, todas as demais demarcaram sua presença na grade curricular. No entanto, distintas nomeações foram apresentadas pelas fontes, a saber: “Anatomia” (BRAUNER, 1999; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011), “Anatomia Humana Aplicada” (PROGRAMA DE ENSINO, 1940a) e, “Anatomia e Fisiologia Humanas” (BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; TAGLIARE, 2010.).

O mesmo aconteceu com a disciplina de Cinesiologia. De forma similar ao ocorrido com a Anatomia, dentre as fontes bibliográficas a referida disciplina apenas não foi relacionada na publicação de Mazo e Pereira (2005). Talvez este fato tenha se dado em razão do mesmo motivo acima descrito. Apesar disso, na quase que totalidade das demais fontes fora apresentada sob a denominação de “Cinesiologia” (BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999, MAZO, 2005b; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011). Apenas no Programa de Ensino (1940d) recebeu a denominação de “Cinesiologia Aplicada”.

A disciplina de Educação Física Geral se fez presente em todas as fontes bibliográficas e documentais consultadas (BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; MAZO; PEREIRA, 2005; LYRA, 2013; HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMA DE ENSINO, 1940i). Nas fontes orais fora citada nos depoimentos de Echart, 2004; Paccini, 2005; Montanari, 2011 e; Hervé, 2004. Ressaltamos que no Programa de Ensino da disciplina (1940i) e no depoimento de

Hervé (2004) especificou-se a seguinte denominação: “Educação Física Geral – Feminina”. A inclusão do termo “feminina” em sua nomenclatura nos traz a evidência de que, provavelmente, os conteúdos eram direcionados unicamente às alunas do Curso Normal da ESEF ou que, talvez, pudesse haver dois programas de ensino distintos, um direcionado às alunas e outro aos alunos.

Essa mesma característica de direcionamento de saberes ou mesmo de certas matérias de ensino, unicamente às mulheres do Curso Normal foi evidenciada outras duas vezes na relação de disciplinas apresentadas pelas fontes. Uma delas vinculava-se aos Desportos Terrestres Individuais, mais especificamente, a matéria de “Saltos femininos”, que fora localizada nas informações apresentadas pelo Programa de Ensino (1940h). De outra forma, o conteúdo de “Saltos” também fora listado no conteúdo apresentado por Gutierrez (1971), no Histórico Escolar (1940) e nos depoimentos de Echart (2004); Hervé (2004); Fonseca (2010); Morais (2010); Tagliare (2010) e Stallivieri (2011) não carregando ao seu lado, no entanto, o adjetivo “feminino”. Outro direcionamento de conteúdos apenas às mulheres foi feito pela disciplina de “Tênis Feminino”. A referida disciplina fora evidenciada pelo Programa de Ensino (1940r) e, também nos depoimentos de Echart (2004); Tagliare (2010) e Stallivieri (2011).

Ao analisarmos o quadro geral de saberes postos acima, notamos que foi recorrente a presença de determinadas disciplinas apenas nos Programas de Ensino (1940). Para além dos já enunciados até aqui e que diferem das demais fontes no que tange à sua denominação, como Anatomia Humana Aplicada e Cinesiologia Aplicada, ou mesmo na questão da sua presença na grade curricular, como Saltos femininos, podemos ainda destacar os saberes da disciplina de Ritmo. Apenas no material correspondente ao Programa de Ensino (1940p) esse saber esteve posto, nas demais fontes consultadas nenhuma menção foi feita a ele. De forma similar, observamos que a matéria de “Atletismo” vinculada ao saber disciplinar de Desportos Terrestres Individuais foi posta apenas na publicação de Mazo (2005b) e no depoimento oral de Montanari (2011).

Dando sequência às nossas considerações também foi possível traçarmos aproximações entre as versões apresentadas. As disciplinas de Biometria, Desportos de Ataque e Defesa, Fisioterapia, Higiene Aplicada, História da Educação Física e dos Desportos, Metodologia da Educação Física e Socorros de Urgência figuraram de modo comum nas fontes bibliográficas de Brasil (1939), Gutierrez

(1971), Brauner (1999), Mazo (2005b) e Lyra (2013) e, também nos Programas de Ensino (1940b,f,j,l,m,n,q). Com exceção da disciplina de Desportos de Ataque e Defesa, todos os demais saberes acima destacados estavam listados no Histórico Escolar (1940) e foram mencionados em ao menos um, dos oito depoimentos selecionados para o estudo. Esta distinção vinculada à ausência do referido saber nas fontes, talvez evidencie que os conteúdos por ele desenvolvidos não eram destinados às alunas mulheres do Curso Normal, mas sim, apenas aos alunos homens, uma vez que tanto o Histórico Escolar, quanto os depoimentos utilizados que revelaram a falta desse saber, pertencem e são provindos de ex-alunas e ex-professoras mulheres da ESEF.

O saber de Organização da Educação Física e dos Desportos por sua vez, apenas não figurou nas publicações bibliográficas de Gutierrez (1971) e de Mazo e Pereira (2005). De outra forma, esteve presente nas duas fontes documentais consultadas: Histórico Escolar (1940) e no Programa de Ensino (1940o). Nos depoimentos orais, por sua vez, não fora mencionado pelas entrevistadas. Observamos ainda que a Ginástica Rítmica foi o saber disciplinar que figurou de modo comum na quase que totalidade das fontes consultadas, não sendo citado apenas na entrevista de Morais (2011).

De forma menos recorrente, mas não menos significativa para nossas análises, as disciplinas de Canto Coral e Remo figuraram de modo comum nas publicações bibliográficas de Gutierrez (1971), Mazo (2005b) e Mazo e Pereira (2005). Nas fontes documentais, ambos os saberes estiveram relacionados nos Programas de Ensino (1940c,e), mas apenas o Remo se fez presente no Histórico do Escolar (1940). Nas fontes orais Hervé (2004) citou ambos os saberes, enquanto Tagliari (2010) mencionou apenas Canto e Coral e Echart (2004) fez alusão somente ao Remo. As disciplinas de Canoagem e Natação por sua vez, também figuraram nessas mesmas produções bibliográficas, mas, de modo distinto, não foram nomeados nos Programas de Ensino (1940).

Evidenciamos ainda que em determinadas fontes abordou-se apenas a denominação geral de certa disciplina, não fazendo menção ao seu conteúdo programático. Foi o caso dos Desportos Aquáticos citados desta forma nas produções de Brasil (1939), Brauner (1999) e Lyra (2013) sem, no entanto, descrever os conteúdos específicos de remo, canoagem e/ou da natação. O mesmo ocorreu com as disciplinas de Desportos Terrestres Individuais e Desportos

Terrestres Coletivos. Tais disciplinas foram citadas de modo geral nas publicações de Brasil (1939), Brauner (1999), Mazo e Pereira (2005), Lyra (2013) e Echart (2004).

De modo distinto, as produções bibliográficas de Gutierrez (1971) e Mazo (2005b), bem como os Programas de Ensino (1940g) destacaram os conteúdos programáticos de Basquetebol, Futebol e *Volibol*⁶¹ no que tange aos Desportos Terrestres Coletivos. Além disso, os conteúdos de Basquetebol e *Volibol* estiveram listados no Histórico Escolar (1940) e, as três modalidades foram citadas de modo comum nos depoimentos de Echart (2004), Hervé (2004), Morais (2010) e Tagliare (2010).

No que concerne às matérias de ensino de Desportos Terrestres Individuais, as Corridas e Lançamentos foram destacados por Gutierrez (1971), no Histórico Escolar (1940) e no Programa de Ensino (1941h), além de serem citados de modo comum nos depoimentos orais de Echart (2004), Hervé (2004), Morais (2010) e Stallivieri (2011). A Ginástica de aparelhos e levantamentos de pesos e halteres, por sua vez foi relacionada na publicação de Gutierrez (1971), Mazo (2005b), no Programa de Ensino (1940h) e no depoimento de Echart (2004). O conteúdo de Saltos, conforme já descrito anteriormente, fora destacado por Gutierrez (1971), no Histórico Escolar (1940) e em seis dos oito depoimentos diferindo de Atletismo, que fora citado apenas por Mazo (2005b) e Montanari (2011) e de Saltos Femininos, referenciado apenas no Programa de Ensino (1940h).

Outra similaridade assinalada por nossas análises se situa na proximidade entre as publicações de Gutierrez (1971) e Mazo (2005b). Ambos os autores destacam a presença das disciplinas de Polo Aquático, Fisiologia Aplicada, Metodologia, Psicologia aplicada e Traumatologia Desportiva na grade disciplinar do Curso Normal de Educação Física da ESEF. No entanto, destacam que suas presenças se fizeram concretas apenas a partir de 1941, o que nos leva a crer que para além das alterações no quadro docente da instituição conforme demarcado no capítulo dois deste estudo, o Curso Normal após seu primeiro ano de atividades, passou também por adaptações disciplinares. O depoimento de Echart (2004) também faz menção ao Polo Aquático e o de Stallivieri (2011) a Psicologia Aplicada, no entanto, ambas as falas não mencionam se esses saberes estiveram presentes

⁶¹ Optamos por manter na escrita do trabalho a versão da grafia apresentada pelas fontes consultadas.

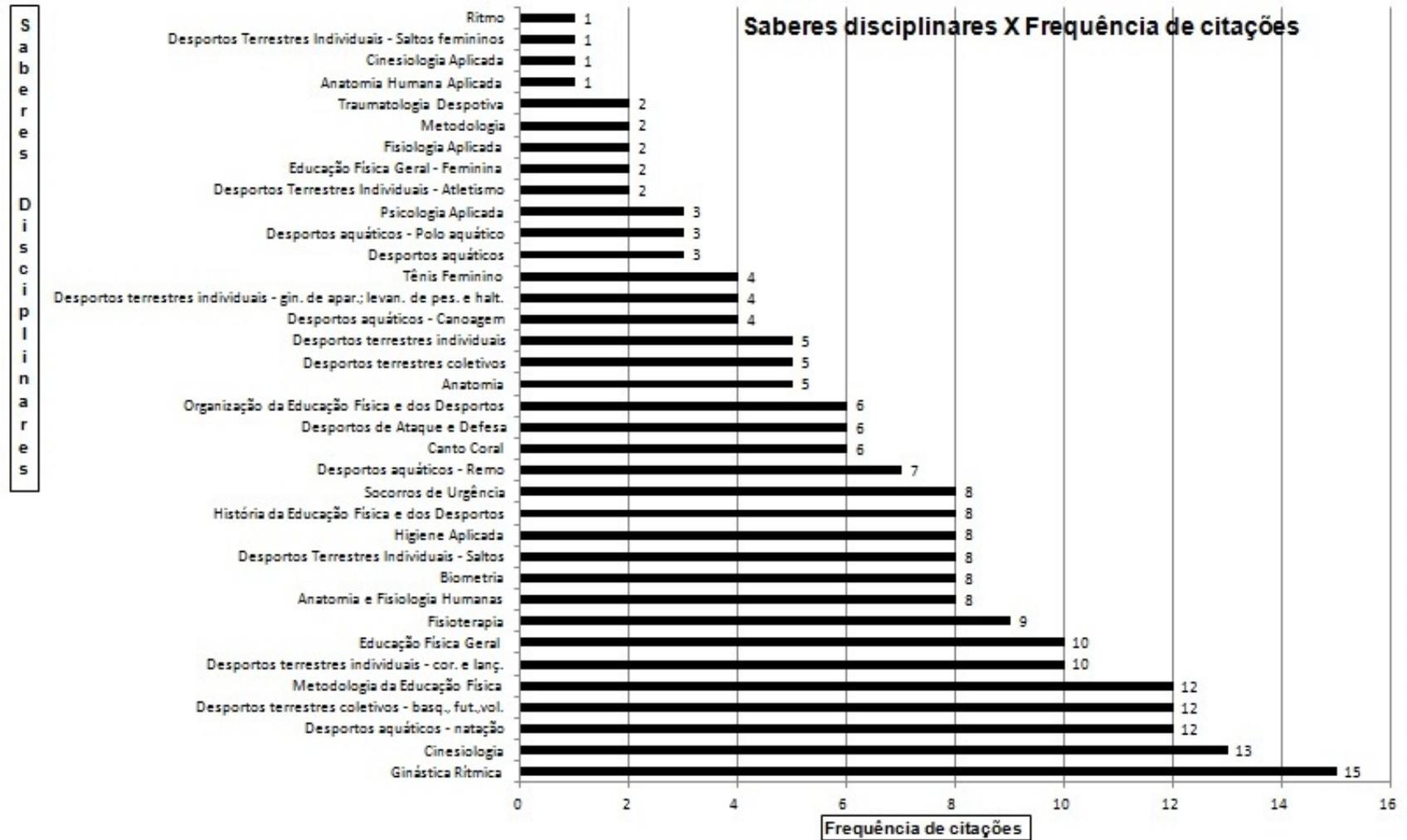
na grade disciplinar do Curso Normal desde a sua estruturação ou se foram inseridos em tempos posteriores.

Essa breve análise das versões apresentadas pelas distintas naturezas de fontes consultadas, nos trouxeram elementos para o traçado de pontos convergentes, divergentes e também complementares entre as informações coletadas. Foi possível percebermos que determinadas disciplinas apareceram de forma mais frequente nas fontes bibliográficas e documentais, e que foram mais comumente citados nos depoimentos orais. De outra forma, outras disciplinas foram citadas por um número menor de fontes, mas, mesmo assim, sua presença também foi demarcada.

Conforme visto, nossa escrita foi estruturada com bases em seis fontes bibliográficas (BRASIL, 1939; GUTIERREZ, 1971; BRAUNER, 1999; MAZO, 2005b; MAZO; PEREIRA, 2005; LYRA, 2013), duas fontes documentais (HISTÓRICO ESCOLAR, 1940; PROGRAMAS DE ENSINO, 1940) e em oito fontes orais (ECHART, 2004; HERVÉ, 2004; PACCINI, 2005; FONSECA, 2010; MORAIS, 2010; TAGLIARE, 2010; MONTANARI, 2011; STALLIVIERI, 2011). Nosso *corpus* de análise, portanto, reuniu um total de dezesseis fontes de distintas naturezas. O “cotejamento” das informações apresentadas por elas nos permitiu estruturar uma possível versão acerca da composição disciplinar do Curso Normal de Educação Física da ESEF (BACELLAR, 2010, p. 71).

Na ilustração abaixo, apresentamos a relação completa dos saberes disciplinares descritos conforme nomenclatura apresentada pelas fontes, seguido do número de citações que cada um deles recebeu.

Ilustração 1: Relação de saberes disciplinares e frequência de citação para cada um deles.



Fonte: Elaborado pela autora.

As evidências apresentadas pelas fontes nos permitiram organizar nossas análises em quatro principais grupos. O primeiro é composto pelos saberes disciplinares que foram citados por um número significativo de fontes e não apresentaram discordâncias com relação a sua denominação. Fazem parte deste grupo as seguintes disciplinas, com seu respectivo número de citação: Ginástica Rítmica (15), Metodologia da Educação Física (12), Fisioterapia (9), Biometria (8), Higiene Aplicada (8), História da Educação Física e dos Desportos (8), Socorros de Urgência (8), Organização da Educação Física e dos Desportos (6); Canto Coral (6) e, Desportos de Ataque e Defesa (6). Tais saberes provavelmente compuseram a grade disciplinar do Curso Normal de Educação Física da ESEF, especialmente em razão dessa unidade demonstrada pelas fontes com relação à presença e também denominação adotada.

No segundo grupo reunimos aqueles saberes disciplinares que foram igualmente citados por uma quantidade significativa de fontes, mas que apresentaram diferenças com relação a determinadas matérias de ensino relatadas. Foi o caso dos Desportos Aquáticos, que foram citados de cinco formas distintas. Na primeira, três fontes apresentaram apenas a denominação conforme descrita acima; na segunda, outras três fontes destacaram a matéria de Polo Aquático; na terceira forma, quatro fontes evidenciaram a Canoagem; na quarta, sete fontes elencaram o Remo e, por fim, na quinta maneira, doze fontes evidenciaram a Natação. Diante desses dados, notamos que a disciplina de Desportos Aquáticos também figurou na grade disciplinar do Curso Normal.

A composição de suas matérias de ensino, no entanto, pode ter sofrido adaptações. Tais ajustes podem ter se dado em razão do direcionamento de matérias distintas às alunas e aos alunos do Curso Normal. Outra hipótese relaciona-se às adequações aos locais disponíveis para a prática, já que nos primeiros anos a Escola não possuía sede própria. Para além desses, podemos supor que o clima do estado pode ter determinado a realização ou não de certa matéria, uma vez que em determinados períodos a aula poderia ser prejudicada pela impossibilidade de prática em espaços abertos.

Nesse mesmo grupo de saberes, alocamos os Desportos Terrestres Coletivos. Essa disciplina fora citada de duas formas distintas pelas fontes consultadas. Cinco fontes evidenciaram apenas a sua nomenclatura geral, enquanto doze, destacaram os conteúdos de basquetebol, futebol e voleibol. Em razão desse

número significativo de ocorrências é provável que os Desportos Terrestres Coletivos, como também os conteúdos de basquetebol, futebol e voleibol, figuraram na grade disciplinar do Curso Normal da ESEF.

Os Desportos Terrestres Individuais também se situam nesse segundo grupo e foram apresentados de diferentes formas pelas fontes, especialmente no que tange as especificações de seus conteúdos de ensino. Das 16 fontes que compuseram nosso *corpus* de análise, cinco citaram o referido saber em sua forma geral, ou seja, apenas através da denominação “Desportos Terrestres Individuais”. De outra forma, 10 fontes evidenciaram a presença da disciplina e destacaram os conteúdos de corridas e lançamentos; quatro fontes citaram a matéria de ginástica de aparelhos e levantamento de pesos e halteres e; duas fontes demarcaram a presença do atletismo. Uma questão que nos chamou atenção vincula-se ao conteúdo de saltos. Em oito fontes a referida matéria fora evidenciada, mas em apenas uma ela foi seguida do adjetivo “feminino”. Esta evidência nos leva novamente a refletir que na relação pormenorizada dos conteúdos referentes aos distintos saberes disciplinares, provavelmente havia matérias que se direcionavam unicamente as alunas mulheres e, outras, apenas aos alunos homens do Curso. A matéria de saltos, talvez seja um exemplo dessa questão.

A disciplina de Educação Física Geral por sua vez, se situa nesse grupo de análise também por ter sido apresentada de duas maneiras distintas pelas fontes. A primeira delas, citada por dez fontes evidenciou sua presença a partir da denominação acima referida. A segunda, de forma semelhante ao conteúdo de saltos, também demarcou o adjetivo “feminino” ao lado de sua nomeação, sendo referenciada dessa forma por duas fontes. Em razão disso, acreditamos que a disciplina de Educação Física Geral também compôs a grade disciplinar do Curso Normal da ESEF, mas que intrínseco ao seu conteúdo havia direcionamentos às alunas e aos alunos do Curso.

Nesta mesma direção e ainda tratando do segundo grupo de análise, destacamos o saber de Tênis Feminino. Apesar de ter sido citado apenas da forma como fora descrito acima, característica esta que difere dos demais saberes que compõem esse grupo de análise, o alocamos neste espaço em razão do direcionamento de seu conteúdo apenas às alunas do Curso. Ressaltamos que a referida disciplina fora citada por quatro fontes, sendo três relatos de ex-alunas e ex-professoras da Escola. Em razão disso podemos supor que, apesar de possuir um

número inferior de citações, provavelmente este saber compôs, em algum momento, a grade disciplinar do Curso Normal. Um questionamento que permanece em aberto, no entanto, é se havia também um programa destinado ao ensino do tênis aos alunos homens do Curso ou se os saberes sobre tênis direcionava-se unicamente às alunas.

A última disciplina alocada nesse grupo é a de Cinesiologia. Dentre a totalidade de fontes consultadas, o referido saber apresentou-se sob essa denominação em treze, enquanto que em apenas uma sua nomeação foi seguida da palavra “Aplicada”. Independentemente da denominação que de fato figurou na grade curricular do Curso, acreditamos que os conhecimentos de Cinesiologia se fizeram presentes na formação de professores(as) no Curso Normal da ESEF, especialmente pelo número significativo de citações que ela recebera.

O terceiro grupo de análise por nós demarcado abarca saberes disciplinares nomeados de distintas maneiras pelas fontes consultadas. Os conhecimentos relativos à Anatomia e a Fisiologia foram denominados de “Anatomia e Fisiologia Humanas” por oito fontes; apenas “Anatomia” em outras cinco; “Fisiologia Aplicada” em duas e, “Anatomia Aplicada” em apenas uma. Essas distintas nomeações talvez evidenciem uma possível alteração na grade curricular do Curso durante o período em que este se manteve em funcionamento na Escola. De outra forma, elas podem ter sido influenciadas pelas denominações que as disciplinas receberam em outros Cursos, como por exemplo, a Fisiologia Aplicada que figurava apenas no Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos na ENEFD. De qualquer forma, apesar dessa diferença apresentada pelas fontes com relação a sua denominação, é bem provável que, de forma semelhante ao ocorrido com a disciplina de Cinesiologia, os saberes de Anatomia e Fisiologia também figuraram na grade curricular do Curso Normal da ESEF.

O quarto e último grupo de análise foi composto pelos saberes disciplinares que apresentaram menor número de citações e que, conseqüentemente, tiveram poucos pontos possíveis de serem estabelecidas semelhanças. Posicionam-se aqui as disciplinas de Psicologia Aplicada, citada por três fontes; Metodologia e Traumatologia Desportiva, descritas por duas fontes e, por fim, a disciplina de Ritmo, referenciada por uma única fonte. Na busca por compreendermos os motivos que levaram tais saberes a figurarem em um número menor de citações, destacamos que talvez, tais disciplinas permaneceram na grade disciplinar do Curso Normal

apenas por um determinado tempo. Outra hipótese é que elas compuseram conteúdos de ensino de disciplinas por nós já destacadas. Com relação a isso, recordamos que a matéria de Traumatologia Desportiva fazia parte da disciplina de Socorros de Urgência na ENEFD, mas que seus estudos voltavam-se exclusivamente ao Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos. Essa mesma característica, portanto, pode ter figurado também no Curso Normal da ESEF.

Diante das evidências traçadas foi possível evidenciarmos quais os prováveis saberes disciplinares que nortearam a formação no Curso Normal de Educação Física da ESEF. A partir das informações apresentadas pelas fontes elencamos as disciplinas que mais comumente foram evidenciadas pelo *corpus* de análise eleito para o estudo, a saber: a) Anatomia e Fisiologia Humanas; b) Biometria; c) Canto Coral; d) Cinesiologia; e) Desportos Aquáticos; f) Desportos de Ataque e Defesa; g) Desportos Terrestres Coletivos; h) Desportos Terrestres Individuais; i) Educação Física Geral; j) Fisioterapia; k) Ginástica Rítmica; l) Higiene Aplicada; m) História da Educação Física e dos Desportos; n) Metodologia da Educação Física; o) Organização da Educação Física e dos Desportos; p) Socorros de Urgência e; q) Tênis Feminino. Esses saberes, portanto, provavelmente figuraram no rol das disciplinas aprendidas pelos(as) alunos(as) do Curso Normal da ESEF e embasaram, desta forma, a formação dos(as) primeiros(as) professores(as) de Educação Física em uma instituição civil no estado do Rio Grande do Sul.

No que se refere às possíveis adequações do modelo proposto pela ENEFD ao Curso Normal de Educação Física na escola sul-rio-grandense foi possível desvelarmos duas distinções. Essas diferenças se referem, basicamente, a presença dos saberes de Canto Coral e de Tênis Feminino na grade de disciplinas da ESEF e a consequente ausência destes na relação proposta pelo Capítulo II, do Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939 que foram levadas a efeito pela ENEFD. Os demais saberes disciplinares, por sua vez figuraram de modo comum em ambas as organizações curriculares.

No entanto, conforme já demarcado brevemente nas linhas que antecederam nossas considerações acerca da grade curricular do Curso Normal da ESEF, compreendemos que uma relação nominal de disciplinas não fornece elementos suficientes para desvelarmos a formação de professores(as) de Educação Física, no que concerne aos seus saberes disciplinares. Os conteúdos de ensino selecionados

pelas instituições superiores, por sua vez, podem estabelecer de forma mais concreta esse entendimento. Deste modo, conhecer como estavam instituídos os conteúdos de cada uma das disciplinas, bem como seus objetivos tornou-se essencial para traçarmos evidências de como ocorreu a formação professores(as) no Curso Normal de Educação Física da ESEF.

Esse delineamento, entretanto, somente foi possível de ser considerado em nosso estudo através da análise pormenorizada dos Programas de Ensino do Curso Normal (1940). Para Brau-Antony (2005, p. 61) “a definição da identidade de uma disciplina passa, principalmente, pela classificação de seus conteúdos de ensino”. Diante disso, no capítulo que segue nos dedicamos a apresentar uma versão acerca da organização dos conteúdos que compunham os saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF, a partir da análise dos documentos referentes aos seus Programas de Ensino (1940). Ressaltamos, portanto, que o nosso foco de análise a partir deste momento são esses documentos pedagógicos, bem como a versão da relação de disciplinas apresentada por eles.

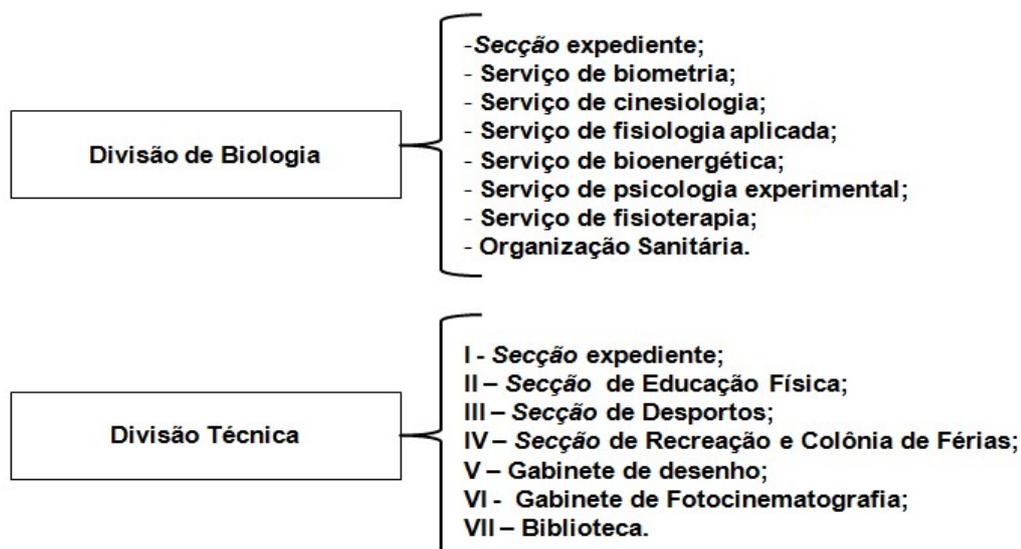
6 OS CONTEÚDOS DISCIPLINARES DOS PROGRAMAS DE ENSINO DO CURSO NORMAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESEF

A Escola Superior de Educação Física, conforme já mencionado em capítulo anterior foi criada estando vinculada ao Departamento estadual de Educação Física, do estado do Rio Grande do Sul (DEEF). O DEEF por sua vez, era um órgão técnico subordinado a então chamada Secretaria de Educação e Cultura do estado (SEC). As ações deste Departamento estiveram orientadas pelo seu Regimento Interno, aprovado por meio do Decreto nº 811, de 2 de agosto de 1943 (RIO GRANDE DO SUL, 1943). Neste documento também se previa de modo legal, a responsabilidade do DEEF perante a organização e direção da Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul (ESEF). Deste modo, foi também nas linhas descritas no referido Regimento, que partiram orientações destinadas à organizar o ensino da Escola superior.

Nesta direção, no presente capítulo nos dedicamos a construir uma versão acerca da organização dos saberes disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF utilizando para tanto os Programas de Ensino (1940) e nos guiando, sobretudo, pelas orientações postas no Regimento Interno do DEEF. Traçada esta organização primeira, nosso foco recaiu sobre a possibilidade de desvelarmos aproximações e distanciamentos entre o que nos é apresentando nos documentos pedagógicos e os modelos e orientações à Educação Física do período. Deste modo recorreremos às fontes bibliográficas reunidas para o estudo para que elas embasassem ou mesmo sustentassem nossas considerações.

Iniciemos apresentando a composição interna do DEEF, a qual fora estruturada por meio de seis principais órgãos, a saber: I – Diretoria; II – Divisão de Ensino; III – Divisão de Biologia; IV – Divisão Técnica; V – Divisão Administrativa e; VI – Escola de Educação Física (RIO GRANDE DO SUL, 1943). Para esse momento olhamos com mais atenção às Divisões de Biologia e Divisão Técnica, as quais possuem suas respectivas organizações apresentadas na ilustração abaixo.

Ilustração 2: Disposição interna da Divisão de Biologia e da Divisão Técnica do DEEF.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Regimento Interno do DEEF (RIO GRANDE DO SUL, 1943).

A organização referida acima, posta no Título II, nos Capítulos IV e V respectivamente foi retomada no Título III, Capítulo II, do Decreto n.º 811 de 1943, denominado “Dos funcionários e suas atribuições”, mais especificamente em sua *Secção*⁶² I – Dos adjuntos. No Artigo 56º destacou-se que “Os Adjuntos das *secções* de Biometria, Cinesiologia, Fisiologia aplicada, Psicologia experimental e Fisioterapia serão os professores catedráticos das respectivas cadeiras”. No Artigo 58º por sua vez, evidenciou-se que “O Adjunto da *secção* de Educação Física e o da *secção* de Desportos serão escolhidos entre os professores catedráticos das cadeiras práticas”.

A leitura das linhas acima descritas nos sugere que os professores responsáveis pelo andamento das disciplinas da ESEF portadoras de um caráter biológico, estariam vinculados à Divisão de Biologia do DEEF. Já aqueles responsáveis pelas cadeiras de caráter prático da instituição se vinculariam a Divisão Técnica do DEEF, mais especificamente as *secções* de Educação Física e Desportos.

As informações demonstram, mais uma vez, a existência de uma estreita ligação entre o DEEF e a ESEF, a qual ultrapassava as questões estruturais e se alocava também no ensino, sobretudo, no que se refere às responsabilidades pelas

⁶² Optamos por manter na escrita do trabalho, a grafia presente nas fontes consultadas.

disciplinas oferecidas na instituição de ensino superior. Com relação a isso, podemos supor através das orientações do Regimento Interno, que esta organização se estabeleceu a partir de dois principais eixos: 1) Referente às disciplinas biológicas possuidoras de um caráter teórico e, 2) Referente às disciplinas vinculadas à Educação Física, sendo a maioria delas dotadas de um caráter prático.

Esta orientação que dividiu a relação das disciplinas constituintes das grades curriculares da ESEF em dois grupos, também nos guiou no tratamento e análise dos documentos referentes aos Programas de Ensino, do Curso Normal de Educação Física. Antes de iniciarmos, no entanto, é preciso demarcamos que os Programas Ensino de cada uma das disciplinas do Curso eram elaborados pelo docente por ela responsável. Essa questão já havia sido evidenciada no Artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939 onde estava posto que “para cada disciplina haverá um programa que será **elaborado pelo professor catedrático dela encarregado** e deverá ter a aprovação do Conselho Técnico Administrativo⁶³” (BRASIL, 1939, grifo nosso).

Para além da elaboração dos Programas de Ensino, no Regimento Interno estava previsto um ato de fiscalização de certo modo, para averiguação acerca do cumprimento das informações e, especialmente das sequências de aprendizado postas nesses documentos de orientação pedagógica. A responsabilidade deste ato, por conseguinte, recaía sobre a Divisão de Ensino do DEEF, mais especificamente à sua Seção Didática. No Artigo 12º, parágrafo IX, destacava-se que:

A Seção Didática, dirigida pelo respectivo adjunto, compete organizar e manter em dia, em livros especiais, quadros demonstrativos da progressão das aulas teóricas e práticas, com um mapa alterado diariamente, de maneira a poder informar o Chefe da Divisão do adiantamento do ensino em determinada matéria, para efeito de fiscalização do cumprimento dos programas (RIO GRANDE DO SUL, 1943).

As informações descritas acima além de fornecer evidências acerca de um caráter de controle sob as atividades de ensino dos professores reforçam ainda a

⁶³ O Conselho Técnico Administrativo era um órgão consultivo para o estudo e solução de questões administrativas e financeiras, devendo colaborar em todas as demais atribuições da Diretoria da Escola.

divisão das disciplinas em teóricas e práticas, conforme evidenciado anteriormente. Nas linhas que seguem dividimos os saberes disciplinares postos pelos Programas de Ensino adotando esta mesma orientação, ou seja, os repartimos em dois eixos de análise.

No primeiro eixo referente às disciplinas teóricas figura a apresentação dos saberes que foram organizados a partir da Divisão de Biologia do DEEF, a saber: Anatomia Humana Aplicada, Biometria, Cinesiologia Aplicada, Fisioterapia, Higiene Aplicada e Socorros de Urgência. No segundo eixo, estão destacados os saberes possuidores de um caráter prático, vinculados à Educação Física e orientados pela Divisão Técnica do DEEF, sendo eles: Canto Coral, Desportos Aquáticos, Desportos de Ataque e Defesa, Desportos Terrestres Coletivos, Desportos Terrestres Individuais, Educação Física Geral – Feminina, Ginástica Rítmica, História da Educação Física e dos Desportos, Metodologia da Educação Física, Organização da Educação Física e dos Desportos, Ritmo e, Tênis Feminino.

Esta relação de disciplinas citadas em ambos os eixos, compõe a versão apresentada unicamente pelos Programas de Ensino de que dispomos. Ela não mantém, portanto, relação direta com a versão apresentada por nós no capítulo anterior, a qual fora elaborada com base no confronto entre fontes bibliográficas, documentais e orais localizadas para o desenvolvimento do estudo. Assim, no presente capítulo nos dedicamos a compreender as orientações postas nesses documentos pedagógicos.

No entendimento de Tardif (2014, p. 38) os programas de ensino são saberes curriculares que constituem a representação concreta dos “discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes disciplinares”. Nesse sentido se, por um lado, os saberes disciplinares correspondem aos diversos campos de conhecimento que são integrados à universidade na forma de disciplinas, por outro, os saberes curriculares, apresentados concretamente na forma de programas de ensino, sistematizam os elementos necessários ao seu ensino (BORGES, 2005). Para Desbiens (2005, p. 90) a importância dos programas de ensino é “imensa” em razão de se “consistirem em prescrições que o docente deve considerar para a concepção, o planejamento e a avaliação dos aprendizados”.

Diante disso, os saberes disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF, bem como seus saberes curriculares exibidos na forma de programas de

ensino constituem o principal foco de apresentação e análise desse capítulo. Sendo assim, na sequência constam três subcapítulos onde estão contidas nossas considerações acerca do conteúdo apresentado pelos documentos de orientação pedagógica. No primeiro subcapítulo, enfocamos os saberes disciplinares orientados pela Divisão de Biologia. No segundo, constam os saberes orientados pela Divisão Técnica e, por fim, o terceiro subcapítulo resultou da análise dos programas de ensino consultados e do cruzamento das informações com o material bibliográfico e com as fontes orais reunidas para o estudo.

6.1 SABERES DISCIPLINARES ORIENTADOS PELA DIVISÃO DE BIOLOGIA

No presente subcapítulo nos dedicamos a apresentar uma possível organização dos saberes disciplinares possuidores de um caráter biológico e orientados, conforme visto, pela Divisão de Biologia do DEEF. Para tanto, nossas análises voltaram-se especificamente aos aspectos estruturais dos Programas de Ensino. De modo a iniciarmos, elaboramos o quadro abaixo para que ele nos orientasse e, também, para mais bem visualizarmos as questões demarcadas em nossas reflexões. Em sua primeira linha, destacamos as diferentes partes que estruturam os Programas de Ensino. Na coluna primeira, de outra forma, evidenciamos os saberes disciplinares que compõem o presente eixo.

Quadro 9: Características estruturais dos Programas de Ensino orientados pelo Departamento de Biologia.

Saberes disciplinares	Objetivos	N.º de eixos programáticos	N.º de aulas/sessões			Material didático utilizado	Meios de verificação do aprendizado	Locais das aulas	Bibliografia
			Total	Teóricas	Práticas				
Anatomia Humana Aplicada	-	14	24	-	-	-	-	-	-
Biometria	✓	19	30	17	13	✓	✓	✓	✓
Cinesiologia Aplicada	✓	5	32	-	-	✓	✓	✓	✓
Fisioterapia	✓	19	30	-	-	✓	✓	✓	✓
Higiene Aplicada	✓	14	29	-	-	✓	✓	-	✓
Socorros de Urgência	✓	13	30	-	-	✓	✓	-	✓

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Programas de Ensino (1940).

Antes de elencarmos nossas considerações acerca do quadro acima, destacamos que a estrutura geral dos Programas de Ensino que compõem o nosso estudo pode ser dividida em quatro principais partes. A primeira delas apresentada sob a forma de cabeçalho, destaca o nome da instituição de ensino (Escola Superior de Educação Física), o Curso em questão (Curso Normal de Educação Física), seguido da escrita “Conteúdo Programático de x”, onde “x” se refere ao saber disciplinar que o Programa de Ensino trata. Posteriormente, a segunda parte é destinada a apresentar o(s) objetivo(s) da disciplina. Em seguida, na terceira parte, apresenta-se uma relação pormenorizada do conteúdo programático a ser desenvolvido. Na quarta e última parte, situada ao final do documento pedagógico é evidenciado o número de aulas, o material didático utilizado, os meios de verificação do aprendizado, os locais de realização das aulas, bem como a bibliografia utilizada para embasar os estudos.

Com base nessa estrutura preliminar podemos observar que apenas no Programa de Ensino de Anatomia Humana Aplicada os objetivos não foram explicitados. Além disso, as informações relacionadas ao material didático utilizado, aos meios de verificação do aprendizado, aos locais das aulas, bem como à bibliografia, também não foram descritos no programa de ensino do referido saber. Constam apenas os eixos de conteúdos programáticos a serem desenvolvidos, os quais totalizam quatorze, bem como o total de aulas (vinte e quatro), sendo este o menor número dentre os saberes orientados pela Divisão de Biologia do DEEF.

Na sequência explanamos as proximidades estruturais constatadas nos Programas de Ensino dos saberes disciplinares de Biometria, Cinesiologia Aplicada e Fisioterapia. Os três programas de ensino especificaram em seus conteúdos todas as informações demarcadas no quadro acima. Eles diferiram, todavia, no que concerne ao número de eixos programáticos e no total de aulas/sessões. Desta forma, enquanto os saberes de Biometria e Fisioterapia organizavam-se em torno de dezenove eixos, a disciplina de Cinesiologia Aplicada era constituída por cinco. Apesar disso, o número de aulas de Cinesiologia Aplicada era superior ao de Biometria e Fisioterapia. Assim, enquanto o saber de Cinesiologia Aplicada contava com um total de 32 aulas e, portanto, caracterizava-se como a disciplina com o maior número de aulas deste eixo, as disciplinas de Biometria e Fisioterapia eram ambas compostas por 30 aulas. Ressaltamos ainda que o saber de Biometria, de modo específico era orientado através de dezessete aulas teóricas e treze práticas.

Por fim, também localizamos proximidades vinculadas aos saberes disciplinares de Higiene Aplicada e Socorros de Urgência. Com exceção dos locais de realização das aulas, os Programas de Ensino de ambas as disciplinas apresentaram todas as demais informações contidas no quadro acima. Tais saberes disciplinares diferiram por sua vez, no número de eixos programáticos e, também, no total de aulas/sessões. Enquanto a disciplina de Higiene Aplicada contava com quatorze eixos e o total de vinte e nove aulas/sessões, Socorros de Urgência compunha-se de treze eixos programáticos e de trinta sessões/aulas.

Tendo sido descritas considerações acerca da estrutura dos programas de ensino das disciplinas que compõe o presente eixo de análise, destacamos que a exposição de suas especificidades pode ser observada no Apêndice C desse estudo. Neste material produzido por nós foram elencados de modo sucinto os conteúdos programáticos de cada uma das disciplinas orientadas pela Divisão de Biologia, buscando manter a sequência apresentada pelos documentos pedagógicos.

Neste momento, portanto, partimos para o segundo subcapítulo que, conforme demarcado, busca delinear de modo similar ao realizado neste tópico, a conformação dos Programas de Ensino das disciplinas guiadas pela Divisão Técnica do DEEF.

6.2 SABERES DISCIPLINARES ORIENTADOS PELA DIVISÃO TÉCNICA

Nas linhas do presente subcapítulo buscamos apresentar os conteúdos postos nos Programas de Ensino das disciplinas do Curso Normal da ESEF, orientadas pelo Departamento Técnico do DEEF, mais especificamente pelas seções de Educação Física e de Desportos. Fazem parte deste conjunto os seguintes saberes disciplinares: a) Canto Coral; b) Desportos Aquáticos; c) Desportos de Ataque e Defesa; d) Desportos Terrestres Coletivos; e) Desportos Terrestres Individuais; f) Educação Física Geral - Feminina; g) Ginástica Rítmica; h) História da Educação Física e dos Desportos; i) Metodologia da Educação Física; j) Organização da Educação Física e dos Desportos; k) Ritmo e; l) Tênis Feminino.

De igual modo ao realizado no subcapítulo anterior, nossas considerações buscaram delinear aspectos de ordem estrutural vinculados aos Programas de Ensino das disciplinas constituintes deste eixo. Para tanto, a semelhança do

conteúdo apresentado no subcapítulo anterior, elaboramos um quadro abaixo para nos orientar na interpretação de tais aspectos.

Quadro 10: Características estruturais dos Programas de Ensino orientados pelo Departamento Técnico.

Saberes disciplinares		Objetivos	N.º de eixos programáticos	N.º de aulas/sessões	Material didático utilizado	Meios de verificação do aprendizado	Locais das aulas	Bibliografia
Canto Coral		✓	18	10	-	✓	✓	✓
Desportos Aquáticos - Remo		✓	5	15	✓	✓	✓	✓
Desportos Ataque e Defesa		✓	8	65	✓	✓	✓	✓
Desportos Terrestres Coletivos	Basquetebol	✓	4	45	✓	✓	✓	✓
	Futebol	✓	6	30	✓	✓	✓	✓
	<i>Volibol</i>	✓	5	45	✓	✓	✓	✓
Desportos Terrestres Individuais	Corridas	✓	5	15	✓	✓	✓	✓
	Ginástica de aparelhos e levantamento de pesos e halteres	✓	2	30	✓	✓	✓	✓
	Lançamentos	✓	6	17	✓	✓	✓	✓
	Saltos femininos	✓	5	15	✓	✓	✓	✓
Educação Física Geral - Feminina		✓	20	129	✓	✓	✓	✓
Ginástica Rítmica		✓	13	96	✓	✓	✓	✓
História da EF e dos Desportos		✓	10	24	✓	✓	✓	✓
Metodologia da EF		✓	3	45	-	✓	✓	✓
Organização da EF e dos Desportos		✓	15	20	✓	✓	✓	✓
Ritmo		✓	4	15	✓	✓	✓	✓
Tênis Feminino		✓	3	30	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Programas de Ensino (1940).

A partir das características postas no quadro acima foi possível observarmos que os saberes disciplinares de Canto Coral e de Metodologia da Educação Física apenas não descreveram em seus Programas de Ensino o material didático utilizado para o desenvolvimento de suas aulas. Todas as demais informações (objetivos, número de eixos programáticos, número de aulas/sessões, meios de verificação do aprendizado, locais das aulas e bibliografia) foram evidenciadas. Com relação às demais disciplinas que compõem este eixo de análise, notamos que todas apresentam a totalidade de informações constituintes do quadro.

Para além de nos auxiliar no destaque com relação à presença ou não de determinadas informações nos Programas de Ensino, o quadro também nos auxiliou na compreensão acerca dos tempos que cada disciplina ocupou na grade curricular do Curso Normal da ESEF. Diante disso, ao nos determos a olhar brevemente os dados contidos na coluna referente ao “número de aulas/sessões” percebemos que o saber disciplinar de Canto Coral contava com um total de dez aulas para o desenvolvimento de dezoito segmentos de conteúdos. De forma significativamente distinta, a disciplina de Educação Física Geral - Feminina contava com cento e vinte e nove aulas para o cumprimento de seu programa de ensino, composto por vinte eixos de conteúdos. De modo similar, o saber de Ginástica Rítmica contava com noventa e seis aulas para o desenvolvimento de seu programa, composto de treze segmentos de conteúdo.

O que nos chamou atenção foi que apesar de a disciplina de Canto Coral ser a que menos dispunha de aulas para desenvolvimento de seu programa era, ao mesmo tempo, a que possuía o maior número de eixos de conteúdos programáticos pré-estabelecidos. Entretanto, relembremos que eram os próprios professores catedráticos das disciplinas que estruturavam seus Programas de Ensino e, portanto, a lógica interna de cada um deles possivelmente também diferia. Este mesmo traçado de distinção entre as disciplinas era estabelecido pela relação específica de seus conteúdos programáticos. Estes, por sua vez, podem ser visualizados no Apêndice D, onde uma versão concisa dos Programas de Ensino foi formulada.

Na sequência, no subcapítulo terceiro, nos dedicamos a compreender determinadas questões que emergiram a partir do contato com as fontes

documentais referentes aos Programas de Ensino, especialmente a partir da análise de seus conteúdos programáticos. Para tanto, contamos com o apoio do material bibliográfico organizado para o estudo, na busca por estabelecer pontos comuns e díspares entre o que está posto na literatura e o que foi apresentado e desenvolvido nas disciplinas do Curso Normal da ESEF, durante o período em que este permaneceu em vigência na instituição.

6.3 SABERES DISCIPLINARES QUE ORIENTARAM A FORMAÇÃO NO CURSO NORMAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESEF

A grade disciplinar que norteou a formação dos alunos(as) do Curso Normal de Educação Física da ESEF, conforme vimos anteriormente foi organizada pelo Departamento de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul (DEEF). Os Programas de Ensino por sua vez, estabeleceram-se enquanto documentos pedagógicos que reuniram, sobretudo, os objetivos, os conteúdos programáticos e, por conseguinte, as sequências de aprendizagem. Estas características podem nos remeter em certa medida, a um caráter de plano, de organização da ação educativa, assumido por estes Programas de Ensino, uma vez que serviam, especialmente, de orientação aos docentes.

Para Fonseca (2015), o plano da disciplina é a sistematização do planejamento. Assim, enquanto o plano é compreendido como um produto provisório, ou seja, passível de ser alterado, o planejamento vincula-se ao processo de permanente reflexão e tomada de decisão. No plano, para além dos conteúdos figuram também os objetivos, os conteúdos, os procedimentos de ensino e as formas de avaliação. A nós, importa neste subcapítulo voltarmos nosso olhar analítico, especialmente aos objetivos e aos conteúdos programáticos estabelecidos a cada saber disciplinar do Curso Normal da ESEF e contidos nos Programas de Ensino (1940).

Para tanto cabe-nos evidenciar inicialmente, nos apoiando nos escritos de Fonseca (2015, p. 69) que “qualquer situação de ensino-aprendizagem só se completa, só tem sentido, quando vem acompanhada dos objetivos para os quais está sendo desenvolvida”. No que concerne aos conteúdos de ensino, a autora

(2015, p. 73) elucida em seu estudo, alguns questionamentos, tais como: “O que vai ser trabalhado? Quais os objetos de conhecimento de determinado projeto educativo?”. Estas questões atuam como subsídios aos docentes no momento em que precisam delimitar quais os conteúdos devem constar na relação programática de determinada disciplina.

De modo pontual ao contexto da Educação Física, estes objetos de ensino apresentam-se enquanto “conteúdos procedimentais, relacionados à dimensão do fazer, numa clara evidência da dicotomia corpo x mente, trabalho físico x trabalho intelectual [...]” (FONSECA, 2015, p. 74). Esse tema trazido pela autora (2015) corrobora com as características evidenciadas por nós, ao subdividirmos os saberes disciplinares do Curso Normal entre aqueles orientados pela Divisão de Biologia e os norteados pela Divisão Técnica. Os que compuseram o segundo grupo, possuidores de um caráter de ensino predominantemente prático, perfaziam um total de 646 aulas/sessões. De forma distinta, os saberes de caráter predominantemente teórico e que se orientavam por sua vez, pela Divisão de Biologia, computavam um total de 175 aulas/sessões.

Essas informações nos fazem refletir acerca do predomínio do caráter prático e técnico manifesto nos Programas de Ensino das disciplinas e, portanto, refletidos na formação no Curso Normal da ESEF. As fontes nos revelaram que os conhecimentos vinculados a fundamentos biológicos, apesar de demarcarem sua presença na esfera formativa da instituição receberam menor peso na grade disciplinar do Curso Normal. Corroborando com nossos achados, Borges (2005, p. 157) em seu estudo sobre a formação dos docentes de Educação Física e seus saberes profissionais, evidenciou que “no Brasil, um modelo disciplinar técnico ou “aplicacionista” é onipresente nos programas de formação dos educadores físicos”.

Essa característica técnica/prática da formação ocorrida no interior do Curso Normal da ESEF e comprovada por meio da análise de seus Programas de Ensino, talvez possua suas raízes fixadas nos modelos de Educação Física vigentes na época de sua inserção no campo. Diante disso, para que compreendamos a natureza dessas disciplinas instituídas não somente na ESEF, como também nas demais escolas superiores criadas no mesmo contexto foi preciso refletirmos

primeiramente, sobre os preceitos que orientaram a Educação Física no país durante o período.

Antes disso recordemos que, conforme delineado no capítulo dois, estudos reconhecidos no âmbito da História da Educação Física no Brasil enfatizam as influências de médicos e militares na construção do campo (MARINHO, 1953; 1956; CASTELLANI FILHO, 1988; MELO, 1996; FERREIRA NETO, 1997; 1998; 1999; GHIRALDELLI, 1992; SOARES, 1996; 2001; VAGO, 1999; MAZO, 2003; 2005b). Com olhares distintos, tais estudos teceram diferentes contribuições desses grupos, na conformação inicial da Educação Física em contexto nacional.

Para além dessas influências é preciso reconhecer que a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) ditou orientações que auxiliaram na conformação das demais instituições superiores do país, criadas posteriormente a ela. No entanto, conforme demarcamos ao longo do presente estudo, a Escola sul-rio-grandense para além de reproduzir algumas das práticas provindas da Escola Nacional, também abarcou em sua trajetória, características formativas e disciplinares próprias. Talvez, guardadas as suas particularidades, uma das características que podem ter figurado de modo comum nos modelos de ensino dessas instituições superiores criadas entre as décadas de 1930 e 1940, está o “padrão” estabelecido pela Escola de Joinville-Le-Pont, de onde surgiu o Método Francês de Educação Física⁶⁴. Para Ferreira Neto (1998) o método francês já continha objetivos, conteúdos, forma de transmissão e avaliação.

Na obra de Inezil Penna Marinho intitulada “Sistemas e Métodos de Educação Física” (1953), consta que o Método Francês era “orientado pelos princípios fisiológicos, abrangendo a educação física elementar, secundária, superior, feminina, além de adaptações profissionais e a ginástica de conservação” (MARINHO, 1953, p. 170). Segundo o autor (1953) o referido método dividia-se em três partes, mas, foi a primeira a mais difundida no Brasil. Esta que se tornou mais

⁶⁴ No Brasil, a Ginástica Francesa foi determinada como método oficial nas escolas em primeiro de abril de 1921, por meio do Decreto n.º 14.784 (GOELLNER, 1992). Mas isto não significa que foi implantada em todas as escolas. Este método de ginástica foi trazido ao país pela Missão Militar Francesa no ano de 1907, quando militares franceses estiveram no Brasil para ministrar instrução militar à Força Pública do estado de São Paulo. Mais tarde, no ano de 1929, o Ministério da Guerra elaborou um anteprojeto de lei, cujo conteúdo de seus artigos determinava que a Educação Física fosse praticada por todos os residentes no Brasil e com obrigatoriedade em todos os estabelecimentos de ensino, definindo como método, a Ginástica Francesa (SOARES, 1998).

conhecida em cenário nacional, por sua vez, dividia-se da seguinte forma: A) Bases fisiológicas, bases pedagógicas e pedagogia aplicada; B) Desportos individuais e desportos coletivos e, C) Educação Física Militar que, segundo o autor, estendia-se por todas as demais partes.

Diante disso, nossas reflexões a partir deste momento estiveram dirigidas no sentido de estabelecermos pontos comuns entre as orientações contidas no Método Francês e às práticas aplicadas ao Curso Normal da ESEF, por meio de seus saberes disciplinares. De igual forma, buscamos delinear pontos díspares entre estes dois documentos e pontuar desta forma, outras possíveis influências que se fizeram presentes nos Programas de Ensino consultados. Iniciemos, pois, estabelecendo as proximidades.

A obra de Marinho (1953) que apresenta um estudo detalhado acerca da aplicação Método Francês, nos orientou neste caminho. A primeira evidência suscitada localiza-se já na estrutura das bases fisiológicas que compõe a primeira parte do método. As classificações “elementar, secundária, superior e feminina” também puderam ser percebidas, especificamente, no conteúdo programático do saber disciplinar de Educação Física Geral – Feminina, onde se destacavam sessões de ginástica específicas a cada um desses ciclos. Além disso, ao ciclo elementar ainda propunha-se o ensino de evoluções em marcha e exercícios de ordem, práticas estas características do Método Francês.

A adoção do Método Francês como orientador do aprendizado no saber disciplinar de Educação Física Geral – Feminina também foi rememorado no depoimento oral da ex-aluna do Curso Normal e professora da ESEF, Quintina Paccini. Segundo ela (2005, p. 4), “Era só Método Francês. Nós recebemos da Escola esse Método e tudo girava em torno dele. [...] Quando nós começamos a trabalhar, as aulas eram orientadas por este Método”. De modo similar, a ex-aluna Ilse Engel Guterres, também evidenciou em seu depoimento a presença do Método Francês durante as aulas. Para ela “na época (1941) era a Escola Francesa que se seguia. Praticamente todas as matérias eram ligadas à Ginástica Francesa” (GUTERRES, 2004, p. 6).

De outro modo, a subdivisão referente à Educação Física Feminina merece ser mais demoradamente demarcada. Na análise geral da Primeira parte do Método

Francês, no ponto destinado as “Bases Fisiológicas”, Marinho (1953) se detém a explicar que após os oito ou nove anos, quando começam a aparecer as diferenças entre os sexos, deveria também se iniciar a adaptação dos exercícios. Diante disso, o professor (1953) destaca que para as mulheres:

Não se deve existir a preocupação de desenvolvimento muscular ou da *fôrça*, mas a de obter um perfeito equilíbrio orgânico e favorecer a harmonia das formas, que, na mulher, se caracterizam pelas linhas e curvas. Os exercícios devem visar à função mais importante que a mulher tem a desempenhar, que é a maternidade; esta a razão pela qual seu fim é favorecer o normal desenvolvimento da bacia (MARINHO, 1953, p. 79-80).

Tais orientações do Método Francês (MARINHO, 1953) mostram que, no período em que o Curso Normal da ESEF se manteve em funcionamento, para além dessas ideias que circulavam no campo, também vigorava o Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941. Este por sua vez, estabelecia as bases da organização dos desportos em todo país e destacava em seu Artigo 54º a seguinte orientação:

Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (BRASIL, 1941, p. s/p).

Essas orientações foram impostas pelo Conselho Nacional de Desportos (CND) por meio da Deliberação n.º 7, publicada em 7 de agosto de 1965. De modo geral, o conteúdo desta normativa assinalava que não seria permitida às mulheres a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, polo, *rugby*, halterofilismo e *baseball*. Esta determinação também fora rememorada pelas alunas do Curso Normal de Educação Física da ESEF (ECHART, 2004; GUTERRES, 2004; PACCINI, 2005). Entretanto, as falas revelaram certa incompreensão dos motivos que levaram a esta determinação legal.

A aluna do Curso Normal e também professora da ESEF, Olga Kroeff Echart destacou que “devido a este Decreto, eu tenho a impressão, isto eu não sei bem, a mulher não participava. Não sei se era por causa do Decreto ou se era só a conselho médico. Isso não estava bem esclarecido” (ECHART, 2004, p. 26). Essas influências médicas evidenciadas no depoimento de Olga, também foram citadas em

outros depoimentos. Para Quintina Paccini (2005), “os médicos alegavam que a bola podia bater no seio e determinar tumores e outras coisas. Então, não era interessante que as mulheres jogassem futebol” (PACCINI, 2005, p. 13).

Essa determinação infligida às alunas do Curso Normal manteve-se vigente até o ano de 1975. Por conta disso, esta condição teve seus reflexos sentidos de modo direto no próprio percurso das mulheres dentro da ESEF. Este aspecto de forma pontual foi objeto de análise no estudo de Wachs *et al.* (2014). A partir da apreciação das grades curriculares dos cursos de formação da instituição, os autores identificaram quatro períodos nos quais as distinções entre os caminhos trilhados por homens e mulheres passaram por mudanças e adotaram diferentes caracterizações. As conclusões do estudo revelaram que essa diferença foi diminuindo com o passar dos anos, mas foi apenas em 2012 que os(as)alunos(as) passaram a ter condições iguais de formação, ou seja, após 72 anos da criação da ESEF.

O percurso distinto não passou despercebido na grade disciplinar do Curso Normal. O direcionamento de disciplinas ou mesmo de conteúdos unicamente às mulheres foi apresentado de diferentes maneiras. Essa característica, por vezes, se tornava sobressalente logo na denominação do saber disciplinar, como é o caso de Saltos Femininos, de Educação Física Geral – Feminina e de Tênis Feminino. Em outras, esta diferenciação era perceptível apenas por meio da leitura dos objetivos, como nos conteúdos de Corridas e Lançamentos, relacionados aos Desportos Terrestres Individuais e das disciplinas de Ginástica Rítmica e de Ritmo. Na disciplina de Higiene Aplicada, por exemplo, a orientação “Normas higiênicas voltadas à mulher e seus exercícios físicos” aparecia como uma subdivisão do conteúdo de “Efeitos higiênicos do exercício sobre o organismo”.

De outro modo, os saberes que se voltavam exclusivamente aos homens não demarcavam essa distinção em seus Programas de Ensino. É o caso por exemplo, da disciplina de Desportos de Ataque e Defesa. No estudo realizado por Trusz e Nunes (2007) intitulado “A evolução dos esportes de combate no currículo do Curso de Educação Física da UFRGS”, os autores tangenciam a discussão acerca do oferecimento do conteúdo de lutas às mulheres na ESEF. Destacou-se no estudo que foi apenas no final da década de 1970 que ocorreu a criação do saber disciplinar

de “Defesa Pessoal – Feminina”, por iniciativa do professor Bugre Lucena. Ademais, constataram que, apesar de na época as lutas serem consideradas impróprias às mulheres, a disciplina passou a vigorar no currículo da ESEF e a oferecer conhecimentos vinculados aos fundamentos do esporte (TRUSZ; NUNES, 2007).

Talvez, tenha sido apenas nesse período que as mulheres tiveram a oportunidade de vivenciar, pela primeira vez dentro da instituição, uma disciplina de lutas. Todavia, apesar de ter sido estabelecida de forma legal esta proibição e, portanto, não se fazerem presentes às mulheres conteúdos de combate, relatos como o da ex-aluna e também professora da ESEF, Quintina Paccini, rompem em certa medida com estes discursos. Em sua fala rememorou o tempo em que se dedicara a esgrima. Segundo ela, embora não houvesse a disciplina de esgrima para as alunas no Curso Normal “Eu fiz esgrima e até competi. O professor era o Pandolfo e eu aprendi com ele esgrima. Ele era ótimo professor e até entrei em competição de esgrima naquela época”.

Portanto, a despeito de os Desportos de Ataque e Defesa vigorarem na grade disciplinar do Curso Normal voltados unicamente aos alunos homens, isso não configurava um impedimento para que as mulheres se envolvessem de alguma forma com a prática de determinadas modalidades, mesmo que fora do ambiente da Escola. O referido saber disciplinar nas reflexões de Marinho (1953) acerca do Método Francês por sua vez, adotou uma forma distinta de apresentação. Enquanto no Curso Normal os Desportos de Ataque e Defesa eram uma disciplina específica, no Método Francês ele foi apresentado como um conteúdo dos Desportos Coletivos.

Os Desportos Coletivos são o segundo ponto a ser destacado em nossas considerações, juntamente com os Desportos Individuais. Iniciemos, assim, pelas informações relacionadas a este último, que se organizava da seguinte forma:

Primeiro grupo – A marcha; a corrida; o salto; o lançamento.
Segundo grupo – Generalidades; o *box* inglês; o *box* francês; a luta Greco-romana; o jiu-jítsu; o *jôgo* de pau; a esgrima. Terceiro grupo – pesos e halteres; ginástica de aparelhos; o cabo de guerra; a natação e o salvamento; o remo; o ciclismo; os desportos de inverno (MARINHO, 1953, p. 71).

Ao voltarmos nosso olhar para os conteúdos apresentados pelos Programas de Ensino do Curso Normal de Educação Física da ESEF diversos pontos de

proximidade se estabelecem. O principal talvez seja justamente a presença nos Programas de Ensino do Curso Normal da quase que totalidade das práticas ligadas ao Método Francês evidenciadas acima. “A marcha; a corrida; o salto; o lançamento”, práticas que compõe o primeiro grupo do Método se traduziram nos Programas de Ensino através dos saberes disciplinares de Corridas, Saltos e Lançamentos, direcionados exclusivamente, às mulheres.

O segundo grupo transpõe-se aos Programas de Ensino do Curso Normal através da disciplina mais geral de “Desportos de Ataque e Defesa”. Neste documento de orientação pedagógica vinculado ao Curso Normal, se evidencia de modo comum ao Método Francês, a presença das práticas de *box* inglês, jiu-jítsu e luta greco-romana. Com relação aos distanciamentos, observamos que o “jogo de pau”, aparece no Programa de Ensino com a nomenclatura “luta de bastão”, enquanto que a esgrima, não consta na relação de ensinamentos da disciplina. No Programa de Ensino, ainda constam as práticas de defesa pessoal, *cath-as-cath-can*, luta livre, *box* inglês, iniciação ao pugilista e a capoeiragem, as quais, não estão relacionadas no trecho do Método Francês descrito acima. Ademais, recordamos novamente, que tais práticas de combate direcionavam-se unicamente aos alunos homens.

Na sequência, o terceiro grupo vinculado aos Desportos Individuais do Método Francês apresenta-se ao Curso Normal da ESEF por meio de dois saberes disciplinares distintos. O primeiro, “Desportos Individuais”, através do conteúdo programático de “Ginástica de aparelhos e levantamento de pesos e halteres” e o segundo, “Desportos Aquáticos”, através do Programa de Ensino de remo. Recordamos que indícios apresentados no capítulo anterior demonstraram a presença da natação no conjunto de disciplinas que compuseram a grade curricular do Curso Normal da ESEF. Mesmo não possuindo seu Programa de Ensino, provavelmente esse saber se fez presente em algum momento na relação de disciplinas do Curso e, por isso, podemos demarcá-lo como uma possível aproximação com as informações assinaladas por Marinho (1953) acerca do Método Francês.

Os Desportos Coletivos que, por sua vez, figuram ao lado dos Desportos Individuais na primeira parte do Método Francês, aquela que fora a mais difundida

no Brasil eram compostos pelas práticas esportivas de basquetebol, futebol, *hockey* e *rugby*. Ao Curso Normal da ESEF os Desportos Coletivos se apresentaram estando organizados em três Programas de Ensino. Dois desses estabeleceram proximidade direta com os conteúdos do Método Francês, a saber: basquetebol e futebol. De modo diverso, as práticas de *hockey* e *rugby* não figuraram dentre os saberes estabelecidos ao Curso Normal. Todavia, o voleibol integrou o grupo dos Desportos Coletivos, juntamente ao basquetebol e ao futebol.

O terceiro e último segmento referente à primeira parte do Método Francês, conforme vimos, denominava-se “Educação Militar”. Segundo Marinho (1953), esta parte visava ao “aperfeiçoamento do indivíduo e a prepará-lo para desempenhar o papel de combatente, adaptando-o fisicamente às diversas funções de sua arma” (MARINHO, 1953, p. 71). Neste trecho referente ao objetivo da terceira parte, as características militares se tornam ainda mais sobressalentes. A primeira vista, talvez pensássemos que esta característica excluiria grande parte das possibilidades de traçarmos aproximações entre esta parte do Método em questão, com os Programas de Ensino do Curso Normal, afinal, sendo a referida formação realizada em uma Escola civil, não haveria de sobressair uma Educação Militar.

No entanto, as considerações de Ferreira Neto (1997) nos auxiliaram a enfocar determinados pontos do Método Francês, bem como sua aplicação ao meio civil. O autor (1997, p. 115) destaca que, provavelmente, a distinção básica da aplicação dessa “perspectiva pedagógica” no meio civil e militar estaria na complementação recebida pelos militares, de atividades técnicas específicas de cada arma, sob a orientação de um instrutor de arma. Este ensinamento, portanto, não figuraria ao meio civil.

Conforme vimos anteriormente, esta terceira parte perpassava todas as demais que compunham o Método Francês. Além disso, nos escritos de Marinho (1953) destacou-se que ela estava composta por dezoito capítulos, os quais buscavam orientar sobre diversas questões referentes ao Método, dentre elas as regras a serem seguidas para sua aplicação, direção e execução, seja em meio militar e/ou civil. É justamente no conteúdo dessas prescrições que foi possível localizarmos mais algumas intersessões entre o Método Francês e os Programas de Ensino do Curso Normal da ESEF.

Iniciemos destacando a presença significativa no interior dessas orientações do termo “sessões”. Em um dos direcionamentos foi descrito que “*tôdas as **sessões** de trabalho são preparadas por **sessões** de estudo*” (MARINHO, 1953, p. 72, grifos nossos). O termo “sessões” também pôde ser localizado nos Programas de Ensino do Curso Normal, sobretudo, nos saberes de Cinesiologia, Desportos de Ataque e Defesa, Desportos Terrestres Coletivos (Futebol e Voleibol), Desportos Terrestres Individuais (Corridas, Ginástica de aparelhos e levantamento de pesos e halteres, Saltos), Educação Física Geral – Feminina, Ginástica Rítmica e Metodologia da Educação Física. Nesses Programas a nomenclatura “sessão” era utilizada para se referir as aulas propriamente ditas.

Indo ao encontro dessas ponderações, o estudo de Ferreira Neto (1997), intitulado “Projeto Militar na Educação Física” também traz evidências acerca da aplicação do Método Francês no ensino da Educação Física de modo geral. Na referida pesquisa, Ferreira Neto (1997) relata que a transmissão de conteúdos relacionados com a Educação Física se dava por meio de sessões, que seriam a execução (prática) dos exercícios escolhidos. Além disso, evidencia que “o processo de ensino das lições de Educação Física exigia do **instrutor** exposição oral e **demonstração minuciosa** e, da classe, imitação precisa” (FERREIRA NETO, 1997, p. 114 – grifos nossos).

Este fragmento traz à tona dois aspectos que merecem atenção em nossa escrita. O primeiro deles diz respeito ao termo “instrutor”. No documento produzido por Inezil Penna Marinho intitulado “Coletânea de aulas do Curso de Aperfeiçoamento para professores de Educação Física”, datado de 1952, o professor faz em um dos tópicos apresentados, o traçado de uma possível evolução da formação do professor de Educação Física no Brasil. Ao referir-se a reforma proposta por Fernando de Azevedo datada de 1928, a qual pretendia criar uma Escola de formação de professores especializados, Marinho (1952) destaca o Artigo 451. Em suas linhas assinalava-se que:

Artigo 451 – A título provisório, enquanto não puderem ser substituídos pelos professores diplomados pela Escola Profissional de Educação Física serão para os grupos escolares e escolas fundamentais e profissionais contratados **instrutores** de educação física (MARINHO, 1952, p. 2 – grifo nosso).

Diante disso, supúnhamos através da leitura ao escrito, que até que fossem formados os primeiros professores de educação física em cursos específicos da área, os “instrutores” é que assumiriam o trabalho com a educação física em instituições de ensino. Um pouco mais adiante no documento construído por Marinho (1952), essa questão é retomada e fornece novos subsídios às nossas considerações. Ao tratar da “Evolução do conceito do professor de Educação Física – ação educativa e ascendência do professor”, o autor descreve:

Outrora o professor de educação física denominava-se **instrutor** de cultura física. Não havia ainda a preocupação de educar fisicamente, mas tão só a de cultivar o físico, isto é, desenvolver os músculos (MARINHO, 1952, p. 3 – grifo nosso).

O autor ainda destaca referindo-se à formação em educação física daquele período (1952), que “o professor de hoje impõem-se pela dose de conhecimentos científicos de que está dotado. A sua formação não é empírica, *auto-didática* [...]” (MARINHO, 1952, p. 3). Ao que nos parece a característica principal que diferia o antes “instrutor” do então “professor de educação física” era sua formação específica vinculada à área, sobretudo, aos conhecimentos científicos de que recebera. O preparo para assumir a educação física neste sentido, deveria superar a experiência empírica e prática e alocar-se, sobretudo, em conhecimentos científicos aprendidos nos cursos de formação.

Apesar disso, Marinho (1952, p. 3) reconhece que ainda durante aquele contexto perdurava o conceito “errôneo” de que o professor de educação física deveria ser também um atleta. Para ele, “as suas performances [as do professor] são sempre comparadas às dos campeões nesta ou naquela especialidade. Nada mais falso, nada mais absurdo”. Diante disso, enquanto Marinho (1952) reflete acerca do “professor-atleta”, Ferreira Neto (1997) nos traz o termo “demonstração minuciosa”, ambos referindo-se as condições físicas e/ou técnicas exigidas ao professor para o trabalho com a educação física.

Essa característica por sua vez, também transcorreu nos Programas de Ensino do Curso Normal da ESEF. Para a disciplina de Educação Física Geral – Feminina, a orientação de que o professor deveria ser um exímio executante de

suas lições estava posta já nas considerações iniciais, presentes no terceiro objetivo da disciplina. Nele descrevia-se: “Dar-lhes o treinamento físico indispensável para que sejam **bons executantes** dos exercícios que irão ministrar” (PROGRAMA DE ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA GERAL FEMININA, 1940, p. 1 – grifo nosso). Já para a disciplina de Metodologia da Educação Física, esta característica aparecia de modo tímido, na subdivisão de conteúdos vinculada ao eixo referente justamente, ao Método Francês de Educação Física. Nesta parte estava posta a seguinte relação de temáticas a serem estudadas:

Regras para a conduta, direção e execução do trabalho física - **Qualidades do professor de Educação Física**; Apresentação pessoal; Qualidades pessoais; Preparação intelectual e material da sessão de trabalho; Direção da sessão; Comandos; **Disposição dos alunos e colocação do professor** e do guia; Indicação de ritmo; **Correção dos erros**; Regras especiais para a execução dos *flexionamentos*; Regras para a execução dos jogos; Frequência e duração da sessão de ginástica; **Prescrições higiênicas**; Precauções contra acidentes; Paradas e auxílios; Regras para a composição das sessões de ginástica; Exercícios de composição de sessões de ginástica para os diferentes ciclos, graus, sexos, etc (PROGRAMA DE ENSINO DE METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p. 1 – grifos nossos).

Apesar de serem apresentadas de formas distintas, em ambos os saberes disciplinares do Curso Normal figurava a ideia de que o professor de educação física deveria para além de manter a conduta, direção e ordem de suas aulas, ser dotado de qualidades que o permitissem demonstrar à classe os movimentos solicitados. Além disso, conforme destacado no fragmento acima, o professor deveria se colocar em um ponto de comum visão a toda classe e também corrigir erros que porventura ocorressem.

Com relação a esta questão, também foram postas orientações no livro sobre Sistemas e Métodos de Educação Física, de autoria de Inezil Penna Marinho (1953). Segundo o professor (1953, p. 102) no Método Francês “o instrutor deve sempre se colocar num ponto donde possa *facilmente* observar cada um de seus alunos”. Além disso, descreveu que assim que fosse cometido algum erro por parte dos estudantes, o professor deveria observar e corrigir imediatamente, em voz alta,

sendo breve e “imperativo”, sem entregar-se a “comentários prolongados” (MARINHO, 1953, p. 102).

Outro aspecto observado no Programa de Ensino de Metodologia da Educação Física e que aparece de modo comum nas considerações acerca do Método Francês feitas por Marinho (1953), localiza-se no grifo referente às prescrições higiênicas. Segundo o autor (1953) recomendava-se que o trabalho físico fosse realizado em princípio, ao ar livre, com uniforme adequado e atendendo às condições de temperatura. Orientava-se também, para que fosse feito o uso de “abluções e duchas” e, sobretudo, evitar a fadiga exagerada (MARINHO, 1953, p. 73).

No Programa de Ensino referente ao saber disciplinar de Higiene Aplicada também apareceram de modo comum, prescrições acerca dos banhos e abluções e da escolha do vestuário para a prática de exercícios. Essas recomendações encontram-se descritas de modo pormenorizado no eixo de conteúdo relacionado à Higiene Individual. A fadiga também está posta no referido Programa de Ensino, com orientações vinculadas a sua prevenção através de repouso e sono (PROGRAMA DE ENSINO DE HIGIENE APLICADA, 1940).

Debruçando-nos um pouco mais sobre a disciplina de Higiene Aplicada presente na grade disciplinar do Curso Normal da ESEF é importante que destaquemos o estudo realizado por Wachs (2013). Em sua investigação, o autor (2013) tratou acerca das funções sanitárias projetadas nos currículos de Educação Física, a partir da análise da disciplina de higiene oferecida pela ESEF. Ao abordar os anos iniciais em que a disciplina fora oferecida na instituição, Wachs (2013) resume os conteúdos de ensino relacionando-os aos saberes de combate às doenças infecciosas, a evocação do espírito nacionalista e à importância atribuída à higiene escolar e à educação higiênica.

Com base no Programa de Ensino da disciplina de Higiene Aplicada⁶⁵ tornou-se possível ampliarmos esta apreciação acerca de seus conteúdos. No documento pedagógico de que dispomos, os conteúdos evidenciados no estudo de Wachs (2013) localizam-se nos dois primeiros eixos de desenvolvimento da disciplina. Para

⁶⁵ A disciplina de Higiene Aplicada figurou na grade de saberes disciplinares desde a criação da ESEF, em 1940.

além desses, o Programa de Ensino compõem-se ainda de outros doze segmentos de conteúdos. Estes por sua vez, conforme visto anteriormente, tratam desde saberes vinculados à higiene individual, perpassando noções sobre a variação climática e suas influências ao organismo, até orientações direcionadas aos locais para a prática da educação física.

A composição do Programa de Ensino de Higiene Aplicada do Curso Normal da ESEF também apresentou significativas aproximações com o conteúdo evidenciado por Marinho (1953) acerca do Método Francês. Diante disso, ao tratar especialmente sobre as “Prescrições higiênicas” (p. 106) o autor dá destaque aos locais onde deveria ser realizado o trabalho físico, o horário mais adequado, a vestimenta recomendada, diferenciando-a para as distintas temperaturas. Esses aspectos também vigoraram nos documentos pedagógicos analisados por nós neste estudo.

Nesta direção, embora tenha sido possível traçarmos significativas aproximações entre o Método Francês e a conformação dos Programas de Ensino do Curso Normal, sobretudo, com seus conteúdos programáticos é preciso que também reflitamos acerca das severas críticas que o Método recebera, especialmente, da Associação Brasileira de Educação (ABE) antes mesmo de ser adotado no Brasil. Dentre os argumentos que justificavam este posicionamento, estava a não aceitação de levar à escola uma educação de viés militar. No fragmento abaixo trazido na obra de Marinho (1953) é possível observarmos qual era o princípio que orientava a Educação Física no meio educacional brasileiro da época e que, portanto, era sustentado pela ABE:

[...] à luz das doutrinas modernas da pedagogia, o princípio imutável da educação física reside na preocupação de assegurar o desenvolvimento físico em harmonia com o desenvolvimento intelectual e moral. Separá-los é um *erro* pedagógico. A educação intelectual, a educação física, a educação moral, estão ligadas intimamente entre si e visam o objetivo comum de desenvolver a personalidade, o caráter, a inteligência da criança, a aptidão, em suma, para como indivíduo, viver, trabalhar, produzir e tornar-se, na coletividade, um agente social eficiente (MARINHO, 1953, p. 167).

Diante disso, destacamos que da mesma forma em que foi possível percebermos características contidas nos Programas de Ensino comuns àquelas

presentes no Método Francês, também assim se tornaram perceptíveis aspectos que afastavam tais documentos do modelo então proposto. Aliás, ao nos determos a observar os documentos de orientação pedagógica de que dispomos, percebemos que em um dos eixos do Programa de Ensino da disciplina de Metodologia da Educação Física as críticas a sua adoção estavam claramente explicitadas. De modo pontual, no segmento destinado aos ensinamentos do Método Francês, em uma das suas divisões destacava-se: “Crítica do Método Francês de Educação Física”. Podemos supor que durante as lições do saber de Metodologia da Educação Física, o(a) professor(a) responsável pela classe reservava um tempo de sua carga horária total a apresentar críticas relacionadas ao Método.

De modo menos aparente, mas que a partir de um olhar mais atento tornaram-se visíveis foi possível localizarmos nos conteúdos expressos por meio dos Programas de Ensino, características que além de afastarem esses documentos pedagógicos das prescrições do Método Francês, os aproximam, de outra forma, dos princípios defendidos na época pela ABE. Tais aspectos constituem de modo geral orientações direcionadas especialmente ao trabalho pedagógico empreendido nas escolas e voltado à educação física infantil ou, conforme denominado na época, ao ciclo elementar. Esses direcionamentos foram apontados nos objetivos de alguns saberes disciplinares e, por vezes, na própria descrição de alguns eixos de conteúdos.

Os ensinamentos e orientações dotados de um caráter pedagógico foram observados nos Programas de Ensino das disciplinas de Biometria, Canto Coral, Cinesiologia Aplicada, Desportos Terrestres Coletivos (Basquetebol e Voleibol), Desportos Terrestres Individuais, Educação Física Geral - Feminina, Ginástica Rítmica, Metodologia da Educação Física, Organização da Educação Física e dos Desportos e Ritmo.

Na disciplina de Biometria, a atenção a ser dada ao ensino nas escolas, estava posto logo no primeiro objetivo, a saber, “Ministrar conhecimento de Biometria Humana e **em especial da parte que se aplica ao ciclo elementar**”. Esta pretensão é reforçada no eixo nove, referente ao “Estudo biométrico do crescimento”, quando se destacava a “aplicação destes conhecimentos à **Educação Física Infantil**” (PROGRAMA DE ENSINO DE BIOMETRIA, 1940, p. 1, grifos

nossos). De modo semelhante para a disciplina de Cinesiologia, o direcionamento de conteúdos ao “ciclo elementar” foi realizado nos objetivos⁶⁶ e também no eixo cinco. Neste último, apresentavam-se “noções sobre as causas mais comuns dos “defeitos físicos” e “atitudes defeituosas” **entre os escolares**” (PROGRAMA DE ENSINO DE CINESIOLOGIA, 1940, p.1, grifos nossos).

Para os saberes de Desportos Terrestres Coletivos, especialmente nos Programas de Ensino de basquetebol e *volibol*⁶⁷, estava exposto já no objetivo que o Curso Normal da ESEF deveria dar aos alunos “a **capacidade pedagógica** necessária para ministrar o ensino do basquetebol (e do voleibol) no meio infantil, **com finalidade educativa e recreativa**” (PROGRAMA DE ENSINO DE DESPORTOS TERRESTRES COLETIVOS, 1940, p. 1; 3, grifos nossos). O termo “capacidade pedagógica” também se fez presente no Programa de Ensino de Educação Física Geral – Feminina, ao colocar que o aprendizado dos conteúdos da referida disciplina deveria “proporcionar aos alunos a **capacidade técnica e pedagógica** para ministrar e dirigir a Educação Física em estabelecimentos de ensino secundário” (PROGRAMA DE ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA GERAL – FEMININA, 1940, p. 1, grifo nosso).

O saber disciplinar de Educação Física Geral – Feminina apresentou outras significativas aproximações com o caráter pedagógico do ensino direcionado, sobretudo, a educação infantil. Para além de seu segundo objetivo⁶⁸, a disciplina ainda previu por meio de seus eixos de conteúdos, o ensino e a aprendizagem de sessões de ginástica específicas a cada um dos ciclos escolares. O direcionamento pedagógico contido na disciplina de Canto Coral por sua vez, esteve localizado em seu eixo quatro, vinculado ao conteúdo de Ritmo. Em sua subdivisão, previa-se a compreensão do “Ritmo, como base da disciplina da vontade e como principal elemento da **educação coletiva das escolas** [...]” (PROGRAMA DE ENSINO DE CANTO CORAL, 1940, p. 1, grifo nosso).

⁶⁶ A saber: “Fornecer elementos suficientes que permitam contribuir para a profilaxia e tratamento de alguns defeitos físicos e atitudes defeituosas incipientes, muito comuns em alunos do ciclo elementar” (PROGRAMA DE ENSINO DE CINESIOLOGIA, 1940, p. 1).

⁶⁷ Optamos por manter a grafia conforme nos apresentaram as fontes consultadas.

⁶⁸ A saber: Ensinar-lhes a execução dos exercícios do método adotado, especialmente indicados para o Ciclo Elementar, e de outros possíveis de serem aproveitados (PROGRAMA DE ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA GERAL – FEMININA, 1940, p. 1).

De modo similar ao exposto no Programa de Ensino de Canto Coral, para a disciplina de Ritmo, previa-se por meio das orientações postas em seu segundo objetivo, o ensino às alunas “dos meios práticos para **desenvolver na criança** senso natural do ritmo” (PROGRAMA DE ENSINO DE RITMO, 1940, p. 1, grifo nosso). Ao colocar a criança como receptora dos conhecimentos aprendidos no Curso Normal, se sobressai na descrita finalidade os aspectos de ordem pedagógica com que também eram direcionados os conteúdos deste saber.

As crianças novamente tem destaque nos objetivos da disciplina de Ginástica Rítmica. A segunda principal finalidade desta disciplina era “dar às alunas conhecimentos necessários para dirigir sessões de ginástica rítmica para o Ciclo Secundário e Superior”. O terceiro objetivo por sua vez, previa a “capacitação das alunas para adaptar os exercícios de ginástica rítmica para **crianças** sobre a forma de historietas musicadas” (PROGRAMA DE ENSINO DE GINÁSTICA RÍTMICA, 1940, p.1, grifo nosso). Para além dessas previa-se ainda no desenvolvimento desta disciplina, a contribuição para a formação psíquica da criança e, sobretudo, o ensino das atividades rítmicas em um plano educacional geral.

A preocupação com o processo educacional e formativo especialmente das crianças figurou de modo significativo não somente no Programa de Ensino de Ginástica Rítmica, como também nos demais Programas até aqui apresentados. Este aspecto sustenta nossas reflexões acerca de um caráter manifesto da presença de alicerces pedagógicos nas bases do Curso Normal da ESEF traduzidos por meio de objetivos e conteúdos programáticos. Estas características de ensino figuraram ao lado da parte sustentada por bases militares e ligadas ao Método Francês.

Situação semelhante foi ratificada por Ferreira Neto (1999) ao analisar os planos curriculares e de ensino da Escola de Educação Física do Exército e da Escola de Educação Física do Espírito Santo. Segundo o autor (1999, p. 149) é possível afirmar que “a ênfase na formação do professor de Educação Física, já na década de 1930, era posta em seu caráter pedagógico”. Todavia, Ferreira Neto (1999) não exclui as influências de fundamentos biológicos e militares nestes cursos. Apenas evidencia através de sua versão, que tais reflexos apareciam em menor proporção nessas instituições de ensino.

Na Escola sul-rio-grandense, o Curso Normal de Educação Física entrou em funcionamento sendo norteador, sobretudo, pela necessidade de formar professores(as) para atuar junto às escolas de ensino fundamental do estado. Recordemos que após a promulgação da Constituição de 1937, a qual tornou a Educação Física disciplina obrigatória nos estabelecimentos de ensino do país, o contexto educacional precisou moldar-se a este (novo) campo de atuação e, portanto, passou a impulsionar a criação de escolas civis de formação de professores(as). Deste modo, a demanda por docentes especializados foi estabelecida antes mesmo da existência de uma formação específica na área.

A presença de conteúdos pedagógicos nos Programas de Ensino do Curso Normal de Educação Física por sua vez, pode ser compreendida enquanto o preenchimento de uma necessidade de saberes já instituída pelas condições na qual o campo foi conformado. Ora, se os(as) profissionais formados(as) no Curso Normal seriam direcionados para as escolas estaduais, nada mais coerente do que ensiná-los a utilizar de modo apropriado as ferramentas pedagógicas.

As evidências surgidas por meio da análise dos Programas de Ensino do Curso Normal da ESEF, bem como do confronto desses com as fontes bibliográficas consultadas, nos permitiram delinear uma versão acerca da organização dos saberes disciplinares do referido Curso, bem como pontuar determinadas influências e orientações postas à Educação Física do período. O confronto entre as fontes documentais, bibliográficas e orais nos possibilitou supor que apesar de o Método Francês orientar as práticas de Educação Física nos estabelecimentos de ensino superior do país do ponto de vista legal, na Escola sul-rio-grandense outras influências foram sentidas. Assim, a presença de conteúdos pedagógicos no interior de seus Programas de Ensino nos levou a refletir, especialmente acerca das finalidades que orientaram a instituição do Curso Normal da ESEF.

Diante disso, estando à formação direcionada ao campo escolar do estado, não nos surpreende que a gama de conteúdos orientados ao ensino e a pedagogia, fosse significativo. Aliado a estas influências, ainda figuravam nos Programas de Ensino de modo expressivo aquelas de caráter médico e militar, as quais se estabeleceram no próprio cerne da constituição do campo da Educação Física no Brasil.

Repletos de interferências de toda ordem, os conteúdos e formas de ensino aprendidos pelos professores(as) no Curso Normal da ESEF eram levados às crianças nas escolas primárias da época carregando preceitos de um tempo em que a Educação Física buscava se estabelecer enquanto campo de formação e, ao mesmo tempo, demarcar seus limites disciplinares e seus modos de ensino. Ao que nos parece, durante o período estudado (1940-1956) o processo histórico de construção de uma identidade própria estava apenas se iniciando.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender como ocorreu a formação professores(as) do Curso Normal de Educação Física da ESEF, notadamente com respeito aos seus saberes disciplinares, no período de 1940 a 1956. Em vista disso, nossas reflexões estiveram apoiadas nos pilares teóricos da História das Disciplinas Acadêmicas e Escolares, dos Saberes Disciplinares e, também, na Nova História Cultural, sobretudo nos conceitos de práticas e representações. Por meio da consulta e análise ao material bibliográfico levantado, das fontes orais e documentais, especialmente dos Programas de Ensino das disciplinas foi possível formularmos uma versão acerca da construção dos saberes disciplinares do Curso Normal de Educação Física da ESEF.

Todavia, para que compreendêssemos esse processo de construção foi preciso revisitar as organizações educacionais que conformaram as bases da formação de professores(as) do estado, bem como assinalar os movimentos de ensino incididos em seu interior, especialmente no que concerne aos conteúdos voltados ao movimento humano. Orientando-nos especialmente pelo traçado de normativas legais expostas nos documentos educacionais da época, deflagramos os distintos lugares ocupados pela Educação Física nas grades disciplinares da Escola Normal. Em meio a influências de toda ordem, que ora pareciam impulsionar, ora desestimular a inserção de seus conteúdos nas grades disciplinares foi possível demarcarmos que, aos poucos, a noção de movimento corporal foi assumindo contornos mais amplos na referida instituição.

Esse alargamento culminou com o estabelecimento de ações pioneiras no estado no que concerne ao preparo especializados de professores(as) para atuação com a disciplina de Educação Física, nas escolas primárias. Assim, os chamados “Cursos Intensivos de Educação Física” estabeleceram-se enquanto uma iniciativa precursora no estado do Rio Grande do Sul e, conforme foi possível analisarmos por meios das fontes históricas consultadas, assumiu de certa forma um protagonismo também em contexto nacional. Essa assertiva vinculou-se, sobretudo ao fato de que no período da criação dos referidos Cursos (1929), ainda não existiam escolas superiores civis de formação profissional em Educação Física no país.

Essa conformação do campo da formação de professores(as) especializados(as) em Educação Física adotou novas dimensões ao ser deflagrada a obrigatoriedade do ensino dessa disciplina, bem como a exigência de uma formação específica para atuação enquanto professor(a) desse saber, nas instituições de ensino do país. Essa determinação foi instituída por meio da promulgação do Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939 que, para além de delinear as bases do que podemos chamar de primeiro currículo de nível superior destinado à formação de professores(as) de Educação Física no Brasil, também influenciou de maneira veemente, a criação de outras instituições superiores de formação profissional neste campo, nos estados brasileiros.

Sendo influenciada pelos preceitos legais estabelecidos no período, a Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul (ESEF) foi instituída no campo da formação de professores(as) no ano de 1940, estando subordinada ao Departamento estadual de Educação Física (DEEF). Esse órgão técnico pertencente à Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul conformou as bases estruturais e de ensino dessa instituição superior, a qual se configurou como Escola pioneira a oferecer formação deste nível no estado. A ESEF iniciou suas atividades educacionais com o oferecimento do Curso Normal de Educação Física composto por uma exaustiva grade disciplinar, circunscrita durante o período de um ano de formação.

As especificidades do Curso Normal de Educação Física da ESEF vigente durante o período de 1940 a 1956 foram possíveis de ser delineadas ao adentrarmos os espaços físicos e simbólicos da instituição. O cotejamento de fontes documentais e orais confrontadas com os dados obtidos por meio do levantamento bibliográfico nos permitiu construir uma narrativa historiográfica repleta de sentidos e significados narrados, sobretudo, por quem vivenciou os espaços e os tempos da Escola, durante seus primeiros anos de atividade. Tornaram-se perceptíveis neste contexto, influências que, ao lado dos conhecimentos disciplinares, dividiram o ambiente educacional da ESEF.

Ao comporem as estruturas diretivas e, sobretudo de ensino, médicos e militares figuraram de forma massiva na estrutura basilar da ESEF. Ao lado deles, conforme nos apresentaram as fontes consultadas, estiveram professores(as)

vinculados as associações esportivas teuto-brasileiras do estado. Este grupo étnico-cultural, os teuto-brasileiros, para além de contribuir com ações incididas no campo do associativismo esportivo do Rio Grande do Sul, também demarcou sua presença no quadro de docentes do Curso Normal de Educação Física da ESEF.

As interferências provindas dos grupos acima referidos foram refletidas também na própria constituição da grade disciplinar eleita ao ensino do Curso Normal da ESEF. Contudo, recordemos que uma unidade pedagógica foi dirigida à formação de professores(as) civis de Educação Física por meio do Decreto-Lei n.º 1.212, aprovado em 1939. Para além das ações demarcadas, a referida legislação criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) anunciando seu caráter de “modelo” às demais instituições superiores da área, a serem criadas no país. Por conta disso, na presente investigação tomamos como guisa de orientação o referido Decreto-Lei, sobretudo o conteúdo referente às disciplinas do Curso Normal da ENEFD buscando demarcar distanciamentos e aproximações, até mesmo adaptações de sua estrutura, com aquela apresentada pelas fontes acerca das disciplinas do Curso Normal da ESEF.

O cruzamento entre o referido Decreto-Lei de 1939 com as fontes bibliográficas, documentais e orais reunidos para o estudo demonstrou que determinados saberes disciplinares foram mais recorrentes nas fontes e mais comumente citados nos depoimentos orais. Outros saberes foram citados por um número menor de fontes, mas, mesmo assim, sua presença foi demarcada. Por meio desse detalhamento construímos uma versão acerca da construção dos saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF, bem como delimitamos as adequações dessa configuração para aquela proposta pela ENEFD.

No entanto, conforme expusemos na investigação, uma relação nominal de disciplinas não nos forneceu elementos suficientes para a compreensão de como ocorreu a formação de professores(as) de Educação Física no Curso Normal da ESEF, especialmente, no que concerne aos seus saberes disciplinares. Esse entendimento somente foi possível por meio da análise pormenorizada dos conteúdos programáticos estabelecidos nas fontes documentais, referentes aos Programas de Ensino. As referidas fontes apresentaram-se ao nosso estudo enquanto documentos pedagógicos, repletos de significados e sentidos, e

portadores de uma versão acerca da organização dos conteúdos que compunham os saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF.

A articulação das referidas fontes documentais de carácter pedagógico, com aqueles materiais mensageiros de preceitos legais, bem como com os depoimentos orais, além do referencial bibliográfico, possibilitou a apresentação e discussão de influências estabelecidas nos conteúdos programáticos dos saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF. Diante disso, nos orientando especialmente pelos preceitos estabelecidos no Regimento Interno do DEEF, os saberes disciplinares foram organizados e conduzidos por dois órgãos distintos vinculados a esse Departamento, a saber: Divisão de Biologia e Divisão Técnica.

Ambas as organizações eram portadoras de características internas singulares, as quais balizavam, sobretudo, a vinculação de professores médicos à Divisão de Biologia e a de professores militares a Divisão Técnica. Intrínseco a esta separação estava o carácter de ensino das disciplinas vinculadas a cada uma delas. Assim, as disciplinas possuidoras de um viés predominantemente teórico orientavam-se pela Divisão de Biologia e eram lecionadas, desta forma, por médicos; ao passo que, aquelas possuidoras de um carácter predominantemente prático, eram dirigidas pela Divisão Técnica e, portanto, tinham como docentes responsáveis os militares.

Nossas considerações para além de analisarem a orientação proposta a cada um dos saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF, também evidenciaram que o número de aulas das disciplinas que compunham a Divisão Técnica era significativamente superior que daqueles saberes da Divisão de Biologia. Esta averiguação nos mostra que a formação de professores(as) realizada no interior do Curso Normal possuía saberes disciplinares predominantemente técnicos, onde os conteúdos procedimentais, ou seja, aqueles relacionados a dimensão do “fazer” eram superiores que aqueles conteúdos conceituais, vinculados aos saberes teóricos.

Outro aspecto suscitado a partir da análise dos Programas de Ensino vinculase à semelhança dos conteúdos dos documentos pedagógicos, aos modelos e orientações destinadas a Educação Física do período (1940/1956). Com relação a este ponto foi possível estabelecermos inicialmente significativas proximidades com

os preceitos divulgados pelo Método Francês de ginástica vigente no país durante este contexto. Dentre elas, se sobressaíram aspectos de ordem estrutural, comuns à organização do referido Método e também a determinados saberes disciplinares do Curso Normal da ESEF. Além disso, outra proximidade estabelecida vinculava-se a presença comum de determinadas práticas, especialmente no que diz respeito aos Desportos Coletivos e Individuais, adotados no Método Francês e, também presentes na relação de ensino do Curso da ESEF.

Para além destas relações comuns demarcadas, destacamos também aquela relacionada ao estabelecimento de distinções entre as práticas voltadas exclusivamente às alunas mulheres e outras, apenas aos alunos homens. Essa diferença entre os percursos seguidos pelos alunos(as) do Curso Normal também foi delineado no interior das orientações vinculadas ao Método Francês, já que este estabelecia orientações distintas a esses dois grupos. Ademais, tais aspectos ainda pareciam ser reforçados por normativas legais da época, tendo como suporte o pensamento médico voltado, sobretudo, à proteção do corpo feminino. Conforme demarcado, essa característica refletiu no estabelecimento de caminhos distintos entre homens e mulheres por décadas dentro da ESEF.

De forma menos aparente, mas não menos significativos de serem assinalados, figuraram aspectos relacionados à nomenclatura utilizada. O termo “sessões” apareceu tendo sentido de “aulas” tanto no Método Francês quanto nos Programas de Ensino de determinadas disciplinas do Curso Normal da ESEF. Nesta mesma direção, a denominação “instrutor” referindo-se ao “professor(a)” também foi corroborada em ambos os documentos. Esta nomenclatura por sua vez, carregava em seu cerne a representação de que o “instrutor/professor” deveria, para além de manter a conduta, direção e ordem de suas aulas, ser dotado de qualidades que o permitissem demonstrar à classe os movimentos solicitados, trazendo a relação de professor(a)-atleta.

Contudo, da mesma forma que vieram à tona atributos contidos nos Programas de Ensino comuns àqueles figurantes no Método Francês, também assim tornaram-se sobressalentes pontos que afastavam o ensino ocorrido no interior do Curso Normal da ESEF, daquele preconizado pelo Método. Aliás, conforme expusemos em nossas análises, este distanciamento ocorreu de modo

explícito quando no Programa de Ensino de Metodologia da Educação Física, verificamos a descrição “Crítica à aplicação do Método Francês”. Nossas considerações apoiadas, sobretudo, na bibliografia acerca da temática apontaram que, provavelmente, tais “críticas” provinham da ideia contrária de adoção de um método possuidor de características eminentemente militares, em uma instituição que se orientava para a formação de professores(as) de Educação Física, voltados à atuação nas escolas primárias do estado.

Por conta deste desígnio maior de preparação do professorado sul-rio-grandense averiguamos uma significativa presença de orientações destinadas principalmente, ao trabalho pedagógico no interior dos Programas de Ensino do Curso Normal. Esses direcionamentos estiveram alocados nos objetivos de alguns saberes disciplinares e, por vezes, na própria descrição dos conteúdos, os quais faziam menção ao trabalho empreendido nas escolas e voltado à educação física infantil. Essa representação de um caráter pedagógico averiguado no interior das práticas de ensino do Curso Normal da ESEF parecia já figurar nos ensinamentos relacionados ao movimento humano ainda quando o conteúdo de Educação Física ou mesmo da então denominada *Gymnastica*, alocavam-se no interior da disciplina de Pedagogia na Escola Normal, conforme vimos no capítulo primeiro da investigação.

Esse caráter pedagógico permaneceu intrínseco aos ensinamentos do campo da Educação Física ao ser apresentado aos Cursos Intensivos por meio do conteúdo relativo aos exercícios calistênicos, vinculados à Ginástica Sueca. Portanto, se nas bases da formação do professorado de Educação Física do estado os conteúdos pedagógicos faziam-se presentes, a sua permanência também no Curso Normal da ESEF era praticamente inevitável, sobretudo, em razão de a instituição de forma ampla, e do Curso Normal de forma pontual, voltarem-se a formação de professores(as) direcionados(as) ao contexto escolar.

Deste modo, nossa compreensão demarcou no traçado dessa versão histórica que a sustentação da ESEF no campo da formação de professores(as) de Educação Física, especialmente no que concerne aos saberes disciplinares do Curso Normal, se deu em decorrência na contribuição, sobretudo, de médicos e militares, que imprimiram seus preceitos nas bases da instituição sul-rio-grandense.

Para além deles, assinalamos representações comuns entre a ESEF e a ENEFD, ao mesmo tempo em que sublinhamos suas especificidades. Os contornos de seus conteúdos de ensino, por sua vez, foram compostos por influências do Método Francês de ginástica, de preceitos pedagógicos assinalados ainda nas bases da formação do professorado do estado e, também por meio dos docentes vinculados ao Curso Normal. O professor Karl Black, por exemplo, era defensor da escola ginástica alemã, enquanto o professor Frederico Guilherme Gaelzer era adepto da escola sueca.

Reconhecemos que estas questões vinculadas às influências, sobretudo desses docentes, nos saberes disciplinares do Curso Normal, mereciam ser mais bem elucidadas pela pesquisa. Este ponto de outra forma nos apresenta uma possibilidade a ser investigada e debatida em estudos futuros, buscando assinalar e registrar as prováveis contribuições desses atores no processo de constituição das bases disciplinares da ESEF.

Destarte, a escrita dessa versão acerca da construção dos saberes disciplinares do Curso Normal de Educação Física abarcou considerações subsidiadas pelos vestígios do passado que chegaram até nós através das fontes consultadas. Por meio deste estudo, buscamos apresentar uma versão sobre a trajetória educacional da ESEF na perspectiva dos saberes disciplinares de seu Curso Normal, com o intuito de contribuir para futuros estudos que se dediquem a delinear as ações da ESEF, enquanto instituição formadora de professores(as) de Educação Física no estado.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Da “versão” a “narrativa” no Manual de História Oral. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul/dez. 2012.

ALBERTI, Verena. **História oral e a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 73-98, dez. 2008.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. As Schützenvereine – Sociedades de Atiradoras de Santa Cruz do Sul: um tiro certo na história do esporte no Rio Grande do Sul. **Revista Esporte e Sociedade**, ano 7, n. 20, p. 122-153, set. 2012.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. As sociedades de damas atiradoras: pelos caminhos da prática do tiro ao alvo em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. **Journal of Physical Education**, v. 24, n. 4, p. 567-580, 2013.

ASSMANN, Alice Beatriz; SILVA, Carolina Fernandes da; MAZO, Janice Zarpellon. A natação em piscinas nos clubes da cidade de Porto Alegre (Décadas de 1930 e 1940). **Revista Kinesis**, Santa Maria, ed. 31, v. 2, p. 05-21, mar. 2014.

ASSMANN, Alice Beatriz. **As associações de tiro ao alvo em Santa Cruz do Sul/Rio Grande do Sul**: da fundação a nacionalização. 2010. 90f. Monografia (Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ASSMANN, Alice Beatriz. **O associativismo esportivo em Santa Cruz do Sul/Rio Grande do Sul**: espaços de configurações de práticas culturais (década de 1880 à década de 1910). 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais**: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, C. (Org.). **Fontes históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-80.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Revista Mouseion**, v. 3, n. 5, p. 35-64, jan./jul. 2009b.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009a.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BEGOSSI, Tuany Defaveri, MAZO, Janice Zarpellon. Ginástica Alemã e Ginástica Feminina Moderna: práticas destinadas às mulheres. **Revista Cinergis**, v. 16, n. 4, p. 306-311, out./dez. 2015.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um mistério: a propósito da educação no Estado Novo *In*: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BORGES, Cecília. A formação dos docentes de Educação Física e seus saberes profissionais. *In*: BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean-François (Orgs.) **Saber, formar e intervir para uma educação física em mudança.** São Paulo: Autores Associados, 2005, p.157-190.

BOSSLE, Cibele Biehl. **A emergência do “Fazer científico” na formação inicial em Educação Física da ESEF/UFRGS.** 2014. 269f. Tese (Doutorado), Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL, 1936. Lei n. 174 de 6 de janeiro de 1936. Organiza o Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, seção 1, p. 1042, 14 jan. 1936. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-174-6-janeiro-1936-556088-publicacaooriginal-75752-pl.html>>. Acesso em: 2017.

BRASIL, 1937. Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, seção 1, p. 1210, 13 jan. 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 2016.

BRASIL, **Constituição Federal de 1937.** Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)>. Acesso em: 2016.

BRASIL, Decreto-Lei n. 9193 de 23 de abril de 1946. Concede as regalias de licenciado aos diplomados, no ano de 1940, pelo Curso Normal da Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial da União,** Rio de Janeiro, p. 6065, 25 abr. 1946.

BRASIL. Decreto n. 1212 de 17 de abril de 1939. Dispões sobre a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Diário Oficial da União,** Rio de Janeiro, seção 1, p. 49, 17 abr. 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-norma-pe.html>>. Acesso em: 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941.** Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm>. Acesso em: jan. 2017.

BRAU-ANTONY, Stéphane. Programas de ensino de Educação Física e profissão docente: Retrato da situação na França. *In*: BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean-François (Orgs.) **Saber, formar e intervir para uma educação física em mudança.** São Paulo: Autores Associados, 2005, p.59-82.

BRAUNER, Vera Lucia Pereira. **La formación del profesorado de Educación Física en la UFRGS, Porto Alegre (Brasil).** Tendencias Teóricas. 1999. 421f. Tese (Doutorado) – Departament de Teoria i Història de L'Educació, Divisió de Ciències de L'Educació, Universitat de Barcelona, 1999.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

CALVINO, Italo. **Palomar.** 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

CARMONA, Eduardo Klein; MARTINI, Sergio Roberto de Brito; MAZO, Janice Zarpellon. O ensino da esgrima no Rio Grande do Sul: O caso das cidades de Porto Alegre e Pelotas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 13, n.2, p. 162-180, jul./dez. 2014.

CARMONA, Eduardo Klein. **Um panorama histórico da esgrima em Porto Alegre:** dos primórdios da prática até a organização de sua entidade própria. 2012. 51f. Monografia (Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro: percurso, paradoxos e perspectivas.** 1999. 185f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta.** Campinas: Papyrus, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *In*: **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, p. 97-113, 1994.

CHARTIER, Roger. A nova história cultural existe? *In*: PESAVENTO, Sandra. **História e linguagens.** Rio de Janeiro: Letras, p. 35. 2006.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

CORSETTI, Berenice. A construção do cidadão: Os conteúdos escolares nas Escolas Públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 8, p. 175-192, set. 2000.

COSTA, Marcelo Gomes da; PERELLI, João Marcos; MATARUNA DOS SANTOS, Leonardo J. História da ginástica no Brasil: da concepção e influência militar aos nossos dias. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**, v. 12, n. 23, p. 63-75, 2016.

CUNHA Maria Luiza Oliveira; MAZO, Janice Zarpellon. A criação dos *Clubs* nas Praças Públicas da cidade de Porto Alegre (1920-1940). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 123-139, dez. 2010.

CUNHA, Maria Luiza Oliveira; MAZO Janice Zarpellon; STIGGER, Marco Paulo. A organização das Praças de Desporto/Educação Física na cidade de Porto Alegre (1920-1940). **Licere**, v. 13, n. 1, p. 1-33, mar. 2010.

CUNHA, Maria Luiza Oliveira; MAZO, Janice Zarpellon. Difusão das práticas corporais nas praças públicas da cidade de Porto Alegre (1920-1940). **Revista da Educação Física/UEM**, v. 26, n.1, p.79-87, 2015.

CUNHA, Maria Luiza Oliveira; MAZO, Janice Zarpellon. Para além dos Clubes Esportivos: As práticas esportivas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre/RS (1920-1940). *In: XII Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*, 2008, Porto Alegre. **Caderno de resumos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CUNHA, Maria Luiza Oliveira. **As práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre (1920-1940)**. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CURSO INTENSIVO de Educação Física. [1931?]

DACOSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

DESBIENS, Jean-François. Mutações dos contextos socioeducativo e socioprofissional e desenvolvimento dos saberes profissionais no ensino da Educação Física. *In: BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean-François (Orgs.)*. **Saber, formar e intervir para uma Educação Física em mudança**. São Paulo: Autores Associados, 2005, p. 83-110.

ECHART, Olga Kroeff. **Olga Echart. (depoimento, 2004)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50000>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Anatomia Aplicada**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Biometria**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Cinesiologia**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Desportos Aquáticos – Remo**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Desportos de Ataque e Defesa**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Desportos Terrestres Coletivos – Basquetebol**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Desportos Terrestres Coletivos – Futebol**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Desportos Terrestres Coletivos – Voleibol**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Desportos Terrestres Individuais – Corridas**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Desportos Terrestres Individuais – Ginástica de aparelhos e levantamentos de pesos e halteres**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Desportos Terrestres Individuais – Lançamentos**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Desportos Terrestres Individuais – Saltos**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Educação Física Geral - Feminina**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Fisioterapia**. 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Ginástica Rítmica.** 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Higiene Aplicada.** 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de História da Educação Física e dos Desportos.** 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Metodologia da Educação Física.** 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Organização da Educação Física e dos Desportos.** 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Ritmo.** 1940.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Tênis Feminino.** 1940

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Programa de ensino da disciplina de Socorros de Urgência.** 1940.

FERREIRA NETO, Amarílio. **A pedagogia do exército e na escola:** a Educação Física brasileira (1880-1950). Espírito Santo: Facha, 1999.

FERREIRA NETO, Amarílio. Escola de Educação Física do Exército (1920-1945): Origem e Projeto Político-Pedagógico. *In:* FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física.** Vol. 3. Espírito Santo: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998. p. 69-95.

FERREIRA NETO, Amarílio. Projeto Militar na Educação Física. *In:* FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física.** Vol. 2. Vitória: UFES. Centro de Educação Física e Desportos, 1997. p. 83-119.

FOI ENCERRADO o Curso Intensivo de Educação Física mantido pela Escola Normal. **Diário de Notícias,** Porto Alegre, fevereiro de 1936.

FONSECA, Denise Grosso. Planejamento. *In:* FONSECA, Denise Grosso; MACHADO, Roseli Belmonte (Orgs.). **Educação Física (re)visitando a didática.** Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 49-92.

FONSECA, Maria de Lourdes. **Maria de Lourdes Fonseca. (depoimento, 2010).** Porto Alegre: Entrevista para a tese de doutorado intitulada "A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)".

FONSECA, Maria Verônica Rodrigues da; *et al.* Panorama da produção brasileira em história do currículo e das disciplinas acadêmicas e escolares (2000-2010): entre a História da Educação e a Sociologia do Currículo. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas/SP, v.13, n.1, p.193-225, jan/abr. 2013.

FRAGA, Alex Branco, *et. al.* Alterações curriculares de uma escola septuagenária: um estudo sobre as grades dos cursos de formação superior em Educação Física da ESEF/UFRGS. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.16, n. esp., p. 61-95, 2010.

FRAGA, Alex Branco. Corpo: um território brasileiro. Escritos inaugurais de Fernando de Azevedo. **Coletânea do Programa de Pós-Graduação em Educação**. Porto Alegre/RS, v. 3, n. 7, p. 44-57, 1996.

FROSI, Tiago Oviedo; CRUZ, Lucas Lopez; MORAES, Ronaldo Dreissig; MAZO, Janice Zarpellon. A prática do ciclismo em clubes de Porto Alegre/RS. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 14, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2011.

GAEZLER, Frederico Guilherme. **Curso Complementar: Cadeira de Educação Physica**. Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, abril de 1929.

GALVÃO, Tereza. **Tereza Galvão (depoimento, 2005)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50033>>. Acesso em: 13 dez. 2005.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

GIÁCOMO, Maria do Carmo. **Maria do Carmo Giácomo (depoimento, 2004)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50022>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

GOELLNER, Silvana Vilodre; FRAGA, Alex Branco. A inominável Sadwina e as obreiras da vida: Silêncios e incentivos nas obras inaugurais de Fernando de Azevedo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, p. 71-84, jan. 2004.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **O Método Francês e a Educação Física no Brasil: Da caserna Escola**. 1992. 223f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

GOELLNER, Silvana Vilodre; *et al.* ESEF 65 anos: entre memórias e histórias. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.11, n.3, p. 201-218, set./dez., 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre; *et al.* ESEF 70 Anos: o processo de federalização sob o olhar discente. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.16, n. esp., p.11-36, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. O Estado, os Sujeitos Políticos e a Criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos: a História de uma Hegemonia. *In*: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Vol. 3. Espírito Santo: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998. p. 96-123.

GUTERRES, Ilse Engel. **Ilse Engel Guterres (depoimento, 2004)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50017>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

GUTIERREZ, Washington. **Histórico da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 6 maio 1972. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/471/RV00177.pdf>>. Acesso em: 2015. Folheto explicativo em homenagem à ESEF, pela passagem do seu 32º aniversário.

HERVÉ, Iula Maria Green. **Iula Hervé (depoimento, 2004)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50015>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

HISTÓRICO ESCOLAR. **Histórico Escolar de Maria Clara de Campos Velho**. Curso Normal de Educação Física, Escola Superior de Educação Física, 1940.

KILPP, Cecília Elisa; ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. Turnverein Estrela: Ginástica e Esportes (1907-1930). **Revista Contemporânea – Dossiê História & Esporte**, v. 2, n. 4, p. 1-18, 2014.

KILPP, Cecília Elisa. *O Turnen e o esporte nas Associações Teuto-Brasileiras de Estrela/Rio Grande do Sul*. 2012. 97f. Dissertação (Mestrado). Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon. A Escola Superior de Educação Física e o campo da formação de professores do estado sul-rio-grandense: as origens da formação especializada (1869-1929). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.16, n. esp., p. 37-60, 2010.

LYRA, Vanessa Bellani. **A Criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul**: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970). 2013. 265f. Tese (Doutorado), Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LYRA, Vanessa Bellani; BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. Da obrigatoriedade do ensino de Educação Física no estado do Rio Grande do Sul (1840-1937). **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 2, mai./ago. p. 225-241, 2016.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon. “Os modernos métodos de ensino”: a criação dos cursos intensivos de Educação Física na capital sul-riograndense. **Do Corpo: Ciências e Artes**, Caxias do Sul, v.1, n.1, jul/dez. p. 1-13, 2011.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon. Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: De um modelo nacional ao protagonismo de um modelo estadual. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados/MG, v. 6, n. 18, p. 40-52, set./dez. 2016.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon; BEGOSSI, Tuany Defaveri. Faces da *Gymnastica* e da Educação *Physica* nas Escolas do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, out./dez. p. 1325-1336, 2016.

MACEDO, Christiane Garcia, *et al.* “Ilhas de Lembranças”: Histórias e memórias dos 70 anos da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ESEF/UFRGS. **Anais do V Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte**. UIVALI, Itajaí/SC 23 a 25 de setembro de 2010). Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/vcsbce/vcsbce/schedConf/presentations>>. Acesso em: mar. 2016.

MARINHO, Inezil Penna. **Coletânea de aulas no Curso de Aperfeiçoamento para professores de Educação Física**. 1952. 79p.

MARINHO, Inezil Penna. **História Geral da Educação Física**. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1956.

MARINHO, Inezil Penna. **Rui Barbosa: Paladino da Educação Física no Brasil**. 2ª Ed. Brasília: Horizonte Editora Limitada, 1980.

MARINHO, Inezil Penna. **Sistemas e Métodos de Educação Física**. 3ª Ed. São Paulo, 1953.

MAZO, Janice Zarpellon; GAYA, Adroaldo. As associações desportivas em Porto Alegre, Brasil: espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v.6, n. 2, p. 205-216, 2006.

MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani. Nos rastros da memória de um “Mestre de Ginástica”. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 4, out./dez., p. 967-976, 2010.

MAZO, Janice Zarpellon; MADURO, Paula Andreatta; PEREIRA, Ester Liberato. A prática do atletismo nas Associações Desportivas da cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX: Primeiros indícios. **Revista Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 42-56, jul./dez. 2010.

MAZO, Janice Zarpellon; PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes da. Futebol no Rio Grande do Sul: Conflitos entre clubes e entidades dirigentes. **Revista Espaço Plurar**, ano XIV, n. 29, p. 45-66, 2013.

MAZO, Janice Zarpellon; PEREIRA, Priscila Goulart (Org). Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ESEF-UFRGS. **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 102.

MAZO, Janice Zarpellon; ROLIM, Luis Henrique. Os clubes esportivos e sua participação na “Semana da Pátria” em Porto Alegre: desfiles e competições cívico-educativas (1930-1940). **Arquivos em Movimento (UFRJ)**, v. 3, p. 67-83, 2007.

MAZO, Janice Zarpellon; SILVA, Caroline Fernandes; FROSI, Tiago Oviedo. A Associação Cristã de Moços e a propagação dos esportes em Porto Alegre. **Revista Kinesis**, v. 30, n. 1, jan./jun., p. 158-173, 2012.

MAZO, Janice Zarpellon; SILVA, Caroline Fernandes; LYRA, Vanessa Bellani. As mulheres no cenário do associativismo esportivo em Porto Alegre/RS na transição do século XIX para o XX: Alternativas de sociabilidade e lazer para elas. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, set., p. 1-25, 2010.

MAZO, Janice Zarpellon. **A emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945)**: espaço de representações da identidade cultural brasileira. 2003. 376f. Tese (Doutorado) – Curso de Desporto, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2003.

MAZO, Janice Zarpellon. A nacionalização das associações esportivas em Porto Alegre (1937-1945). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 43-63, set./dez. 2007.

MAZO, Janice Zarpellon. Bolão no Rio Grande do Sul. *In*: MAZO, Janice Zarpellon, REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo (Orgs.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: p. 68-69, 2005a.

MAZO, Janice Zarpellon. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo so período de sua fundação até a federalização (1940-1969). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.11, n.1, p. 143-167. Jan/abr. 2005b.

MAZO, Janice Zarpellon; REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo (Org.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul**: atlas do esporte, da educação física e atividades de saúde e lazer no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: Uma possível história**. 1996. 207f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MENEZES, José Américo Santos. Escola de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe: uma possível história. *In*: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Vol. 3. Espírito Santo: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998. p. 153-179.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as Províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)**. 3º Vol. Companhia Editora Nacional, 1940.

MOLINA NETO, Vicente; FRAGA, Alex Branco; MOLINA, Rosane Kreuzburg. Formação de professores de Educação Física: Um projeto que revê a relação entre licenciatura e bacharelado. *In*: **Anais do XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**. UNICAMP - 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0063s.pdf>. Acesso em: 2016.

MONTANARI, Zilca Rossi. **Zilca Rossi Montanari. (depoimento, 2011)**. Caxias do Sul: Entrevista para a tese de doutorado intitulada “A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)”.

MORAES, Ronaldo Dreissig de. O ciclismo nos clubes de Porto Alegre/RS: Entre o passado e o presente. 2014. 62f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MORAES, Ronaldo Dreissig de. **O início da prática do ciclismo em Porto Alegre e sua relação com o jornalismo**. Trabalho de Conclusão (Especialização em Jornalismo Esportivo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAIS, Anna. **Anna Thereza Moraes. (depoimento, 2010)**. Porto Alegre: Entrevista para a tese de doutorado intitulada “A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)”.

NUNES, Cássio Felipe Tejada; MOLINA NETO, Vicente. O processo de federalização da ESEF/UFRGS sob a perspectiva dos professores o estudo de um caso. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n.2, p. 167-190, mai/ago. 2005.

PACCINI, Quintina Cândida Letícia Rachel Crocco. **Quintina Paccini (depoimento, 2005)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50031>>. Acesso em: 19 out. 2016.

PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon; BALBINOTTI, Carlos Adelar Abaide. Federação Rio-Grandense de Tênis: Mudanças impostas pelo Decreto-Lei n.º 3.199 de 1941. **Record - Revista de História do Esporte**, v. 3, n.2, p. 1-27, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PICOLLI, João Carlos Jaccottet. **Educação Física na escola pública do Rio Grande do Sul**: antecedentes históricos (1857-1984). Pelotas: Editora da UFPEL, 1994.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. **Revista Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, set./dec., p. 1-5, 1994.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.14, n.41, p. 125-142, jan./abr. 2014.

PRADO, Aurea. **Rio Grande do Sul**: terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1964.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL . **Acto de 5 de abril de 1869**. Regulamento do curso de estudos normaes. Coleção dos actos, regulamentos e instruções expedidos pelo Presidente da província do Rio Grande do Sul no ano de 1869. Porto Alegre, Jornal do Comércio.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Acto Provincial de 19 de fevereiro de 1872**. Aprova os regulamentos do Atheneu Rio-Grandense e da Escola Normal de Porto Alegre. Sancionada pelo então presidente da província de São Pedro do RS, Jeronimo Martiniano Figueira de Mello.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Provincial n. 1046 de 20 de maio de 1876**. Aprova o Regulamento relativo à administração do ensino na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Sancionada pelo então presidente da província de São Pedro do RS, Tristão de Alencar Araripe.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Provincial n. 1340 de 27 de maio de 1881**. Aprova o Regulamento para Reorganização da Escola Normal de Porto Alegre. Sancionada pelo então presidente da província de São Pedro do RS, Francisco de Carvalho Soares Brandão. *In*: COLECCÃO de Leis e Resoluções. Porto Alegre: [s.n.], 1881. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Provincial n. 32 de 7 de março de 1877**. Aprova o Regulamento da Escola Normal de Porto Alegre. Coleção de Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província em 1877. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1881. Instrução Publica. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 1479 de 26 de maio de 1909.** Modifica o programma do ensino complementar e CREA collegios elementares no estado. Leis, decretos e actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1909. Porto Alegre: Officina da Livraria de Carlos Echenique, 1910. P. 207-210.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 239, de 5 de junho de 1899.** Aprova o programa do ensino elementar e complementar. Instrução Pública. Sancionado por Manoel Pacheco Prates, então presidente do Estado do RS. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 373 de 14 de março de 1901.** Institui na capital do Estado um Colegio Distrital. Porto Alegre: Officina Typographica do Jornal do Commercio, 1901^a. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 811 de 2 de agosto de 1943. Aprova o Regimento Interno do Departamento de Educação Física. **Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 5 de agosto de 1943.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 874 de 28 de fevereiro de 1906.** Reorganiza o serviço de instrucção publica do Estado. Porto Alegre: Officina Typographica do Jornal do Commercio, 1909. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 89, de 02 de fevereiro de 1897.** Dispões sobre a reformulação do ensino público primário e secundário no estado do Rio Grande do Sul: Legislação, Leis, Actos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1897. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n.130 de 22 de janeiro de 1898.** Aprova o regimento Interno das Escolas Elementares do Estado. *In:* LEGISLAÇÃO: leis, actos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: [s.ns], 1898. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto-lei n. 31 de 06 de setembro de 1940.** Desmembra a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul e Departamento Estadual de Saúde. p. 289-291,1940.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto-lei n. 4277 de 13 março de 1929.** Provê sobre o Ensino Normal e Complementar do Estado. *In:* LEGISLAÇÃO: leis, actos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: [s.n.], 1929. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ROLIM, Luis Henrique; MAZO, Janice Zarpellon. A corrida de revezamento do fogo simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947). **Pensar a Prática (UFG)**, v. 12, p. 1-20, 2009a.

ROLIM, Luis Henrique; MAZO, Janice Zarpellon. A corrida de revezamento do fogo simbólico da pátria em Porto Alegre (1938-1947): Estudo sobre a participação dos Clubes Esportivos. **Revista Movimento**, v. 15, n. 4, out./dez., p. 11-33, 2009b.

SANTOS, Luciola Licínio C. P. História das disciplinas escolares: outras perspectivas de análise. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 60-68, jul./dez. 1995.

SANTOS, Luciola Licínio C. P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990.

SAUL, Nelson Rubens, SAUL, Gisela Strauss. **Nelson Rubens Saul e Gisela Strauss Saul (depoimento 2005)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50036>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST, 1993.

SILVA, Carolina Fernandes *et al.* Associações de remadores teuto-brasileiros em Porto Alegre (1917): recomposições identitárias em um conflito bélico. **Journal of Physical Education**, v. 27, n. 1, p. 1-12, 2016.

SILVA, Carolina Fernandes; CARMONA, Eduardo Klein; MAZO, Janice Zarpellon. História do ciclismo em Porto Alegre: os altos e baixos de uma prática. **Revista Cinergis**, v. 16, n. 1, p. 39-46, 2015a.

SILVA, Carolina Fernandes; CARMONA, Eduardo Klein; MAZO, Janice Zarpellon. De passatempo à prática esportiva: o ciclismo em Porto Alegre na transição do século XIX para o século XX. **Revista Licere**, v. 18, n. 4, p. 26-48, 2015b.

SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. Club de Regatas Vasco da Gama: o jogo das diferenças nas associações de remo. **Revista Mineira de Educação Física**, v. 1, p. 142-153, 2012.

SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. Grêmio de regatas Almirante Tamandaré: Memórias da fundação do primeiro clube de remo “brasileiro” em Porto Alegre (1903-1923). **Revista Arquivos em Movimento**, v. 5, n. 2, p. 109-129, 2009.

SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. O conflito do trapiche preto: um confronto entre as torcidas dos clubes de remo porto-alegrenses. **Revista de Educação Física/UEM**, v. 24, n. 3, p. 401-412, 2013.

SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. Uma história das instrumentalidades do esporte do campo do associativismo esportivo em Porto Alegre/RS. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 377-389, abr./jun. 2015.

SILVA, Carolina Fernandes; MONTEIRO, Alberto de Oliveira; MAZO, Janice Zarpellon Mazo. Os clubes de remo em Porto Alegre (RS) e a recomposição de fronteiras de identidades culturais. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 441-452, 2014.

SILVA, Carolina Fernandes; PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. Grêmio de Regatas Almirante Tamandaré: uma ameaça ao império identitário teuto-brasileiro no cenário do remo Porto-Alegrense. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 59-79, jan./mar. 2014.

SILVA, Carolina Fernandes; PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. Uma abordagem historiográfica sobre a participação das mulheres nas associações de remo em Porto Alegre. **Revista Didática Sistêmica**, v. 12, p. 95-109, 2010.

SILVA, Carolina Fernandes. **Esportes Náuticos e aquáticos no Rio Grande do Sul, Brasil**: esportivização e contatos culturais nos clubes. 2015. 263f. Tese (Doutorado) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Carolina Fernandes. **O remo e a história de Porto Alegre, Rio Grande do Sul**: mosaico de identidades culturais no longo século XIX. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Dirce Maria Corrêa. Escola de Educação Física do Espírito Santo: Suas histórias, seus caminhos (1931-1961). In: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Vol.2. Vitória: Centro de Educação Física e Desportos, 1997. p. 157-168.

SKOWRONSKI, Marcelo; MORAES, Ronaldo Dreissig de; MAZO, Janice Zarpellon Mazo. Grêmio Esportivo Força e Luz: futebol, trabalho e história. **Revista Licere**, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2014.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física Escolar: Conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, supl. 2, p. 6-12, 1996.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física**: raízes europeias e Brasil. 2ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da Educação no Corpo**: Estudo a partir da Ginástica Francesa no século XIX. Campinas: Autores Associados, 1998.

SOUZA NETO, Samuel de *et al.* A formação do profissional de Educação Física no Brasil: Uma história sob a perspectiva da Legislação Federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

STALLIVIERI, Julita Luiza Schumacher. **Julita Luiza Schumacher Stallivieri. (depoimento, 2011)**. Caxias do Sul: Entrevista para a tese de doutorado intitulada “A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)”.

TAGLIARE, Ademira. **Ademira Tagliare. (depoimento, 2010)**. Porto Alegre: Entrevista para a tese de doutorado intitulada “A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)”.

TARDIF, Maurice Tardif. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17^a Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TESCHE, Leomar. **A prática do Turnen entre Imigrantes Alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul: 1867-1942**. Ijuí: Editora Unijuí, 1996.

THOMPSON, Alistar. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva, WRIGHT, Richard George. **A educação nas constituições dos países da Bacia do Prata**. Porto Alegre: Artes Gráficas Borges, Ribeiro, 1986.

TRUSZ, Rodrigo Augusto; NUNES, Alexandre Velly. A evolução dos esportes de combate no currículo do Curso de Educação Física da UFRGS. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 01, p. 179-204, jan./abr. 2007.

TURCI, Deolinda Armani. Os conteúdos da matéria de pedagogia nas Escolas Normais Mineiras do final do século XIX: Ideias de moderno e da modernidade. *In*: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2012. p. 151-166.

VAGO, Tarcísio Mauro. A escolarização da *Gymnastica* nas Escolas Normais de Minas Gerais (1883-1918). *In*: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Vol.2. Vitória: Centro de Educação Física e Desportos, 1997. p. 33-58.

VAGO, Tarcísio Mauro. Estratégias de Formação de professores de *Gymnastica* em Minas Gerais na Década de 1920: Produzindo o Especialista. *In*: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Vol. 4. Espírito Santo: FACHA, 1999. p. 51-78.

WACHS, Felipe. **Funções sanitárias projetadas nos currículos da Educação Física: Estudo a partir da disciplina de Higiene no ensino da graduação**. 2013. 190f. Dissertação (Mestrado), Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

WACHS, Felipe *et al.* Percursos distintos de homens e mulheres na formação superior em Educação Física: um estudo de caso a partir das alterações curriculares dos 70 anos de ESEF/UFRGS. **Revista Currículo sem fronteiras**, v. 14, n. 1, p. 203-225, jan./abr. 2014.

APÊNDICE A - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO ⁶⁹

INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PAÍS		
Autor(es)/Ano	Título do artigo	Revista
GRUNENVALDT, 1997	Escola Nacional de Educação Física e Desportos: o Projeto de uma época	Revista Motrivivência
GOELLNER, MELO, 1998	Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos: O perfil de uma Revista (1945-1972)	Revista Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital
MASSUCATO, BARBANTI, 1999	Histórico da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo	Revista Paulista de Educação Física
TANI, 1999	Atividade de pesquisa na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo: Passado, Presente e Futuro.	Revista Paulista de Educação Física
SOEIRO, TUBINO, 2003	A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional: 1933 a 2000	Revista Fitness & Performance
MELO, 2005	Os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1945-1966): a importância de uma revista e iniciativas de preservação	Revista Arquivos em Movimento
BENITES, et al., 2008	O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física	Revista Educação e Pesquisa
MELO, 2008	Inezil Penna Marinho e a Escola de Educação Física e Desportos/UFRJ	Revista Arquivos em Movimento
SILVEIRA, TANI, 2008	Educação Física como área de conhecimento na Escola de Educação Física e Esporte da USP: um estudo da sua trajetória e constituição a partir do seu periódico institucional	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte
DANTAS, 2009	Os campos de atuação profissional da Educação Física: Um olhar sobre o mercado de trabalho do interior da	Revista Holos

ARTIGOS

⁶⁹ O levantamento bibliográfico de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES, com a utilização do descritor “Escola Superior de Educação Física”. Todos os resultados obtidos foram analisados a partir da leitura dos resumos e a seleção se deu a partir das características de proximidade com a temática investigada no presente estudo. O mesmo ocorreu com a busca realizada no LUME - Repositório Digital da UFRGS. Nesse, todavia, utilizamos o descritor “ESEF” e todos os resultados obtidos foram analisados, sendo listados aqueles que fizeram menção a ESEF enquanto instituição formadora de professores(as), bem como relacionados à sua criação. Por fim, nossa busca também se deu no Google Acadêmico, a partir do descritor “Escola Superior de Educação Física”. As 100 (cem) primeiras páginas de resultados foram analisadas, sendo selecionados os estudos que estivessem de alguma forma, relacionados à temática investigada. A disposição dos trabalhos no quadro segue uma ordem alfabética/ano de publicação.

	Paraíba	
LEMOS, 2009	Formação, Pesquisa e Pós-Graduação em Educação Física: Um recorte dos 30 anos de Educação Física na UEPB	Revista Holos
RAMOS, 2009	A septuagenária Escola de Educação Física e Desportos	Revista Arquivos em Movimento
GOMES, 2010	Análise Histórica da Educação Física do IFPB: Do surgimento na Escola Industrial de João Pessoa (1945) a influência dos esporte na década de 70	Revista Holos
LYRA, 2010	Nos rastros da formação profissional: o projeto de legitimação da Escola Superior de Educação Física de Florianópolis a partir do currículo oficial	Revista Movimento
ONZI, VALLE, MAZO, 2010	A Escola Superior de Educação Física de Florianópolis e a ditadura militar de 1964: memórias e representações de uma história	Revista Educação Unisinos
SILVA, CAPRARO, 2011	O contexto de fundação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná: Educando corpos para a vida urbana.	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
SILVEIRA, et al., 2011	Escola de formação de “professoras”: as relações de gênero no currículo superior de Educação Física	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
GÓIS JUNIOR, et. al., 2012	Estudo histórico sobre a formação profissional na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (1980-1990)	Revista Motriz
CARO, NAVARRO, 2013	Análise da disciplina de pedagogia do esporte na matriz curricular dos cursos de Educação Física na cidade de São Paulo	Revista Brasileira de Futsal e Futebol
BARSOTTINI, et al., 2013	A influência francesa na estruturação da Escola de Educação Física da força pública de São Paulo, Brasil (1906-1914)	Revista Materiales para la Historia del Deporte
GOMES, et al., 2013	O Gabinete Biométrico da Escola de Educação Física do Exército: medir e classificar para produzir corpos ideais, 1930-1940	Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos
SILVA, 2013	O movimento de esportivização na escola normal de Porteirinha/MG: um estudo histórico da Educação Física	Educação Física em Revista
PIRES, et al., 2014	Primeiro Curso de Educação Física na Bahia – Trajetórias e Personagens	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
SILVA, 2014	Apontamentos sobre a inserção do saber biotipológico na Escola de Educação Física do Exército	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
FRIZZO, 2016	Gregório Bezerra: professor de educação física, revolucionário, comunista e torturado nas duas ditaduras do Brasil	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
MORAIS, MORENO, 2016	A presença da Educação Física na Escola de Aperfeiçoamento: Estratégias para formar o especialista (Belo Horizonte,	Revista Movimento

		1927-1945)	
	BRUSCHI, et al., 2017	A formação docente na Escola de Educação Física do Espírito Santo: Circulação de saberes e práticas na década de 1930	Journal of Physical Education
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO	Autor(a)/Ano	Título da Dissertação de Mestrado	
	MAZO, 1993	O Centro de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria: Percorrendo os caminhos de sua criação.	
	MELO, 1996	Escola Nacional de Educação Física e Desportos: Uma possível história	
	LEMOS, 1999	A Escola Superior de Educação Física de Muzambinho no contexto da Educação Física Brasileira	
	CAMPOS, 2007	Histórias entrelaçadas: presença da dança na Escola de Educação Física da UFMG	
	TREPTOW, 2008	A formação do professor de Educação Física no Pará: o que revela a história do currículo do Curso de Educação Física da Universidade Estadual do Pará?	
	LYRA, 2009	Escola Superior de Educação Física de Florianópolis e o Campo da Formação de professores do estado catarinense: Uma história, um olhar, uma identidade.	
	PASSOS, 2010	O corpo, a Educação Física e o Curso Normal Regional: Memórias do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde – Piratini/RS.	
	BARSOTTINI, 2011	A influência francesa na estruturação da Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo (1906-1932).	
	TAVARES, 2011	Discursos sobre o idoso no processo de formação do bacharel em Educação Física na Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco	
TESES DE DOUTORADO	Autor(a)/Ano	Título da Tese de Doutorado	
	MELO, 2007	Inovações Pedagógicas no Currículo dos Cursos de formação de profissionais de Educação Física: contribuições teórico-metodológicas da prática pedagógica.	
	OLIVEIRA, 2012	Gestão Participativa em Projetos Sociais de Educação pelo esporte no Brasil: Um estudo de caso no Projeto Santo Amaro da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco em parceria com o Instituto Ayrton Senna.	
ARTIGOS	ESTUDOS SOBRE ESEF/UFRGS		
	Autor(es)/Ano	Título do Artigo	Revista
	MOLINA NETO, 1995	Uma experiência de ensino de futebol no currículo de licenciatura em educação física	Revista Movimento
	MAZO, 2000	A criação do Laboratório de Pesquisa do Exercício da Escola de Educação Física da UFRGS	Revista Movimento
	MAZO, J.Z., 2000	Os laboratórios de pesquisa do exercício: algumas considerações.	Revista Movimento
	MOLINA NETO, 2000	Uma experiência de ensino do futebol no currículo de licenciatura em educação física: experiência n.º 2.	Revista Movimento
GOELLNER, et al., 2005	ESEF 65 anos: entre memórias e histórias	Revista Movimento	

MAZO, 2005	Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969).	Revista Movimento
NUNES, MOLINA NETO, 2005	O processo de federalização da ESEF/UFRGS sob a perspectiva dos professores: o estudo de um caso	Revista Movimento
TRUSZ, NUNES, 2007	A evolução dos esportes de combate no currículo do Curso de Educação Física da UFRGS	Revista Movimento
FRIZZO, 2008	A produtividade da Educação Física improdutiva	Revista Movimento
JOB, ALVARENGA, 2008	Citações presentes em teses e perfis de pesquisadores: fontes de indícios para se estudar a área da educação física	Revista Perspectivas em Ciência da Informação
BOPSIN, et al., 2010	Contribuições do grupo de pesquisa F3P-EFICE para a formação de professores e Prática Pedagógica na ESEF/UFRGS e na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre	Revista Movimento
CUNHA, MAZO, 2010	A criação dos <i>Clubs</i> nas praças públicas da cidade de Porto Alegre (1920-1940)	Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)
FRAGA, et al., 2010	Alterações curriculares de uma escola septuagenária: um estudo sobre as grades dos cursos de formação superior em Educação Física da ESEF/UFRGS	Revista Movimento
JOB, FREITAS, 2010	A colaboração na produção de artigos dos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da ESEF, da UFRGS, entre 2007 e 2009: análise de rede social.	Revista Movimento
KAMINSKI, GOELLNER, 2010	Corpo discente em movimento: reivindicações estudantis na Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul (1957-1964).	Revista Motriz
LYRA, MAZO, 2010	A Escola Superior de Educação Física e o campo da formação de professores do estado sul-rio-grandense: as origens da formação especializada (1869-1929).	Revista Movimento
MAZO, LYRA, 2010	Nos rastros da memória de um "Mestre de Ginástica"	Revista Motriz
GOELLNER, et al., 2010	ESEF 70 Anos: o processo de federalização sob o olhar discente	Revista Movimento
REPPOLD FILHO, et al., 2010	A Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Internacionalização da Educação Superior	Revista Movimento
CUNHA, MAZO, 2011	As demonstrações de Educação Física no Parque Farroupilha em Porto Alegre – Décadas de 1930 a 1940.	Revista Pensar à Prática
FONTANA, et al., 2013	A prática da Ginástica Rítmica: O caso do Grêmio Náutico União de Porto Alegre/RS	Revista Caderno de Educação e Esporte,

			Marechal Cândido Rondon
	GOELLNER, S.V. et al., (2013)	Repositório Digital do Centro de Memória do Esporte: Notas sobre a coleção Lazer e Recreação	Revista Licere
	VON MÜHLEN, et al., 2013	Fragmentos da História da Ginástica Rítmica no Rio Grande do Sul: As primeiras professoras e suas memórias.	Revista Pensar à Prática
	WACHS, et al., 2014	Percursos distintos de homens e mulheres na formação superior em Educação Física: um estudo de caso a partir das alterações curriculares dos 70 anos de ESEF/UFRGS	Revista Currículo sem Fronteiras
	LYRA, MAZO, 2016	Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: de um modelo nacional ao protagonismo de um modelo estadual	Revista Educação e Fronteiras
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO	Autor(a)/Ano	Título da Dissertação de Mestrado	
	JOB, 2006	Educação Física no PPGCMH/UFRGS: Uma visão a partir da análise de citações e perfil dos pesquisadores.	
	MÜLLER, 2006	Um olhar sobre as reformas curriculares dos cursos de licenciatura em Educação Física: adequação legal ou reforma?	
	CUNHA, 2009	As práticas corporais e esportivas nas Praças e Parques Públicos da cidade de Porto Alegre (1920-1940).	
	SILVA, 2009	Um estudo sobre a formação política na Educação Física.	
	COSTA, 2010	A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil.	
	VIÉGAS, 2010	Os estágios de docência e a formação de professores em educação física: um estudo de caso no curso de Licenciatura da ESEF/UFRGS.	
	BASTOS, 2011	Legados do ensino do esporte na escola: Um estudo sobre o que professores de Educação Física pensam em deixar para seus alunos ao final do Ensino Médio.	
	FROSI, 2012	Uma História do Karate-Do no Rio Grande do Sul: de arte marcial a prática esportiva.	
	SOARES, 2012	Memórias em movimento: Histórias do grupo de dança da UFRGS.	
	ZABALETA, 2012	Velhice e Lazer: Um olhar etnográfico para um projeto de idosos.	
	FONSECA, 2014	Avaliação de raridade bibliográfica da Coleção de João Luiz Rolla do Acervo Histórico da Biblioteca da Escola de Educação Física - UFRGS	
	SKOWRONSKI, 2014	Educação Física e Saúde: A mobilização de saberes para atuação nos polos do programa academia da saúde no Brasil	
	FINCO, 2016	Hóquei sobre grama e <i>indoor</i> no estado do Rio Grande do Sul: o primeiro mandato da Federação Esportiva (2010-2014).	
ROLIM, 2016	Paisagens da memória dos servidores de apoio da UFRGS: Trajetórias de vida e trabalho.		
TESES DE DOUTORADO	Autor(a)/Ano	Título da tese de Doutorado	
	BRAUNER, 1999	La formación del profesorado de Educación Física en la UFRGS, Porto Alegre (BRASIL).	
	MAZO, 2003	A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre – Brasil (1867-1945): espaço de representações da identidade cultural teuto-brasileira.	
	LYRA, 2013	A criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-	

		1970).
WACHS, 2013		Funções sanitárias projetadas nos currículos da educação física: estudo a partir da disciplina de higiene no ensino da graduação.
BOSSLE, 2014		A emergência do “fazer científico” na formação inicial em Educação Física da ESEF/UFRGS.
NASCIMENTO, 2014		O mundo do trabalho e a formação docente: Um estudo dos cursos de licenciatura em Educação Física na região metropolitana de Porto Alegre/RS
SILVA, 2016		Sentidos atribuídos à docência no contexto escolar: Narrativas de estudantes de Educação Física na ESEFID/UFRGS.

APÊNDICE B – TRECHOS DOS DEPOIMENTOS ORAIS DE EX-ALUNAS E EX-PROFESSORAS DO CURSO NORMAL DA ESEF

Nome da depoente	Data de realização da entrevista	Referência/Citações destacadas
<p>Olga Valéria Kroeff Echart</p> <p>Aluna da primeira turma do Curso Normal de Educação Física da ESEF (1940) e ex-professora da instituição.</p>	<p>12/01/2004</p>	<p>ECHART, Olga Kroeff. <i>Olga Echart. (depoimento, 2004)</i>. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50000>. Acesso em: 13 dez. 2016.</p> <p>“Aí me salientei na parte de atletismo, de atividades individuais, e comecei a trabalhar com o Olavo Amaro da Silveira na parte de atletismo, principalmente arremesso” (ECHART, 2004, p.1).</p> <p>“Trabalhei na escola de educação física desde 1941 até me aposentar. Quando eu entrei na Escola não lecionava voleibol, uma colega minha, lula Green Hervé que dava voleibol” (ECHART, 2004, p.1).</p> <p>“Eu fiquei com o voleibol na Escola Superior de Educação Física e a lula ficou com a Educação Física Geral” (ECHART, 2004, p.2).</p> <p>“Mas nós, as duas, no atletismo nos salientamos também, porque tanto <i>num</i> como no outro nós nos salientamos, a Lisarb e eu. Eu no atletismo, na parte de arremesso e ela na parte de corridas” (ECHART, 2004, p.4).</p> <p>“Eu só comecei a ter conhecimento de Educação Física específico, generalizando em todos os sentidos, tanto em desportos coletivos como individuais, na Escola de Educação Física, antes eu não tinha conhecimento” (ECHART, 2004, p.5).</p> <p>”Os individuais eram os arremessos, lançamento, corrida, saltos e, agora eu não me lembro bem, porque houve uma polêmica se o tênis ia ficar na parte individual ou coletiva. Os esportes coletivos eram o vôlei, basquete, futebol e tinha outros joguinhos, mas só a título de ilustração” (ECHART, 2004, p.5).</p> <p>“A natação fazia parte. Cada um tinha o seu programa, seu planejamento, todos eles tinham. Tinha ginástica, a parte de ginástica geral e ginástica rítmica” (ECHART, 2004, p.6).</p> <p>“A maioria era prática. As teóricas eram anatomia, cinesiologia, metodologia do ensino. Fisiologia também, anatomia e fisiologia, as duas, são muito unidas. Higiene aplicada, socorros de urgência. Eu acho que estou me lembrando um pouquinho” (ECHART, 2004, p.7).</p> <p>“Foram poucos professores leigos que frequentaram a Escola de Educação Física, por exemplo, o professor Gaelzer, Ruy Gaspar Martins, de cinesiologia, era militar, o Bezerra de Biometria” (ECHART, 2004, p.8).</p>

		<p>“Tinha o futebol, mas as meninas não tinham. Eu tinha remo em 1940. Tinha ginástica, era a ginástica de aparelhos, mas não o halterofilismo” (ECHART, 2004, p.25-26).</p>
<p>Iula Maria Green Hervé Aluna da primeira turma do Curso Normal de Educação Física da ESEF (1940) e ex-professora da instituição.</p>	13/07/2004	<p>HERVÉ, Iula Maria Green. <i>Iula Hervé (depoimento, 2004)</i>. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50015>. Acesso em: 13 dez. 2016.</p> <p>“Por isso, nós tivemos remo, natação, futebol, voleibol, basquetebol, todas essas coisas. Fisiologia, anatomia, massagem não, era fisioterapia. Essas eram disciplinas da Escola” (HERVÉ, 2004, p. 1).</p> <p>“Nós tínhamos também, uma disciplina que era Canto Coral. Imagina, tinha basquete e, depois, Canto Coral” (HERVÉ, 2004, p. 2).</p> <p>“E nós fizemos saltos, corridas, lançamentos, tudo isso. A parte individual e a parte coletiva” (HERVÉ, 2004, p. 2).</p> <p>“A Eucide Eonéia que depois morreu. A Lisarb Vasconcelos, que ficou lá de professora de Desportos Individuais. Depois tinha os professores das matérias teóricas, que era o Dr. Poli, o Dr. Hoffmeister. Todos médicos. O Dr. Ruy Gaspar Martins, de cinesiologia” (HERVÉ, 2004, p. 5).</p> <p>“Sim, eu dava aula de ginástica geral feminina” (HERVÉ, 2004, p. 5).</p> <p>“Não tinha diferença no currículo. Nós tínhamos que fazer tudo e os rapazes também. Mas, o importante, é que quando chegávamos na Ginástica Rítmica, era aquela coisa [risos]” (HERVÉ, 2004, p. 5).</p> <p>“O Targa, por exemplo, foi quinze anos diretor da Escola. O Targa sempre deu Metodologia da Educação Física” (HERVÉ, 2004, p. 15).</p>
<p>Quintina C. M. L. R. C. Paccini. Aluna da primeira turma do Curso Normal de Educação Física da ESEF (1940) e ex-professora da instituição.</p>	14/01/2005	<p>PACCINI, Quintina Cândida Letícia Rachel Crocco. <i>Quintina Paccini (depoimento, 2005)</i>. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50031>. Acesso em: 19 out. 2016.</p> <p>“Tinha uns quarenta homens. A maioria, sim, eram mulheres. Agora, os professores, eram todos homens. De mulher só tinha a Dona Lia Bastian Mayer, que era de Ginástica Rítmica, e uma professora de Educação Física Geral que, agora, já não me recordo do nome” (PACCINI, 2005, p. 2).</p> <p>“O professor considerava que eu tinha ótimo estilo de natação. Foi o professor de natação que me indicou” (PACCINI, 2005, p. 3).</p> <p>“No início a Escola, como eu disse, funcionava em vários lugares. Aulas teóricas eram aqui nessa garagem na João Pessoa. As aulas de Canoagem eram no Parque Farroupilha, as aulas de natação eram no late Clube da Tristeza, depois, mais tarde, as aulas de natação foram</p>

		<p>no União” (PACCINI, 2005, p. 9).</p> <p>“Muitas disciplinas as moças não faziam. O futebol era uma” (PACCINI, 2005, p. 12).</p> <p>“É, debatia e todos eram de acordo que as mulheres não deviam fazer futebol. E interessante que eu achava mais bruto o lançamento de peso, achava horrível, sempre tive horror. O lançamento de peso, aquele peso, uma coisa horrível, de ferro. Exigia muito das mulheres, eu achava isso horrível e, no entanto, havia para as mulheres o lançamento de pesos. Nós tínhamos lançamento de dardo, disco e peso e, no entanto, futebol achavam que não devia, porque futebol era muito bruto e podia a bola bater no seio e degenerar em tumores” (PACCINI, 2005, p. 13).</p>
<p>Maria de Lourdes Fonseca Aluna da primeira turma do Curso Normal de Educação Física da ESEF (1940).</p>	06/07/2010	<p>FONSECA, Maria de Lourdes. <i>Maria de Lourdes Fonseca. (depoimento, 2010)</i>. Porto Alegre: Entrevista para a tese de doutorado intitulada “A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)”.</p> <p>“Para mim não foi pouca coisa. Depois tinha que pegar uns sacos de areia, pegar e suspender. Ai... Eu me matava. Tivemos uns professores muito bons, uns amores. Desses o tenente [nome inaudível] era esse do saco de areia. Depois tinha o salto na trave, com o tenente Nelson que era uma “mãe” para nós” (FONSECA, 2010, p. 5-6).</p> <p>“Nós tínhamos que estudar Cinesiologia no esqueleto. Levamos elásticos para fazer os movimentos no esqueleto” (FONSECA, 2010, p. 6).</p> <p>“Era cedo sabe, a gente tava sempre cansada. Nós íamos estudar as matérias teóricas, quando chegava em casa já a tardinha. Ainda tínhamos Ginástica Rítmica” (FONSECA, 2010, p. 11).</p> <p>“Natação... menina! Ah, eu queria morrer! Nós íamos lá no Guaíba porque não tinha piscina, não é? Era no Guaíba, porque não tinha nada” (FONSECA, 2010, p. 15).</p> <p>“Todos militares. Não, na verdade tinha a Jardira, este era o da de vôlei. [...] Tinha o de basquete que era sargento. [...] E tinha Anatomia que era um médico que lecionava” (FONSECA, 2010, p. 17).</p>
<p>Ademira Tagliare Aluna da segunda turma do Curso Normal de Educação Física da ESEF</p>	19/10/2010	<p>TAGLIARE, Ademira. <i>Ademira Tagliare. (depoimento, 2010)</i>. Porto Alegre: Entrevista para a tese de doutorado intitulada “A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)”.</p> <p>“Anatomia, fisiologia, cinesiologia, tudo isso pra mim era tudo louco. Eu estudava até de noite. Eu vim morar em Porto Alegre, embora minha família morasse em São Leopoldo” (TAGLIARE, 2010, p. 4).</p> <p>“Tudo junto. Só futebol que nós aprendemos somente as teorias não a</p>

(1941).		<p>participação” (TAGLIARE, 2010, p. 4).</p> <p>“As aulas de ginástica rítmica eram no teatro de São Pedro com a Dona Lia Meyer” (TAGLIARE, 2010, p. 6).</p> <p>“As aulas de músicas de canto era numa casa perto do Teatro São Pedro na Rua Riachuelo. Era tudo assim. Tanto que a maior parte das matérias era na escola de engenharia. Tudo quanto era lugar que descobriam nós íamos” (TAGLIARE, 2010, p. 6).</p> <p>“As aulas de natação eram no Rio Guaíba, ali no Estaleiro, que hoje estão derrubando. Tanto que no fim, quando acabei me formando atravessei no lugar mais estreito que tinha no Rio Guaíba” (TAGLIARE, 2010, p. 6).</p> <p>“Fiz tudo. Eu tirei primeiro lugar na corrida de velocidade. Basquete eu nunca fui nota boa porque corria com a bola e não se pode correr. Basquete, corrida de velocidade, salto em altura, salto em distância tudo isso nós fazíamos! Em tudo eu estava muito bem, porque sempre fui muito assim, ágil e atrevida” (TAGLIARE, 2010, p. 8).</p> <p>“Nós nunca praticávamos o futebol. O resto tudo quanto era esporte fazíamos, vôlei, tudo, tudo nós fazíamos. Basquete, vôlei e tênis apenas teoria, porque não tinha professor de tênis naquele tempo, mas aprendíamos pela teoria como é que era. Entre nós, nós brincávamos bastante” (TAGLIARE, 2010, p. 8).</p> <p>“O Targa foi o melhor professor que tivemos. A professora de metodologia da educação física também” (TAGLIARE, 2010, p. 15).</p>
<p>Anna Thereza Morais Aluna da segunda turma do Curso Normal de Educação Física da ESEF (1941).</p>	<p>21/01/2011</p>	<p>MORAIS, Anna. <i>Anna Thereza Morais. (depoimento, 2011)</i>. Porto Alegre: Entrevista para a tese de doutorado intitulada “A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)”.</p> <p>“O segundo ano, depois, já foi melhorando. Tinha um aqui onde era o João XXIII, o cemitério, era de futebol, no Esporte Clube Cruzeiro. Era ali e então nós íamos ter algumas aulas ali, de salto. A gente tinha aula ali também” (MORAIS, 2011, p. 1).</p> <p>“A gente ia de calçãozinho, no inverno, não tinha abrigo, nada, era muito frio. O tenente ia com um pau vendo se estavam em forma. Tinha que ficar na posição correta e, depois, distribuíam uma turma que ia para a sala pronta para a corrida, para vôlei e, outra turma, tinha basquete. A natação era na tristeza” (MORAIS, 2011, p. 1).</p> <p>“De anatomia. Era o professor de anatomia. O de cinesiologia era médico. [...] Era enérgico, conseguia uma disciplina, mas era muito autoritário” (MORAIS, 2011, p. 6).</p> <p>“E a Antônia, a Lia e tinha outros que eram de lançamento de disco. Não me lembro do nome” (MORAIS, 2011, p. 8).</p>
		<p>MONTANARI, Zilca Rossi. <i>Zilca Rossi Montanari. (depoimento, 2011)</i>.</p>

<p>Zilca Rossi Montanari Aluna da quarta turma do Curso Normal de Educação Física da ESEF (1943).</p>	<p>02/08/2011</p>	<p>Caxias do Sul: Entrevista para a tese de doutorado intitulada “A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)”.</p> <p>“Bem, de início, de manhã tinham as aulas práticas. Sete e meia, o Tenente Moreira, enfim, ele era Capitão, a lá moda de soldado ia pro meio do campo, soava o apito. A turma toda lá em ordem, cumprindo com seus monitores. Ali então, trazia uma tabela com o que nós íamos receber. Se era Educação Física Geral, se era Atletismo, se era Jogo, cada um ali. Eram três aulas. Sete e meia em ponto começava até as dez e pouco, três aulas práticas. Aí tinha um pequeno recreio. Íamos lá para o pavilhão, aí tínhamos duas teóricas. Também lá, de acordo com a tabela. Hoje é cinesiologia, amanhã anatomia, história. Nós tínhamos lá, naquele quadro exposto logo na entrada, para ver o que nós tínhamos. Se nós tivéssemos, por exemplo, Ginástica Rítmica, tinha que estar com o uniforme de Ginástica Rítmica. Até semanalmente tinha lá. A previsão do trabalho” (MONTANARI, 2011, p. 8).</p> <p>“As aulas de natação que tivemos lá no Grêmio. E para o atletismo, tinha uma instalação meio ruim, mas nós ficávamos ali no Cruzeiro” (MONTANARI, 2011, p. 9).</p> <p>“Lá na Vila Assunção. Íamos treinar natação. Às vezes, nós frequentávamos aquela pracinha, nosso grupo, ali perto do Palácio Piratini, na esquina tem uma pracinha e tinha um campo de Vôlei para treinarmos o vôlei” (MONTANARI, 2011, p. 9).</p> <p>“Capitão Hackmann era o nome dele, nos deu em metodologia da educação física (MONTANARI, 2011, p. 24)”.</p>
<p>Julita Luiza Schumacher Stallivieri Aluna da ESEF no ano de 1948.</p>	<p>27/07/2011</p>	<p>STALLIVIERI, Julita Luiza Schumacher. <i>Julita Luiza Schumacher Stallivieri. (depoimento, 2011)</i>. Caxias do Sul: Entrevista para a tese de doutorado intitulada “A criação da Escola Superior de Educação Física no Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)”.</p> <p>“E era muito interessante porque a gente tomava bonde para ir para um lado e bonde para outro lado e aquilo tudo era muito gostoso, muito alegre, muita dificuldade, muita precariedade. Mas tudo era feito com tanta vontade, com tanto amor. Tanto é que dentro da escola eu competi pelo voleibol, pelo basquetebol, competi em esgrima, competi em salto em distância, salto em altura, corrida com barreira. A única coisa que eu não me dei bem foi na natação viu?” (STALLIVIERI, 2011, p.3).</p> <p>“Desde anatomia, psicologia, fisioterapia, cinesiologia que eu fiquei para fazer uma prova em segunda época. Porque eu era ótima na parte prática, o que me levou a me formar com o segundo lugar. Em primeiro lugar foi uma intelectual que não simpatizava muito com a parte prática, mas era esforçadíssima” (STALLIVIERI, 2011, p.21).</p>

		<p>“A professora de tênis, era esposa do diretor da escola. O professor de natação era professor Ribale” (STALLIVIERI, 2011, p.22).</p> <p>“Professor que dava natação, salto em altura, lançamento de dardo, de peso. Eram todos professores especializados” (STALLIVIERI, 2011, p.22).</p> <p>“Não, não era, não. Eram até na minha época até facilitavam porque precisavam de alunos. A escola precisava de alunos, né? E facilitava, agora para sair foi brabo, viu? Porque eram muitas disciplinas. Estudar cinesiologia, fisiologia, metodologia” (STALLIVIERI, 2011, p.32).</p>
--	--	--

APÊNDICE C - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS SABERES DISCIPLINARES ORIENTADOS PELA DIVISÃO DE BIOLOGIA DO DEEF

ANATOMIA HUMANA APLICADA

O conteúdo programático do saber disciplinar de Anatomia Humana Aplicada foi apresentado de modo sucinto em seu programa de ensino. Estando dividido em três principais partes, delimitadas por três verificações de aproveitamento, os conteúdos de ensino foram apresentados por meio de quatorze segmentos, desenvolvidos durante as vinte e quatro aulas que compunham a disciplina.

O segmento primeiro buscava apresentar a disciplina, destacando sua definição, bem como a importância de seu estudo à Educação Física. Na sequência, apresentavam-se os conteúdos relacionados à constituição do corpo humano, a osteologia, além dos ensinamentos sobre artrologia. Esses segmentos de conteúdos, bem como a parte inicial da matéria de miologia, compunham a primeira verificação de aproveitamento da disciplina.

O segundo segmento, por sua vez, era composto pela continuidade dos estudos de miologia. Nessa parte, no entanto, percebemos que ocorreu um maior detalhamento das matérias deste conteúdo, uma vez que, no segmento primeiro, haviam sido apresentadas apenas suas generalidades. O conteúdo disciplinar desta parte, por sua vez, relacionava-se ao aprendizado dos músculos que mobilizam a articulação coxofemoral, joelho, pé e dedos, além do estudo dos músculos que compõem a cintura escapular, dos que mobilizam a cabeça e tronco e, dos músculos respiratórios. Este segmento, da mesma forma que o anterior, encerrava-se com a aplicação da segunda verificação de aproveitamento.

Por fim, o terceiro e último eixo de conteúdos de Anatomia Humana Aplicada iniciava com a matéria denominada “Sangue e coração”, sendo esta subdividida em “vasos grandes e pequenos, circulação e aparelho linfático”. Na sequência, apresentava-se o conteúdo sobre os aparelhos respiratório, urinário e de reprodução, seguidos do estudo do aparelho digestivo, glândulas endócrinas, órgãos dos sentidos e do sistema nervoso. As vinte e quatro aulas da disciplina encerravam-se com a terceira verificação de aproveitamento.

Biometria

O programa de ensino do saber disciplinar de Biometria esteve orientado por dois principais objetivos, a saber: a) “Ministrar conhecimentos de Biometria Humana e em especial da parte que se aplica ao ciclo elementar” e, b) “Fornecer noções de Estatística Biológica Aplicada”. Posteriormente a apresentação dos objetivos norteadores apresentou-se o conteúdo programático da disciplina. Este, por sua vez, foi organizado a partir de dois enfoques distintos. No primeiro vincularam-se os conteúdos teóricos, os quais davam início ao processo de aprendizagem. No segundo, os conteúdos vinculavam-se a uma estratégia prática de ensino e se localizavam ao final da progressão de aprendizado.

De modo geral, a disciplina era composta por onze segmentos de caráter teórico e oito de viés prático. Estes se distribuíam pelas trinta aulas totais, sendo dezessete teóricas e treze práticas. Dentre as aulas teóricas, destacamos os seguintes conteúdos programáticos: a) Generalidades sobre Biometria; b) Medidas de ordem etnológica; c) Noções de Biotipologia; d) Medidas antropomorfas complementares; e) Estudo biométrico da nutrição; f) Medidas do aparelho respiratório; g) Estudos biométricos do aparelho circulatório; h) Medidas das funções neuromusculares; i) Estudo biométrico do crescimento; j) Exame médico-biométrico e; l) Estudo sintético da Bioestatística. Os segmentos de conteúdos práticos, de outro modo, compunham-se das seguintes matérias: a) Tomada das medidas antropométricas; b) Biotipologia; c) Medidas antropomorfas complementares; d) Medidas funcionais (aparelho respiratório e do sistema neuromuscular); e) Instalação de um gabinete médico-biométrico; f) Escrita das fichas biométricas e; g) Bioestatística.

Na sequência a este detalhamento informou-se que o material didático utilizado seria o “instrumental do gabinete de Biometria” e que os meios de verificação do aprendizado eram os “regulamentares”. As aulas da disciplina ocorriam nas salas de aula, no gabinete de Biometria da Escola ou em “gabinetes de biometria de diversos estabelecimentos de ensino que forem visitados”. Para além destas informações, ressaltamos que o programa de ensino trazia ainda uma listagem de bibliografias, onde constavam dezessete obras, composta por livros, revistas, boletins e anais de congressos relacionados aos conteúdos programáticos da disciplina.

Cinesiologia Aplicada

No conteúdo posto pelo programa de ensino de Cinesiologia Aplicada, de igual forma ao feito no de Biometria, foi descrito dois principais objetivos que orientaram o desenvolvimento da disciplina, a saber: a) “Ministrar os conhecimentos essenciais da cadeira, com os quais os alunos poderão conhecer anatomia e funcionalmente o trabalho das principais articulações do corpo humano e; b) “Fornecer elementos suficientes que permitam contribuir para a profilaxia e tratamento de alguns defeitos físicos e atitudes defeituosas incipientes, muito comuns em alunos do ciclo elementar”.

Na sequência foram apresentados os cinco principais segmentos de conteúdos que compunham o referido saber disciplinar do Curso Normal, a saber: I) Generalidades - onde evidenciava-se o movimento como fator primordial à Educação Física; II) Artrologia – destacando a definição e classificação das articulações do corpo humano, bem como os tipos de movimento de cada uma delas; III) Movimentos – subdividindo-se em membro superior, membro inferior, tronco, cabeça e conteúdos vinculados à respiração; IV) Análises – vinculadas, principalmente, as posições de partida da marcha e da corrida e, por fim, V) Defeitos físicos e “atitudes defeituosas” – apresentando noções sobre as causas dos “defeitos físicos e atitudes defeituosas mais comuns entre escolares”.

Com relação ao material didático utilizado, destacou-se apenas que seria o disponível na Escola Superior de Educação Física e que as sessões, por sua vez, ocorreriam nas salas de aula. Ademais, dentre as trinta e duas aulas que compunham o programa de Cinesiologia Aplicada, vinte e seis seriam destinadas à exposição dos assuntos, ou seja, voltadas às aulas teóricas, enquanto seis seriam orientadas para as revisões de conteúdos e verificações de aproveitamento da disciplina. Estas, por sua vez, seriam intercaladas “onde e quando convier”. Para, além disso, de igual forma ao ocorrido com Biometria, o programa de ensino de Cinesiologia Aplicada também relacionou uma lista de referências bibliográficas, composta por cinco produções. Destas, duas estavam na língua inglesa, uma no idioma francês e duas em língua portuguesa.

Fisioterapia

O conteúdo programático posto no programa de ensino da disciplina de Fisioterapia esteve orientado por quatro principais objetivos, a saber: a) Ministrar ensinamentos sobre a Fisioterapia na parte relativa à cinesioterapia, concretizada na massoterapia, em suas bases teóricas e, principalmente, na massagem prática aplicada aos desportos. Idem na prática concretizada sobre movimentações articulares; b) Ministrar, da mesma forma, ensinamentos sobre efeitos das várias regiões do corpo humano, especialmente, dos que se relacionam com as atitudes viciosas e afecções da coluna vertebral em particular, salientando o diagnóstico precoce de seus estados incipientes. Idem sobre os defeitos da cintura escapular; c) Ministrar ensinamentos sobre Ginástica Corretiva e Ortopédica, aplicados aos defeitos corporais; d) Ministrar ensinamentos indispensáveis sobre vários ramos da Fisioterapia relacionados com a Cinesioterapia, em aulas e aplicações auxiliares a esta última, na ordem de sua utilidade prática. Mecanoterapia, Hidroterapia, Eletroterapia, Talassoterapia, Grenoterapia e Climatoterapia.

Essas finalidades foram apresentadas de modo concreto através do conteúdo programático da disciplina, organizado em três blocos. O primeiro deles, denominado “Geral”, tratava

especificamente da Cinesioterapia. O segundo, intitulado “Especial”, voltava-se ao estudo da massagem em diferentes partes do corpo humano, divididas em oito regiões. O terceiro bloco denominava-se “Ortopedia, Mecanoterapia, Elementos patológicos e terapêuticos indispensáveis em Educação Física, defeitos físicos, ginástica corretiva e ortopédica, fisioterapia complementar”.

Os conteúdos programáticos deste último bloco, por sua vez, dividiam-se em oito segmentos, a saber: I - Generalidades sobre ortopedia e mecanoterapia; II - Estudo das atitudes viciosas, mostrando a utilidade de seu conhecimento em Educação Física; III - Cifose em geral e exercícios preventivos e curativos adequados às mesmas em seus vários graus; IV - Defeitos dos membros superiores em geral; V - Defeitos dos membros inferiores em geral; VI - Defeitos dos joelhos; VII - Estrefendocatopodia e; VIII - Noções elementares sobre hidroterapia e eletroterapia auxiliares à Cinesioterapia.

Após ter sido apresentada a relação pormenorizada dos conteúdos da disciplina, os quais deveriam ser ensinados ao longo das trinta aulas que compunham o programa, especificou-se que o material didático utilizado seria o da ESEF e, também, o do Instituto de Fisioterapia do professor. Os meios de verificação do aprendizado, assim como nos demais programas aqui retratados, foram “os regulamentares”. As aulas, por sua vez, ocorriam na ESEF e também no “Instituto de Fisioterapia do professor da cadeira”. Por fim, foi apresentada uma relação bibliográfica composta por dez referências, as quais embasariam os conteúdos programáticos da disciplina.

Higiene Aplicada

O saber disciplinar de Higiene Aplicada esteve orientado no Curso Normal por um único objetivo, a saber: “Ministrar conhecimentos de Higiene relacionados com a Educação Física, expondo os assuntos de acordo com a finalidade do curso”. Seu conteúdo programático, por sua vez, organizou-se por meio de quatorze eixos. O primeiro, “Higiene” buscou apresentar o conceito, o histórico e o valor social da disciplina. Em sua subdivisão evidenciava-se temáticas acerca dos problemas de Higiene no Brasil, dando especial destaque ao estudo da obra de Oswaldo Cruz, bem como a relação do referido saber com a Educação Física.

O segundo eixo, “Saúde e Doença” tratava, especificamente do papel da Educação Física na prevenção de doenças. Em seguida, o eixo terceiro, “Higiene Individual”, focava nos cuidados corporais e sua importância em Educação Física. Ainda neste ponto, destacavam-se os conteúdos relacionados à proteção da pele, aos banhos, os cuidados com o couro cabeludo, rosto, mãos, pés, boca, nariz, garganta, ouvidos e olhos, além dos “aspectos higiênicos que interessam a Educação Física”. A Higiene mental e o vestuário, especialmente aquele próprio à prática de exercícios físicos, também foram temáticas vinculadas neste eixo.

O quarto segmento de conteúdos intitulado “Importância higiênica do sol e seu interesse em Educação Física”, apresentava temas vinculados às noções sobre climas e sua influência sobre o organismo, ou seja, destacava a relação “clima x educação física”. O quinto eixo denominado “Condições higiênicas dos locais para a prática da Educação Física”, por sua vez, buscava estabelecer preceitos orientadores à prática da educação física, especialmente ao que se vinculava aos locais de realização de atividades físicas. Nesta mesma direção, os eixos sexto, sétimo, oitavo, nono, décimo e décimo primeiro, também demarcavam, de certa forma, orientações acerca dessas condições, tais como as do solo, do ar, da ventilação, da iluminação, da água e da alimentação respectivamente.

Na sequência da progressão de conteúdos deste saber disciplinar decorria o eixo décimo segundo intitulado, “Fadiga”. Nele, destacava-se, sobretudo, o efeito do treinamento no organismo das pessoas. O eixo décimo terceiro, “Efeitos higiênicos do exercício sobre o organismo” seguia a mesma direção do anterior e normatizava orientações higiênicas voltadas “ao aparelho locomotor, digestivo, respiratório, circulatório, sistema nervoso”. Ademais, buscava tratar da temática “exercícios físicos em diferentes idades”, bem como a relação da “mulher e exercícios físicos”. O último eixo de conteúdos da disciplina de Higiene Aplicada intitulava-se “Hábitos nocivos à saúde”. Nele, propunha-se o estudo do alcoolismo, tabagismo e de outras “intoxicações”, bem como do

“desregramento de vida e sua influência sobre os atletas” e da “sífilis e seus malefícios na prática esportiva”.

Os conteúdos postos nos eixos descritos acima se desenvolviam ao longo das vinte e nove aulas. Conforme evidenciado no programa de ensino, o material didático utilizado variaria conforme os assuntos tratados e, quando possível, seriam exibidas gravuras e filmes educativos à turma. Sobre os meios de verificação do aprendizado, previa-se a realização de duas “sabatinas”, ou seja, duas avaliações/provas. Por fim, destacava-se ao final uma relação bibliográfica. Essa relação, por sua vez, compunha-se de dezesseis obras, destas, quatro eram em idioma francês e as demais em português.

Socorros de Urgência

O conteúdo programático de Socorros de Urgência orientou-se ao Curso Normal da ESEF através do seguinte objetivo: “Ministrar conhecimentos básicos, indispensáveis sobre Socorros de Urgência, para capacitar o aluno a dispensar os primeiros socorros desta natureza em casos de acidentes, possibilidade relativamente frequente nos exercícios físicos”. De modo a efetivar esta finalidade, estabeleceram-se treze eixos programáticos de conteúdos. Os três primeiros buscavam estabelecer “noções gerais” acerca da esterilização, dos curativos e dos traumatismos, respectivamente.

Na sequência, o quarto eixo tratava, especificamente das “contusões e traumatismos do abdômen, do tórax e do crânio”, bem como de suas possíveis complicações indicando, para tanto, os tratamentos e as ações mais adequadas. O “choque traumático” foi conteúdo do quinto eixo, as “noções sobre hemorragia”, do sexto e a “congelamento”, do sétimo eixo. Na sequência, foram destacados conteúdos vinculados às “noções sobre asfixia”, tratando das manobras de respiração artificial e suas indicações, bem como da asfixia por submersão, enforcamento e casos elétricos, estabelecendo quais as ações imediatas.

As queimaduras, através do estudo de suas generalidades, foi foco do nono eixo. As lesões ósseas, por sua vez, vincularam-se aos conteúdos do eixo seguinte, onde se destacavam estudos acerca dos tipos de fraturas e dos cuidados para com cada uma delas, além da forma como deveria ser feito o transporte de feridos. De modo complementar, no décimo primeiro segmento de conteúdos apresentava-se as noções sobre lesões de articulações, tendões e músculos durante as práticas esportivas. Os acidentes esportivos e a organização de uma pequena ambulância de urgência foram tratados no décimo segundo segmento de conteúdos. Por fim, o décimo terceiro eixo destinava-se às aulas práticas da disciplina e o aprendizado de injeções, curativos, manobras de respiração artificial e hemóstase.

O programa de ensino da disciplina de Socorros de Urgência compunha-se de um total de trinta sessões/aulas. O material didático utilizado, por sua vez, era o da divisão médica do DEEF. Como meio de verificação do aprendizado, aplicavam-se provas escritas e orais, realizavam-se debates, conferências e visitas em organizações hospitalares. O material bibliográfico que embasava os estudos da disciplina era composto por quatro produções.

APÊNDICE D - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS SABERES DISCIPLINARES ORIENTADOS PELA DIVISÃO TÉCNICA DO DEEF

Canto Coral

O conteúdo programático do saber disciplinar de Canto Coral orientava-se a partir de três principais objetivos, a saber: a) Relacionando o Canto Coral à Educação Física, de modo comparativo, dar ao aluno as vantagens da influência da música de coro na prática da educação física, no sentido de desenvolver a disciplina, a solidariedade e a cooperação; b) Dar-lhes as noções técnicas indispensáveis para que possam organizar e dirigir conjuntos vocais indispensáveis a sua profissão; c) Aplicar sempre que possível conforme o grau de ensino, a música brasileira, bem como marchas e músicas determinantes de ritmo seguro.

De modo geral, a disciplina compunha-se de dezoito segmentos de conteúdos. Destes, conforme destacado no programa de ensino, dezessete possuíam um viés teórico e um características de um ensino prático. Dentre os eixos teóricos, o primeiro deles destinava-se ao aprendizado da exortação, vinculada a atitude dos coristas. O segundo se relacionava ao conhecimento de teoria da música. Em seguida, o terceiro segmento buscava trabalhar com a respiração dos alunos através de exercícios práticos.

O ritmo, sendo especificado como o quarto eixo de conteúdos da disciplina, caracterizava-se de certo modo, também como um conteúdo comum em outros segmentos do programa. Evidenciamos essa característica em razão de nos eixos quinto, sétimo e nono ele relacionar-se aos conteúdos de “Exercícios práticos da aula anterior relacionada ao ritmo”, “Declamação ritmada de frases pedagógicas” e, “Ditado cantado de ritmo curto e fácil”, respectivamente. O eixo sexto, por sua vez, relacionava-se ao aprendizado dos compassos, através da divisão simétrica do tempo, enquanto que o oitavo buscava explicitar rudimentos de teoria aplicada.

A “manossolfa simples, falada e entoada” foi conteúdo estabelecido no segmento décimo. Já as reflexões acerca da música como elemento indispensável à vida e suas relações com a Educação Física foi destacada no décimo primeiro eixo. De modo distinto aos demais programas até então apresentados, os conteúdos acerca da origem e evolução do canto coral ocupou as aulas relacionadas ao décimo segundo segmento, diferindo dos demais que apresentavam a origem de seus saberes logo nos primeiros segmentos do programa.

O aprendizado relacionado à classificação das vozes e o caráter dos variantes (timbres), assim como a emissão de vozes, foram relacionados no décimo terceiro e décimo quarto eixos respectivamente. O décimo quinto segmento, por sua vez, destinava-se à prática dos pontos mencionados no programa de ensino até então. Já as pautas, linhas, claves, nome das notas e seus valores foram evidenciados no décimo sexto eixo.

O décimo sétimo segmento, diferentemente dos demais, não vinculou conteúdos programáticos em suas informações. De outro modo, o conteúdo destacado pareceu estabelecer uma orientação com relação ao viés metodológico que deveria ser adotado para o ensinamento dos conteúdos, durante as aulas da disciplina. Estava posto que “as músicas para a prática do programa deverão ser, primeiramente ensinadas por audição, porém, à proporção que se for desenvolvendo o programa, introduzir-se-á a leitura falada e entoada”.

Na sequência deste, apresenta-se o décimo oitavo eixo. Este, por sua vez, destacava a parte prática da disciplina dando destaque, especialmente, ao ensinamento de hinos e canções do Brasil. Por fim, é destacado o total de dez aulas para o desenvolvimento do todo o conteúdo programático aqui apresentado. Tais aulas seriam realizadas na ESEF e em auditórios com cadeiras individuais. Com relação aos meios de verificação do aprendizado, destacava-se que elas ocorreriam mensalmente, por meio de arguições relacionadas às partes prática e teórica da disciplina. A relação de referências bibliográficas, por sua vez, compunha-se de um total de dezoito produções.

Desportos Aquáticos - Remo

O conteúdo programático de Desportos Aquáticos, mais especificamente do saber disciplinar de Remo, foi orientado pelo seguinte objetivo: “Dar compreensão e conhecimentos gerais de remo como recreação e desporto”. Para tanto, estruturaram-se cinco segmentos de conteúdos que visavam atender a finalidade acima evidenciada. O primeiro deles destacou aspectos vinculados ao histórico da prática, dando destaque ao seu valor educativo e aos seus benefícios higiênicos e terapêuticos.

O segundo segmento, por sua vez, buscou esclarecer questões vinculadas à nomenclatura do barco, bem como ao seu manejo e aos cuidados necessários. A progressão de conteúdos seguiu com orientações acerca do lançamento e retirada do barco na água, relacionando-o ao aprendizado do “equipamento e desequipamento”, bem como ao “embarque e desembarque”. Tais conteúdos foram postos no terceiro segmento do programa de ensino.

O quarto eixo buscou desenvolver o estudo sobre a remada de ponta, enquanto que o quinto e último segmento se deteve ao ensinamento da execução da remada de passeio e a noções gerais da remada de regata. Esses eixos/segmentos de conteúdos deveriam ser desenvolvidos ao longo de quinze aulas, as quais se realizavam no ginásio e também no rio. O material didático utilizado eram as máquinas e barcos de treinamento, bem como os barcos de regatas. Como meios de verificação de aprendizado, destacavam-se no programa de ensino que seriam realizadas observações e provas regulares. Por fim, foi posta uma lista bibliográfica composta, basicamente por livros e revistas.

Desportos de Ataque e Defesa

O saber disciplinar de Desportos de Ataque e Defesa esteve orientado por quatro objetivos principais. O primeiro deles pretendia dar aos alunos conhecimentos dos golpes e contragolpes utilizados na “defesa pessoal”. O segundo almejava capacitar no ensino dos desportos de “ring” mais praticados em nosso meio, o desempenho das funções de árbitro, jurados, etc. e orientar os alunos na organização e direção de competições. O terceiro, por sua vez, buscava promover a prática moderada dos diversos desportos de “ring” e, por fim, o quarto e último objetivo destinava-se a dar conhecimentos gerais de outras lutas; savate, greco-romana, luta de bastão, etc.

O conteúdo programático da disciplina organizava-se em torno de oito segmentos. Com exceção do primeiro que tinha a pretensão de expor a organização da cadeira, bem como de destacar sua importância e fins a atingir, todos os demais segmentos se destinavam, cada um, a uma modalidade de luta. A “Defesa pessoal” foi a primeira modalidade a ser relacionada, estando especificada no segundo eixo da disciplina. Com relação aos conteúdos vinculados a ela, destacavam-se as noções de distância e o estudo dos principais golpes e contra golpes utilizados.

Na sequência, no eixo terceiro, apresentava-se uma luta denominada “*Cath-as-cath-can*” que, traduzido seria algo como “agarre como puder”. Em suas especificações, orientava-se para a preparação técnica e tática da luta através de exercícios úteis ao lutador, além do treinamento, onde se destacavam as fases do treino, a execução dos movimentos, bem como a organização e direção de sessões de estudo.

O quarto eixo de conteúdos era destinado ao aprendizado da Luta Livre. De forma similar ao *Cath-as-cath-can*, ocorria o aprendizado da técnica e da tática através de exercícios úteis ao lutador, bem como o treinamento e o estudo das diversas fases do treino. No quinto segmento de conteúdos, as aulas destinavam-se ao aprendizado do “Box Inglês”. Nessa parte, evidenciava-se seu valor educativo, as qualidades solicitadas e desenvolvidas, as vantagens de sua prática, a relação “amador x profissional”, a classificação dos lutadores, as categorias, bem como o local e o material necessário para a prática.

O sexto segmento era vinculado à “Iniciação do pugilista”. As aulas destinadas ao aprendizado desta matéria compreendiam conteúdos sobre contra-ataques, tática pugilista, treinamento, bem como o estudo das diversas fases do treino, além da organização, execução e direção das sessões de estudo e treino. O sétimo eixo, destinava-se ao aprendizado do Jiu-Jitsu. De forma similar ao

“Box Inglês”, nesta matéria aprendia-se o seu valor educativo, as qualidades solicitadas e desenvolvidas com a prática, a natureza e classificação dos golpes, as características gerais da luta, a classificação dos participantes, a indumentária, etc. Para além destas questões, previa-se também o preparo técnico e tático do lutador, bem como a luta em pé, através do ensino dos deslocamentos, da posição para se obter um melhor equilíbrio e a importância da rapidez dos golpes.

Por fim, o oitavo e último eixo de conteúdos destinava-se ao aprendizado das generalidades das demais lutas, tais como greco-romana, savate, capoeiragem, luta de bastão, etc, através de suas generalidades táticas e técnicas. A totalidade dos conteúdos previstos pela disciplina de Desportos de Ataque e Defesa deveria ser desenvolvida ao longo de sessenta e cinco aulas. Estas, por sua vez, ocorriam na ESEF e utilizavam o material didático disponível. Os meios de verificação do aprendizado, conforme destacados no programa de ensino, eram os regulamentares. A bibliografia utilizada era composta por doze publicações.

Desportos Terrestres Coletivos

O saber disciplinar de Desportos Terrestres Coletivos era composto por três disciplinas (Basquetebol, Futebol e Voleibol), cada uma com seu respectivo programa de ensino. Diante disso, optamos por apresentar cada um deles de modo separado, iniciando pelo programa de basquetebol.

O referido saber orientou-se por meio de três objetivos, a saber: a) Dar aos alunos a aprendizagem da prática do basquetebol, concorrendo para o seu treinamento físico geral; b) Dar-lhes a capacidade pedagógica necessária para ministrar o ensino do basquetebol no meio infantil, com a finalidade educativa e recreativa e; c) Ensinar-lhes as regras do jogo.

O conteúdo de ensino de basquetebol estava organizado por quatro segmentos. O primeiro deles buscava apresentar suas generalidades, destacando o valor educativo de sua prática, bem como as qualidades solicitadas e desenvolvidas. O segundo segmento, destinava-se ao ensino da técnica individual e seu desenvolvimento através de passes, manejo de bola, lances a cesta, drible e defesa individual. O terceiro eixo era voltado ao ensino da tática do jogo por meio dos sistemas defensivos e ofensivos e, por fim, o quarto e último segmento de conteúdos, se caracterizava pela aprendizagem das regras oficiais da modalidade.

Ao aprendizado do basquetebol reservavam-se quarenta e cinco aulas. Segundo o programa de ensino da disciplina, o material didático utilizado era o da ESEF e os meios de verificação do aprendizado eram os regulamentares. As aulas, por sua vez, também ocorriam na ESEF. Para embasar os conteúdos da disciplina, relacionaram-se três produções bibliográficas, a saber: 1) Basquetebol, de Charles C. Murphy; 2) Basquetebol, de Waldir Échart (polígrafos) e; 3) Regras Oficiais, da Confederação Brasileira de Basquetebol.

Para além do basquetebol, também compunha o saber de Desportos Terrestres Coletivos a disciplina de Futebol. Esta, por sua vez, foi orientada por meio de dois principais objetivos, sendo eles: a) Ensinar a técnica individual e; b) Dar conhecimentos gerais sobre as regras de jogo. Seu conteúdo programático organizou-se por meio de seis segmentos. O primeiro deles buscava apresentar as generalidades da modalidade, através do seu valor educativo. O segundo segmento era vinculado ao aprendizado da técnica individual (chute, passes, drible, cabeceio). Em seguida, apresentavam-se as bases do jogo no segmento terceiro e, no quarto, as posições individuais (“guardião”, zagueiros, médios e atacantes). Na sequência, o quinto segmento orientava para o ensino das direções das sessões de treinamentos e das competições em clubes e instituições.

Os conteúdos descritos deveriam ser trabalhados durante as trinta aulas que compunham a disciplina. De igual forma ao basquetebol, o material didático utilizado para o futebol era o da ESEF e os meios de verificação do aprendizado eram os regulamentares. A bibliografia destacada no programa de ensino contava com duas publicações.

Por fim, a última modalidade de compunha os Desportos Terrestres Coletivos era o voleibol. Este se guiava por meio de três objetivos, descritos a seguir: a) Dar aos alunos a aprendizagem da prática do *volibol*, concorrendo para o seu treinamento físico geral; b) Dar-lhes a capacidade pedagógica necessária para ministrar o ensino de *volibol* no meio infantil com a finalidade educativa

e recreativa; c) Ensinar-lhes as regras desse jogo.

Os conteúdos programáticos da modalidade foram organizados no programa de ensino estando divididos em cinco segmentos. O primeiro relacionava-se às generalidades, evidenciado o seu valor educativo, as qualidades solicitadas e desenvolvidas com a prática, bem como a importância para a Educação Física. Em seguida, o ensino era orientado para a técnica individual, através do aprendizado do saque, do controle de bola, dos passes, da preparação, bem como para as ações voltadas aos levantadores e “cortadores”. O terceiro segmento destinava-se a tática do jogo e, por consequência, ao aprendizado do ataque, da defesa, assim como do passe, da preparação e do ataque. O quarto segmento, voltava-se ao treinamento dos fundamentos aprendidos até então e, por fim, o quinto era orientado ao aprendizado das regras oficiais da modalidade.

O conteúdo de voleibol contava com quarenta e cinco aulas para o seu desenvolvimento e, de igual forma ao basquetebol e ao futebol, fazia uso do material didático da ESEF. Os meios de verificação do aprendizado, por sua vez, também eram os regulamentares. A bibliografia apresentada ao final do programa era composta por duas produções.

Desportos Terrestres Individuais

O conteúdo programático do saber disciplinar de Desportos Terrestres Individuais era dividido entre as disciplinas de Corridas, Ginástica de aparelhos e levantamento de pesos e halteres, Lançamentos e Saltos femininos. Iniciamos com a apresentação do programa de ensino de Corridas. Este se orientava por meio de três principais objetivos destacados a seguir: a) Dar às alunas a aprendizagem da prática das corridas compatíveis com a natureza feminina; b) Dar-lhes breves conhecimentos sobre a técnica e regras das corridas em geral; c) Concorrer para o seu treinamento físico geral.

O conteúdo programático principal era composto por cinco eixos. O primeiro deles, mais geral, buscava estabelecer os objetivos, as considerações gerais, as condições físicas necessárias à prática, bem como as diferenças fundamentais entre a marcha e a corrida. Em seguida, o eixo segundo, tratava das corridas velocidade, especialmente das de 100 e 200 metros. As corridas de revezamento, por sua vez, compunham o terceiro segmento de conteúdos, enquanto que as corridas com barreiras estiveram destacadas no quarto eixo. O último eixo do programa era destinado às provas masculinas, trabalhadas através do estudo de breves notícias, de aulas de observação e participação em competições internas e externas. Esse conteúdo era desenvolvido ao longo de quinze aulas, realizadas na ESEF, com o material didático disponível. A bibliografia que embasava a disciplina, por sua vez, compunha-se de cinco produções.

Na sequência, passamos a apresentar o conteúdo programático de Ginástica de aparelhos e levantamento de pesos e halteres. Os objetivos que embasavam o ensino desta disciplina eram os seguintes: a) Dar conhecimentos práticos e teóricos gerais de Ginástica de aparelhos e levantamento de pesos e halteres e; b) Ensino prático dos exercícios de grau elementar e secundário de Ginástica de Aparelhos e das provas internacionais de levantamento de pesos. Os conteúdos pré-estabelecidos orientavam-se a partir de dois eixos. O primeiro, vinculado à Ginástica de Aparelhos, abordava o ensino da Ginástica na barra, nas paralelas, no cavalo, nas argolas, no solo, além de tratar da composição das sessões de ginástica de aparelhos.

O segundo, por sua vez, era destinado ao ensino do levantamento de pesos. Assim, inicialmente apresentava-se a matéria, seu histórico, finalidades, bem como as provas internacionais. Em seguida, partia-se para o ensino prático dos movimentos básicos e também para a composição de sessões de treino de levantamento de pesos e halteres. Os conteúdos dos dois eixos eram desenvolvidos ao longo de trinta aulas. O material didático utilizado eram os aparelhos da ESEF, a paralela, a barra horizontal, o cavalo, o trampolim fixo pequeno, o trampolim de jogo, os colchões e os pesos de 20, 30 e 50 Kg. As aulas realizavam-se em áreas livres e cobertas, bem como em uma caixa de salto.

De forma semelhante ao ocorrido nos demais programas, ao final deste também era apresentada uma relação de produções bibliográficas que orientavam os conteúdos desenvolvidos.

No entanto, uma característica nos chamou a atenção. Dentre as nove referências bibliográficas apresentadas, sete estavam no idioma alemão, fato este que nos demonstra uma forte influência dos preceitos ginásticos alemães, na conformação desse saber disciplinar na grade curricular do Curso Normal da ESEF.

Seguindo o traçado dos Desportos Terrestres Individuais, passaremos a apresentar o conteúdo programático de lançamentos. Este esteve orientado por três objetivos, a saber: a) Dar as alunas conhecimentos dos diferentes arremessos; b) Dar-lhes noções de técnicas e dos estilos de arremessos de maior rendimento; c) Concorrer para o seu treinamento. De modo pontual, seu conteúdo estava organizado em seis eixos. O primeiro possuía um caráter introdutório e pretendia apresentar a cadeira e seus objetivos destacando, dentre outras informações, seus aspectos históricos. Na sequência, o conteúdo voltava-se a apresentação do dardo no segundo eixo, do peso no terceiro e do disco no quarto. Para além desses, destacava-se ainda no programa a observação de competições escolares e a direção de trabalhos.

Esses conteúdos, por sua vez, deveriam ser vencidos ao longo das dezessete aulas que a disciplina dispunha. Ademais, o material didático utilizado era o da ESEF e os meios de verificação do aprendizado eram os regulamentares. A bibliografia que sustentava os conteúdos do programa era composta por quatro obras, dentre essas os polígrafos da ESEF.

Por fim, o programa de ensino de saltos femininos compõe a última modalidade referente ao saber disciplinar de Desportos Terrestres Individuais. Os conteúdos desenvolvidos por ela se sustentaram em três principais objetivos, conforme descritos: a) Dar às alunas a aprendizagem da prática dos saltos atléticos, aconselháveis e compatíveis com a natureza feminina; b) Despertar e estimular nelas o gosto por esta prática, concorrendo para o seu treinamento físico geral; c) Dar-lhes noções sobre a técnica e as regras dos saltos em geral.

O conteúdo programático propriamente dito estava organizado em cinco segmentos. O primeiro deles, mais geral, pretendia apresentar a cadeira através de considerações gerais sobre saltos atléticos. O segundo segmento, voltava-se a classificação geral dos saltos, enquanto o terceiro destinava-se ao aprendizado do salto em altura do estilo tesoura e o quarto ao ensino do salto em distância do estilo grupado. O quinto e último segmento referia-se a direção e observação de competições escolares.

O conteúdo de saltos femininos dispunha de quinze aulas para o seu desenvolvimento. As aulas, que eram realizadas em caixas de saltos e em salas de aula, contavam com material didático próprio para a prática. Ademais, conforme destacado no programa de ensino, os meios de verificação do aprendizado eram os regulamentares. A bibliografia apresentada ao final do material era composta por cinco publicações, todas elas em língua portuguesa.

Educação Física Geral – Feminina

O conteúdo programático do saber disciplinar de Educação Física Geral – Feminina esteve guiado por quatro objetivos, a saber: a) Proporcionar aos alunos a capacidade técnica e pedagógica para ministrar e dirigir a Educação Física em estabelecimentos de ensino secundário; b) Ensinar-lhes a execução dos exercícios do método adotado, especialmente indicados para o Ciclo Elementar, e de outros possíveis de serem aproveitados; c) Dar-lhes o treinamento físico indispensável para que sejam bons executantes dos exercícios que irão ministrar; d) Estimular a pesquisa de novos elementos de trabalho.

O conteúdo programático, de modo distinto dos demais programas apresentados até então, estava dividido em duas partes principais. A primeira delas denominada “Direção dos professores”, compunha-se de dezesseis segmentos de aprendizado, enquanto que a segunda, intitulada “Direção das alunas”, era formada por quatro eixos. De modo geral, a 1ª parte da disciplina tratava de ensinar sessões de ginástica voltadas aos então chamados 1º, 2º, 3º e 4º graus do ciclo elementar; 1º e 2º graus do ciclo secundário e, também, ginástica ao ciclo superior. Para além disso, os conteúdos que compunham esta parte ainda tratavam do ensino das evoluções, das marchas, de grandes e pequenos jogos, do ensino da calistenia voltada às crianças, da ginástica acrobática, das

demonstrações e da ginástica sueca e corretiva.

A 2ª parte da disciplina, aquela sob direção das alunas, compunha-se da aplicação prática dos conteúdos vistos até então, ou seja, as alunas precisavam formular sessões de ginástica para os diferentes graus de ensino, bem como colocar em prática os conhecimentos acerca dos pequenos e grandes jogos e, também, da calistenia para as crianças. Esse saber disciplinar dispunha de um total de cento e vinte e nove aulas para o desenvolvimento de seus conteúdos. Estes, por sua vez, se desenvolviam na ESEF, em Grupos Escolares e no Instituto de Educação. Para verificação do aprendizado das alunas, os professores aplicavam provas práticas e avaliavam as sessões de ginástica estruturadas por elas. A bibliografia que compunha a disciplina era formada por seis produções.

Ginástica Rítmica

A disciplina de Ginástica Rítmica orientou-se por meio de cinco objetivos gerais, a saber: a) Ministrando às alunas conhecimentos mais amplos de ginástica rítmica iniciando-se na improvisação; b) Dar às alunas conhecimento necessários para dirigir sessões de ginástica rítmica para as do ciclo secundário e superior; c) Capacitar as alunas a adaptar os exercícios de ginástica rítmica para crianças sobre a forma de historietas musicadas; d) Capacitar às alunas a compor e dirigir pequenos movimentos corpo coreográficos; e) Dar às alunas noções técnicas de metodologia, história, finalidades de ginástica rítmica.

O conteúdo programático desenvolvido pela disciplina esteve organizado em três diferentes partes. A primeira delas denominava-se “Educação”, a segunda, “Aplicação” e, por fim, a terceira, “Teoria”. De modo geral, na primeira parte trabalha-se com exercícios fundamentais voltados a respiração, além de exercícios para aumentar a elasticidade, resistência e o equilíbrio. Ainda neste tópico, desenvolvia-se a capacidade giratória, impulsiva e de elevação do corpo, aliadas à harmonia entre o movimento e o espaço. A coordenação e a improvisação também eram trabalhadas. Como último segmento de conteúdos dessa parte aparecia as danças educacionais, mais especificamente, as folclóricas regionais, as danças antigas e, as danças brasileiras, tais como samba e frevo.

A segunda parte abordava a aplicação dos conteúdos vistos até então. Assim, trabalhava-se com a direção e desenvolvimento de exercícios fundamentais de aulas de ginástica rítmica e sua adaptação às crianças, bem como com a composição de movimentos coreográficos e planos de aula. Exigia-se ainda nesta parte, que as alunas comparecessem em demonstrações de aproveitamento da Escola de Bailados. Por fim, na terceira parte que possuía uma característica mais teórica, realizava-se uma definição da Ginástica Rítmica, explicitavam-se suas finalidades, bem como seu histórico, além de dar destaque para a metodologia vinculada a esta prática evidenciando, também, a dança natural no meio educacional.

O programa acima apresentado deveria ser cumprido ao longo das noventa e seis aulas que compunham a disciplina. Esta, por sua vez, esteve embasada por referências bibliográficas de autores como Dalcroze, Demeny, Delsartre, Laban, Mensendieck, Geneviev Stebinns e Maru Wigmann.

História da Educação Física e dos Desportos

O saber disciplinar de História da Educação Física e dos Desportos orientava-se através de dois objetivos, a saber: a) Ministrando conhecimento sobre a evolução do exercício físico e dos desportos desde os tempos mais remotos até nossos dias e; b) Analisar e criticar a origem histórica dos diversos métodos de Educação Física, particularmente, os adotados entre nós. No que tange aos seus conteúdos programáticos, a disciplina organizava-se em torno de dez eixos.

De modo geral, a sequência de conteúdos estabelecida pela disciplina tomava como orientação os períodos estabelecidos pela própria história clássica. Assim, após terem sido apresentados os conceitos e os objetivos da disciplina, o programa destacava o Período Pré-Histórico Antigo, Olímpico Clássico (antiguidade), a Decadência Grega, o Período Medieval e Renascença e o

Período Moderno e Contemporâneo. O que se evidenciava em cada uma dessas fases, no entanto, era a representação que a Educação Física detinha durante aquele determinado período, além de aspectos vinculados aos seus precursores.

O sétimo segmento de conteúdos, por sua vez, rompe com esta sequência e passa a estudar de forma analítica e comparativa, os métodos ginásticos. Em seguida, o oitavo eixo dedica-se a apresentar a História da Educação Física no país, enquanto o nono busca abordar questões vinculadas aos desportos mais praticados no Brasil e nas Américas. Por fim, o décimo segmento evidencia a História da Educação Física e dos Desportos nos países da América.

O saber disciplinar de História da Educação Física e dos Desportos contava com um total de vinte e quatro aulas para o desenvolvimento dos conteúdos acima apresentados. As aulas ocorriam na ESEF e contavam com o material didático oferecido pela instituição. Os meios de verificação do aprendizado eram os regulamentares e, assim como os demais programas aqui apresentados, este também contava com uma lista de referências bibliográficas ao final. Esta, por sua vez, compunha-se de nove títulos.

Metodologia da Educação Física

O saber disciplinar de Metodologia da Educação Física esteve orientado no Curso Normal por um único e amplo objetivo, a saber: “Dar aos alunos conhecimentos básicos de nosso método de Educação Física, da razão de ser de seus fundamentos e dos meios, de modo que estejam em condições: a) de orientar a Educação Física nas Escolas Primárias; b) de organizar os respectivos programas; c) de dirigir as suas diversas sessões; d) de orientar os professores de letras para que cooperem com o professor de Educação Física. Estas finalidades estiveram estabelecidas de modo concreto através do conteúdo programático posto no programa de ensino de Metodologia da Educação Física. Este, por sua vez, organizou-se em torno de três segmentos.

O primeiro deles denominado “Generalidades”, destacou os objetivos da cadeira, a relação de instrução e educação, o conceito de pedagogia, de didática e de metodologia. Ademais, apresentou as bases científicas da educação, discutiu a relação entre a educação física e a educação integral, além de explanar algumas qualidades que a Educação Física poderia criar e desenvolver no homem. O segundo segmento, mais amplo, relacionava-se ao estudo do Método Francês de Educação Física. Nele, previa-se a crítica ao referido método, seus princípios e fundamentos, suas regras gerais, as adaptações de exercícios, bem como a estruturação de uma sessão de ginástica a partir das orientações aprendidas. O terceiro e último segmento, vinculava-se a Educação Física Escolar. Nesta parte evidenciavam-se os ciclos e graus dos alunos das escolas primárias, bem como as atividades que deveriam integrar um programa de educação física nestas instituições. Ademais, previa-se o aprendizado da Calistenia, da ginástica corretiva e de técnicas para aplicação do jogo infantil às crianças.

Esse saber disciplinar contava com um total de quarenta e cinco aulas para o desenvolvimento de seu programa. As aulas, por sua vez, ocorriam em salas de aula e, quando necessário, nos locais onde se realizavam visitas, demonstrações e campeonatos. Os meios de verificação do aprendizado dividiam-se entre testes, seminários e trabalhos a domicílio sobre os assuntos ministrados em aula e sobre a composição de sessões. Por fim, o programa de ensino da disciplina apresentava uma lista composta por vinte referências.

Organização da Educação Física e dos Desportos

O conteúdo programático da disciplina de Organização da Educação Física e dos Desportos orientou-se por meio de dois objetivos, a saber: a) Dar conhecimentos gerais sobre a organização administrativa da Educação Física e dos Desportos no país e; b) Ministrando noções sobre a organização de técnicas e competições de desportos. O aprendizado na disciplina foi organizado por meio de quinze eixos de conteúdos.

Inicialmente os estudos recaíram sobre a organização e os conceitos previstos para serem

trabalhados na disciplina. Posteriormente, abordou-se a organização administrativa da Educação Física em âmbito federal e estadual destacando, também, a criação das Escolas Superiores, bem como suas finalidades. Após ter sido estabelecido esse espectro mais amplo, o programa afunila suas finalidades e passa a tratar da organização da Educação Física nas escolas, nas praças de ginástica, nos parques e nas colônias de férias. Nesse ponto ainda, são apresentadas questões relacionadas à organização do campismo, bem como à administração dos desportos e de grêmios escolares. Ao final do programa previa-se, também, a visita a uma praça de desportos e a uma piscina.

Esse programa de ensino deveria ser desenvolvido ao longo de vinte aulas, realizadas na ESEF. Como forma de embasar seus estudos, estabeleceu-se ao final uma lista de produções bibliográficas, composta por quatro publicações.

Ritmo

O saber disciplinar de Ritmo possuía seu conteúdo programático orientado pelos seguintes objetivos: a) Educar e desenvolver o sentido musical e rítmico e; b) Ensinar às alunas os meios práticos de desenvolver na criança, senso natural do ritmo. Tais finalidades foram postas de modo concreto na formação superior, através de ensinamentos programáticos, os quais se organizavam em torno quatro eixos.

O primeiro deles, denominado de “Noções rítmicas”, pretendia desenvolver o ritmo nas diversas artes, tais como na poesia, na pintura, na escultura e na música. O segundo eixo, por sua vez, buscava construir através da música, um ritmo disciplinado com movimentos animados, enquanto que o terceiro se dedicava a um estudo mais teórico, trabalhando com os elementos constitutivos da música. Por fim, o quarto e último eixo, tratava do ritmo através de exercícios práticos e variados, além de orientar a estruturação de uma banda infantil, com a construção de instrumentos próprios.

A disciplina deveria dar conta do conteúdo acima explicitado em quinze aulas. Estas se realizavam na sala de auditório e possuíam como meios de verificação do aprendizado a prática por meio de movimentos. A bibliografia utilizada compunha-se de obras de Dalcroze, Medau, Bode, Margareth, Doubler, etc.

Tênis Feminino

O conteúdo programático de Tênis Feminino estava orientado através de três objetivos, conforme segue: a) Iniciação ao tênis, familiarizando-se com os principais golpes; b) Ministrando conhecimento teórico e prático sobre o tênis e; c) Ensinar e aperfeiçoar a técnica individual. Assim postos, tais objetivos se concretizavam a partir do ensino dos conteúdos programáticos previstos no programa de ensino da disciplina. Estes se organizavam em três segmentos.

O primeiro deles denominado “Generalidades”, tratava de explicar acerca da origem do tênis, seu valor educativo, além de descrever uma quadra de tênis, os princípios da modalidade e forma como se dá a contagem de pontos. O segundo segmento, destinava-se ao aprendizado da técnica individual e seu desenvolvimento. Previa-se o ensino da empunhadura, bem como os movimentos da raquete e o aprendizado de golpes diversos. O terceiro e último segmento, por sua vez, buscava esclarecer a regulamentação do esporte através do ensino das regras oficiais.

Os conteúdos da disciplina deveriam ser desenvolvidos em trinta aulas, além das alunas precisarem comparecer também a torneios e campeonatos efetuados na cidade (no mínimo dois). O material didático utilizado eram os da ESEF, no entanto, as aulas eram desenvolvidas no Grêmio Náutico União, na Associação Leopoldina Juvenil e no Guaíba late Clube. A bibliografia estabelecida para apoiar o desenvolvimento da disciplina compunha-se de quarenta e nove títulos sendo, em sua maioria, reportagens veiculadas pela Revista Educação *Physica*.